

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

KARINA BARBOSA CANCELLA

PARA REFORÇO DO MORAL E DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO PESSOAL: a prática do esporte nas Forças Armadas estadunidenses e brasileiras em perspectiva comparada (1914-1922)

RIO DE JANEIRO

2017

Karina Barbosa Cancellla

PARA REFORÇO DO MORAL E DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO PESSOAL: a prática do esporte nas Forças Armadas estadunidenses e brasileiras em perspectiva comparada (1914-1922)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em História Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

RIO DE JANEIRO

2017

BC215p Barbosa Cancellata, Karina
 Para reforço do moral e desenvolvimento físico do
 pessoal: a prática do esporte nas Forças Armadas
 estadunidenses e brasileiras em perspectiva
 comparada (1914-1922). / Karina Barbosa Cancellata. -
 Rio de Janeiro, 2017.
 204 f.

 Orientador: Victor Andrade de Melo.

 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Instituto de História, Programa de Pós
 Graduação em História Comparada, 2017.

 1. História Comparada. 2. História do Esporte. 3.
 História Militar. 4. História Contemporânea. 5.
 História da América. I. Andrade de Melo, Victor,
 orient. II. Título.

Karina Barbosa Cancellla

PARA REFORÇO DO MORAL E DESENVOLVIMENTO FÍSICO DO PESSOAL: a prática do esporte nas Forças Armadas estadunidenses e brasileiras em perspectiva comparada (1914-1922)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção de título de Doutor em História Comparada.

Aprovada em

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo
(PPGHC/UFRJ)

Prof. Dr. Bruno Sciberras de Carvalho
(PPGHC/UFRJ)

Prof. Dr. José Costa D'Assunção Barros
(PPGHC/UFRJ)

Prof. Dr. Adriano de Freixo
(PPGEST/UFF)

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente
(Escola de História/Unirio)

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes (suplente interno)
(PPGHC/UFRJ)

Prof. Dr. Alvaro Vicente Graça Truppel Pereira do Cabo (suplente externo)
(UCAM)

Para minha preciosa família e queridos amigos que tanto apoiaram toda essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Victor Andrade de Melo, orientador deste trabalho, pelas fundamentais contribuições para a pesquisa e para minha formação profissional e acadêmica, meu profundo e sincero agradecimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro durante o período de realização do curso de Doutorado e pela possibilidade de usufruir de estágio doutoral no exterior por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Ao Prof. Dr. Arnaud Waquet e aos professores da Université Lille 2 – Droit et Santé pelas preciosas contribuições durante o período de doutorado sanduíche em Lille (França).

Aos meus companheiros do “*Sport: Laboratório de História do Esporte e do Lazer*” (UFRJ) por todas as discussões teóricas e considerações para o aprimoramento da pesquisa.

A todos os professores, funcionários e colegas de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro por toda a atenção e contribuições ao longo deste curso.

Aos inúmeros mestres que, desde o início de minha caminhada acadêmica, auxiliaram na construção dos conhecimentos que serviram como base para este trabalho.

Aos meus colegas pesquisadores de História do Esporte e História Militar por todas as contribuições diretas e indiretas.

Aos funcionários de todos os arquivos e bibliotecas, no Brasil e exterior, visitados ao longo dos quatro anos de pesquisa por todo o auxílio e atenção.

À Dra. Milena Schettini, grande pesquisadora e irmã de alma, por todo o suporte técnico e emocional em toda essa longa jornada. Seu apoio foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

À sempre tão querida Professora Valeria Schettini pela ajuda ao longo de todo o curso nas tantas traduções e revisões de resumos em língua inglesa, meu mais sincero agradecimento.

Dedico agradecimentos especiais à minha família que, de diferentes formas, contribuiu para meu amadurecimento e equilíbrio, itens fundamentais para esta caminhada.

Aos meus queridos amigos pelo enorme carinho, apoio e motivação para que fosse possível seguir nesse duro trajeto até o fim. Agradeço também por toda a paciência e compreensão pelas ausências em tantos momentos.

“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa.”

(Marc Bloch)

RESUMO

CANCELLA, Karina Barbosa. **Para reforço do moral e desenvolvimento físico do pessoal:** a prática do esporte nas Forças Armadas estadunidenses e brasileiras em perspectiva comparada (1914-1922). Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O presente estudo buscou analisar em perspectiva comparada os processos de incorporação da prática esportiva no cotidiano militar das Forças Armadas de Brasil e Estados Unidos da América e seus principais argumentos oficiais de legitimação em um recorte temporal que se estende de 1914 até 1922. Para tal, adotou a abordagem “Contraste de Contextos” da História Comparada (SKOCPOL; SOMERS 1980). Colocando em diálogo os campos da História do Esporte e da História Militar, buscou-se compreender como as experiências bélicas dos dois países impactaram as concepções com relação aos usos do esporte em diferentes contextos de mobilização militar. O *corpus* documental selecionado para esta tese compreende fontes das categorias documentais e impressas, pois foram as que se mostraram mais profícuas para as discussões propostas (PINSKY, 2006). Após as análises, foi possível considerar que no Brasil a prática do esporte entre os militares foi primariamente compreendida como aspecto de preparação do físico e elemento de treinamento de habilidades funcionais necessárias ao exercício militar. Não havia a concepção da utilização do esporte em momentos de conflito, como ocorrido no caso estadunidense. Em decorrência do não-envolvimento direto das Forças Armadas brasileiras em grandes conflitos armados ao longo dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX, as atenções das instituições estavam voltadas ao processo de reestruturação, modernização das formas de treinamento e reaparelhamento militar. O foco estava em se mostrarem preparadas e potentes para o caso da ocorrência de conflito. Por não vivenciarem a experiência bélica efetivamente, não se estabeleceram preocupações com as atividades de tempo livre dos militares em períodos de mobilização e confronto. Já o envolvimento das Forças Armadas estadunidenses em conflitos internacionais e ocupações militares no período em análise fomentou a criação de argumentos diferenciados. As autoridades dos EUA defendiam a organização de atividades esportivas entre os militares em combate como forma de controle do tempo livre e estímulo de características competitivas vistas como úteis nas batalhas. As preocupações mais frequentes residiam em como desenvolver, por meio da prática esportiva, aspectos ligados à moralidade e masculinidade dos militares. O esporte foi, portanto, amplamente defendido como elemento importante para o desenvolvimento do pessoal militar, tanto no aspecto físico como moral,

nos dois países. No entanto, na análise comparativa entre Brasil e EUA foi possível identificar ênfases argumentativas diferenciadas baseadas em suas experiências bélicas. Seja como ferramenta utilitária de preparação do corpo e desenvolvimento de habilidades funcionais, seja como elemento de fortalecimento da moral e da masculinidade, é inegável a já constante presença do esporte no cotidiano das Forças Armadas dos dois países no recorte da pesquisa. Essa relação já se mostrava consolidada décadas antes da criação do *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), entidade responsável por divulgar o esporte e organizar competições entre Forças Armadas de todo o mundo criada em 1948 ao final da Segunda Guerra Mundial. As aproximações entre militares e esporte se ampliaram em todo o século XX, chegando ao patamar de realização de megaeventos esportivos exclusivos, caso dos Jogos Mundiais Militares organizados desde 1995 pelo CISM.

Palavras-chave: História Comparada do Esporte; Forças Armadas; História Contemporânea.

ABSTRACT

CANCELLA, Karina Barbosa. **To the strengthening of the moral and physical development of personnel:** the practice of sports in the Armed Forces from both Brazil and the United States of America in a comparative perspective (1914-1922). Rio de Janeiro, 2017. Thesis (Doctorate in Comparative History) - History Institute, Graduate Program in Comparative History, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The present study has aimed to analyse, in a comparative perspective, the processes of incorporating the sports practice in the routine of the Military Forces from Brazil and the United States of America, as well as their main official arguments for its legitimation in the time window extending from 1914 to 1922. Making use of the approach “Contrast of Contexts” from Comparative History (SKOCPOL; SOMERS 1980), it placed both fields of the Sports History and the Military one in dialogue, so as to try and understand how the Military experience from these two countries has impacted the conceptions relating the uses of sports in different contexts of military mobilization. The documental corpus selected for this study comprehends sources from two categories, documental and press, since these proved to be the most effective to the proposed discussions (PINSKY, 2006). The analyses of these data made it possible to consider that the practice of sports among the Military personnel in Brazil was at first seen as an aspect of physical preparation, besides being an element in the training of the functional abilities needed for the military exercise. At that time the conception of the utilization of sports in the moments of conflict did not exist here in Brazil in the same way as it did in the United States of America. This was due to the non-involvement of the Brazilian Armed Forces in major conflicts in the period comprehended between the last years of the 19th century and the beginning of the 20th one. In fact, the attention of our military institutions was focused on the process of restructuration and modernization of their different forms of training and own reequipping. They were more worried about showing how strong and well prepared they were in case any conflict might occur. As the Brazilian Armed Forces did not take part in any real war situation, neither did they develop free time sporting activities for the periods of mobilization and confrontation. Quite on the contrary, the United States Armed Forces were constantly involved in both international conflicts and military occupations in the period analysed, so their arguments for this implementation were differentiated. As a matter of fact, the United States’ active participation in war situations fomented the creation of sporting activities, which aimed to control the time at leisure of their military personnel, besides stimulating their competitive

characteristics, considered to be useful in battles. Furthermore, they defended the view that sports activities could also develop other aspects related to morality and masculinity. In short, both countries broadly incentivized the sporting practice in the development of both physical and moral aspects of their personnel. Nevertheless, comparing Brazil and the United States made it possible to identify that the difference between these two countries lies in the emphasis each of them placed on this implementation, due to the diversity in their experience at war. All in all, either as a utilitarian tool for physical preparation and development of functional abilities or the strengthening of the moral and masculinity, sporting activities have had an undeniable constant presence in the daily life of the Armed forces of Brazil and the United States of America, as shown in the cut out of the research. As a matter of fact the relationship between sports and the Forces had already been consolidated decades before the creation of the “Conseil International du Sport Militaire” (CISM), entity created in 1948 at the end of the World War II and held responsible for disseminating sports, as well as organizing military competitions worldwide. This proximity between sports and the military was strengthened to such a level throughout the twentieth century, that the Armed Forces were then entitled to promote major sporting events, exclusive ones, such as the World Military Games, which have been organized by the CISM since 1995.

Keywords: Comparative Sports History; Armed Forces; Contemporary History.

LISTA DE QUADROS

	Página
Quadro 1. Comparativo de efetivos legais de Marinha do Brasil e Exército Brasileiro.....	65
Quadro 2. Comparativo do número de soldados por milhar de habitantes em tempo de paz.....	66

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Ilustração 1. Montagem fotográfica publicada na página oficial do <i>US Army</i> no Facebook.....	88
Ilustração 2. Imagem publicada na revista <i>La vie Au Grand Air</i> em 15 de julho de 1919.....	149
Ilustração 3. Atletas dos Jogos Interaliados.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEF	<i>American Expeditionary Force</i>
ACM	Associação Cristã de Moços
CISM	<i>Conseil International du Sport Militaire</i> / Conselho Internacional do Desporto Militar
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
COI	Comitê Olímpico Internacional
DNOG	Divisão Naval de Operações de Guerra
EF	Educação Física
EUA	Estados Unidos da América
EB	Exército Brasileiro
FA	Forças Armadas
FEA	Força Expedicionária Americana
LEM	Ligas Esportivas Militares
LMF	Liga Militar de <i>Football</i>
LMSA	Liga Metropolitana de <i>Sports Athleticos</i>
LSE	Liga de <i>Sports</i> do Exército
LSM	Liga de <i>Sports</i> da Marinha
MB	Marinha do Brasil
YMCA	<i>Young Men's Christian Association</i>

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - O ESPORTE DE FARDA: AS FUNÇÕES ATRIBUÍDAS À PRÁTICA ESPORTIVA NO PROCESSO DE TREINAMENTO ENTRE MILITARES ESTADUNIDENSES E BRASILEIROS.....	38
1.1 O treinamento do corpo como ponto de atenção para militares brasileiros e estadunidenses: motivações e argumentos de legitimação.....	39
1.2 Esporte, guerra e nação: como Brasil e Estados Unidos da América utilizaram as experiências com conflito e o esporte para propagar o sentimento de nação.....	56
1.3 Os usos do esporte em situações de paz e de mobilização para a guerra.....	64
CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA MILITAR EM ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA E BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: O ESPORTE NA GUERRA E NA PAZ.....	99
2.1 A estruturação do esporte militar em Brasil e Estados Unidos da América no início do século XX.....	100
2.2 Hierarquia militar e esporte nas Forças Armadas de Brasil e Estados Unidos da América.....	123
CAPÍTULO 3 - A COMPETIÇÃO ESPORTIVA COMO ESPETÁCULO E REFORÇO DE IMAGENS DAS FORÇAS ARMADAS: OS CASOS DOS JOGOS INTERALIADOS E JOGOS DO CENTENÁRIO.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	187
Fontes.....	188
Bibliografia.....	195

INTRODUÇÃO

O fenômeno esportivo tem ampliado significativamente sua abrangência em sociedades ao redor do mundo ao longo dos dois últimos séculos como atividade de diversão, ferramenta para treinamento do corpo ou atividade profissional. As sociedades, no entanto, não incorporaram ou aplicaram tais práticas de forma homogênea e idêntica. Em cada local e tempo, os grupos ressignificam essas atividades a partir de suas experiências históricas. Efetivar análises sobre como esse fenômeno foi interpretado e vivenciado em diversas realidades lança luz sobre as especificidades locais e suas relações com aspectos globais, auxiliando na compreensão das diferentes dinâmicas sociais existentes em nosso planeta.

Os estudos sobre a história do movimento esportivo no Brasil se ampliaram nos últimos anos. No entanto, análises específicas sobre a introdução e desenvolvimento do esporte no interior das Forças Armadas (FA) brasileiras e de outros países ainda são escassas. Até o momento, não foram localizados trabalhos que enfoquem a temática de forma comparativa entre nações.

No processo de desenvolvimento das pesquisas que realizei no curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada, busquei analisar a introdução da atividade física sistematizada no cotidiano das FA brasileiras entre o final do século XIX e décadas iniciais do século XX comparando os casos do Exército Brasileiro e da Marinha do Brasil. Na presente pesquisa, a proposta é aprofundar tais discussões com a realização de uma análise comparativa do processo de difusão da prática esportiva entre militares e os argumentos oficiais de legitimação adotados pelas FA de dois países: o Brasil e os Estados Unidos da América (EUA).

A escolha dos dois países teve como base suas distintas experiências com a participação direta em conflitos armados internacionais entre fins do século XIX e início do século XX, uma vez que o objetivo principal deste estudo é compreender como as diferentes experiências em guerras influenciaram as perspectivas das Forças Armadas com relação ao esporte e os argumentos oficiais das instituições sobre as aplicabilidades dessas práticas no cotidiano militar.

Este estudo, portanto, mostra-se original e relevante por operar em uma lacuna de estudos no campo da História do Esporte pela pouca incidência de estudos sobre o tema, além de trabalhar uma temática em destaque pela grande divulgação nos últimos anos dos megaeventos esportivos organizados pelo Conselho Internacional do Desporto Militar

(*Conseil International du Sport Militaire – CISM*)¹ e pela intensa participação de atletas militares em eventos com forte apelo internacional, como os Jogos Olímpicos.

Os levantamentos sobre a temática apontaram uma pequena parcela de estudos historiográficos sobre esporte militar no Brasil, conforme já apontado. Apesar de o processo histórico do fenômeno esportivo ter atraído a atenção de áreas múltiplas, a inserção desse fenômeno no interior das estruturas das instituições militares brasileiras e seu desenvolvimento ainda são temas pouco visitados pelos pesquisadores. (MELO, 2007a).

No entanto, em outras partes do mundo o tema já é analisado por pesquisadores desde a década de 1980, sendo os exemplos mais significativos os estudos de Baumann (1988) sobre a inserção das práticas esportivas entre os militares da extinta União Soviética; a obra de Wanda Wakefield (1997), que trata sobre tal processo nas FA dos Estados Unidos da América; o estudo de Mason e Riedi (2010) sobre o esporte nas Forças Armadas britânicas e a tese de Waquet (2010) sobre a difusão da prática do futebol entre militares e civis franceses em decorrência das experiências vivenciadas na Primeira Grande Guerra. Recentemente, foram publicadas duas obras tratando especificamente das relações entre o esporte e a guerra. O livro “Sport, Militarism and the Great War: Martial Manliness and Armageddon”, publicado em 2012 e organizado por Thierry Terret e J.A. Mangan, dedica-se a discutir os aspectos da prática esportiva entre os militares e as relações do esporte com a guerra no contexto da Primeira Grande Guerra, enfocando os casos de França e Inglaterra. (TERRET; MANGAN, 2012). A segunda obra “Le Sport et La guerre: XIXe et XXe siècles” foi publicada em 2013 e organizada por Luc Robène. O livro também dedica seu maior espaço à discussão da realidade francesa e alguns poucos artigos sobre outros países. (ROBÈNE, 2013).

¹ O *Conseil International du Sport Militaire* (CISM) é a instituição regulamentadora internacional do esporte militar. Foi fundada em 18 de fevereiro de 1948, no pós Segunda Guerra, com o objetivo de reunir os militares em arenas esportivas ao invés de campos de batalha e promover a ideia da amizade através do esporte. Esse Conselho reativou a iniciativa de organização de jogos esportivos entre os militares, efetivada primeiramente pelo General Pershing e sua comitiva com a realização dos Jogos Interaliados em 1919, ao final da Primeira Grande Guerra. A partir da fundação do Conselho em 1948, foram empreendidas ações de promoção do esporte entre militares de diferentes países, como a organização de campeonatos mundiais de diversas modalidades. Ao longo da segunda metade do século XX e século XXI, inúmeras nações foram incorporadas ao CISM chegando ao número atual de 135 países membros. Em 1995, foram organizados os primeiros Jogos Mundiais Militares, competição multiesportiva idealizada pelo CISM que ocorre a cada 4 anos no ano anterior ao dos Jogos Olímpicos de Verão. A primeira edição foi realizada em 1995 em Roma (ITA), seguido de Zagreb (CRO) em 1999, Catânia (ITA) em 2003, Hyderabad (IND) em 2007, Rio de Janeiro (BRA), em 2011 e Mungyeong (KOR) em 2015. O CISM ainda iniciou em 2010 a realização de Jogos Mundiais Militares de Inverno no Vale de Aosta (ITA) e de Jogos Mundiais de Cadetes em Ankara (TUR). Em 2013, ocorreu a segunda edição dos Jogos de Inverno em Annecy (FRA) e a primeira edição do CISM World Football Trophy. Os 2o. Jogos de Cadetes foram realizados em 2014 em Quito/Salinas (ECU). (CISM, 2015).

Nenhum dos estudos identificados, entretanto, utilizou os pressupostos da História Comparada para o desenvolvimento das análises, opção metodológica adotada para esta pesquisa. Acreditamos que esse enfoque pode enriquecer as discussões a partir das observações de características de desenvolvimento do fenômeno esportivo no interior das FA de países com atividades militares bastante distintas.

Dentre as obras elencadas, o livro “Playing to Win: sports and the American Military, 1898-1945”, de autoria de Wanda Wakefield e publicado em 1997, foi identificado como o de maior contribuição para as discussões desta pesquisa. A obra dedica-se a analisar as relações estabelecidas pelas FA estadunidenses² com o esporte nas primeiras décadas do século XX e é o único trabalho dentre os analisados que se debruça especificamente sobre as questões relacionadas ao esporte no cotidiano das FA dos EUA. Por essa razão, foi utilizado como base principal de discussão para o caso estadunidense, acompanhado pelas análises de fontes documentais e de imprensa dos EUA e publicações que abordavam aspectos específicos de interesse.³

Na referida obra, Wanda Wakefield (1997) reforça que nos Estados Unidos, assim como no restante do mundo ocidental, a cultura esportiva apresentou maior desenvolvimento no final do século XIX e foi beneficiada pelas melhorias no transporte, pelo crescimento dos meios de comunicação (particularmente os jornais mais baratos), pela urbanização e industrialização. Em 1898, por exemplo, o esporte já fazia parte do calendário nacional e garantia atenção de diferentes grupos da população para competições de beisebol e futebol americano.

No entanto, a maior aproximação dos militares com essas práticas somente ocorreria na entrada dos Estados Unidos no conflito com a Espanha - conhecido como Guerra Hispano-Americana - pelo controle das colônias espanholas no Golfo do México no ano de 1898. Segundo a autora, após a derrota da Espanha no conflito, os comandantes estadunidenses formularam oportunidades para que os soldados e marinheiros praticassem beisebol, corrida e outras competições atléticas. (WAKEFIELD, 1997, p. 1).⁴

² Ao longo do trabalho, o termo “estadunidense” será utilizado como gentílico para Estados Unidos da América. No entanto, nas citações diretas e indiretas de referências bibliográficas e fontes primárias será respeitado o termo adotado originalmente pelo autor do material referenciado.

³ As fontes referenciadas serão apresentadas ainda nesta Introdução.

⁴ Ao longo do estudo, serão debatidos aspectos sobre o processo de inserção de práticas esportivas específicas em territórios ocupados pelas FA estadunidenses como um elemento de Diplomacia Cultural.

Seguindo esse movimento, líderes nacionais, como o próprio presidente Theodore Roosevelt e o General Leonard Wood, passaram a divulgar exemplos pessoais defendendo as vantagens da manutenção de uma boa aptidão física. O General Wood iniciou ainda um processo de garantir unidades com equipamentos envolvidos em treinamento físico no Exército Regular e na Guarda Nacional. (WAKEFIELD, 1997, p. 1).

Determinando o momento descrito acima como ponto de partida, a autora prossegue em sua obra discutindo as diferentes fases do movimento esportivo no interior das FA estadunidenses, relacionando-os com os diversos conflitos nos quais o país esteve atuando ao longo do século XX, seguindo até a Segunda Guerra. (WAKEFIELD, 1997).

Para o caso do esporte militar no Brasil, foram localizados alguns estudos como uma Dissertação de Mestrado na área da Educação Física (EF) apresentando um levantamento das ações e influências da Escola de Educação Física do Exército no contexto esportivo nacional (SOEIRO, 2003); artigos publicados em revistas científicas abordando a atuação dos militares no processo de introdução da educação física de forma sistematizada e obrigatória no Brasil e na formação de professores civis e militares por meio de suas Escolas de Educação Física (CASTRO, 1997; MELO; NASCIMENTO, 2000) e a obra de caráter enciclopédico “Atlas do Esporte no Brasil”, um catálogo de artigos sobre diferentes aspectos do movimento esportivo ao longo da história do país com capítulos dedicados especificamente às relações dos militares com o esporte, organizados internamente de forma exclusivamente cronológica, apresentando as diferentes etapas de desenvolvimento do movimento nas FA e Forças Auxiliares.⁵ (DACOSTA, 2005).

Ao longo dos anos de 2011 a 2013, período em que estive envolvida no processo de desenvolvimento da pesquisa de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada, foram publicados artigos com os resultados parciais do trabalho em anais de eventos, revistas científicas e capítulos de livros discutindo os processos de aproximação das FA brasileiras com as práticas esportivas em fins do século XIX e décadas iniciais do século XX. (CANCELLEA, 2011; CANCELLEA, 2012a; CANCELLEA, 2012b; CANCELLEA, 2012c; CANCELLEA; MATARUNA, 2012, CANCELLEA; MATARUNA, 2013). O texto final da dissertação defendida no ano de 2013 foi adaptado e publicado como o livro “O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades *gymnásticas* às participações em

⁵ Artigos sobre a relação do esporte com as FA e Forças Auxiliares: Bouças, Rabelo e Lacerda (2005); Correia (2005); Garrido e Lage (2005); Moreira (2005); Publio e Catalano (2005); Silva (2005); Soeiro (2005) e Soeiro e Pinheiro (2005).

eventos esportivos internacionais” pela editora Biblioteca do Exército em 2014. (CANCELLA, 2014).

Com objetivo de contribuir para a ampliação dessas discussões, esta tese busca estabelecer análises comparativas sobre os principais argumentos oficiais mobilizados pelas FA brasileiras e estadunidenses para o estabelecimento das práticas esportivas no interior de suas instituições, buscando compreender como as características específicas de estruturação e experiências prévias em conflitos influenciaram os “olhares” sobre as funções do esporte em seus respectivos ambientes militares.

Para uma melhor compreensão do contexto específico do recorte temporal analisado nesta tese (1914-1922), faz-se necessária a apresentação de um breve histórico sobre o processo de introdução e sistematização das práticas esportivas no treinamento militar das FA de Brasil e Estados Unidos da América desde o Oitocentos, temática que será abordada nos parágrafos subsequentes.

O processo de introdução das atividades físicas sistematizadas no cotidiano das FA brasileiras iniciou-se ainda no século XIX por meio de medidas normativas que buscavam a inserção das práticas de ginástica, natação e esgrima entre os conteúdos curriculares das escolas de formação de oficiais do Exército Brasileiro (EB) e da Marinha do Brasil (MB).⁶ Na segunda metade do século XIX e anos iniciais do século XX, os militares passaram a não somente praticar essas modalidades e outros esportes no interior de suas corporações como também desempenharam importante papel de fomentadores no meio civil, tanto atuando na função de instrutores em escolas civis quanto na participação como esportistas em competições de diferentes modalidades. Além disso, muitos militares ainda ocupavam papéis de liderança em entidades reguladoras esportivas.⁷ (GARRIDO; LAGE, 2005; SILVA; MELO, 2011).

As questões relacionadas ao preparo técnico e físico dos militares brasileiros já eram preocupações presentes desde meados do século XIX. O “corpo” da nação brasileira deveria ser forte, treinado e pronto para se inserir no âmbito das maiores nações do planeta. Para isso, o projeto idealizado para o país passava por questões de modernização que envolviam não somente os aspectos técnicos e jurídicos mas também os processos de formação e preparação

⁶ BRASIL. Decreto nº 2.116, de 01 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do Exército e do curso de infantaria e cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858; BRASIL. Decreto nº 2.163, de 01 de maio de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Lei n. 862 de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

⁷ O turfe, o remo e o iatismo são exemplos de esportes onde registra-se a participação de militares em seus processos de institucionalização no Brasil. Para maiores detalhes sobre esse ponto, ver Cancellata (2014).

dos cidadãos e daqueles responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem: os militares. (CANCELLA, 2014).

Além desse fator, as dificuldades enfrentadas pelas FA brasileiras nos conflitos em que se envolveram ao longo do século XIX, como a Guerra do Paraguai, evidenciaram a defasagem material, técnica, física e de formação militar. Nesse sentido, a prática de exercícios físicos de maneira sistemática passou a ser estimulada como forma de treinamento para melhoria do desempenho em atividades funcionais. A prática esportiva foi, então, inserida nas FA como uma das atividades a serem desenvolvidas como exercício e sob os argumentos de necessidade de melhorias do desenvolvimento físico e moral do combatente. (SILVA; MELO, 2011).

Ao longo dos anos iniciais do século XX, ocorreu uma intensificação das relações dos militares brasileiros com as práticas esportivas competitivas, principalmente no meio civil. Essa maior aproximação, associada ao crescente movimento de criação de entidades reguladoras do esporte, fomentou a fundação em 1915 das primeiras instituições com tal função dentro do EB e da MB: a Liga Militar de *Football* e a Liga de *Sports* da Marinha.⁸ O estabelecimento dessas ligas⁹ no interior das FA marcou um período de significativas aproximações com o esporte, sendo também o principal instrumento de controle dessas práticas nas FA nos anos iniciais do século XX. (CANCELLA, 2012b).

Ao estabelecerem as normas de organização e participação nas competições esportivas, tanto EB quanto MB valeram-se dos aspectos de distinção dos círculos hierárquicos para sistematizar suas ações. As diretorias que comandavam as atividades das Ligas Esportivas Militares (LEM) eram compostas somente por oficiais, ficando os demais integrantes (marinheiros, soldados, cabos, sargentos e suboficiais) fora do processo decisório e de definição de regras e prioridades. As competições eram também organizadas respeitando essa separação hierárquica, com provas distintas para oficiais, suboficiais e praças. Dessa forma, evitava-se não somente que oficiais e praças, por exemplo, competissem uns contra os outros mas também que competissem lado a lado nos esportes coletivos. A interação esportiva

⁸ Esse período da década de 1910 foi marcado também pelas discussões sobre a criação da primeira entidade esportiva nacional no Brasil, a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). A fundação das ligas esportivas nas FA, portanto, estava acompanhando um movimento maior que se desenvolvia no panorama do esporte no Brasil.

⁹ A organização esportiva tendo como base a criação de ligas foi um movimento constante em fins do século XIX e início do século XX em todo o mundo, não estando o Brasil distante desse processo. As ligas esportivas podem ser compreendidas como instituições responsáveis pela administração dos interesses dos clubes das diferentes modalidades, atuando como normatizadoras das práticas através de regras impostas (e aceitas) pelas equipes integrantes das ligas. O aceite por parte dos clubes das determinações com relação à organização dos campeonatos, sistemas de promoção e rebaixamento eram partes fundamentais para o efetivo funcionamento dessas instituições. As primeiras ligas esportivas fundadas no mundo foram a Liga Inglesa de Futebol e a Liga Norte-Americana de Beisebol, ambas no ano de 1871. (MALAIA, 2010).

dos militares de círculos distintos não era bem vista pelos comandos de nenhuma das duas forças, sendo considerada uma forma de “promiscuidade” que poderia prejudicar as relações e os distanciamentos necessários para a boa convivência nas organizações militares. (CANCELLA, 2014).

Das práticas de ginástica no interior dos quartéis ao desempenho de funções de instrutores nas escolas civis, os militares, durante a década final do Oitocentos e inicial do Novecentos, atuaram de forma ativa na divulgação dessas modalidades para a sociedade. As preocupações com o processo de formação dos instrutores, fortemente influenciadas por grupos militares estrangeiros, fomentaram as primeiras medidas para criação de escolas de formação em Educação Física no Brasil na primeira década do século XX.

Do período de introdução das atividades ginásticas e dos esportes até a criação das LEM, a prática na forma competitiva não era normatizada ou regulamentada pelas instituições. A partir de 1915, as ligas assumiram esse papel, sendo as responsáveis pelas ações de difusão. De 1915 a 1922, os processos de organização esportiva e institucionalização das atividades desencadearam novas preocupações e investimentos nas FA. Com a ampliação da abrangência do esporte competitivo, os militares especializaram suas ações e garantiram espaço de representação entre as principais equipes esportivas do país, até mesmo em seleções nacionais em eventos como os Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920. (CANCELLA, 2014).

Em 1922, as ligas militares foram reconhecidas oficialmente como entidades representativas pela Confederação Brasileira de Desportos, instituição responsável pelo esporte nacional naquele momento. Esse reconhecimento foi efetivado em decorrência das funções desempenhadas pelas ligas no processo de organização dos primeiros jogos multiesportivos internacionais realizados no Brasil: os Jogos Esportivos do Centenário, competição maior na qual também foram realizados os Jogos Internacionais Militares e Navais. Esses eventos ocorreram durante os festejos pelo centenário da Independência do Brasil, comemorados naquele ano de 1922. No processo de organização, foi criada uma Comissão Militar para as Festas Esportivas do Centenário, presidida pelo Coronel Estellita Werner que, em parceria com a CBD, foi responsável pela realização dos Jogos.¹⁰

¹⁰ BRASIL. Diário Oficial da União de 26 de julho de 1922, seção 1, p. 1-4.

A participação das LEM na organização desse evento foi uma experiência fundamental para mudanças significativas nas perspectivas de atuação das ligas militares. Essas mudanças englobavam a ampliação das preocupações não somente com a organização esportiva mas também com investimentos em processos de capacitação dos envolvidos na prática com a contratação de técnicos estrangeiros para diferentes modalidades e a criação de escolas de formação em Educação Física nas duas instituições. O ano de 1922, portanto, é compreendido como o encerramento de um primeiro ciclo de atuações das LEM, sendo um marco significativo no redirecionamento de suas abordagens e atividades.

Essas observações evidenciam a atuação dos militares brasileiros no fomento do esporte tanto no interior das Forças Armadas quanto no meio civil. Durante o período em análise nesta pesquisa (1914 a 1922), as FA brasileiras não estiveram em ampla mobilização para a atuação direta em grandes conflitos armados. Sendo assim, ocorreu um processo de envolvimento dos integrantes das FA em ações e atividades não ligadas diretamente ao preparo para batalhas ou guerras, apesar de a prática esportiva ser também defendida como uma possibilidade de preparação militar.

Já as aproximações das FA estadunidenses com o esporte, caso observado em perspectiva comparada ao do Brasil, foi diferenciado nesse sentido. A principal publicação existente sobre tal temática, a obra “Playing to win: sports and the American Military 1898-1945”, de Wanda Wakefield, defende que a fundamental motivação para a introdução da prática esportiva no cotidiano dos militares estadunidenses foi a participação em conflitos nos anos finais do século XIX e com argumentos diferentes daqueles identificados no caso brasileiro. Nos EUA, o esporte foi principalmente defendido pelos comandantes como oportunidade de distração saudável para os militares em campanha, sendo sempre enfatizada a necessidade de afastamento de práticas consideradas ilícitas pelos comandos, como ingestão de bebidas alcoólicas, envolvimento com prostituição e jogos de azar. (WAKEFIELD, 1997).

Analisando a introdução sistemática das práticas esportivas no cotidiano dos militares em combate, Wakefield (1997) discute os casos das campanhas estadunidenses em Cuba, nas Filipinas e nas duas guerras mundiais. A autora observa que o esporte foi defendido pelos comandantes das FA estadunidenses inicialmente como elemento de distração saudável, mas observações atentas sobre as atividades físicas já faziam parte das atenções dos militares, tendo sido criado em 1914 o Manual de Treinamento Físico no *US Army* com objetivo de garantir processos de treinamento físico igualitários para todos os homens que poderiam servir em guerras.

Wakefield (1997) ainda aponta as análises do Departamento da Guerra sobre a inserção dos programas esportivos no cotidiano das FA dos EUA, que defendiam o esporte como ferramenta para promover boas habilidades físicas nos militares e estimular o desenvolvimento do respeito e admiração por quem apresentava os melhores desempenhos em suas unidades. Por outro lado, se a rivalidade criada nas competições esportivas entre os soldados-atletas não fosse controlada, poder-se-ia colocar em perigo a lealdade e coesão necessárias aos grupos em combate. A partir da publicação do Manual, o esporte passou a ser reforçado como um elemento útil para ensinar aos soldados a cooperar uns com os outros, se identificar com os membros de seus times e reconhecer os laços comuns. Participando ou assistindo a competições esportivas, eles aprenderiam a passar por adversidades não somente no campo de jogo mas também no campo de batalha. Os esportes e as competições esportivas, com as determinações desse documento publicado em 1914, passaram a fazer parte efetivamente do cotidiano das FA estadunidenses. (WAKEFIELD, 1997, p. 8).

O argumento de defesa da prática esportiva entre os militares como elemento de promoção de bons hábitos e boa ordem foi reforçado no processo de preparação dos estadunidenses para o ingresso na Primeira Grande Guerra. Grupos moralistas que já faziam campanhas pela proibição de venda de bebidas alcoólicas e da prostituição passaram a incorporar a questão dos militares no discurso. Utilizando o argumento de que o país estaria em tempo de guerra emergencial e destacando o significativo aumento dos acampamentos de treinamento militar do *United States Army* e *United States Navy*, esses grupos intensificaram as pressões para alcançar seus objetivos de proibição, especialmente da prostituição. Eles afirmavam que essa prática seria um grande risco para a saúde e a segurança dos soldados, além de se mostrar como um atrativo para as jovens mulheres que viviam no entorno dos acampamentos como uma possibilidade de renda. (WAKEFIELD, 1997, p. 11-12).

Naquele momento, considerava-se que as energias dos jovens deveriam ser direcionadas unicamente para o preparo para as batalhas. Nesse contexto, o esporte era uma prática recreativa desejável e moralizante, uma vez que possibilitava a distração dos soldados e, ao mesmo tempo, garantia melhorias do condicionamento físico, das relações interpessoais e do companheirismo, além de serem instrumentos para reforço da masculinidade. (WAKEFIELD, 1997).

Nos acampamentos de treinamento, algumas entidades civis atuavam para desenvolver atividades entre os soldados. A *Young Men's Christian Association* (YMCA),¹¹ por exemplo, enviou representantes que organizavam aulas sobre a bíblia, grupos de canto, jogos, atuavam como árbitros em lutas de boxe, auxiliavam jovens soldados com pouca instrução a escrever cartas, entre outras distrações vistas como sadias pelos comandos das FA. (WAKEFIELD, 1997, p. 13).

Na obra analisada, a autora não discute especificamente como as questões hierárquicas que organizam as Forças Armadas eram tratadas nas competições esportivas realizadas em tempo de guerra entre os militares estadunidenses. Esse ponto requer análises mais detalhadas a fim de identificar as medidas de separação ou de agregação entre os diferentes círculos hierárquicos no processo de organização esportiva e é um dos pontos de análise comparativa nesta tese.

Segundo Wakefield (1997, p. 26), além das atividades com intuito recreativo, o esporte foi ainda utilizado no *front* como forma de treinamento de habilidades militares de forma mais “agradável”. Ao treinar o beisebol, os militares eram lembrados que o lançamento das bolas era similar ao processo de lançamento de granadas. Para que os soldados aprendessem a utilizar as máscaras de gás em combate, eram realizados treinamentos com jogos de beisebol, momentos em que os militares jogavam as partidas utilizando as máscaras sob os argumentos de que se conseguissem utilizar o instrumento no “campo de jogo”, poderiam utilizá-lo sem problemas no “campo de batalha”. Para encorajar os soldados a se sentirem confortáveis com as agressões que enfrentariam na guerra, as regras do boxe foram alteradas com a redução do tempo dos *rounds* para que não ocorresse a estagnação durante a luta, aumentando a intensidade do combate.

O esporte foi elemento presente e constante no cotidiano dos militares estadunidenses ao longo das primeiras décadas do século XX, sendo utilizado sob diferentes objetivos. Com o fim dos conflitos da Primeira Guerra em 1918, as Forças Armadas envolvidas nos eventos iniciaram o processo de desmobilização e retorno para seus países. Como forma de celebração da vitória dos Aliados, Elwood S. Brown, Diretor do Departamento Atlético da YMCA, escreveu ao Coronel Bruce Palmer, membro da equipe do General John Pershing (comandante da Força Expedicionária dos EUA na Primeira Guerra), informando que a entidade poderia organizar em conjunto com as FA competições esportivas entre os aliados como forma de celebração e reforço dos hábitos saudáveis entre os militares. Após discussões e acordos, os

¹¹ Para maiores informações sobre a instituição e suas relações com o esporte, ver: Cancelli (2010).

Jogos Interaliados, o primeiro evento esportivo internacional no pós-guerra,¹² foram realizados em junho de 1919, em Paris. A realização desse evento e a participação dos militares estadunidenses no processo de organização evidenciam a importância do esporte no contexto das atividades dessas FA ao longo dos anos iniciais do século XX. (TERRET, 1999).

Essa breve apresentação dos dois casos a serem analisados comparativamente levanta algumas questões importantes sobre as relações estabelecidas com o esporte por militares brasileiros e estadunidenses. As questões a investigar apresentadas a seguir serviram de fio condutor para as discussões realizadas neste estudo:

1. Quando e por que foram inseridas maiores preocupações com o preparo do corpo no processo de treinamento militar no Brasil e nos EUA?
2. Como os processos de organização interna e as experiências prévias em guerras das FA de Brasil e EUA interferiram em suas perspectivas de defesa da prática esportiva para seus militares?
3. Quais foram as principais aplicações da prática esportiva e os argumentos oficiais de legitimação mobilizados pelas FA dos dois países em condições distintas de atuação (tempo de paz e tempo de guerra)? Por que a adoção de justificativas diferentes para a defesa das práticas?
4. Como se desenvolveu o processo de organização e gestão do esporte e como as questões hierárquicas foram tratadas no contexto esportivo entre os militares no Brasil e nos Estados Unidos no período em análise?
5. Quais foram as funções desempenhadas e os desdobramentos da atuação dos militares na organização dos eventos esportivos internacionais “Jogos Interaliados”, no caso estadunidense, e “Jogos do Centenário”, no caso brasileiro?

Essas questões apontam para a possibilidade de realização de um estudo comparado com contribuições para a História do Esporte Militar com vistas a compreender como as Forças Armadas ao redor do mundo incorporaram o esporte entre suas atividades e quais foram suas formas de organização em diferentes condições de atuação, partindo-se da hipótese de que as experiências bélicas dos países e a forma como suas Forças Armadas eram organizadas internamente foram elementos definidores de suas concepções oficiais com relação aos principais benefícios da prática esportiva.

¹² Por ocorrência dos conflitos, os Jogos Olímpicos de 1916, previstos para ocorrerem em Berlim, não foram realizados, interrompendo a sequência de edições a cada quatro anos desde os primeiros Jogos Olímpicos da Era Moderna, promovidos em 1896.

Esta pesquisa, portanto, tem como objetivo principal analisar em perspectiva comparada os processos de incorporação da prática esportiva no cotidiano militar efetivados pelas FA brasileiras e estadunidenses e seus principais argumentos oficiais de legitimação em um recorte de pesquisa que se estende desde 1914 até 1922. No entanto, dentro desse recorte principal, foram trabalhados dois recortes distintos pertinentes aos interesses específicos de cada um dos “comparáveis” tratados nesta tese. Para as análises do caso estadunidense, foi observado o período entre 1914 e 1919, tendo como marco inicial 1914 por ser o ano de publicação do manual com normas de atividade física no *United States Army*, documento que efetivamente institucionalizou o esporte como elemento de preparação militar nos EUA, apesar de já serem identificadas algumas práticas esportivas em períodos anteriores, como será possível perceber ao longo do estudo. O marco final para as análises dos EUA, 1919, foi definido pela relevância da atuação de suas Forças Armadas na organização e realização dos Jogos Interaliados naquele ano.

Já para o caso brasileiro, o recorte temporal específico adotado envolve o período entre 1915 e 1922, sendo o marco inicial o ano de fundação das primeiras entidades de regulamentação da prática do esporte nas FA brasileiras (as ligas esportivas militares) e o marco final determinado pela realização dos Jogos Esportivos do Centenário em 1922 com participação ativa dos militares em seu processo de organização. Como este estudo tem como interesse analisar os argumentos oficiais adotados pelas FA sobre o esporte, mostra-se pertinente a adoção dos recortes específicos a partir de medidas internas das instituições militares em análise com relação à promoção da prática esportiva (publicação do Manual e fundação das ligas). Sendo também objeto de interesse deste trabalho discutir a relação estabelecida pelos militares com o esporte em contextos de preparação para conflitos e as ressignificações atribuídas a essas práticas, englobamos no estudo o período da Primeira Grande Guerra com a definição dos marcos finais em eventos esportivos de porte internacional que foram largamente mobilizados politicamente pelos dois países no contexto das relações internacionais.

Essa definição de marcos temporais distintos partindo de contextos específicos dos elementos comparáveis é algo pertinente em estudos de História Comparada. Isso porque, conforme afirma José D’Assunção Barros:

A História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças. (BARROS, 2014, p. 143).

Nesse sentido, as primeiras preocupações do historiador comparativista devem ser a definição dos objetos de pesquisa e como observá-los, sendo, nesse caso, um duplo ou múltiplo campo de observação. A investigação necessariamente recairá sobre duas ou mais realidades com características distintas, necessitando um processo de repensar abordagens e metodologias levando em consideração não somente semelhanças mas também (e principalmente) as diferenças entre essas realidades analisadas. (BARROS, 2007).

De acordo com Kocka (2003), as potencialidades dessa abordagem podem ser categorizadas em quatro grupos: 1) heurísticos, permitindo identificar questões e problemas que não seriam percebidos em outras abordagens; 2) descritivos, ampliando a compreensão de casos específicos através do contraste com outros casos; 3) analíticos, possibilitando a resposta a questões causais; 4) paradigmáticos, afastando o historiador de seu ponto de observação que tem mais domínio, ocasionando a desreferencialização do pesquisador.

A História Comparada pode ainda ser operada sob diferentes enfoques e objetivos. Skocpol e Somers (1980), analisando as diferentes modalidades de comparação utilizadas pelos pesquisadores sociais, categorizaram os estudos em três principais tipos: Demonstração Paralela de Teoria, Contraste de Contextos e Análise Macro-causal. Na abordagem Paralela, o interesse principal é demonstrar, acima de tudo, que uma teoria pode ser válida em diferentes casos, compreendendo as diferenças como particularidades contextuais que não comprometem a generalidade dos processos em análise. Já os pesquisadores que adotam a abordagem do Contraste de Contextos têm por objetivo principal evidenciar as características únicas de cada caso em suas discussões buscando demonstrar como essas especificidades influenciaram os processos sociais. A terceira abordagem elencada pelas autoras, Análise Macro-causal, visa utilizar as comparações para fazer inferências causais sobre estruturas e processos em nível macro.

Esta pesquisa enquadra-se na abordagem “Contraste de Contextos”, apresentada por Skocpol e Somers (1980), uma vez que busca analisar as relações das FA brasileiras e estadunidenses com a prática esportiva discutindo como as particularidades de cada um dos contextos influenciaram diretamente no processo de legitimação dessas atividades, assim como em seus argumentos de defesa. Destaco ainda a relevância dos pressupostos da História Comparada para o desenvolvimento das análises por seu caráter heurístico e pelo processo descritivo defendidos por Kocka (2003), uma vez que ao comparar os mecanismos e argumentos utilizados para a introdução do esporte entre as atividades das FA torna-se possível perceber as perspectivas adotadas por essas instituições, lançando o olhar para suas

dinâmicas internas específicas, e como essas foram determinantes para a adoção de diferentes enfoques com relação à prática esportiva, observações que não seriam possíveis sem a aplicação da abordagem comparativa.

A presente pesquisa transita ainda nos campos da História do Esporte e da História Militar, enfocando suas análises em uma área de interesse identificada como “História do Esporte Militar”, colocando em diálogo discussões características dos dois campos para a compreensão do desenvolvimento do fenômeno esportivo no contexto específico da organização militar.

O campo de estudos sobre a história do fenômeno esportivo tem se ampliado ao longo dos últimos anos e já é possível afirmar a consolidação de suas propostas, enfoques e abordagens de pesquisa. Como afirma Victor Melo, os estudos sobre a história do fenômeno esportivo ganharam maior projeção no Brasil no final da década de 1990 e principalmente nos anos 2000, sendo conduzidos “se não somente [...] por 'historiadores de formação', certamente por pesquisadores que, independente de sua filiação acadêmica original, procuram fazer uso das discussões metodológicas do campo da História”. (MELO, 2007a, p. 13).

No campo da História Militar, tradicionalmente vinculado à História Política e aos estudos das guerras e batalhas e das instituições militares, o movimento de renovação de objetos e interesses de pesquisa é também recente. Paulo André Parente afirma que a História Militar brasileira, acompanhando os movimentos de renovação de temáticas e metodologias, passou a incorporar novos objetos e interesses em suas pesquisas discutindo as “[...] múltiplas interfaces da História Militar, tais como social, institucional, cultural, econômica, tecnológica, religiosa, sociológica ou política, entre outras”. (PARENTE, 2009, p. 3). As novas propostas dos estudos nesse campo não devem se restringir somente à História Batalha, mas inserir como pontos centrais de análise questões como:

[...] origens geográfica, social e familiar dos militares; influências educacionais; experiências administrativas das FFAA; relações familiares; participação dos militares nas redes políticas, econômicas e intelectuais tanto no interior dos quartéis como fora deles; estudo de relações entre as diferentes FFAA; inserção das instituições militares no cotidiano das diferentes regiões do país; estudos sociais de gênero; análises das origens sócio-econômicas das diferentes camadas hierárquicas; mentalidade militar em diferentes momentos históricos; relações entre a guerra e a sociedade; estudos dos símbolos, gestos, comemorações, cantigas e elementos presentes na memória militar; construção dos “vultos”, dos ícones. (CANCELLE, 2013, p. 5).

Como já discutido em trabalho anterior:

Dentre estas novas possibilidades de estudo em História Militar, este autor não faz referência direta às práticas físicas ou esportivas. No entanto, no amplo universo de temáticas que tem emergido neste campo e levando em consideração a ampliação da relevância dos estudos sobre esporte na atualidade, considero que este movimento (o esporte) seja um objeto de importância significativa para a compreensão das relações das instituições militares com as questões do corpo e das competições através do esporte. (CANCELLA, 2013, p. 5).

Arnaud Waquet, em sua tese de doutorado defendida em 2010, aponta que o tema “esporte e guerra” somente recentemente passou a chamar a atenção dos historiadores. O autor destaca o nonagésimo aniversário do início dos conflitos como o momento em que outros aspectos relacionados à Primeira Guerra passaram a ser abordados, entre eles o esporte. Afirma já identificar um crescimento nos estudos sobre o tema desde meados dos anos 2000, apresentando obras e eventos que se dedicaram à temática, e uma real possibilidade de ampliação das pesquisas sobre as relações entre esporte e guerra nessa década, principalmente no período de 2014-2018 (centenário do conflito). Realizando uma importante revisão dos estudos sobre o tema, o autor comenta que a historiografia da Grande Guerra seria caracterizada em três fases:

[...] da história militar e diplomática (do entre-guerras e até os anos 1960), à história social (dos anos 1960 aos anos 1990) e, finalmente, mais recentemente, à história cultural. A transição da história militar para a história social marca uma ruptura na história da Grande Guerra; o acesso a novas fontes coloca em questão, às vezes violentamente, a história escrita nos anos anteriores. A transição da história social para a história cultural, por sua vez, foi mais naturalmente. Na década de 1990, a história vista por políticos, generais, soldados e civis abriu caminho para o estudo da guerra através da literatura, das artes plásticas e do cinema. A mudança da historiografia da Guerra Mundial para a história cultural ocorre em paralelo à entrada das ciências sociais na história da guerra; é o caso, por exemplo, da antropologia. (WAQUET, 2010, p. 16).¹³

Esta pesquisa pretende seguir nessa linha de observação de novas temáticas em estudos sobre guerra, abordando os diferentes usos do esporte em momentos de mobilização militar (no caso dos EUA) e em atuação em tempos de paz (no caso brasileiro).

O *corpus* documental selecionado compreende fontes das categorias documentais e impressas, pois foram as que se apresentaram mais profícuas para as discussões propostas. (PINSKY, 2006).

¹³ Tradução da autora. A partir deste ponto, todas as citações bibliográficas de trabalhos originalmente publicados em inglês ou francês serão apresentadas em versão em Língua Portuguesa com tradução livre feita pela autora desta tese como forma de garantir maior fluidez ao texto e facilidade de leitura.

As fontes documentais, de acordo com Bacellar (2006), são encontradas em acervos de arquivos públicos e privados. Nessa categoria, no caso das documentações brasileiras, foram analisados para o período de 1915 a 1922 os seguintes itens: Livros Históricos do Departamento de Esportes da Marinha; Leis e Decretos relacionados ao processo de institucionalização das práticas esportivas e da Educação Física; Diários Oficiais da União; Relatórios e Boletins do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha. Para o caso estadunidense, as fontes documentais elencadas são de duas tipologias: manuais - *Manual of Physical Training - United States Army 1914 (The Library of Congress)* e *Education, Vocational Training and Recreation in the Western Department of the United States Army 1920 (The Library of Congress)*, e relatórios - *The Practice of Friendship Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps (The Library of Congress)*; *YMCA Armed Services Department (The Library of Congress)*; *General Pershing's Story of the American Army in France (The Library of Congress)*; *United States Army in the World War 1917-1919 vol. 1-17¹⁴ (Center of Military History)* e *The inter-allied Games 1919 (The Library of Congress)*.¹⁵

As fontes impressas, ou fontes de imprensa, foram utilizadas com vistas a identificar os processos de aproximação entre os militares e a prática esportiva e os argumentos utilizados para divulgação do esporte nas FA brasileiras e estadunidenses. Nessa categoria, para o caso brasileiro, destacam-se os periódicos institucionais: “Revista Marítima Brasileira”¹⁶ e “Revista Militar”.¹⁷

¹⁴ Volume 1 - Organization of the American Expeditionary Forces; Volume 2 - Policy-forming Documents of the American Expeditionary Forces; Volume 3 - Training and Use of American Units With the British and French; Volume 4-9 - Military Operations of the American Expeditionary Forces; Volume 10 - The Armistice Agreement and Related Documents; Volume 11 - American Occupation of Germany; Volume 12-15 - Reports of the Commander-in-Chief. AEF. Staff Sections and Services; Volume 16 - General Orders. GHQ. AEF; Volume 17 - Bulletins. GHQ. AEF.

¹⁵ Todas as documentações listadas estão digitalizadas e disponíveis nas bases de dados da *The Library of Congress* (http://archive.org/details/library_of_congress); *Center of Military History* (<http://www.history.army.mil/>); *Naval Historical Center* (<http://www.history.navy.mil/>).

¹⁶ Publicação oficial da Marinha do Brasil desde 1851, editada trimestralmente com artigos de autores nacionais e estrangeiros sobre assuntos históricos, técnicos e estratégicos até os dias atuais.

¹⁷ Primeiro periódico científico oficial do Exército, criado em 1882 com o nome de Revista do Exército Brasileiro com a atribuição de ser o veículo oficial do conhecimento produzido na instituição. Circulou entre 1882-1888, sendo interrompida a publicação e reiniciada em 1899 com o título de Revista Militar entre 1899-1908. Em 1911, a publicação foi retomada com o nome de Boletim Mensal do Estado Maior do Exército, circulando até 1923.

Para o caso dos EUA, como periódico institucional foi analisado o jornal “Star and Stripes”,¹⁸ jornal criado em 1861, durante a Guerra Civil dos Estados Unidos, com vistas a relatar questões relacionadas à atuação das Forças Armadas. A publicação foi retomada durante a Primeira Guerra como um semanário de oito páginas impresso na França e distribuído para as tropas estadunidenses no combate. Com o final do conflito, foi interrompida e novamente retomada com a ocorrência de um segundo conflito mundial, em 1942. Atualmente, há um jornal com o mesmo nome, servindo às mesmas funções, com quatro edições impressas diárias (Europa, Oriente Médio, Coreia e Japão) e um site para os membros do serviço militar que servem no exterior. (STRIPES, 2011).

Para a identificação de informações específicas sobre as relações entre militares e esporte nos dois países, foram ainda utilizados jornais de ampla circulação consultados em duas bases de dados de periódicos digitalizados: a Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional¹⁹ e a *Chronicling America – Historic American Newspaper* da *The Library of Congress*.²⁰

Durante a realização do curso de Doutorado, foi possível empreender um período de coleta de fontes na França pela realização de estágio doutoral nesse país pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesse período, foi realizada a coleta de materiais específicos sobre a prática esportiva no *front* europeu da Primeira Guerra, normativas internas sobre Educação Física e esporte do Exército francês e documentações a respeito da organização e realização dos Jogos Interaliados em Paris em 1919. Dentre os materiais coletados, destacam-se os seguintes itens: periódico diário especializado em esportes “L'Auto” (foram utilizadas na pesquisa as edições entre junho de 1918 e dezembro de 1919); periódico trimestral especializado em esportes “La Vie au Grand Air” (todas as edições entre 1916-1919) e Fotografias dos Jogos Interaliados de 1919 (Fundo Agence Rol - photographie de presse).²¹

¹⁸ As edições de “Star and Stripes” publicadas durante a Primeira Guerra foram digitalizadas e estão disponíveis na base de dados da *The Library of Congress – American Memory* no seguinte endereço: <http://memory.loc.gov/phpdata/calendar.php?collection=sgpsas&chosenagg=sgpsas&chosenyear=1918&chosenmonth=3>.

¹⁹ Para consultas, ver: <http://hemerotecadigital.bn.br>.

²⁰ Para consultas, ver: <http://chroniclingamerica.loc.gov>.

²¹ Materiais coletados na Bibliothèque Nationale de France (Paris).

Os materiais relacionados nas categorias de “fontes documentais” e “fontes impressas” foram analisados a partir do método de análise crítica de documentos. Esse método é empreendido em duas etapas: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, na qual é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e as circunstâncias em que foi produzido, além de seu público alvo. (CALADO; FERREIRA, 2005).

Para a categoria “fontes impressas” foram ainda observadas as sugestões metodológicas de Tânia de Luca (2006) para o uso da imprensa em pesquisas históricas. A autora afirma que o pesquisador não pode perder de vista em suas análises os aspectos da materialidade dos impressos, compreendendo quais as condições de produção vigentes na época e as opções feitas pelos impressos analisados; a identificação da função social desses documentos; para que públicos se destinam; como chegam aos leitores e que linguagens e instrumentos utilizam em sua estrutura interna para informar e formar opiniões.

Para a melhor compreensão das discussões realizadas nesta pesquisa, destaca-se a necessidade de definição de alguns conceitos-chave. O primeiro conceito elencado é o de “esporte moderno”, compreendido a partir das análises de Victor Melo. O autor, ao discutir as diferentes fases de construção do conceito ao longo dos séculos XVIII a XX, apresenta como características principais desse fenômeno:

- Organiza-se em entidades representativas (locais, nacionais e internacionais); o club, que se delineara nos “coffee shops” e “public houses” ingleses do século XVIII, será a unidade fundamental de estruturação. A palavra surgiu no século XIII e é somente no século XVII que ganhou a acepção de associação de pessoas para um fim em comum. Os clubes se estruturaram como bases da sociedade civil, uma forma de conformar novas identidades (de categoria, de classe, nacional, regional, local). [...]
- Possui um calendário próprio, já não mais seguindo estritamente outros tempos sociais ou rituais.
- Envolve um corpo técnico especializado cada vez maior (treinadores, preparadores físicos, dirigentes, gestores, psicólogos, médicos, entre muitos outros).
- Gera um mercado ao seu redor, que extrapola até mesmo o que a princípio poderia ser considerado específico da prática esportiva (MELO, 2010, p. 4).

O processo de sistematização e organização das práticas esportivas é um movimento característico da modernidade, desenvolvendo-se principalmente na sociedade inglesa do século XVIII e difundindo-se pela Europa e por todas as regiões do mundo onde exerciam influência. Essas práticas e processos foram incorporados, assimilados e ressignificados por diversos grupos sociais nas diferentes localidades onde se estabeleceram a partir do Oitocentos.

Outro aspecto importante que precisa ser destacado para as análises desta pesquisa reside no fato de que todas as atividades desenvolvidas no interior das FA em todo o mundo estruturam-se nas relações de hierarquia e disciplina, conceitos basilares para as organizações militares. Essas duas determinações, no entanto, não se restringem somente ao cotidiano das FA. Ao analisar a estrutura de organizações esportivas, Patrick Miller (1997) identificou que aspectos como disciplina, trabalho em grupo, controle do corpo e respeito às regras fazem parte das práticas esportivas. Em trabalho anterior em que foram discutidas as considerações do autor, foi possível destacar de suas afirmações que:

[...] a estrutura do esporte, para que estivesse em conformidade com os modelos comerciais e industriais estabelecidos ao longo do século XIX, elaborou significações adicionais para as competições. As representações de força e energia nas arenas esportivas passaram a compartilhar espaços com aspectos como disciplina e autocontrole. Os limites de tempo e território impostos pelas determinações do tamanho dos campos e precisão dos cronômetros passaram a determinar ênfases na coordenação e trabalho em equipe bem ordenado. As codificações e publicações das regras dos jogos destacam uma racionalização dos processos envolvidos no esporte, em contraponto às ações espontâneas. O estabelecimento de hierarquias de autoridade, com os especialistas e treinadores profissionais no topo, era o modelo de gestão comumente adotado. As afirmações de Miller sobre o processo de estruturação do esporte evidenciam que as questões disciplinares, o respeito às regras e a organização hierárquica também são elementos fundamentais no movimento esportivo. (CANCELLE, 2013, p. 20).

Considerando que o esporte já envolve aspectos específicos de hierarquia e disciplina em seu processo de organização, ao serem inseridas as práticas esportivas entre as atividades das FA tanto no Brasil quanto nos EUA, foi necessário um processo de diálogo entre essas determinações características do esporte com aquelas já existentes nas instituições militares. Para a realização das discussões sobre como as relações hierárquicas da caserna foram tratadas no âmbito da prática esportiva nos dois países, este estudo compreende o conceito de hierarquia militar a partir das considerações de Piero Leirner, que afirma que “a hierarquia é uma segmentação escalonada [...] que determina as possibilidades e limitações de cada indivíduo de acordo com sua patente”. (LEIRNER, 1997, p. 73).

Mostra-se importante também destacar que o termo “moral” aparece frequentemente nas fontes analisadas para esta pesquisa, tanto nas estadunidenses como nas brasileiras. Ele pode estar se referindo a dois aspectos distintos: “o moral”, no sentido de ânimo, disposição e “a moral”, como sinônimo de bons costumes. Ao longo das análises, foi possível perceber a mobilização do esporte como elemento reforçador do moral e da moral dos militares nos dois países em suas condições distintas de atuação, como será discutido ao longo do texto.

Outro aspecto relevante para as discussões deste trabalho é a mobilização, por parte dos dois países, do esporte e dos eventos esportivos como ferramenta de projeção internacional e relação com as demais nações. Para analisar esse aspecto, foi adotado o conceito de “diplomacia cultural” ou “política cultural externa”. O uso de elementos culturais como instrumento de política externa por parte dos países já é uma temática presente nas discussões de relações internacionais há pelo menos quatro décadas. Hugo Suppo e Mônica Lessa, em trabalho debatendo as diferentes vertentes de análise dos usos da dimensão cultural nas relações internacionais, apontam que:

[...] apesar da importância atribuída por muitos autores ao fator cultural, é somente a partir dos anos de 1970, com o surgimento de novos paradigmas de estudo, que a dimensão intercultural da sociedade internacional passa a ser incorporada como novo campo de pesquisa das Relações Internacionais. (SUPPO; LESSA, 2007, p. 225-226).

O estudo das políticas culturais, ou das diplomacias culturais, conforme terminologia adotada por outros autores, é, de acordo com as análises de Suppo e Lessa, muito mais do que determinar a influência de uma cultura sobre outra. Vai além do encontro cultural e compreende que:

[...] nenhuma cultura ultrapassa suas fronteiras nacionais de forma espontânea e aleatória, ainda que leve em conta, também, esse aspecto. Porém, o peso das afinidades culturais, da presença, da influência e do prestígio de uma cultura nacional em determinada área do globo é, invariavelmente, resultado de um processo, de uma política mais ou menos bem-sucedida que determinará a aproximação ou afastamento entre as sociedades. (SUPPO; LESSA, 2007, p. 243).

Para os autores, o conceito operatório mais apropriado seria o de “política cultural externa”, já que:

[...] com exceção de encontros pessoais e espontâneos, até certo ponto nenhuma relação ou ação cultural realiza-se sem a autorização, o acordo e o apoio (político e/ou econômico) do Estado, quando não é francamente planejada, dirigida e subvencionada pelo mesmo. (SUPPO; LESSA, 2007, p. 242).

A atuação das FA brasileiras e estadunidenses nas ações de promoção do esporte e de organização de grandes eventos esportivos será, portanto, analisada pela perspectiva da política cultural externa.

Demais conceitos que se mostrarem significativos para as discussões específicas de cada uma das partes desta tese serão apresentados e debatidos nos trechos pertinentes.

Este estudo está organizado em cinco partes, sendo a primeira composta pela Introdução. No capítulo 1, intitulado “O esporte de farda: as funções atribuídas à prática esportiva no processo de treinamento entre militares estadunidenses e brasileiros”, discutir-se-á quais foram os usos e aplicações do esporte nas FA dos dois países nos períodos iniciais do século XX, relacionando as principais características de organização interna e experiências bélicas dessas forças e como estas interferiram nas concepções sobre o esporte e seus usos no cotidiano militar de Brasil e EUA.

O capítulo 2 “Organização esportiva militar em Estados Unidos da América e Brasil no início do século XX: o esporte na guerra e na paz” busca discutir como se desenvolveu o processo de organização e gestão das práticas esportivas nos dois países, em contextos de paz e guerra, e como as determinações hierárquicas específicas das FA foram ressignificadas no contexto das práticas e competições esportivas.

No capítulo 3 com o título “A competição esportiva como espetáculo e reforço de imagens das Forças Armadas: os casos dos Jogos Interaliados e Jogos do Centenário” discutir-se-á a atuação dos militares estadunidenses e brasileiros na organização dos dois eventos esportivos internacionais destacando seus objetivos de atuação nos processos de organização; como os eventos e o esporte foram utilizados como ferramentas de reforço de suas imagens internacionais e os desdobramentos das ações para a organização do esporte militar.

Finalmente, este trabalho conta com uma quinta e última parte dedicada às Considerações Finais sobre as discussões realizadas ao longo de todo o estudo.

CAPÍTULO 1

**O ESPORTE DE FARDA: AS
FUNÇÕES ATRIBUÍDAS À PRÁTICA
ESPORTIVA NO PROCESSO DE
TREINAMENTO ENTRE
MILITARES ESTADUNIDENSES E
BRASILEIROS**

1.1 O treinamento do corpo como ponto de atenção para militares brasileiros e estadunidenses: motivações e argumentos de legitimação

O presente capítulo pretende discutir quais foram os usos e aplicações do esporte nas FA dos dois países em situações de não-conflito e conflito, relacionando as principais características de organização interna dessas forças e de suas experiências bélicas e como estas interferiram nas concepções sobre as práticas e usos do esporte no cotidiano militar de Brasil e EUA. Para tanto, inicia-se a discussão a partir dos principais aspectos que motivaram a introdução do “corpo” como um elemento de preocupação e a criação de normativas específicas para o treinamento do físico dos militares brasileiros e estadunidenses.

As preocupações com o preparo técnico e físico dos militares, tanto no Brasil como nos EUA, já eram questões presentes desde o século XIX. Este item dedica-se a analisar de forma comparada os principais motivadores identificados em cada um dos países para a criação de medidas normativas para introdução e regulamentação da prática de atividade física de forma sistemática e os argumentos de legitimação mais utilizados pelas FA em Brasil e EUA para a promoção das práticas esportivas entre seus militares.

No caso brasileiro, diversos autores apontam a participação na Guerra do Paraguai como um importante marco no processo de reestruturação e reorientação das ações das instituições militares. A vivência desse conflito foi fundamental para a identificação de significativas fragilidades das FA brasileiras em diversos aspectos: processos de treinamento e preparação do pessoal, defasagem de materiais e contingente.

Analisando alguns desses pontos, Fernanda Nascimento (2010) defende que por meio dessa experiência militar foi possível perceber uma necessidade urgente de se instituir um serviço militar obrigatório no Brasil e efetivar uma reforma nos processos de formação e preparação técnica dos soldados. A autora afirma que foram identificados inúmeros problemas com relação ao manuseio de materiais e falta de experiência militar por parte dos voluntários que serviram nos combates. Fabrício Neves (2010), analisando as repercussões da atuação das FA brasileiras nesse conflito, ainda defende que:

[...] a partir da Guerra do Paraguai (1865-70), finalmente, o Exército ganhou outra dimensão na sociedade brasileira. A guerra contra Solano López, apesar de exitosa, chamou a atenção para as debilidades da corporação diante de um aparato militar modernizado como o paraguaio. Surge daí a necessidade de aparelhamento das forças armadas segundo novos padrões de eficiência e técnicas de combate. [...] Diferentemente de países como Inglaterra e França, que àquela altura enveredavam por um caminho industrializante, a economia nacional estava ainda inteiramente voltada para o comércio de exportação de produtos primários e importação de manufaturas. É nesse contexto que começam os militares a reclamar a ruptura do modelo agrário exportador e a estabelecer a relação entre indústrias estratégicas e de armamentos. A conscientização dos militares para o problema do “atraso” brasileiro alterou radicalmente o padrão de relacionamento do Exército com as elites civis do Império. Os jovens oficiais que antes se pronunciavam sobre questões tocantes à vida política do país – o fim da escravidão, a educação, a construção de ferrovias, a imigração e o desenvolvimento da indústria, além da moralidade na administração dos negócios públicos – aferravam-se agora contra o próprio regime monárquico. (NEVES, 2010, p. 472).

No que se refere às questões relacionadas ao preparo físico dos militares, a Guerra do Paraguai também teve impacto importante. Apesar de desde meados do século XIX as práticas de atividades físicas como ginástica e natação serem itens obrigatórios nos currículos das escolas de formação de oficiais da Marinha e do Exército,²² as experiências na guerra evidenciaram significativas defasagens no processo de treinamento do corpo dos militares brasileiros. Victor Melo afirma que após as reformas curriculares do ano de 1858, responsáveis pelo estabelecimento da obrigatoriedade das atividades físicas de forma sistemática, ao se efetivarem “[...] modificações e reestruturações das escolas militares, sempre foi explicitamente considerada a necessidade de ensino e prática de atividades físicas, o que sem sombra de dúvida tornou as Forças Armadas pioneiras em tal preocupação”. (MELO, 2007b, p. 114).

Os militares brasileiros passaram a praticar não somente as ginásticas mas também incorporaram atividades que auxiliavam no desenvolvimento de habilidades fundamentais para o exercício militar no período, como a natação, a esgrima e a equitação. Essas práticas, posteriormente, passaram a ser realizadas também em caráter esportivo com a organização de competições. Esse processo nas FA acompanhou um movimento crescente na sociedade brasileira do século XIX, que dedicava atenções a questões relacionadas à saúde e à higiene. Como afirmam Silva e Melo:

²² “Conforme Decreto n.º. 2.116, de 01 de março de 1858 que aprovou o regulamento que reformava a Escola Militar da Corte, a Escola de Aplicação do Exército e a Escola de Infantaria e Cavalaria da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os alunos dos cursos teriam em seus ensinamentos aulas de tiro, equitação militar e ‘hipiátrica’, natação e esgrima. No mesmo ano, o Decreto n.º. 2.163 de 01 de maio reorganizou a Academia de Marinha tornando-a Escola de Marinha e dentre suas reformulações curriculares, inseriu como item comum do currículo aos aspirantes de todos os anos a prática de esgrima uma vez por semana, ginástica uma vez por semana e natação duas vezes por mês e aos domingos antes da missa”. (CANCELLETTA, 2013, p. 43-44).

Nos primeiros anos do século XIX, as cidades brasileiras - entre elas o Rio de Janeiro, a capital – apresentavam condições deficientes de saneamento e eram constantemente agredidas por epidemias. A partir do segundo quartel da centúria, em meio às crescentes preocupações com a saúde, uma das iniciativas foi o aperfeiçoamento da formação do médico e a reformulação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Entre as inovações, implementou-se a exigência de apresentação de teses para a concessão do título de doutor. Algumas dessas teses se debruçaram sobre a educação física, que ainda não era concebida como disciplina escolar, constituindo antes um conjunto de cuidados ligados à higiene, à puericultura e também, de forma geral, à prática de atividades físicas. (SILVA; MELO, 2011, p. 2).

A experiência brasileira na Guerra do Paraguai foi analisada pelo viés das atenções com a preparação do corpo dos militares por Leonardo da Silva e Victor Melo (2011). Os autores analisaram os escritos do médico Eduardo Augusto Pereira de Abreu (segundo cirurgião do Exército e filho do Comendador Plácido Antônio Pereira de Abreu²³), que foi enviado ao Uruguai em 1865 em meio aos acontecimentos da guerra.

As observações do doutor Pereira de Abreu sobre a atuação dos soldados brasileiros em seus dois meses na região de conflito foram compiladas em uma obra relatando os aspectos que compreendeu como fundamentais para o bom preparo dos militares. Um dos textos debatia especificamente a questão do preparo do corpo dos soldados e foi intitulado “Estudos higiênicos sobre a educação física, intelectual e moral do soldado: escolha do pessoal para a boa organização do nosso Exército” e publicado em 1867. Nesse trabalho, o doutor defendia o estabelecimento de exames para o afastamento dos indivíduos que apresentassem estrutura física não qualificada para a atividade militar, priorizando a manutenção de um corpo saudável por meio de treinamentos, aspectos fundamentais para o bom soldado em sua visão. A prática da ginástica foi defendida pelo médico como um instrumento para a “preparação física e manutenção do vigor”, além de “[...] ser capaz de proteger os adolescentes dos ‘hábitos ociosos’, e enfatizava sua relação com a educação de um jovem que, viril e fisiologicamente sadio, estaria pronto para servir à pátria”. (SILVA; MELO, 2011, p. 344-345).

Os impactos da experiência nessa guerra foram muito sentidos não somente pelas FA brasileiras mas pelo país como um todo. Armando Vidigal aponta que:

²³ “Plácido Antônio Pereira de Abreu - barbeiro de dom João VI, criado de quarto de dom Pedro I, tesoureiro da imperatriz Leopoldina”. (SILVA; MELO, 2011, p. 338).

Dos cerca de 160 mil brasileiros que tomaram parte na guerra, 50 mil perderam a vida e cerca de mil ficaram inválidos. Da mesma forma que em outros conflitos no século XIX, as altas taxas de mortalidade foram uma consequência das péssimas condições de higiene reinantes e da má alimentação das tropas, facilitando a propagação de doenças que, mais que os combates, causaram os óbitos. [...] Infelizmente, o avanço tecnológico na construção naval que teve lugar durante o conflito não teria continuidade, já que as dificuldades financeiras do País impediram que a Esquadra se renovasse. O Brasil não acompanhou as mudanças que tiveram lugar no resto do mundo e veria, a partir do fim da Guerra do Paraguai, o seu Poder Naval se deteriorar inexoravelmente, o que só iria se reverter com a efetivação do Programa Naval de 1906. (VIDIGAL, 2009, p. 13).

As discussões sobre a necessidade de melhorias e reestruturações nas FA brasileiras iniciadas após a Guerra do Paraguai se estenderam por todo o período final do Império, alcançando a República, como aponta Vidigal (2009). Ao longo dos primeiros anos do governo republicano, tanto nos Relatórios do Ministério da Guerra como nos do Ministério da Marinha, eram constantes as reclamações sobre a necessidade de aumento do orçamento federal para as FA, de ampliação dos contingentes com estabelecimento do serviço militar obrigatório e também de significativas melhorias materiais e no processo de treinamento. (CANCELLA, 2013). Os ministros defendiam como fundamental um melhor aparelhamento das FA brasileiras por sua posição importante na América do Sul, sendo fundamental, por exemplo:

Dotar a República de uma Marinha poderosa, que garantisse visibilidade ao país e a presença de sua bandeira no exterior, além de um lugar hegemônico na América do Sul e a defesa do território nacional, torna-se uma necessidade primordial, sobretudo durante o período em que Rio Branco ocupa o Ministério das Relações Exteriores entre 1902 e 1912. (ALMEIDA, 2010, p. 150).

Nesse momento inicial de consolidação da República, eram justificáveis as preocupações em estabelecer o Brasil como uma potência militar na América do Sul, uma vez que nações como Argentina e Chile estavam realizando importantes investimentos em material bélico para uma maior assemelhação às estruturas militares das potências europeias. (ALMEIDA, 2010; NASCIMENTO, 2010).

Como pontuado, a falta de preparo físico e técnico se manifestou como grande preocupação para os militares brasileiros desde as observações da Guerra do Paraguai. Os debates sempre giravam em torno de se estabelecer no Brasil um processo de treinamento que se assemelhasse aos das grandes potências armadas do período. Ao efetivar estudos da estrutura dessas instituições, projetava-se a renovação das FA brasileiras. Em artigo publicado na Revista Militar de 1901, o Major Engenheiro Dias de Oliveira discutia a organização e ações do Exército Alemão. O autor destacava em seu texto as principais vantagens desse exército e afirmava que:

[...] o oficial de Estado-Maior não deve somente desenvolver o espírito, completar a instrução, já pelo útil jogo da guerra, a resolução de temas táticos, conferências, já pelos trabalhos de inverno ou de viagens do Estado-Maior. É-lhe igualmente necessário desenvolver as qualidades físicas, tonificar e robustecer o organismo, para suportar com vantagem a inclemência da vida em campanha, como convém a um homem de guerra. Por isso o oficial alemão, além das grandes manobras do outono, dedica-se com paixão aos diversos gêneros de exercícios físicos, como a ginástica, o ciclismo, a equitação, as marchas de guerra e as demais úteis e atraentes diversões criadas pelo esporte moderno.^{24, 25}

As atenções e preocupações com a educação física ganharam destaque tanto no meio civil como no militar:

A defesa pela ampliação desta disciplina no sistema de ensino ao longo daquele século baseava-se nos benefícios que as atividades físicas sistematizadas trariam para o corpo e mente dos jovens. No meio militar, esta defesa era reforçada pelas observações dos cuidados de instituições militares de outros países com os processos de preparação do corpo dos combatentes, considerando os exercícios físicos como um dos melhores instrumentos para a manutenção da forma e da disciplina das tropas. Este “olhar” para o estrangeiro trouxe diversas influências para a estruturação da educação física no Brasil. (CANCELLETA, 2013, p. 45).

As atenções dispensadas à educação e ao preparo do físico de militares e civis ocuparam espaços nos discursos institucionais das FA nos anos iniciais da República. Defendia-se que era necessário manter um povo forte e preparado para ser possível encontrar potenciais soldados e marinheiros entre a população civil em caso de uma mobilização por ocorrência de conflito.

O Exército Brasileiro, por exemplo, assumiu “[...] o papel de prover o ensino secundário aos jovens que quisessem seguir a carreira das armas, em virtude da pouca qualificação de seu efetivo” (CUNHA, 2011, p. 1), e inculcar “[...] na infância brasileira o gosto pelas armas”.²⁶ O Regulamento do Colégio Militar, aprovado pelo Decreto nº. 371 de 02 de maio de 1890, apresentava um curso composto por 16 disciplinas com conteúdos teóricos e práticos. O artigo 24 do regulamento destacava que:

Art. 24. Além das disciplinas que foram especificadas, o curso do colégio compreenderá o ensino das seguintes matérias: educação moral, **direitos e deveres do cidadão e do soldado**, noções práticas de disciplina, economia e administração militar, nomenclatura e manejo de armas em uso, tiro ao alvo, **esgrima e evoluções das três armas**, desde a escola do soldado até a do batalhão, do esquadrão e da bateria, **natação, ginástica** e música.²⁷

²⁴ OLIVEIRA, Dias de. O Exército Alemão. Revista Militar, ano III, 1901, p. 188-189.

²⁵ As transcrições documentais neste trabalho tiveram a grafia atualizada para a norma ortográfica atual da Língua Portuguesa.

²⁶ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra, 1890, p. 22.

²⁷ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra, 1890, anexo 93-94 (grifo meu).

Como é possível perceber no trecho acima, o processo de preparação dos jovens, de acordo com os ideais do EB, deveria envolver aspectos educacionais e cívicos e também físicos e técnicos para que fossem formados potenciais soldados para a defesa da pátria.

Na concepção dos militares, naquele momento, não havia separação entre o papel do cidadão e do soldado. Todo bom cidadão seria, por consequência, um soldado em potencial pronto a defender a nação em momento de necessidade. Esse argumento foi reforçado pelos militares ao longo das primeiras décadas da República, sendo uma importante ferramenta para projeção da imagem das instituições e para se colocarem em debate as constantes necessidades de melhoria nos aspectos materiais e técnicos das FA.

A Marinha do Brasil também adotou argumentos semelhantes, utilizando inclusive a prática esportiva do remo para difusão de seus ideais para um verdadeiro “cidadão-marinheiro”. Em matéria publicada na Revista Marítima Brasileira em 1901, o Tenente Santos Porto defende que o remo era algo extremamente positivo para os cidadãos brasileiros, uma vez que se configurava como uma atividade capaz de promover “salutares distrações” para os jovens e também desenvolver habilidades no mar que seriam fundamentais em caso de necessidade de defesa do território brasileiro. O Tenente apontava que não era somente uma questão de regeneração de forças ou modificação de hábitos mas sim uma “obra de defesa nacional”, já que:

Diante dos crescentes dispêndios com a manutenção das forças de mar e terra permanentes, cujo objetivo é garantir a paz, espíritos bem intencionados têm inscrito na sua bandeira que se deve educar o povo de modo a transformá-lo em legiões de soldados na hora em que possa perigar a integridade da nação. A situação do Brasil não é, porém, a dos estados europeus. Lutas futuras, se infelizmente tivermos, terão que se liquidar sobre o mar ou ao longo de nossas costas e para que os futuros voluntários, a nação em armas pronta a defender os seus lares, o possam fazer com segurança e vantagem, é preciso que o povo se eduque sob este ponto de vista, no amor das coisas do mar, seguros os nossos estadistas de que todo o auxílio prestado é um elemento de trabalho da defesa nacional. Não basta que <<cada cidadão seja um soldado>> é preciso que <<cada cidadão seja um marinheiro, na mais lata acepção dessa palavra>>.²⁸

Após as discussões constantes sobre as necessidades de melhorias e reaparelhamento das FA brasileiras, na primeira década do século XX os projetos começaram a se efetivar. O Almirante Alexandrino Faria de Alencar, ministro da Marinha, destacou em seu relatório do ano de 1907:

²⁸ PORTO, Santos. O sport náutico no Brazil. Revista Marítima Brasileira. 2º. Semestre de 1901, p. 6-19.

[...] os três pontos principais de atuação no processo de reorganização da Marinha: melhorias na eficiência da esquadra, com a aquisição de novos navios; educação do pessoal, com a ampliação das escolas de aprendizes, reformulação dos currículos das escolas de formação de praças e oficiais e o estabelecimento das manobras práticas nos navios e viagens de instrução; e as reformas na administração da força naval. Com estas ações, a Marinha do Brasil finalmente iniciou a reforma que se defendia desde o século XIX. (CANCELLEA, 2013, p. 78.)

Os projetos de modernização empreendidos pelo EB tinham como ponto central a observação dos modelos de estruturação e atuação de exércitos estrangeiros, utilizando sua Revista Militar (órgão oficial de divulgação do EB nas décadas iniciais do século XX) para divulgar a organização de FA do exterior e defender as melhorias e reformulações do EB a partir desses relatos. Na edição de 1906 da Revista Militar, foi publicado um artigo do Capitão do Estado-Maior de Artilharia Liberato Bittencourt apresentando os “Princípios gerais de organização dos exércitos” com 12 temas principais a serem levados em conta no processo:

1. Princípio da nacionalização das forças; [...]
2. Princípio da unidade de organização; [...]
3. Princípio da rapidez de mobilização; [...]
4. Princípio da rapidez de concentração; [...]
5. Princípio do constante efetivo de guerra; [...]
6. Princípio da unidade de direção; [...]
7. Princípio da uniformidade dos serviços militares; [...]
8. Princípio de elevação moral; [...]
9. Princípio de afastamento político; [...]
10. Princípio de educação física, intelectual e moral: organizar os exércitos de modo a serem eles grandes escolas de educação física, intelectual e moral da mocidade. O serviço pessoal e obrigatório por um lado e um sábio sistema de educação intelectual e prática por outro bastarão ao desejado alvo. Tanto valerá adiantar que este décimo princípio decorre naturalmente da existência de dois outros – o da nacionalização das forças e da unidade de direção. E se subsiste isolado, é porque, isoladamente considerados, aqueles dois princípios não lhe explicam satisfatoriamente o objetivo alevantado e patriótico;
11. Princípio do mínimo dispêndio; [...]
12. Princípio da vitória provável.²⁹

Analisando as proposições do artigo, é possível perceber que a atribuição de serem “grandes escolas de educação física, intelectual e moral da mocidade” designada ao Exército estava de acordo com a visão defendida pela instituição de maior envolvimento da sociedade em geral com as questões militares e ações de defesa da pátria. O autor defendia que esses 12 princípios eram as bases fundamentais para a constituição de um bom exército. Suas afirmações iam ao encontro de “[...] discussões sobre a necessidade de um novo formato para o EB, mais operativo e menos teórico, seguindo os modelos adotados pelas grandes potências militares como França, Alemanha e Estados Unidos”. (CANCELLEA, 2013, p. 79).

²⁹ BITTENCOURT, Liberato. Princípios geraes de organização dos exércitos. Revista Militar, ano VIII, p. 341-348.

Como anteriormente mencionado, o “olhar” para o estrangeiro pelos militares não se manifestou somente no que se referia aos aspectos relacionados com a preparação do físico. O processo de reestruturação das FA brasileiras e de profissionalização dos militares se efetivou a partir das observações de como as forças de outros países atuavam nesses aspectos de organização interna e formação³⁰ e também por meio de ações diretas dos estrangeiros no Brasil, com a implementação de missões militares. No caso do Exército, a Missão Militar Francesa de 1919 teve importantes reflexos no processo de reorganização do EB, já que apesar de tentativas constantes de estabelecimento do serviço militar obrigatório³¹ e de reformas desde a década de 1870, as mudanças mais significativas ocorreram somente a partir da década de 1920. Já na Marinha do Brasil, foi a atuação da Missão Naval da *US Navy* a responsável pelas maiores influências.

Os estudos para a viabilização das missões militares estrangeiras se iniciaram ainda nos primeiros anos do século XX, quando militares do EB realizaram estágios de treinamento no Exército Alemão. Até a ocorrência da Primeira Guerra, as discussões estavam sendo conduzidas no sentido de se trazer uma Missão Militar Alemã para atuar no EB. No entanto, com o desenrolar do cenário de operações da Primeira Guerra, a opção germânica perdeu força dando maior espaço às investidas francesas, país que já havia atuado com uma missão militar na Força Pública de São Paulo desde 1906. (DOMINGOS, 2001; GARCIA, 2003; LUNA, 2007).

Os eventos da Primeira Guerra também foram importantes no processo de definição da necessidade de uma missão naval para atuar na MB, assim como na escolha do país. As observações do poderio naval das nações envolvidas no conflito evidenciaram para a Marinha do Brasil que sua estrutura apresentava grandes defasagens que impediriam a devida proteção do território brasileiro, caso existisse uma ofensiva militar.³²

³⁰ “Acompanhando as preocupações com os conhecimentos táticos e técnicos da guerra, destaca-se também a busca pela melhoria do físico, do corpo dos militares. As observações sobre como os exércitos estrangeiros realizavam seus processos de preparação e como eram organizados enquanto estrutura eram temas recorrentes em todas as edições da Revista Militar analisadas para este trecho da pesquisa [1899-1907]. Nesses documentos foram publicadas extensas traduções de revistas militares do exterior em que eram detalhados os procedimentos, atos e contingentes dos exércitos de países da Europa, América, Ásia e África. Essas notas eram utilizadas para reafirmar a necessidade de maior especialização das FFAA brasileiras a partir destes modelos de exércitos vistos como exemplos de sucesso. Além disso, este acompanhamento possibilitava a percepção do nível do EB em relação aos demais exércitos em atuação no mundo naquele momento”. (CANCELLE, 2013, p. 58).

³¹ O Serviço Militar Obrigatório foi estabelecido somente em 1916, apesar de este instrumento ser previsto já na Constituição de 1891 e de a Lei do Serviço Militar Obrigatório datar de 1908. (NASCIMENTO, 2010).

³² BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1917.

Com a finalização dos conflitos, foram realizados estudos para a adoção de uma missão militar estrangeira na MB com objetivo de estabelecer melhorias e mudanças necessárias para uma atualização da estrutura aos novos tempos e necessidades impostas pela dinâmica de uma guerra global. Nos estudos, foram defendidas duas marinhas que poderiam trazer os ensinamentos necessários aos militares brasileiros: a inglesa e a estadunidense, sendo adotada a segunda pela maior familiaridade com os brasileiros por já terem sido realizados alguns intercâmbios com oficiais da *US Navy* em cursos ou reparos de navios, além de se ter presença de oficiais estadunidenses na Escola Naval de Guerra como mestres.³³

O contrato foi assinado em Washington, em 6 de novembro de 1922. [...] o propósito da Missão era meramente o de cooperar com as autoridades brasileiras para assegurar uma boa organização naval naquele país, melhorando os métodos de trabalho, treinando e instruindo oficiais, assim como elaborando planos para o aperfeiçoamento da Marinha. [...] (GARCIA, 2003, p. 183-184).

A atuação da Missão Naval dos EUA foi iniciada no final do ano de 1922, após a realização dos festejos de comemoração do centenário da Independência do Brasil entre setembro e outubro. A assinatura do acordo se deu em novembro daquele ano. A missão atuou até a década de 1930 na MB e sua vinda para o Brasil, justamente no momento em que os EUA defendiam o desarmamento naval nas conferências pós-Primeira Guerra, teve impactos negativos no continente. O governo argentino questionou a embaixada estadunidense no país e argumentou que:

A ação norte-americana decididamente parecia, se não um “ato hostil”, uma expressão de “má vontade” em relação à Argentina, que ficaria assim obrigada a recorrer à Grã-Bretanha para instruir sua armada. Se um país era singularizado por favores desse tipo, caía por terra a solidariedade continental apregoada pelo governo de Washington, cuja atitude no caso não podia ser entendida, tanto mais que a Argentina havia antes adquirido seus dois encouraçados e armamentos navais nos Estados Unidos. Consternado, o ministro da Marinha argentino se sentiu pessoalmente ferido e quis saber qual seria a posição da Missão em caso de guerra, uma vez que seu caráter oficial indicava uma “aliança entre o Brasil e os Estados Unidos”. (GARCIA, 2003, p. 184).

Essa polêmica se deu, em grande parte, porque entre fins do século XIX e início do século XX a América Latina passou a atrair a atenção das grandes potências militares europeias, especialmente França e Alemanha, como zona de influência e mercados para sua indústria bélica. Por conta disso, diversos países receberam missões estrangeiras. Além do caso brasileiro já pontuado, Argentina e Chile haviam recebido grupos militares alemães na década de 1880. Toda essa movimentação acirrou as disputas pelo posto de potência militar no continente sul-americano. (CANCELLEA, 2013).

³³ BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1921, p. 5-13.

Como foi possível perceber até este ponto, as principais motivações para a inserção das preocupações com o corpo entre os militares brasileiros foram a experiência na Guerra do Paraguai, que evidenciou claramente as fragilidades dos militares, e as observações sobre os processos de preparação e treinamento empreendidos pelas FA estrangeiras. Como defende Victor Melo:

A valorização dos exercícios físicos, provavelmente pela sua utilidade na manutenção da boa forma do combatente e pela crença de que era de utilidade na disciplinarização da tropa, não é somente observável nas Forças Armadas brasileiras. (MELO, 2007b, p. 114).

O autor está correto em levantar esse ponto. Assim como no caso brasileiro, os militares estadunidenses também passaram a dedicar especial atenção ao processo de preparação do físico desde o século XIX.

O Tenente W. R. Hamilton publicou o texto “The Military Schools of The United States and their influence on the nation”, em 1892, tratando da criação e das funções exercidas pelas escolas de formação militar nos EUA e suas influências no país. No referido artigo, o autor afirma que o avanço da civilização andava de mãos dadas com a arte da guerra ao longo da história. Considerando a máxima de que a caneta é mais poderosa que a espada, afirma que isso só se torna verdade porque, após a espada preparar o caminho, a caneta assume a liderança, mas mantém sempre o poder da espada na retaguarda como força para garantir suas legislações.³⁴

O Tenente reforça o aspecto de que a guerra anda de mãos dadas com a civilização e se uma nação se desse ao luxo de não se dedicar ao treinamento militar e à disciplina, certamente iria sucumbir. Nesse sentido, as escolas de formação militar teriam não somente a função de prover os conhecimentos técnicos necessários para o exercício mas também o desenvolvimento de aspectos como masculinidade, honra, integridade, moral, preparação do corpo para as ações militares e também para o fortalecimento da juventude estadunidense.³⁵

³⁴ HAMILTON, W. R. (lieut). The Military Schools of The United States and their influence on the nation. Outing. n° 4, v. XX, July, 1892, p. 330-336.

³⁵ HAMILTON, W. R. (lieut). The Military Schools of The United States and their influence on the nation. Outing. n° 4, v. XX, July, 1892, p. 330-336.

Tendo-se em conta que o aspecto da preparação e do treinamento militar fazem parte do processo de conformação do Estado estadunidense e da construção de sua identidade nacional,³⁶ as atenções com as diferentes etapas desses treinamentos é um tema recorrente em pesquisas nos EUA. No entanto, análises específicas sobre a questão do físico e do esporte ainda são temas relativamente recentes entre pesquisadores de história dos EUA, assim como no restante do mundo.

Conforme apresentado brevemente na Introdução, a principal publicação sobre a temática, a obra “Playing to win: sports and the American Military 1898-1945”, de Wanda Wakefield, defende que a fundamental motivação para a introdução da prática esportiva no cotidiano dos militares estadunidenses foi a participação em conflitos nos anos finais do século XIX e com argumentos diferentes daqueles identificados no caso brasileiro.

O esporte foi defendido fortemente pelos comandantes das FA estadunidenses como oportunidade de distração saudável para os militares em campanha, sendo sempre enfatizada a necessidade de afastamento de práticas consideradas ilícitas pelos comandos, como ingestão de bebidas alcoólicas, envolvimento com prostituição e jogos de azar. (WAKEFIELD, 1997).

Valendo-se também desse argumento “moralizante” para explicar a introdução do esporte de forma sistemática entre os militares estadunidenses, Joseph Mennell no artigo “The Service Football Program of World War I: Its Impact on the Popularity of the Game” aborda especificamente a formação dos programas de esporte para tropas. Mennell afirma que as origens de um programa de competições esportivas como parte do treinamento dos militares estadunidenses se originou por uma situação que chamou de “escândalo sexual”, ocorrida em 1916. Naquele ano, parte do território estadunidense foi invadido por Pancho Villa e coube ao General John Pershing a proteção das terras e a captura de Villa. Para tal, foram enviados grupos de jovens da Guarda Nacional para concentração em *Fort San Houston*, no Texas, para atuar no policiamento de fronteira. O problema real se iniciou quando os jovens, por não terem atividades para ocupação de seus tempos livres, passaram a visitar as cidades no entorno dos acampamentos em busca de opções de divertimento. No entanto, encontraram de fato “doenças venéreas e álcool barato”. (MENNELL, 1989, p. 251).

³⁶ Esses aspectos serão discutidos ainda neste capítulo.

Após as notícias sobre esses problemas chegarem a Washington, foram enviados representantes para realizar uma inspeção nos acampamentos e foi confirmado que os jovens militares estariam realmente se envolvendo em diversas formas de vício, hábitos mal vistos pelos comandos, por uma ausência de atividades recreativas controladas no interior dos acampamentos. Para iniciar a solução dos problemas, segundo os informes do relator, foram introduzidos equipamentos esportivos doados por uma YMCA local. (MENNELL, 1989).

A entrada dos EUA na Primeira Guerra reforçou as preocupações com os momentos de tempo livre das tropas em serviço, uma vez que teriam grandes somas de homens jovens mobilizados para o conflito. Caso não fosse efetivada alguma providência no sentido de elaborar atividades de tempo livre dentro dos acampamentos, poderia ser repetido o escândalo de 1916, fator que causaria grandes prejuízos à imagem do então presidente Woodrow Wilson. (MENNELL, 1989, p. 251).

Após análises dos comandos, identificou-se que a melhor forma de prevenir os vícios dos jovens militares seria com a promoção de atividades recreativas organizadas e controladas. Foi então criada a “Commission on Training Camp Activities” no Exército para supervisionar atividades de lazer, com o esporte integrando seu quadro, sob a direção de Raymond Fosdick. A Marinha dos EUA, pouco depois, criou uma comissão nos mesmos moldes. Para a organização das atividades, foram nomeados diretores esportivos para cada um dos campos. Eles teriam atribuições de localizar treinadores para as modalidades que eles considerassem adequadas para seus militares. (MENNELL, 1989, p. 251).

Reafirmando esse ponto apresentado por Mennell, Wanda Wakefield (1997) lembra a importância da presença também de entidades civis, como a YMCA, no desenvolvimento de atividades nos campos.

Apesar do destaque constante das vantagens esportivas no ponto de vista da distração saudável, o treinamento físico era alvo de observações mais atentas desde antes da criação dos programas de esportes em serviço na preparação para a Primeira Guerra. Já em 1914, foi criado um instrumento normatizador das atividades físicas no *US Army*: o “Manual of Physical Training for use in the United States Army”. O documento foi apresentado pelo General Leonard Wood, Chefe de Estado-Maior do Exército, e tinha como finalidade garantir os mesmos processos de treinamento físico a todos os homens que poderiam servir em guerras.

O texto de abertura do manual, de autoria do Gen. Wood, afirma que:

O seguinte Manual de Treinamento Físico, elaborado por um conselho de diretores composto por Ten. Cel. Fred W. Sladen, Exército dos Estados Unidos; Cap. Herman J. Koehler, Exército dos Estados Unidos, e Primeiro-Tenente Philip Mathews, Corpo de Artilharia de Costa, é publicado para a informação e utilização do Exército Regular e da Milícia Organizada dos Estados Unidos.

Na preparação deste Manual, as exigências do serviço e das instalações foram constantemente mantidas em mente para atender a essas demandas.

O conselho também se esforçou para tratar o assunto de uma forma que pudesse garantir a sua aplicação bem-sucedida a todos os funcionários, tornando-se assim possível colocar esta parte do treinamento dos soldados sobre bases permanentes e uniformes.

Não há nada na educação do soldado de importância mais vital do que isso, e embora alguns comandos tenham considerado a este respeito no passado, devido à ausência de qualquer método autorizado bem definido de procedimento, o sistema carecia de uniformidade, sem a qual os benefícios para o serviço em geral continuariam a ser em quantidade insignificante.

O treinamento físico dos homens alistados deve, portanto, ser realizada de acordo com as instruções nele contidas.

Os oficiais a quem este trabalho é confiado vão encontrar no material do Manual permissões e arranjos mais do que suficientes para atender a qualquer condição. Embora uma adesão estrita ao texto ou à forma de sua aplicação não é necessariamente [obrigatória], insiste-se que desvios que estejam em desacordo com os seus métodos não devem ser incentivados.^{37, 38}

Como é possível perceber na afirmativa do Gen. Wood, apesar de algumas tentativas anteriores de estabelecimento de normas para o treinamento, somente com a publicação desse documento as atividades específicas a serem desenvolvidas na preparação física dos soldados foram estabelecidas de maneira uniforme e com aplicação geral em todo o Exército, sendo inclusive expresso que desvios ao que era proposto no manual não deveriam ser estimulados.

O documento apresentava como seu objetivo o “desenvolvimento dos atributos físicos de cada indivíduo em toda a extensão das suas possibilidades”.³⁹ Os atributos físicos a serem desenvolvidos eram:

[...] em ordem de importância [...] (a) de saúde geral e vigor físico; (b) a força muscular e resistência; (c) a autossuficiência; (d) esperteza, atividade e precisão.

É sobre o primeiro deles, a saúde corporal e vigor, que o desenvolvimento de todas as outras qualidades tão essenciais em um soldado são dependentes, e por isso a manutenção de uma saúde robusta e o desenvolvimento de vigor orgânico deve ser considerado o objeto primário deste treinamento.

[...]

Não é suficiente, no entanto, para um soldado ser saudável; sua profissão exige que ele tenha mais do que a quantidade média de força e resistência muscular, além de boa saúde, a fim de que ele possa estar pronto para trocar o conforto [...] de vida do quartel pelas dificuldades do serviço de campo a qualquer momento, sem diminuir

³⁷ Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff, p. 3.

³⁸ Tradução da autora. A partir deste ponto, todas as transcrições de fontes primárias com textos originalmente redigidos em inglês ou francês serão apresentadas em versão em Língua Portuguesa com tradução livre feita pela autora desta tese como forma de garantir maior fluidez ao texto e facilidade de leitura.

³⁹ Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff, p. 5.

sua eficácia. Assim, a formação preparatória que recebe deve conter os elementos que lhe permitam fazê-lo com sucesso.

Com uma saúde robusta como base e com o conhecimento de que ele é o possuidor mais do que força média e resistência, ele deve ser ensinado a valorizar o primeiro e como usar este último para o melhor proveito. Ao fazer isso ele vai inconscientemente desenvolver autoconfiança, o que, afinal de contas, é uma qualidade física, uma vez que induz os homens a ousar por causa da consciência para fazer. Esperteza, atividade e precisão são as expressões físicas de atividade mental. Todas são qualidades essenciais, como eles fazem para o autorrespeito, asseio, e de graça, que combinadas formam a disciplina. Precisão e exatidão devem, portanto, ser sempre insistidas na execução de todos os exercícios prescritos.⁴⁰

Como se percebe na apresentação dos objetivos do manual, a atividade física era reforçada tanto por suas contribuições com o treinamento do físico dos militares como por sua ação sobre elementos “mentais” e relacionados à consciência e autoconfiança. Esses argumentos de defesa da prática de atividades físicas com foco nos benefícios que trariam para outras esferas da formação do homem são também observados por Victor Melo e Fabio Peres (2014) no artigo “O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico”, ao tratarem questões relacionadas ao estabelecimento da educação física enquanto disciplina escolar e os argumentos formulados por alguns indivíduos ligados ao governo acerca da mesma no Brasil monárquico. Os autores afirmam que:

É perceptível que a noção de educação física não se restringia a uma disciplina escolar, tratando-se de uma preocupação mais ampla. É inegável também que o deputado estabelecia certa hierarquia, valorizando o assunto por sua possível contribuição para a “educação intelectual”. Além disso, deve-se destacar a relação promovida, já naquele momento, mesmo que de forma imprecisa, entre o tema, as concepções de moral e saúde e a construção da ideia de nação. (MELO; PERES, 2014, p. 1133).

Como se vê, a construção de argumentos defendendo maiores preocupações com o corpo relacionando-as com os benefícios que trariam para as aptidões mentais e para a moral não foi uma exclusividade do contexto estadunidense, apesar de os militares dos EUA empenharem com maior frequência os argumentos morais para defesa das práticas esportivas do que no caso brasileiro, como será discutido ao longo desta tese.

⁴⁰ Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff, p. 5-6.

O “Manual of Physical Training” ainda apresenta as atividades vistas como capazes, naquele momento, de desenvolver as habilidades físicas desejadas:

O material à disposição dos instrutores engloba:

1. Criação de exercícios.
2. Marchando em tempo rápido ou duplo e corrida.
3. Halteres, clava e exercícios de fuzil.
4. Escalada.
5. Salto.
6. Trabalho em aparelho.
7. Concursos de ginástica.
8. Atletismo.
9. Natação.
10. Boxe e Luta.⁴¹

O documento segue explicitando as contribuições específicas de cada uma dessas atividades e a forma de realizá-las com a frequência semanal indicada para a prática de cada item. Apresenta ainda capítulos ilustrados por sequências de fotos apresentando a forma correta de se efetivar cada exercício, uma vez que a precisão e exatidão eram pontos essenciais do treinamento de acordo com a apresentação do manual.

Wakefield (1997) afirma que o Gen. Wood, em 1914, defendia ainda que, para formar um combatente apto para atuar, era necessária a prática de atividades físicas e treinamentos técnicos por pelo menos 12 meses com 150 horas por mês antes de os indivíduos serem enviados para campanha. As instruções físicas deveriam ser compostas por exercícios criados com objetivo de aumentar a força física do corpo e também por competições esportivas de natação e atletismo.

Além desses pontos, o manual sugeria que o esporte deveria ser estimulado não somente com objetivos de manutenção da saúde e do vigor físico mas também, através das competições, encorajar uma competitividade interpessoal entre os militares, vista como elemento útil para combates. Sendo assim, em primeira etapa, o treinamento militar geral incluía tempo para a prática de esporte e para as competições atléticas. (WAKEFIELD, 1997).

No período de preparação para a Primeira Guerra, a autora afirma que o General Pershing se mostrou surpreso ao identificar que seria necessário menos treinamento geral dos soldados por conta do estabelecimento desses instrumentos nos anos anteriores, apesar das atenções específicas de treinamento para a guerra de trincheiras. (WAKEFIELD, 1997).

⁴¹ Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff, p. 6.

O conteúdo do manual efetivava a estruturação de um processo de treinamento físico voltado para o desenvolvimento das características desejadas para os militares. No entanto, a organização da prática de esportes de forma competitiva não se fez presente nas normativas do documento. Essa manifestação se apresentou com maior expressão no processo de mobilização e preparação dos militares para a participação na Primeira Guerra, tendo como argumentos principalmente a questão do estabelecimento de atividades saudáveis e morais.⁴²

Além das atribuições já apresentadas, o esporte foi também utilizado pelos estadunidenses em seus processos de imperialismo em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX e os militares foram ferramentas importantes na implementação dos projetos dos EUA. Alguns dos exemplos mais marcantes foram de Cuba, Porto Rico e Filipinas. Gerald Gems, no artigo “Sport, Colonialism, and United States Imperialism”, publicado no *Journal of Sports History* em 2006, apresenta algumas das estratégias envolvendo práticas esportivas e culturais utilizadas pelos estadunidenses nessas ações imperialistas. (GEMS, 2006).

O autor afirma que, no ano de 1914, os países considerados potências europeias naquele momento, sob liderança de Grã-Bretanha, França e Alemanha, controlavam 85% da superfície terrestre do planeta. Naquele período, uma ex-colônia passou também a ocupar um papel importante no processo imperial: os Estados Unidos da América. No entanto, as ações imperialistas dos estadunidenses não se manifestaram somente naquele momento. Desde o início do século XIX, com a expansão territorial, medidas de controle das atividades das populações locais foram estabelecidas, como no caso da ocupação meio oeste dos EUA, nos territórios conquistados na Guerra Mexicana-Americana, entre 1846-1848, e na compra do Alasca da Rússia em 1867. (GEMS, 2006).

⁴² No Capítulo 2 desta tese serão detalhados e discutidos os processos de organização do esporte nas FA de Brasil e EUA em situações de conflito e não-conflito, apresentando as principais competições organizadas no período e como a hierarquia militar foi tratada no contexto esportivo competitivo nos dois países.

Um caso interessante com relação às práticas esportivas ocorreu no Havaí, que já registrava presença de missionários religiosos estadunidenses desde a década de 1820. Esses grupos migraram para a região para difundir os ideais de um protestantismo conservador e do capitalismo estadunidense. A realidade local, pautada no processo de partilha comunitária de alimentos entre os grupos e a relativa facilidade com que os habitantes tinham acesso a suprimentos, causou certa perplexidade aos missionários, que atribuíram a esses aspectos a dificuldade em estabelecer um desenvolvimento social e industrial na região. Os religiosos também defendiam que essa forma de vida incapacitou os nativos havaianos em efetivarem competitividades com homens de outras terras. Foram empreendidas medidas para difundir o modo de vida estadunidense entre os habitantes da região e, para tal, os missionários baniram esportes tradicionais havaianos como surfe, boxe e corrida de canoa e também a prática das danças de hula, que eram consideradas eróticas. Além disso, introduziram estruturas educacionais onde as crianças eram doutrinadas na cultura WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant* – branco, anglo-saxão e protestante), incluindo entre as atividades a prática do beisebol. (GEMS, 2006, p. 4).

O principal meio de doutrinação adotado pelos estadunidenses nas novas regiões sob seu domínio foi a educação, tentando impor o idioma inglês para as populações locais. No entanto, com uma escassez de falantes de inglês nessas terras e o tempo necessário para o aprendizado da língua, a educação física e os esportes passaram a ser identificados como formas alternativas de se difundir as características necessárias para a competição no mundo industrializado moderno. Por meio dos esportes, acreditava-se ser possível medir inferioridade de corpos não-brancos, racionalizando a superioridade do grupo dominante. Foram efetivados programas esportivos em escolas, parques e *playgrounds* nas colônias, comumente com participação da YMCA, com o intuito de implementar certa ideologia racial e religiosa nos povos locais. (GEMS, 2006, p. 6).

A prática esportiva, portanto, foi defendida não apenas como uma forma de treinamento para os militares ou como uma atividade saudável e moral. Era, além disso, um dos mecanismos utilizados para a divulgação do *american way of life* e os militares, em diferentes momentos de ocupação de outros territórios, foram instrumentos utilizados para a divulgação e implementação dessas práticas por onde passassem.

No próximo subitem deste capítulo, discutir-se-á como a prática esportiva e a participação em conflitos armados foram mobilizadas pelos dois países (Brasil e EUA) para a construção ou reforço de suas identidades nacionais.

1.2 Esporte, guerra e nação: como Brasil e Estados Unidos da América utilizaram as experiências com conflito e o esporte para propagar o sentimento de nação

A formação dos Estados-Nação no século XIX somente foi possível pela conformação de uma ideia de nação que girava em torno de anexar os indivíduos a grupos com uma história e características comuns gerando lealdades que anteriormente eram reservadas para tribos, clãs, aldeias ou províncias. Essas lealdades nacionais podem ser mais fortes que laços familiares, de religião ou ideologia. As formações se davam em torno de um sistema centralizado como Estado e sua delimitação se estruturava, comumente, como resultado de diversos fatores. (REYNOLDS, 1992, p. 2).

Os elementos mais comuns utilizados para dar coesão a esses Estados-Nação eram a língua, o território, a religião, relações econômicas, autoridade política e questões relacionadas à raça. As identidades nacionais eram forjadas não somente com base no que se afirmava sobre estes mas também sobre o que lhes era essencial e único, sobre o que os diferenciava dos demais. A crença dos indivíduos nesse “caráter nacional” se mostrou fundamental para o crescimento e desenvolvimento dos Estados. (REYNOLDS, 1992, p. 2-3).

Nesse contexto:

O nacionalismo é uma representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais - a identidade e alteridade. Esta é uma característica presente em todos os nacionalismos. Ou seja, embora o conteúdo do nacionalismo possa se diferenciar de grupo a grupo, de nação a nação, de época a época, esta ideologia procura sempre responder a essas questões. (OLIVEIRA, 1990, p. 188).

Nos casos brasileiro e estadunidense, assim como na grande maioria das demais nações, a constituição de uma identidade nacional no momento posterior às suas independências mostrou-se como um ponto fundamental para a consolidação de seus Estados. Os dois países utilizaram muitos elementos políticos e culturais para as definições e conformações desse caráter nacional, entre eles questões relacionadas a disputas de fronteira, guerras e práticas específicas. No caso estadunidense, a criação e divulgação de “esportes nacionais”, que supostamente representavam o que se considerava como a essência de ser “americano” foi uma importante ferramenta para a formação de sua identidade. Além disso:

Já está consolidada na historiografia a importância dos processos militares na conformação dos Estados em geral, e dos modernos, em particular. A Inglaterra, no século XVII, e a Rússia, os Estados Unidos da América e a França, no século XVIII, são exemplos de Estados cujos processos formadores ensejaram que os regulamentos militares antecedessem as primeiras constituições ou as integrassem. (LEMOS, 2007, p. 1-2).

No caso brasileiro, a busca pela formação de um sentido de nação teve lugar importante na história ainda nos períodos regencial e imperial. Desde os anos 30 do século XIX, medidas começaram a ser tomadas. Um exemplo desse processo foi a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano de 1838, e suas ações para a produção de uma “História do Brasil”. (IHGB, 2017).⁴³

A participação na Guerra do Paraguai teve também seu papel no objetivo de formação de uma ideia de nação e na construção de uma identidade para o povo brasileiro, utilizando como argumentos a experiência da guerra.

Tiago Araújo (2012) discute em sua tese de doutorado como a literatura oitocentista mobilizou memórias da Guerra do Paraguai para a construção de uma identidade nacional brasileira. O autor afirma que a mobilização das memórias de participação no conflito não foi efetivada somente em momento posterior, mas iniciou-se ainda durante as batalhas. Ao longo dos anos da guerra, discursos sobre a nacionalidade brasileira foram estabelecidos destacando o aspecto essencial da identidade e da alteridade, do eu e do outro, buscando, por meio dos mecanismos de diferenciação com as outras nações envolvidas no conflito, o reforço do que se compreendia como a identidade nacional brasileira.

Em sua pesquisa, Araújo debateu como os literatos utilizaram as ocorrências da guerra em suas obras com vistas a não somente estabelecer uma memória sobre os eventos mas, sobretudo, uma memória nacional que pudesse ser utilizada como elemento de coesão no Brasil. Segundo o autor:

A Guerra do Paraguai foi utilizada pelo Império como uma oportunidade para a criação de “laços naturais profundos” que funcionaram em alguns casos, como um estratagema na geração de comportamentos fiéis ao Brasil. Por seu caráter ideológico, a Nação a serviço do Estado devia adaptar-se as diferentes exigências da “razão do Estado”. (ARAÚJO, 2012, p. 87).

As memórias construídas em torno da participação do Brasil no conflito foram mobilizadas como um elemento de reforço da ideia de nação ao longo do Segundo Império, no processo de movimentações políticas que culminaram com a Proclamação da República e também durante a Primeira República. Os militares adotaram esses elementos para a conformação de uma visão de que seriam os verdadeiros salvadores da pátria, sendo constantemente referenciada tal experiência para legitimação dos espaços sociais ocupados por esse grupo. (COSTA, 2010).

⁴³ Para maiores informações, ver: Guimarães (1988).

Para a Marinha do Brasil, por exemplo, a participação Guerra do Paraguai é a memória institucional mobilizada para a sua maior comemoração, a chamada “data magna” da MB, o 11 de junho. Nesse dia, no ano de 1865, finalizava-se a Batalha Naval do Riachuelo com o Brasil assumindo o controle dos rios da região e com a quase destruição da esquadra paraguaia. Essa batalha é considerada um momento decisivo para o desfecho do conflito e passou a ser enfatizada como uma das vitórias mais relevantes da história marítima brasileira. (VIDIGAL, 2009).

Conforme já apontado, as vivências dos militares na guerra foram fundamentais para a elaboração de novas diretrizes para a estruturação das FA brasileiras, inclusive no que se referia às preocupações com o treinamento prático e físico dos militares.

No sentido de criação de um projeto de nação para o Brasil, os militares mobilizaram os acontecimentos da Guerra do Paraguai e também o processo de proclamação da República no ano de 1889. Seus projetos apresentavam uma perspectiva nacional. Como afirma Cunha (2011, p. 2), apesar de ter seus principais contingentes fundamentalmente no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, “[...] a presença do Exército era sentida por todo o país e, pouco a pouco, incorporou a visão fundamentadora de seu papel, ademais o de mantenedor da unidade territorial, num quadro de formação do Estado-Nação”.

O apelo para a necessidade de proteção do território nacional e preservação de sua unidade foi utilizado nos argumentos que embasavam os projetos de reorganização e reestruturação das FA brasileiras. Afirmava-se que essas ações seriam fundamentais para a garantia da soberania nacional “[...] no contexto internacional marcado pela progressiva militarização dos Estados ocidentais e a repressão interna às forças político-ideológicas consideradas revolucionárias [...]”. (LEMOS, 2007, p. 5).

Além das questões militares levantadas, o esporte e as competições internacionais têm se mostrado como importantes ferramentas de formação e reforço da identidade nacional. O fato dessas competições serem interpretadas como confrontos entre nações limitados por regras específicas traz um interesse concreto aos espectadores. A atração não se restringe à observação do espetáculo. A audiência se vê representada pelos competidores em suas cores nacionais e se torna parte integrante do cenário. A vitória e a derrota não são somente do indivíduo ou da equipe mas de toda a nação e servem como instrumentos para reforço das superioridades nacionais. (REYNOLDS, 1992, p. 6-7).

Os Jogos Olímpicos da modernidade, desde seu ressurgimento em 1896 pelas propostas de Pierre de Coubertin, têm servido como palco para a “encenação” dessas rivalidades nacionais. Eventos esportivos internacionais desse porte são organizados de forma a atender aos fatores de identificação nacional com ações como a presença de uniformes utilizando as cores dos países e bandeiras expostas nas cerimônias de entrega de medalhas. Todos esses aspectos são elementos que reforçam os nacionalismos e o patriotismo. (REYNOLDS, 1992, p. 8-9).

O uso do esporte como instrumento de promoção do caráter nacional nos EUA, segundo Pope (1997, p. 3), adquiriu maiores delineamentos entre as décadas finais do século XIX e iniciais do século XX com o desenvolvimento de uma efetiva cultura esportiva estadunidense. Naquele período, o beisebol se tornou o principal passatempo nacional; o basquetebol foi inventado; o boxe aumentou significativamente sua popularidade e o futebol americano passou a ser o esporte com maior atenção de espectadores. Além disso, afirma o autor, surgiu um grande movimento de recreação nos *playgrounds* em todo o país e os esportes passaram também a ser pontos centrais nos currículos educacionais. Estruturas organizacionais para essas atividades também foram estabelecidas e inúmeras ligas surgiram em uma grande variedade de modalidades.

Nesse contexto, o autor discute a questão da conformação de uma identidade nacional em um país com uma sociedade altamente heterogênea, com pequena parcela da população composta por estadunidenses de nascimento e diversas influências culturais compartilhadas. Tomando as ideias de Hobsbawn, Pope defende que as tradições inventadas na virada do século tinham como foco principal “americanizar” essa sociedade diversificada. Entre essas inúmeras tradições, o esporte foi fortemente mobilizado como elemento de promoção da identidade e do nacionalismo. (POPE, 1997).

Sobre essa experiência nacional estadunidense e a conformação de sua identidade, Andrei Markovits, em seu artigo “The other ‘American exceptionalism’: why is there no soccer in the United States?” analisa os motivos pelos quais o futebol (*soccer*) não conquistou nos Estados Unidos a popularidade que apresenta no restante do mundo, sendo considerado como um dos “excepcionalismos” dos EUA. O autor levanta questões sobre os motivos pelos quais o futebol recebeu um papel marginal em um país de reais aficionados por esporte. (MARKOVITS, 1990).

Markovits afirma que para compreender esse “excepcionalismo” dos estadunidenses é preciso lembrar a natureza de sua sociedade, que é essencialmente burguesa e mantinha desde os anos iniciais de sua constituição como nação os objetivos de desenvolvimento do país e de autolegitimação. Esse processo acabou por gerar estruturas internas constituintes de uma identidade própria que buscava um explícito afastamento dos países da Europa aristocrática. O caso da relação dos estadunidenses com o futebol se inscreve nessa ordem burguesa que se priorizava no país. Markovits defende que:

[...] os esportes modernos estão inextricavelmente ligados ao desenvolvimento de democracias de massa. Esporte em sua forma organizada de lazer regulado e, posteriormente, de cultura mercantilizada, anda de mãos dadas com os principais componentes da “modernização”, como a urbanização, industrialização, educação e a constante expansão de um número crescente de cidadãos na vida pública, na política, na produção e no consumo. A criação e - talvez mais importante - divulgação dos esportes modernos são, portanto, partes integrantes de um modo de vida burguês. (MARKOVITS, 1990, p. 234).

O autor ainda defende que, no caso estadunidense, a chegada do futebol (*soccer*) se deu em um momento em que predominava certo antagonismo em relação aos antigos colonizadores europeus e às suas práticas e buscava-se um reforço do que era próprio, nacional. Naquele período, já existiam os chamados esportes “originais” estadunidenses, mas inspirados em práticas trazidas pelos ingleses. O “jogo nacional” mais consolidado naquele momento era o beisebol. Markovits atribui a dificuldade de introdução da prática do futebol nos EUA à difusão e aceitação do beisebol como seu principal esporte e ao antagonismo às práticas essencialmente inglesas. Além disso, a elite jovem dos EUA nas universidades também apresentava preferências por praticar (e alterar) um tradicional esporte britânico de elite, o rúgbi, em vez de incorporar o futebol. (MARKOVITS, 1990).

Esses argumentos para a dificuldade de estabelecimento do futebol (*soccer*) nos EUA, no entanto, foram contestados por Waddington e Roderick (1996). Os autores afirmam que:

A análise sociológica correta, em vez de sugerir que o futebol não se desenvolveu porque o beisebol “entrou em primeiro lugar”, procuraria explicar por que é que, em primeiro lugar, os americanos optaram por um jogo baseado no rúgbi em vez da versão de futebol e por que, depois de ter feito isso, eles então desenvolveram esse jogo que se afastou mais e mais do rúgbi, resultando na versão distintamente americana de futebol. (WADDINGTON; RODERICK, 1996, p. 34).

Os autores afirmam que variadas formas de “futebol” foram praticadas no período colonial dos EUA até a Guerra Civil, sem uma definição muito específica naquele momento sobre a estrutura do jogo, mantendo características tanto do *soccer* quanto do rúgbi. No pós Guerra Civil, as universidades foram os grandes espaços de crescimento dessas práticas, tendo-se registro em 1869 do que é considerado o primeiro jogo de futebol americano nos EUA entre Princeton e Rutgers. Os autores afirmam que apesar de o rúgbi ser considerado o “pai” do futebol americano, esse jogo entre as duas instituições guardava mais semelhanças com o *soccer* do que com o rúgbi. Nesse mesmo período, iniciou-se um movimento na Inglaterra de definição mais clara das regras dessas duas modalidades, reduzindo as semelhanças e firmando mais suas características específicas. (WADDINGTON; RODERICK, 1996).

Em 1876, um grupo de representantes das universidades de Princeton, Columbia, Harvard e Yale se reuniu em Springfield, Massachusetts, com vistas a tentar formalizar um conjunto de regras para o futebol americano, um jogo que naquele momento ainda apresentava muitas variações locais. Sendo assim:

A partir desse momento, as regras e a estrutura do jogo começaram a mover-se em uma direção que levou o jogo americano cada vez mais longe de suas origens no rúgbi, tendo talvez a ruptura realmente decisiva com a introdução do passe para frente [em 1906], o que ainda é ilegal no rúgbi. (WADDINGTON; RODERICK, 1996, p. 37).

Apesar de inicialmente um jogo que mais se parecia com o futebol (*soccer*) do que com o rúgbi ter conseguido aceitação nas universidades, é inegável que a partir da década de 1870 a maioria das instituições já mostrava maior proximidade com uma versão de jogo mais semelhante ao rúgbi. Os autores ainda lembram um ponto importante no processo de sistematização e regulamentação dessas atividades que foi fundamental tanto na Inglaterra quanto nos EUA: a questão dos tipos de força física a serem usados nesses esportes e o controle da violência. Comparando as duas práticas (*soccer* e rúgbi), afirmam ser o segundo o que mais permitiu um aumento do uso da força física e defendem que esse fator foi um dos determinantes para a maior aproximação dos estadunidenses dessa modalidade para formar as bases de sua própria versão de futebol. Alegam ser a sociedade estadunidense, em comparação com a inglesa, relativamente mais violenta naquele período, especialmente por seu momento histórico de consolidação do Estado e formação de sua sociedade (com características essencialmente burguesas) e de sua identidade. (WADDINGTON; RODERICK, 1996). Sendo assim:

[...] o nível de pacificação interna da sociedade americana como um todo foi, por comparação com a Inglaterra do final do século XIX, relativamente baixo. O uso da violência era mais comum e, pelo menos dentro de certos limites e em determinados contextos - um dos quais era o esporte - mais aceitável.

Perante tal situação, talvez não seja surpreendente que o rúgbi e não o futebol tenha sido retomado na América, porque o rúgbi certamente teve um maior grau de consonância com as normas e valores dominantes em relação à masculinidade - e, em especial, o então predominante aspecto agressivo de masculinidade - na sociedade americana na segunda metade do século XIX. Com efeito, é significativo que o jogo que foi desenvolvido dentro do sistema universitário americano forneceu oportunidades ainda maiores do que no rúgbi - e consideravelmente mais oportunidades do que de futebol [*soccer*] - para a expressão de comportamentos violentos por homens, e não sob forma não autorizada ou como violência descontrolada, mas sob a forma de violência socialmente sancionada como expressão de um contato corporal violentamente agressivo. (WADDINGTON; RODERICK, 1996, p. 39).

Os autores ainda afirmam que as alterações na prática realizadas em solo estadunidense foram em decorrência de certas dificuldades na interpretação nas regras dos jogos e que há de se considerar que existe uma margem para inovações e ressignificações quando uma prática de um determinado país é introduzida em outro local com trajetórias históricas e culturais significativamente distintas. (WADDINGTON; RODERICK, 1996).

O futebol americano foi também defendido pelos envolvidos na prática como o esporte que expressava profundamente os EUA e seu caráter moderno. Essa classificação ganhou destaque em contrapontos realizados com relação ao outro esporte nacional: o beisebol. O desenvolvimento dessa prática como passatempo aparentemente não apresentava o vigor e a associação à modernidade e cientificidade que o futebol americano defendia. Não cultivando uma imagem apenas de lazer, priorizava a reprodução do “[...] lado forte, estratégico, determinado e vitorioso da *american life*” (MARKOVITS, 1990, p. 245). O futebol americano ainda englobaria o “[...] esforço individual combinado com o trabalho em equipe, controle hierárquico acompanhado de cooperação empresarial, igualdade de oportunidades e acesso, ao lado de sobrevivência dos mais aptos”. (MARKOVITS, 1990, p. 245).

Como foi possível perceber, Brasil e EUA valeram-se de elementos culturais e memórias construídas para o reforço de seus ideais nacionais. No caso brasileiro, o principal aspecto foi a construção de sua nacionalidade sobre memórias institucionais das FA e da população nas experiências vividas durante os conflitos da Guerra do Paraguai no século XIX. O esporte e a educação física foram também mobilizados como fator de identidade no Oitocentos e nas décadas iniciais do século XX, como defendem Melo e Peres (2014), mas não com a abrangência do caso estadunidense ou mesmo como na realidade brasileira pós

década de 1930, especialmente no período de Getúlio Vargas.⁴⁴ Já nos EUA, o esporte foi amplamente utilizado como um elemento de reforço de sua identidade nacional e do “caráter” estadunidense, além de ser um instrumento para a divulgação de seus ideais de vida em regiões onde se mostrou presente política ou militarmente.

A experiência em guerras dos dois países é bastante distinta, uma vez que estadunidenses envolveram-se em conflitos armados internos e internacionais praticamente em toda a sua história de país independente. Suas aspirações de levar a “democracia” e a “liberdade” a regiões que considerava excluídas desses processos políticos motivaram mobilizações militares constantes ao longo de sua história, sendo essa “cultura bélica” também um importante componente da identidade estadunidense. Em outro ponto, o Brasil mantém como sua principal memória de guerra o conflito ocorrido no século XIX na região do Rio da Prata, tendo ao seu lado mais recentemente somente a participação da Força Expedicionária Brasileira nos confrontos da Segunda Guerra Mundial. Por condições de atuação tão distintas ao longo dos anos iniciais do século XX, os dois países adotaram aplicabilidades e discursos diferenciados no que se refere à prática do esporte entre seus militares. No próximo subitem, serão debatidos os diferentes usos e os discursos para a estruturação das práticas esportivas no interior das instituições militares em momentos de paz e de mobilização para a guerra.

⁴⁴ Para maiores informações sobre os usos políticos do esporte pelo Governo Vargas, ver: Drumond (2009).

1.3 Os usos do esporte em situações de paz e de mobilização para a guerra

Conforme apontado anteriormente, o Brasil não esteve envolvido diretamente em conflitos internacionais no recorte temporal em análise nesta pesquisa. No entanto, Marinha e Exército ainda estavam sentindo as repercussões de alguns conflitos ocorridos no interior dessas instituições e também em regiões específicas do país. A Revolta dos Marinheiros de 1910, por exemplo, deixou profundas marcas na Marinha do Brasil, uma vez que foi bastante problemática do ponto de vista da manutenção da hierarquia e da disciplina.⁴⁵

Desde fins do século XIX, as FA brasileiras tiveram que lidar com inúmeras revoltas e rebeliões entre seus militares,⁴⁶ fatores que foram pontos importantes nos projetos de reestruturação empreendidos nas décadas iniciais do Novecentos. Ainda no início da primeira década, o governo brasileiro precisou tratar dos conflitos deflagrados no sul do país, na região entre os atuais estados de Paraná e Santa Catarina, que ficou conhecida como a Guerra do Contestado. Esse conflito armado contou com a intervenção das FA brasileiras e, segundo Nelson Werneck Sodré (2010), o Exército atuou com força e violência para conter o movimento. A rebelião, iniciada em setembro de 1912, tinha caráter messiânico e foi duramente reprimida pelas tropas do governo do Paraná, ocasionando a morte de 23 sertanejos, entre eles o beato José Maria, que liderava o movimento com o intuito de estabelecer uma “monarquia celestial” na zona do contestado:

Na área sob a sua influência não era aceita a cobrança de impostos nem permitida a propriedade da terra. Após vários conflitos armados, nos quais morreram cerca de vinte mil pessoas, a rebelião foi liquidada em 1915, já no governo de Venceslau Brás. (ARQUIVO NACIONAL, 2009, p. 36).

A intensidade dos conflitos e a incapacidade das autoridades locais de conter os grupos rebeldes geraram a criação de um comando especial para atuar na repressão. Para a função de comandante, foi nomeado o General Fernando Setembrino de Carvalho. De acordo com Rogério Rodrigues:

⁴⁵ Sobre a Revolta dos Marinheiros, ver: Braga (2010).

⁴⁶ José Murilo de Carvalho (2006, p. 15) apresenta as revoltas no interior das FA brasileiras na Primeira República. Entre fins do século XIX e a década de 1920, Marinha e Exército enfrentaram os seguintes movimentos de revolta: MB - Revolta da Esquadra (1891), Revolta “Primeiro de Março” (1891), Manifesto dos 12 generais (1892), Revolta da Armada (1893), Revolta dos Marinheiros (1910); EB – Manifesto dos 12 Generais (1892), Revolta do Sargento Silvino (1892), Revolta da Escolar Militar (1895, 1897 e 1904), Revolta dos Sargentos (1915) e Revolta Tenentista (1922).

Em termos legais a nomeação de Setembrino de Carvalho e a consequente submissão dos governadores a autoridade militar buscava anular o espectro político da ação e incluí-la dentro da lógica de campanha de guerra. [...] Consciente da embaraçosa missão que receberia, Setembrino de Carvalho articulou nova proposta de intervenção no Contestado. Ao invés de Estado de sítio, propunha declarar Estado de guerra, ou em suas palavras, ao invés de uma intervenção política, propunha-se uma intervenção eminentemente militar. [...] A opção foi radical, mas atendia perfeitamente aos interesses do exército no momento. Isso porque a corporação clamava pela modernização dos seus quadros e pela implementação da lei do sorteio militar. Uma guerra no sul do Brasil colocaria o exército em evidência e possibilitaria experimentar equipamentos e estratégias, além de que serviria para desviar uma ação de matiz política para o militar em face de uma disputa que se estendia por anos entre os dois estados. Não pode ser ignorado, a favor dessa proposta, o fato de que no calor dos acontecimentos a presidência da República está representada por um oficial do exército: o Marechal Hermes da Fonseca (1912-1914). (RODRIGUES, 2011, p. 73-74).

A experiência nos conflitos do Contestado foi observada como mais um exemplo das dificuldades ainda enfrentadas pelas FA brasileiras, apesar dos projetos de melhoria já iniciados. Seguiu-se discutindo a necessidade de prosseguir as ações de reestruturação, mas para isso era necessário o apoio do Congresso para liberação das verbas. De acordo com Frank McCann (2009), a eclosão da Primeira Guerra na Europa auxiliou as FA brasileiras nesse sentido, uma vez que trouxe tantos temores para as elites nacionais que o governo aprovou um orçamento para as FA que possibilitava a implementação dos projetos.

Os problemas de recrutamento e contingente seguiam preocupando as lideranças militares e se mostraram temas presentes nos relatórios dos dois Ministérios (Guerra e Marinha) nas décadas iniciais do século XX. Analisando o crescimento quantitativo das FA brasileiras entre 1850 e 1930, José Murilo de Carvalho (2006) apresenta os efetivos legais aprovados pelas leis de fixação de forças, destacando que os numerais incluem somente praças. Os dados abaixo são os apresentados pelo autor para o período de interesse da pesquisa, incluindo os dez anos anteriores e posteriores ao recorte desta tese para fins de comparação:

Quadro 1. Comparativo de efetivos legais de Marinha do Brasil e Exército Brasileiro		
Ano	Marinha	Exército
1900	4.450	28.160
1910	5.607	20.096 (os dados para o EB neste ano não compreende cabos e sargentos)
1920	5.800	42.977
1930	7.167	43.173

Fonte: Adaptado de Carvalho (2006, p. 30)

Carvalho (2006) afirma que as relações entre o contingente previsto e o real das FA apresentavam significativas diferenças, sendo normalmente o número de praças mais baixo, especialmente no EB. Nessa força, ocorreram dois momentos importantes de ampliação de seu contingente: no início da República, quando o governo provisório duplicou os efetivos, e após a introdução do sorteio militar. Ocorreu também uma importante mudança em fatores relativos. A população brasileira cresceu 162% entre 1890 e 1930 e os efetivos cresceram 220%. “A proporção soldados-população, que era de 0,8% ao final do Império, passou para 1,1% soldados em 1930. Embora ainda baixa em relação a outros países, seu crescimento foi substantivo [...]” (CARVALHO, 2006, p. 30).

Em análise similar realizada na dissertação de mestrado desta autora, foi possível identificar a presença das problemáticas com relação ao recrutamento militar nos anos iniciais da década de 1910. Nos relatórios do Ministério da Guerra de 1910 e 1912, foram enfatizados esses problemas, destacando que “[...] o efetivo para tempo de paz previsto na lei orçamentária não era compatível com as funções constitucionais estabelecidas para essas instituições, de acordo com as análises do EB”. (CANCELLA, 2013, p. 103). A partir das considerações do relatório, foi estruturado um quadro comparativo entre a relação de soldados por milhar de habitantes em tempo de paz de alguns países:

Quadro 2. Comparativo do número de soldados por milhar de habitantes em tempo de paz	
País	Número de soldados por milhar de habitantes
França	13,2
Alemanha	8,7
Áustria	7,2
Rússia	6,5
Itália	6,1
Inglaterra	4,6
Japão	3,5
México	2,2
Brasil	1,1

Fonte: Cancellata (2013, p. 104).

Sobre esse cenário, é possível considerar que:

O documento aponta esses dados como base para afirmar que o contingente de 25 mil do Exército Brasileiro não era suficiente para atender às necessidades do país, com seus então 21 milhões de habitantes e extenso território. Como proposta para mudar este panorama, reforçava a urgência em aumentar o contingente a fim de possibilitar para a nação brasileira, em relação à defesa, “uma era nova, toda feita de calma, tranquilidade e confiança”. No relatório do ano seguinte o Ministério da Guerra seguia apontando as dificuldades de se ter o contingente mínimo estabelecido pela diminuição progressiva dos voluntários. Neste sentido, reforçava a necessidade da efetiva realização do sorteio militar em todas as regiões. (CANCELLA, 2013, p. 104).

Interessante observar que os Estados Unidos da América não figuram entre as nações analisadas comparativamente no Relatório do Ministério da Guerra de 1912. É possível levantar a hipótese de que, naquele momento, esse país ainda não havia despertado tantas atenções dos militares brasileiros, fato que se alterou no período pós-Primeira Guerra pelo protagonismo no cenário mundial assumido pelas FA estadunidenses.

Sobre os recrutamentos militares no Brasil, Pinheiro et al (2006) afirmam que o sistema realizado até 1916 apresentava problemas com relação à qualidade dos recursos humanos recrutados. De acordo com os discursos da época, a solução possível para esse problema seria a implementação do sorteio universal. No entanto, essa sugestão recebeu grande resistência em diferentes setores da sociedade, desde políticos e imprensa até operários. (CANCELLA, 2013).

Sobre a lei recrutamento militar,⁴⁷ Frank McCann defende que “[...] depois de ser aprovada, em 1908, a lei permanecera engavetada porque o Congresso cortara tão drasticamente o orçamento do Exército que o pequeno efetivo autorizado era preenchido por voluntários”. (McCANN, 2009, p. 229). Sendo assim:

Entre 1908 e 1916 muito se debateu, contestou e defendeu a citada lei. O auge dessa discussão aconteceu no ano de 1914, período que coincidia com a incidência da Primeira Guerra Mundial na Europa. O momento era estratégico para os discursos militaristas, pois garantia maior visibilidade às forças armadas e animava os sentimentos nacionalistas na sociedade. Nesse contexto o exército aparecia como uma das poucas instituições legítimas capazes de defender a nação das mazelas políticas e sociais. [...] O que se almejava era instituir o serviço militar obrigatório no Brasil, reequipar belicamente o exército, melhorar a formação dos oficiais por meio da contratação de instruções militares estrangeiras, bem como melhorar as condições físicas das instalações militares no país [...] (RODRIGUES, 2011, p. 77).

⁴⁷ BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de Janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército.

O Relatório do Ministério da Guerra de 1915 seguiu discutindo as questões relativas ao serviço militar obrigatório. Afirmava que esse ponto mantinha-se como uma problemática para as FA, utilizando os conflitos da Primeira Guerra como base para as considerações.⁴⁸

Frank McCann defende que:

O sistema do serviço militar obrigatório, conquistado a duras penas, revelou-se muito diferente do que seus proponentes haviam esperado. Desde o início [...] o número de homens que se recusaram a responder ao chamado do país foi maior que o dos que se apresentaram. De 1917 até 1929 foram sorteados 619753 nomes, dos quais 75286 foram dispensados e 409111 não se apresentaram, restando apenas 135354 para ingressar nos quartéis. [...] O sonho de que o serviço militar obrigatório forneceria um exército qualificado que, por sua vez, geraria uma reserva numerosa, treinada e mobilizável foi abalado pelas realidades brasileiras. (McCANN, 2009, p. 295).

O referido Relatório ainda defendia que somente recrutar para aumentar os contingentes não resolveria os problemas das FA brasileiras. Era preciso estabelecer melhorias de equipamentos (armamento, munição, fardamento, viaturas) e esse ponto trazia grandes preocupações porque as encomendas que haviam sido realizadas a alguns fabricantes estrangeiros não estavam sendo entregues por conta dos conflitos na Europa. O documento destacou, entretanto, que foram identificadas melhorias nos processos de educação e instrução das tropas pelo envolvimento e dedicação de oficiais e aspirantes.⁴⁹

Com o novo panorama mundial marcado pelo conflito armado, o estabelecimento de diretrizes mais claras para os processos de treinamento passaram a ser uma preocupação ainda mais importante. A Portaria de 02 de maio de 1914, publicada no Relatório do Ministério da Guerra de 1914, por exemplo, determinava as instruções para a esgrima de baioneta a ser utilizada no EB como forma de uniformizar os processos de treinamento e preparação dos militares. Esta necessidade de maior especialização fomentou a criação de manuais de instrução que eram vendidos para a disseminação das normas físicas. [...] Neste mesmo período foram também normatizadas as novas determinações sobre os índices físicos mínimos para o ingresso na instituição indicando um maior rigor e preocupação com o corpo das tropas militares brasileiras. (CANCELLA, 2013, p. 106-107).

Essas considerações sobre os movimentos de reestruturação e de recrutamento militar nas FA brasileiras se mostram importantes como elemento base para se compreender o panorama de MB e EB em meados da década de 1910, quando eclodiram os conflitos da Primeira Guerra na Europa. Pelas discussões realizadas, é possível considerar que as FA brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, ainda se mostravam muito mais preocupadas com os processos de reestruturação interna e com as dinâmicas para a composição de suas fileiras do que envolvidas em treinamentos específicos para a participação em conflitos. Era um olhar mais voltado para os problemas internos e suas possíveis vias de solução. O

⁴⁸ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1915.

⁴⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1915.

panorama internacional e as experiências das Forças Armadas estrangeiras não ficavam perdidas de vista, mas eram muito mais mobilizados como argumentos para o fortalecimento das medidas de preparação e não como ameaças imediatas à soberania nacional que justificassem mobilizações militares de grande impacto.

Naquele período, os militares brasileiros estavam envolvidos não somente com esses processos acima referenciados mas também mantinham atividades em diferentes áreas da sociedade civil, entre elas o meio esportivo. Atuavam em diferentes funções, desde esportistas até dirigentes de entidades e clubes. As práticas esportivas já se encontravam bastante difundidas na sociedade, inclusive entre os militares, e desde os anos iniciais do século XX alguns dos argumentos para a defesa da introdução dessas práticas e da ginástica no cotidiano das FA enfocavam justamente a questão da modernização nas formas de treinamento militar, elemento fundamental para as propostas de reestruturação apresentadas anteriormente. (CANCELLA, 2013).

A criação das primeiras formas de regulamentação e promoção da prática do esporte entre os militares brasileiros ocorreu justamente em meados da década de 1910. Tanto a Liga de *Sports* da Marinha (LSM) como a Liga Militar de *Football* (LMF) foram criadas no ano de 1915 e tinham entre seus fundadores militares envolvidos com o esporte competitivo em meio civil, como o caso do Tenente Francisco Mendes, atleta do *Fluminense Football Club* que atuou na criação da LMF, e do Tenente Benjamin Sodré, “[...] conhecido no meio futebolístico como Mimi Sodré, que representou, entre 1910 e 1916, os clubes cariocas do América e do Botafogo e foi um dos fundadores da Liga de *Sports* da Marinha em 1915”. (CANCELLA, 2013, p. 115).⁵⁰

No entanto, a aproximação dos militares com as entidades esportivas já se mostrava presente desde fins do século XIX tanto como esportistas como na figura de dirigentes. Entre os fundadores do primeiro clube exclusivamente esportivo criado no Rio de Janeiro em 1849, o “Club de Corridas”, estavam presentes o Major Suckow e o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, então Conde de Caxias. Ao final do Oitocentos, o Capitão-Tenente da Marinha do Brasil Eduardo Ernesto Midosi foi o primeiro presidente da União de Regatas Fluminense, fundada em 1897. Nos primeiros anos de século XX, foi ainda criado o “Yacht Club Brasileiro” (1906) com participação direta de membros da MB auxiliando na divulgação do iatismo no Brasil e teve como seu primeiro Comodoro o Ministro da Marinha Almirante

⁵⁰ A imprensa da época dedicava espaços para a divulgação dos “feitos esportivos” dos militares brasileiros. Benjamin Sodré, por exemplo, recebeu destaque na edição da revista *Careta* de 27 de junho de 1914 com a publicação de fotografia de uma partida de futebol do Botafogo em que o gol da vitória havia sido feito por ele, oficial da Marinha e *sportmen* do clube. (CANCELLA, 2014).

Alexandrino Faria de Alencar. Além desses casos citados, inúmeros militares eram integrantes de diretorias de clubes e federações e praticantes de diferentes modalidades esportivas entre fins do século XIX e início do século XX. (CANCELLEA, 2014).

Como apontando anteriormente, o processo de criação de entidades regulamentadoras para a prática esportiva no interior das FA brasileiras não foi uma ação isolada e acompanhou esse movimento de criação de instituições normatizadoras que já se fazia presente no Brasil e no mundo desde fins do século XIX. (MALAIA, 2010).

Ao comentar a fundação de ligas e federações esportivas no Brasil, João Malaia afirma que:

O esporte foi traduzido, codificado e monopolizado por esse pequeno grupo que fazia com que os incentivos governamentais, econômicos e políticos fluíssem apenas para seus clubes e federações, e marginalizava todos aqueles que deixassem de seguir os modelos de práticas esportivas controladas por essas entidades. O Estado elegia tais entidades e dava a elas o título de “entidades oficiais”, responsáveis pela representação do país em competições internacionais [...]. (MALAIA, 2011, p. 72).

Na década de 1910, registraram-se iniciativas para a criação de uma instituição única para regulamentar os esportes no Brasil, seguindo as tendências de criação de entidades de diferentes modalidades já iniciadas em fins do século XIX. (MALAIA, 2010; SILVA; SANTOS, 2006). A Liga Metropolitana de *Sports Athletics* (LMSA), fundada em 1907, propôs a convocação de uma reunião em 1914 para criação de uma instituição regulamentadora de esportes em âmbito nacional. Na reunião realizada na sede da Federação Brasileira das Sociedades de Remo, estiveram presentes representantes da LMSA que eram integrantes de algumas das principais entidades esportivas do período: Aero Club Brasileiro, Automóvel Club Brasileiro, Centro Hípico Brasileiro, Club Ginástico Português, Comissão Central de Concursos Hípicos, Jockey Club Brasileiro e Federação Brasileira de Sociedades de Remo, naquele momento também responsável pelo controle do polo aquático e da natação, além do remo, no Rio de Janeiro. (REEBERG, 2007). Como resultado dos acordos estabelecidos nessa reunião, fundou-se a Federação Brasileira de Desportos, que após dois anos alteraria o nome para Confederação Brasileira de Desportos. Essa entidade teria como objetivo dirigir todas as federações, ligas e clubes das diferentes modalidades esportivas do país e também ser a entidade representativa do Brasil no cenário internacional. (RÚBIO, 2005).

A organização do esporte no interior das FA brasileiras acompanhou essa tendência de formação de instituições reguladoras esportivas. A primeira entidade responsável pela organização do esporte no EB foi a Liga Militar de *Football*. Essa liga foi reconhecida institucionalmente por meio de Aviso do Ministério da Guerra nº. 966 de 22 de junho de 1915:

Ministério da Guerra - N°. 966. - Rio de Janeiro, 22 de junho de 1915.
Sr. chefe do Departamento da Guerra - Declaro-vos que permito o funcionamento da “Liga Militar de *Football*”, cujo projeto de estatutos a este acompanha, sendo facultado ao pessoal dos corpos do Exército nela se inscrever. Saúde e fraternidade.
José Caetano de Faria.⁵¹

A partir de tal autorização, a LMF planejou medidas de divulgação do futebol para os militares dos corpos do Exército. No período entre 1915 e 1920, o EB adotou um modelo de liga monoesportiva dedicada à organização do futebol. Ribeiro (2009) afirma que a criação de uma liga específica dessa modalidade justificava-se por vários militares do EB participarem de equipes dos principais clubes do Rio de Janeiro, promovendo também competições amistosas entre os regimentos onde serviam. No entanto, o jornal “O Imparcial”, órgão oficial de divulgação das atividades de inúmeras associações esportivas, entre elas a Liga Militar de *Football*,^{52, 53} publicou em 22 de janeiro de 1920 um artigo intitulado “Liga Militar: O *football* e o Exército” que relatava a participação do time do 1º. Regimento de Artilharia Montada, tricampeão da LMF, em excursões desportivas a Valença e Bom Jesus de Ipanema e apresentava algumas justificativas para a escolha desse esporte como a modalidade principal de desenvolvimento no EB. Esse relato não tem autoria declarada no jornal. No entanto, pelo teor do texto e por ser o jornal “O Imparcial” um órgão oficial de divulgação da liga, pode-se

⁵¹ BRASIL. Diário Oficial da União de 29 de junho de 1915, seção 1, p. 5.

⁵² O Imparcial, 01 de outubro de 1915, p. 9.

⁵³ O jornal em análise “O Imparcial” foi fundado por José Eduardo de Macedo Soares após sua saída da Marinha do Brasil com o financiamento feito por seu irmão, José Carlos de Macedo Soares. O jornal foi criado para apoiar a campanha de Rui Barbosa à presidência da República em 1909. O periódico foi utilizado largamente para a defesa das propostas de Barbosa e ataque ao principal adversário político, o Marechal Hermes da Fonseca. Foi ainda instrumento em campanhas contra os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012; SILVA, 1998). A apresentação do periódico Diário Carioca, outro jornal fundado por Macedo Soares, na Hemeroteca Digital Brasileira organizada pela Biblioteca Nacional informa que: “Preso por ordens do primeiro [Marechal Hermes], Macedo Soares promoveu, em O Imparcial e ao lado do Correio da Manhã, Época e A Noite (cujos diretores também haviam sido detidos), intensa campanha em favor da liberdade de imprensa. Em 1922, por ocasião da primeira rebelião tenentista (episódio conhecido como ‘Os 18 do Forte’), já no governo de Epitácio Pessoa, José Eduardo voltou a ser preso. Solto meses depois, seu jornal seria novamente fechado por ordem do novo presidente, Artur Bernardes, a quem também fazia oposição. José Eduardo então se exilou na Europa com a mulher e filhas para retornar alguns anos depois, já durante o governo de Washington Luís, e fundar o Diário Carioca”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 2012). Esse periódico, como já comentado, era o órgão oficial de publicação de diversas entidades esportivas cariocas. Além do esporte já garantir seu espaço de divulgação na imprensa nas primeiras décadas do século XX, essa atuação do jornal se deve, em parte, ao apreço de seu fundador e diretor pelo esporte. José Eduardo de Macedo Soares foi dirigente esportivo e chegou a presidir a Confederação Brasileira de Desportos entre 1921 e 1922. (CABO; HELAL, 2010).

sugerir que tenha sido redigido por algum militar do EB que acompanhava as excursões e enviado ao jornal para ser publicado como elemento de divulgação das atividades da LMF, conforme já ocorria desde 1915. Ao longo do artigo, foram apresentados diversos argumentos de defesa da prática dos esportes e dos benefícios da educação física sistemática para os militares. Entre eles, o texto afirmava que:

[...] se a educação do soldado atual pode chegar ao ponto de lhe proporcionar meios para a prática de ações tão belas quão dignificadoras, capazes de – qual poderoso e simpático ímã – auxiliar a aproximação dos meios civil e militar, por processo tão cômodo e agradável, é caso de se apelar para as altas autoridades militares que o são inteligentes e patriotas, e para a moderna geração dos novos e esperançosos oficiais a fim de que, por seus auspícios e necessários auxílios, deem à educação física dos moços militares o grande e inestimável valor que interessa à defesa nacional, quando orientada a sua prática, com método, persistência e desassombro, tendo como objetivo incentivar e desenvolver outras qualidades importantes do soldado, tais como: coragem, agilidade, golpe de vista, resolução pronta, camaradagem, disciplina do temperamento, resistência às fadigas e intempéries, amor ao corpo da tropa, ao Exército e à Pátria (Regulamento de ginástica, artigo 95). Como se vê, é, pois, o futebol, o desporto do soldado, por excelência! É ele, dentre todos os desportos, o que melhor unifica todas as vontades; o que melhor disciplina os temperamentos, modificando os vários instintos dos que praticam: o que melhor desenvolve o sentimento da força, dentro da nobreza! É no revigorar, com ele, o físico da mocidade brasileira, civil ou militar o seja, cultivemos com amor, as belas qualidades morais que nos inspiram os seus empolgantes torneios: *Mens sana in corpore sano*. E ninguém, de boa fé, pode negar as vantagens que adviriam para o Exército, para a militarização do povo e até para o sorteio militar se, pelo menos, a maioria dos corpos possuísem turmas de soldados capazes de, em diversos pontos do nosso caro Brasil e pelos mesmos honrosos processos, colherem louros iguais aos que vem de obter, de modo dignificante o glorioso time do 1º. Regimento de artilharia montada.⁵⁴

A partir dessas declarações e argumentos, pode-se considerar que o futebol foi defendido por militares do EB como a modalidade que poderia desenvolver com maior facilidade as concepções expressas por seu regulamento de ginástica. Essas considerações, no entanto, não são suficientes para justificar a escolha do futebol como “o esporte do soldado”, conforme afirma o texto. No momento de fundação da liga, essa modalidade já gozava de grande popularidade no Rio de Janeiro (local de fundação da mesma). Sobre esse aspecto, Nicolau Sevckenko (1998, p. 581) afirma que “[...] a segunda grande febre desportiva do Rio de Janeiro veio com o futebol e logo se tornou ainda mais intensa do que as regatas.”

⁵⁴ O Imparcial, 22 de janeiro de 1920, p. 8.

Sendo assim, não somente os benefícios elencados em relação às determinações do Regulamento de Ginástica do EB podem ser considerados ao analisar a adoção do modelo de liga monoesportiva de futebol. O aumento do número de clubes e praticantes dessa modalidade, além do crescimento do interesse dos espectadores e da imprensa, criaram uma ambiência de promoção desse esporte e precisam também ser ponderados, como discute Fabio Franzini:

[...] o futebol, pouco mais de duas décadas depois de lançar suas raízes entre nós, unia o país e proporcionava uma vívida manifestação popular de orgulho patriótico. Na bela expressão de Nicolau Sevckenko “era a descoberta de uma vocação” [...]. (FRANZINI, 2009, p. 129).

Apenas alguns meses após a fundação da LMF, foi publicada no “O Imparcial” uma nota em que se relatavam as festividades de celebração do dia da bandeira no EB e, entre elas, foi realizada uma partida de futebol e entrega da premiação para os campeões militares de 1915. Nessa nota, foi apresentado o discurso proferido pelo Tenente Castelo Branco, que tem trecho transcrito a seguir:

A Liga Militar tem grande satisfação de comunicar neste momento sublime para nós todos que amamos o esporte, que a mocidade militar tal qual como a civil, sabem jogar e interpretar com todas as regras o esporte predileto da terra de Jorge V. Logo no começo da criação da Liga Militar encontramos, como era natural, alguns obstáculos que foram logo desaparecendo por parte daqueles que não compreendiam o grande jogo inglês. Hoje contamos na mocidade militar com mais de um terço da sua totalidade, quer no quadro de oficiais, quer no das praças de pré⁵⁵, e o ideal é contar com a totalidade; precisamos de homens fortes e valentes, destemidos e extraordinários. Precisamos preparar os nossos jovens militares para as grandes lutas e para a civilização da nossa pátria.⁵⁶

A questão do preparo físico dos militares, destacada no texto do Tenente Castelo Branco, foi também alvo de considerações do Relatório do Ministério da Guerra apresentado em 1916. O documento destacava a educação física como algo fundamental para o bom preparo da nação. As inúmeras isenções de voluntários para o serviço militar por sua incapacidade física chamavam a atenção das autoridades militares, que reforçavam:

É um dever chamar a atenção para este fato, que indica a necessidade de dedicar-se maior cuidado à educação física, parecendo-me urgente que se torne obrigatório nas escolas o ensino de uma ginástica racional, como a sueca, não para fazer acrobatas, mas homens fortes e vigorosos.⁵⁷

⁵⁵ Tendo em conta certas divergências com relação ao gênero a ser utilizado com a palavra “praça” quando em referência à graduação militar, informo que neste trabalho será adotada a classificação de substantivo feminino para o termo, conforme definição do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) editado pela Academia Brasileira de Letras.

⁵⁶ O Imparcial, 20 de novembro de 1915, p. 9.

⁵⁷ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1916, p. 6.

Sendo assim, um dos intuitos de fundação da LMF era justamente atuar para a promoção de atividades que propiciassem melhorias no desenvolvimento físico do pessoal militar.

No caso da Marinha do Brasil, a organização do esporte recebeu uma estruturação distinta da adotada no EB, já que foi adotado um modelo de liga poliesportiva desde seus anos iniciais. Em 25 de novembro de 1915, um grupo de oficiais se reuniu na sede do Clube Naval no Rio de Janeiro e fundou a primeira entidade de direção do esporte na força, a Liga de *Sports* da Marinha. A regulamentação institucional foi a partir da publicação da Ordem do Dia do Ministério da Marinha nº. 01 de 04 de janeiro de 1916, na qual o Ministro Almirante Alexandrino Faria de Alencar autorizava o funcionamento da LSM:

Sr. Chefe de Estado Maior da Armada, declaro-vos, para fins convenientes, que, aprovados os intuitos da Liga de Sports da Marinha, fundada por oficiais com o fim de concorrer para o desenvolvimento físico do pessoal da Armada, por meio dos jogos e exercícios, com campeonatos anuais, resolvi permitir que a citada Liga se corresponda com as autoridades da Marinha, em relação ao que for necessário a seus fins, e que as autoridades lhe facilitem os meios de ação, sem prejuízo para o serviço, fazendo-se os jogos sob direção da referida Liga e seus representantes nos navios, corpos, estabelecimentos, ficando a ação destes últimos sujeita à aprovação dos respectivos comandantes. Saúde e fraternidade. Assinado Alexandrino Faria de Alencar.⁵⁸

A Liga de *Sports* da Marinha atuou na organização das atividades esportivas na MB desde 1915 até 1940, quando foi extinta para a criação do Departamento de Educação Física da Marinha. Inicialmente, ainda no primeiro ano de atividade, organizou competições internas de natação, polo aquático e futebol. Para divulgar suas ações, buscou realizar comunicação oficial com as autoridades navais superiores informando sobre a criação da liga e solicitou ao Ministério da Marinha autorização para assumir a direção dos esportes de bordo.⁵⁹

Como já apontado, as ligas esportivas militares passaram a ser responsáveis pela organização de competições no interior de suas respectivas forças, promovendo jogos em diferentes modalidades envolvendo seus quartéis, navios e estabelecimentos. No caso do EB, prioritariamente o futebol, e na MB, inicialmente modalidades aquáticas como natação, remo, polo aquático e vela (defendidas principalmente por suas funções de treinamento utilitário para os “homens do mar”), e também o futebol, prática já bastante popular no período, com expansão do quadro de modalidades em sua primeira década de atuação.⁶⁰ No entanto, eram

⁵⁸ BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1916. Anexo A, p. 01.

⁵⁹ “1ª. Sessão da Diretoria de 16 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

⁶⁰ “Os registros de organização de competições da LSM para o período entre 1915 e 1928 evidenciam o quadro de modalidades institucionalizadas na Marinha, a partir das ações de sua liga na organização de competições, fomento de participação e divulgação. Neste período, a LSM organizou e participou de eventos enviando equipes

promovidos alguns encontros para competições esportivas entre times das duas forças. Uma delas foi a Taça Flamengo, disputa esportiva entre Exército e Marinha que iniciou em 1917 e se prologou até 1924, de acordo com os registros localizados, compreendendo a realização de três provas: futebol, cabo de guerra e corrida de estafetas. Essa competição caracterizou-se como a primeira disputa das ligas com menção explícita à cobrança de ingressos dos espectadores, uma vez que se realizava no campo do Clube de Regatas Flamengo, doador da taça. (CANCELLA, 2014). No Capítulo 2 desta tese serão analisadas com maiores detalhes as competições esportivas promovidas pelas LEM.

A segunda metade da década de 1910 trouxe novas preocupações do ponto de vista bélico para as Forças Armadas brasileiras. Até 1917, o Brasil manteve-se em posição de neutralidade em relação ao conflito armado de alcance mundial que havia se iniciado em 1914. No entanto, essa situação se alterou por conta do episódio relatado a seguir:

Em 3 de abril de 1917, submarinos alemães torpedearam o navio Paraná, que estava próximo à costa francesa. Em represália, o governo confiscou todos os navios alemães ancorados em portos brasileiros. Após o afundamento do navio brasileiro Macau, pelos alemães, Venceslau Brás assinou, em outubro desse ano, a declaração de estado de guerra contra a Alemanha, o que foi acompanhado por manifestações antigermânicas em todo o país. (ARQUIVO NACIONAL, 2009, p. 42).

Em 26 de outubro de 1917, foi publicado o decreto nº 3.361,⁶¹ que proclamava o estado de guerra iniciado pelo Império Alemão contra o Brasil. Sobre esse novo cenário, é possível afirmar que:

[...] as preocupações do EB sobre o processo de preparo dos nossos militares se intensificaram, e as ações de divulgação e apelo para a sociedade se envolver com as FA se ampliaram. O Relatório do Ministério da Guerra de 1917 afirmava que a ocorrência da guerra na Europa e a observação das consequências enfrentadas pelos países que não eram militarmente fortes favoreceram uma maior aceitação do serviço militar em meio civil e a divulgação de uma forte propaganda patriótica, liderada pela Liga de Defesa Nacional. (CANCELLA, 2014, p. 172).

As maiores preocupações com o preparo dos militares para a defesa nacional em caso de um conflito como o que se desenrolava na Europa possibilitaram aberturas para investimentos nas FA e maior aceitabilidade do serviço militar na sociedade. No campo esportivo, no entanto, ocorreu um desdobramento interessante por conta da participação brasileira no cenário de conflito.

nas modalidades Vela, Natação, Water polo, Remo, Futebol, Retinidas, Cross Country, Atletismo, Cabo de Guerra, Basquetebol, Esgrima e Tiro”. (CANCELLA, 2013, p. 130).

⁶¹ BRASIL. Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo império alemão contra o Brasil.

Após a declaração de guerra, o Brasil iniciou a organização de sua participação ao lado dos Aliados no conflito. Suas ações se restringiram a três aspectos: o envio de uma missão de materiais, liderada pelo General Napoleão Felipe Aché, o envio de uma missão médica e a formação de uma Divisão Naval de Operações de Guerra. Sobre a missão de materiais, Bento (2016) aponta que tratava-se, na verdade, de uma Comissão de Estudos de Operações e de Aquisição de Material na França que deveria atuar entre 1918 e 1919 com 24 oficiais e tinha como objetivo principal:

[...] absorver, durante a Guerra, a maior quantidade de conhecimentos da Doutrina Militar Francesa e adquirir o material necessário à sua implantação no Brasil. Os oficiais dessa comissão combateram no Exército da França, de modo que oito deles foram promovidos por atos de bravura.

[...]

Dentre as contribuições à Doutrina do Exército trazida por esses oficiais registram-se: sua influência na contratação de missões militares francesas para a nossa Aviação Militar e para o Exército; a introdução de Blindados; a reformulação do ensino do nosso Exército, nos moldes da França; a idealização da construção da AMAN com suas mais caras tradições: a implantação de nossa Aviação Militar; a doutrina de emprego de gases e a atualização das doutrinas de Artilharia de Costa e Campanha, Infantaria, Cavalaria e Saúde. (BENTO, 2016, s.p.)

Essas renovações e propostas foram as principais diretrizes da Missão Militar Francesa que atuou no EB, fazendo com que fosse substituída a tradicional influência germânica pela francesa entre os militares do Exército Brasileiro.

Além da missão de materiais liderada pelo General Aché, foi também enviada à Primeira Guerra uma Missão Médica brasileira com função de auxiliar os Aliados. O grupo foi chefiado por Nabuco de Gouveia e formado por:

[...] 10 Diretores de Serviço, servindo na categoria de tenente-coronel; 20 chefes de enfermaria, no grau de capitão; 29 médicos na classe de 1º Tenente; 8 auxiliares como 2º Tenente e 15 doutorandos na mesma categoria. Farmácia, intendência e Secretaria. Incorporadas, uma delegação do corpo de saúde do Exército, com 5 representantes e outra da Marinha de Guerra, com 6 oficiais, e um contingente de 31 soldados. A Missão Médica foi constituída de 131 combatentes de Saúde. (BENTO, 2016, s.p.).

A Missão Médica chegou à França em setembro de 1918 e atuou dando assistência tanto a civis como militares no tratamento da epidemia de gripe e nos cuidados aos feridos de guerra. Com o fim dos conflitos, a missão foi extinta em fevereiro de 1919. (BENTO, 2016).

Além dessas missões de suporte, foi também formada uma Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG), que estaria sob subordinação da Inglaterra com responsabilidades de patrulhar o Atlântico na costa africana. Essa Divisão era formada por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um navio-tênder e um rebocador. (ALMEIDA,

2008).⁶²

Por conta dessa mobilização, as ações de promoção de atividades esportivas realizadas desde 1915 pela Liga de *Sports* da Marinha foram totalmente paralisadas. Isso se deve ao envolvimento de alguns dos membros de sua diretoria na DNOG e pelo entendimento do esporte como um elemento principalmente de preparação do corpo em períodos de treinamento militar, não sendo identificado nas fontes como uma ferramenta a ser utilizada em momentos de mobilização efetiva.

Essa concepção que compreendia o esporte como uma atividade para “tempos de paz” e para o desenvolvimento físico pode ser considerada como um desdobramento das poucas experiências das FA brasileiras em conflitos armados de grandes proporções nas décadas iniciais do século XX, momento em que o esporte passou a se firmar como atividade efetiva no cotidiano das forças.

As atividades da LSM, como pontuado, se interromperam em 1918 e somente foram “[...] retomadas com o retorno da Divisão em 1919 com a organização de uma ‘festa sportiva militar’ em homenagem à tripulação que regressava”. (CANCELLA, 2014, p. 170).

Como foi possível perceber, o principal argumento utilizado para legitimar o espaço da prática esportiva tanto no EB como na MB era o de “desenvolvimento físico” dos militares. Os processos específicos de organização das práticas esportivas, as competições e a forma como características específicas das instituições militares (como as diretrizes de hierarquia e disciplina) foram tratadas no âmbito do esporte serão discutidos com maior abrangência no Capítulo 2 desta tese. Nesse momento, interessa-nos focar os argumentos oficiais utilizados para a introdução das ligas e do esporte na estrutura das FA brasileiras e suas relações com a condição de atuação naquele momento.

⁶² O maior desafio enfrentado pela DNOG, na realidade, foi uma epidemia de gripe espanhola que atingiu sua tripulação. Os graves sintomas evoluíam rapidamente, podendo levar à morte em apenas 72 horas. Após dois dias do primeiro relato de contágio na tripulação, cerca de 95% do efetivo já estava comprometido. Conforme aponta Almeida (2008): “As mortes se multiplicavam. Os corpos eram colocados em caixões e entregues às lanchas francesas (guarnecidas por senegaleses), que os levavam para serem enterrados na cidade. Depois de alguns dias, por causa da demanda excessiva, os caixões foram substituídos por tábuas simples, amarradas por cabos e envoltas em lona. No fim de dois meses tinham morrido 109 militares, e 140 doentes foram repatriados, alguns falecendo no Rio de Janeiro. Ao todo, 249 militares se afastaram da Dnog, sendo substituídos por novos contingentes vindos do Brasil. A gripe amainou aos poucos, e foi considerada extinta por Frontin no fim de outubro. O almirante teve que fazer várias alterações nos comandos e recompor as guarnições, uma vez que a guerra ainda não terminara. O destino seguinte seria Gibraltar. Além dos problemas de pessoal, a esquadra estava gravemente desfalcada de navios. O cruzador Rio Grande do Sul e o contratorpedeiro Rio Grande do Norte tiveram que permanecer em Dakar devido a problemas mecânicos, o tênder Belmonte foi convocado a transportar trigo para o governo francês e o rebocador Laurindo Pitta regressou ao Brasil. Restaram apenas um cruzador e três contratorpedeiros para continuar a missão. [...] O que poderia ter sido uma experiência edificante transformou-se numa desventura inócua. Em vez de aprender com o traumático episódio, a Marinha acomodou-se. Em 1942, quando o país se envolveu em nova guerra mundial, os tenentes da Dnog eram almirantes. Mas seu sofrimento passado na África foi em vão: nossa Marinha continuava despreparada.”

A partir das discussões realizadas até este ponto, é possível considerar que as dificuldades estruturais enfrentadas pelas FA brasileiras desde o século XIX, estendendo-se para os anos iniciais do século XX, tanto no que se referia aos materiais quanto ao pessoal e seu preparo, foram significativas na construção dos argumentos para a legitimação das práticas esportivas. Os problemas de treinamento e “desenvolvimento” do físico do pessoal militar, destacados constantemente desde a Guerra do Paraguai, tornaram-se um importante elemento de discussão nas duas forças. Igualmente, a defasagem no treinamento físico identificado em comparação a militares de outras nações mostrou-se relevante para a construção de uma estratégia de inserção de atividades que fossem eficazes na melhoria do condicionamento dos militares brasileiros, especialmente nos períodos de não mobilização militar. Nesse sentido, a fundação das ligas esportivas militares e suas ações na organização de competições entre os quartéis e navios, entre as duas forças e também a participação em eventos no meio civil foram justificadas e legitimadas pelos argumentos de necessidade de desenvolvimento e manutenção do físico e da saúde do pessoal militar brasileiro em tempos de paz para que, em caso de algum conflito, o preparo já estivesse garantido.

No caso estadunidense, o contexto de inserção do esporte no cotidiano do pessoal militar foi diferenciado e, por isso, os argumentos utilizados também mostraram-se distintos. Seguindo o enfoque comparativo *Contraste de Contextos* (SKOCPOL; SOMERS, 1980), buscar-se-á discutir como o contexto histórico vivenciado pelos militares estadunidenses nas décadas iniciais do século XX foi fundamental para a definição dos discursos em torno da defesa da prática do esporte em suas corporações.

Sobre a trajetória histórica estadunidense, Karnal et al (2007) defendem que, entre 1814 e 1898, os EUA se mantiveram distantes dos debates políticos europeus, voltando-se mais para as questões em torno da Doutrina Monroe e a sua expansão territorial para o oeste. No entanto, estiveram atentos ao panorama internacional por suas crenças de ser o grande guardião das instituições democráticas e republicanas e suas pretensões de expansão comercial para o Extremo Oriente:

A Guerra Hispano-Americana é um divisor de águas na presença dos Estados Unidos em cenário internacional. Ainda que possamos relativizar esse paradigma, argumentando que, após uma onda de debates sobre imperialismo, a opinião pública voltou a se concentrar, no início do século XX, em assuntos internos, a partir de 1898, as potências europeias aceitaram o pressuposto de que a antiga colônia britânica tinha os olhos voltados a crises mundiais.

Alguns historiadores apontam a existência de uma elite bélica e imperialista, composta por uma classe alta, geralmente da costa leste, que defendia a existência de uma marinha de guerra poderosa, antes mesmo da Guerra Civil. (KARNAL et al, 2007, p. 165-166).

O recorte temporal das análises efetivadas nesta pesquisa está inscrito no período que Karnal et al (2007) e Gems (2001) afirmam ser a “Era Progressista” estadunidense.⁶³ De acordo com os autores, esse momento foi marcado por uma forte tendência dos reformadores em estabelecer uma sociedade urbana sistematizada e promover uma cultura nacional baseada nos ideais WASP. As principais estratégias de difusão desses ideais foram por meio de legislações, da educação e pela reestruturação dos espaços urbanos.

O país apresentou grande desenvolvimento industrial nesse período, mas também enfrentou problemas com o fluxo de imigração intenso de europeus para a América. Gems (2001) afirma que muitos desses imigrantes eram católicos e judeus, e parte também socialistas, que não partilhavam dos ideais capitalistas estadunidenses e isso teria sido um fator complicador para a ampla divulgação e estabelecimento desses princípios.

O autor ainda afirma que essas diferentes visões trazidas pelos imigrantes europeus teriam sido motivadores de grandes problemas e conflitos trabalhistas no período. Dando o exemplo da cidade de Chicago, Gems afirma que os empresários tiveram que lidar entre o período de 1887 e 1894 com 528 greves envolvendo 283.000 trabalhadores. As estratégias adotadas para contornar essa situação acabaram por criar um modelo que seria adotado em todo o país e também aplicado nas regiões ocupadas pelos EUA no exterior, como os territórios garantidos após a Guerra Hispano-Americana de 1898. Se os capitalistas não conseguiram dominar os trabalhadores radicais, voltaram suas atenções para seus filhos. Criaram estratégias como remover as crianças das fábricas, com o estabelecimento de leis sobre o trabalho infantil e de educação obrigatória, incluindo a educação física como elemento fundamental do currículo. Como o autor aponta:

Para crianças que não falavam inglês, a educação física desempenhou um papel importante ensinando com jogos em equipe os valores capitalistas como competição, autossacrifício, trabalho em equipe, agressividade e, acima de tudo, respeito à autoridade. (GEMS, 2001, p. 32).

Esse período foi também marcado por muitas contestações de diferentes grupos sociais estadunidenses que criticavam a falta de direitos políticos, a miséria das cidades e concentração de riquezas entre os industriais e grandes proprietários. Sobre esse ponto, Karnal et al afirmam que:

⁶³ Com relação ao recorte, os autores adotam marcos iniciais distintos. Enquanto Karnal et al (2007) afirmam ser entre 1900 e 1920, Gems (2001) define como de 1880 a 1920.

Em resposta, os governos implantaram leis para aliviar os abusos mais extremados. Essa época, que mais tarde foi chamada “progressista”, viu diversas campanhas defenderem o argumento de que só um Estado atuante e socialmente consciente podia garantir medidas de justiça social e manter a ordem num país em franca mudança. Porém, o impulso progressista era cheio de contradições que ficariam evidentes durante a Primeira Guerra Mundial, quando o novo Estado intervencionista viria usar seus poderes para violentamente arrasar seus críticos mais radicais. (KARNAL et al, 2007, p. 176).

Apesar das problemáticas levantadas pelos autores, os mesmos afirmam que “[...] cento e vinte cinco anos depois de sua formação e três décadas depois de uma guerra civil que dividiu a nação em duas, os Estados Unidos entrariam no século XX como o maior poder econômico no mundo”. (KARNAL et al, 2007, p. 173).

A entrada dos EUA na Primeira Guerra ocorreu no ano de 1917, garantindo o apoio necessário aos Aliados para continuidade nos conflitos. As políticas empreendidas pelo governo estadunidense na preparação e mobilização para a guerra acabaram por enfraquecer os movimentos reformistas internos, configurando-se um período de repressão e autoritarismo no país. “A Primeira Guerra Mundial, nas palavras do presidente Wilson, foi uma guerra pela ‘democracia e liberdade’. A linguagem de liberdade já tinha sido usada pelos Estados Unidos nas suas campanhas imperialistas nas Américas e no Pacífico”. (KARNAL et al, 2007, p. 192). Segundo os autores:

Era uma linguagem repleta de noções como a superioridade da raça anglo-saxônica e a inferioridade de latino-americanos e asiáticos bem como a necessidade de o capitalismo americano conquistar mercados e matérias-primas fora do país. [...] A Primeira Guerra Mundial ofereceu melhores oportunidades aos políticos para a consolidação da supremacia econômica do país e o alívio dos conflitos sociais internos. A linguagem de “nacionalismo”, “democracia econômica” e “liberdade” utilizada pelas elites e governos durante a guerra refletiu bem muitas das trajetórias ideológicas dos movimentos progressistas. A guerra, proclamaram, oferecia a possibilidade de racionalizar a sociedade e a economia, trazendo não só eficiência, mas também justiça social. (KARNAL et al, 2007, 192-194).

Com relação à prática esportiva especificamente, James Mennell (1989) afirma que os historiadores do esporte reconhecem um grande aumento da prática esportiva na década de 1920, passando esse período a ser identificado como a “Era de Ouro do Esporte”. No entanto, a participação na guerra teve também impactos importantes no cenário esportivo estadunidense, especialmente na difusão do futebol americano. Mennell defende que a popularidade e interesse pela modalidade se daria, em parte, pela alteração das regras realizadas entre 1906 e 1912.⁶⁴ Porém, o autor aponta também um segundo elemento que

⁶⁴ O futebol americano, inicialmente, apresentava características muito similares com o rúgbi inglês. As regras do jogo foram gradativamente alteradas ao longo das primeiras décadas do século XX e motivadas, em alguns momentos, por ocorrências específicas. Em 1905, por exemplo, dezoito jogadores universitários foram mortos e mais 159 ficaram gravemente feridos em partidas de futebol americano. Nesse mesmo ano, o então presidente Roosevelt ameaçou proibir a prática por decreto nacional, tamanha a repercussão dos aspectos violentos de um

considera pouco abordado nas pesquisas e que teria sido importante para a divulgação da prática: o fato de o futebol americano ter sido introduzido como treinamento militar e atividade de horas de lazer para os recrutas que atuaram durante a Primeira Guerra. Abordando alguns trabalhos que trataram sobre o tema em algum aspecto, aponta que os estudos afirmam que o programa de esportes desenvolvido com as tropas foi o maior responsável pela ampliação dos interesses nessas práticas ao longo da década de 1920. No entanto, destaca ser muito difícil se chegar a essas conclusões por falta de condições de verificação, uma vez que a mudança nas regras foi efetivada em 1912, apenas cinco anos antes do estabelecimento do *service football* em 1917. Portanto, torna-se mais complicado afirmar se foi a mudança nas regras ou o uso do futebol americano entre os militares que ocasionou um maior interesse pela prática e popularização do jogo. No entanto, Mennell defende que é importante a análise do caso da utilização do esporte em meio às mobilizações para a guerra e suas repercussões sobre a ampliação de determinadas práticas.

Seguindo nessa linha apontada por Mennell, Steven Pope (1997), defende que:

A campanha de preparação para a Primeira Guerra Mundial reforçou a expansão geográfica do futebol. Envolto em trajes patrióticos, o jogo tornou-se um terreno de formação para a cidadania e prontidão militar. Líderes de preparação trabalharam para transformar o futebol de um mero esporte de espectadores em uma base componente da educação cívica. [...] Joseph Lee, presidente do Associação de Recreação e Playgrounds da América [...] apontou o futebol como sendo o mais adequado para a preparação para a guerra, devido ao seu cultivo de lealdade de equipe, o que poderia facilmente ser equiparado à lealdade nacional. [...] Discussões em tempo de guerra foram específicas sobre as qualidades físicas desejadas cultivadas pelo futebol, que preparou os homens jovens para a guerra. Professor da Faculdade Amherst, Raymond Gettell especificou “os elementos envolvidos em qualquer luta pela supremacia física”, e identificou “força, velocidade, habilidade e astúcia” como as mais importantes desenvolvidas pelo futebol. Refletindo [...] sobre o editorial da revista *Puck* de 1914, que invertendo um ditado bem conhecido afirmava que a guerra deve agora tornar-se o equivalente moral de futebol, Gettell sustentou que nenhum outro jogo tem os fundamentos de relações internacionais e de guerra mais intimamente próximos do que o futebol. (POPE, 1997, p. 93-94).

jogo realizado entre Pensilvânia e Swarthmore que foi categorizado como “sangrento”. Como resposta a essa ameaça, em 1906 foram feitas alterações nas regras, introduzindo-se o passe para a frente, que afastou definitivamente o esporte americano de suas raízes inglesas. (WADDINGTON; RODERICK, 1996). Para informações mais detalhadas sobre as alterações nas regras do futebol americano, ver o artigo “American Exceptionalism: Soccer and American Football” de Ivan Waddington and Martin Roderick (1996).

Entretanto, a *Army Athletic Division*, seção responsável pela organização das atividades esportivas no interior do *US Army*, não apresentou como objetivo inicial a criação do programa de futebol em serviço com formação de ligas em todos os níveis militares e competições entre campos ou com universidades. Em 1919, por exemplo, em relatório redigido por Joseph Raycroft, presidente da *Army Athletic Division*, não se enfatiza o programa de futebol em serviço como uma questão importante. Na verdade, ele sequer chega a mencionar essa modalidade. Raycroft não se colocava contra o futebol americano, mas defendia que o boxe seria o esporte que deveria ser mais enfatizado, tendo-se como referência a experiência desenvolvida pelos britânicos. Sobre esse aspecto, Mennell aponta que:

O Boletim n ° 50 do Departamento de Guerra informou aos dirigentes esportivos sua política básica: “Experiência no *front* têm mostrado que o conhecimento de boxe é um fator importante no desenvolvimento da agressão hábil no combate de baioneta.” Outros esportes eram utilizados nos acampamentos do Exército apenas como construtores de moral. (MENNELL, 1989, p. 252).

Não foram empreendidos esforços pela Divisão Atlética do Exército, presidida por Raycroft, para contratar treinadores de futebol americano ou formar ligas. Já para o boxe, modalidade defendida como mais útil naquele momento para o serviço militar, foi efetivada a busca por um “boxeador habilidoso” para ajudar na instrução nos campos. Outro ponto apresentado por Mennell como argumento para a Divisão Atlética não se empenhar para desenvolver o futebol americano era o fato de ser muito caro fornecer a todos os soldados os equipamentos necessários para a prática. Normalmente, dependia-se de doações para conseguir os materiais. O programa de treinamento atlético e recreação era ainda bastante recente no *US Army* e, por essa razão, a Divisão Atlética se empenhou em desenvolver a prática do boxe de forma mais generalizada e deixou os esportes recreativos (como era considerado o futebol americano) como responsabilidade dos diretores de cada campo. Nesse sentido, não havia nenhuma diretriz política oficial da Divisão Atlética para se criar um programa de futebol em serviço. O surgimento de tal programa foi por ação específica dos campos, já que o futebol mostrou-se como uma prática bem estabelecida, com um corpo de técnicos e funcionários qualificados dispostos a ajudar. Além disso, os soldados e marinheiros apresentavam grande interesse e entusiasmo pelo jogo. Como consequência, começaram a surgir oportunidades de promover jogos com faculdades e outros campos em grandes estádios. Foi com certa rapidez que as equipes dos acampamentos tornaram-se organizadas, equipadas e prontas para jogar uma temporada completa de futebol americano. (MENNELL, 1989).

Walter Camp, o diretor atlético da Marinha, estava sob as mesmas restrições de Raycroft e seu programa para a Divisão Atlética da *US Navy* não era essencialmente diferente do que seu colega desenvolvia na Divisão Atlética do Exército. No entanto, parece que Camp incentivava mais o programa de futebol em serviço. Raycroft, em sua narrativa sobre a história da Divisão Atlética, sequer mencionou o futebol americano como uma atividade relevante. Já Camp, em obra escrita no pós-guerra (*Athletes All*), afirmava que havia interesse por desenvolver jogos e competições dessa modalidade como forma de recreação para os marinheiros, buscando promover formas de entretenimento e emoção. Começaram a ser realizados jogos fora dos acampamentos com equipes de universidades e entre as equipes dos próprios campos. (MENNELL, 1989).

Esse empenho maior de Walter Camp em estabelecer a prática do futebol americano entre os militares é também oriundo de sua grande proximidade com esse esporte. Camp foi um dos mais importantes esportistas dessa modalidade em seu tempo e é considerado o principal responsável pela normatização da prática nos moldes que ela é jogada até os dias atuais, tendo participado das primeiras partidas nos EUA ainda no século XIX e atuado nos processos de reformulação e criação das regras para o futebol americano. (WCCF, 2015).

Além dos aspectos recreativos, outro ponto foi enfatizado por Camp na defesa dessa modalidade: a natural rivalidade entre soldados e marinheiros, que poderia ser utilizada para a promoção de jogos de futebol atraentes entre as equipes dos campos do Exército e das Estações Navais. Em 1917, Camp iniciou a organização dos jogos escrevendo para Raycroft pedindo autorização para que o time do Exército pudesse jogar. Seguiu para a seleção de um estádio com data disponível, sendo escolhido o *Yale Bowl*. Então, passou para a divulgação e promoção do evento na imprensa. Em carta redigida em meio às organizações com o objetivo de convocar o maior público possível, Walter Camp afirmou que aquele evento seria a primeira real grande competição entre Exército e Marinha envolvendo jogadores de todo o país. A promoção de jogos como esses, não somente entre os militares mas também com as equipes das universidades, foi compreendida como um grande contribuinte para a divulgação da prática. (MENNELL, 1989).

É preciso, no entanto, relativizar a colocação com relação a esse evento de 1917 ser a primeira grande competição entre Exército e Marinha. Estabelecendo um levantamento na base de dados da *Library of Congress* no catálogo *Chronicling America – Historic American Newspapers*, que apresenta um acervo de consulta *on-line* para o período de 1836 a 1922 com sistema de busca por palavra-chave, foram identificadas notícias em periódicos de diferentes

regiões dos EUA noticiando jogos entre militares do *US Army* e da *US Navy* e competições com equipes de universidades desde o século XIX. As ocorrências se intensificam consideravelmente no século XX, mas desde a década de 1890 a imprensa estadunidense dedicava espaço para noticiar processos de organização de competições esportivas entre os militares, especialmente aquelas efetivadas entre suas escolas de formação.⁶⁵

Para ilustrar essa afirmativa, segue abaixo a transcrição traduzida de notícia publicada no jornal “The Sun” em 29 de novembro de 1890 em que se comenta a realização da primeira competição esportiva entre militares da Academia de West Point (*US Army*) e de Annapolis (*US Navy*):

O jogo de futebol de cadetes

O jogo de futebol mais marcante do ano, em alguns aspectos, é o estabelecido para hoje em West Point entre os cadetes da Academia Militar e os cadetes da Academia Naval.

Os espectadores não serão numerosos como as multidões em Eastern Park e em Springfield. Pode não ser tão brilhante em bloqueio e desarme, passes e jogos, mergulhos através da linha ou corridas em torno das extremidades, como nas poderosas lutas de Harvard com Yale e de Yale com Princeton. Na verdade, os jovens de Annapolis, que tiveram uma grande experiência e esperam para fazer um jogo animado com os rapazes de West Point, foram derrotados na última quinta-feira, em uma pontuação de 24 a 4, em seu próprio campo, por Lehigh, que está na segunda posição dos jogadores de futebol da faculdade.

Mas o que torna este jogo memorável é que ele marca a entrada dessas duas escolas do governo no campo de competições atléticas com o outro. Eles se desprendem de velhas ideias e observâncias tradicionais. Com um jogo de futebol realizado e um duo de jogo de volta no próximo ano, não há nenhuma razão para o beisebol não seguir com jogos entre as duas academias na próxima primavera e, em seguida, uma competição anual em vários exercícios atléticos.

Tudo isso faria uma mudança na relação social das Academias de West Point e Annapolis, que até então não tinham muito mais a ver com o outro do que se eles pertencessem a diferentes países. Sob as velhas noções, competições em esportes encontraram pouco favor entre os líderes militares. A mudança começou quando as equipes do Exército participaram das competições de rifle em Creedmoor. Desde que a fixação de tais competições no próprio Exército, com distintivos e medalhas fornecidos pelo Governo, foi apenas um passo; E na medida em que o plano militar foi seguido em ter oficiais e [demais] homens competindo em pé de igualdade, as competições de rifle tornaram-se decididamente a instituição mais democrática do exército. Mesmo no tempo presente, recomendações são feitas ocasionalmente para o estabelecimento de competições separadas para oficiais e soldados, mas esta mudança não foi feita. Quanto à Academia Naval, tem por vários anos mantido times de beisebol e de futebol que disputavam *nines* e *elevens*⁶⁶ com universitários vizinhos e escolas.

O jogo de cadetes do exército e da marinha é, portanto, um desenvolvimento tão natural a partir desses costumes modernos que, atualmente, a única surpresa é como não foi estabelecido há muito tempo. Este jogo anual, com as suas exigências severas sobre a força, coragem, rapidez e habilidade, em breve vai atrair grande interesse popular, enquanto os oficiais que trocaram a escola para servir em navios ou fortes vão se interessar por ele como o que estão sentindo os antigos

⁶⁵ Para a consulta na base de dados, foi utilizada a combinação de três palavras: *army, navy, game*.

⁶⁶ *Nines* e *elevens* é uma referência aos jogos de *baseball* (9 jogadores) e *football* (11 jogadores).

universitários graduados sobre as fortunas do futebol do vermelho, do azul e do laranja e preto.^{67, 68}

Como é possível identificar na transcrição da notícia, esse jogo realizado em 1890 é considerado como grande responsável não somente por introduzir as escolas de formação militar das FA estadunidenses no panorama de competições esportivas daquele momento mas também por aproximar as relações entre as duas instituições. Nesse sentido, o esporte assumiu um papel importante nas interações políticas entre as forças e também na relação com as universidades e escolas civis. Importante destacar a afirmativa de que, em concepções mais tradicionais das FA, as competições esportivas não recebiam apoio das lideranças militares. No entanto, naquele momento de produção do texto, o autor defende que as forças haviam finalmente se rendido aos “costumes modernos”, apresentando também o aspecto da modernidade para a defesa dessas práticas assim como no caso brasileiro.

As considerações sobre as primeiras competições organizadas no *US Army* (rifle) que as categorizaram como “decididamente a instituição mais democrática do exército” trazem elementos para discussão em um ponto de interesse desta pesquisa: as interações entre os círculos hierárquicos militares em Brasil e EUA, tema de discussão no Capítulo 2 desta tese. O autor ainda comenta que “mesmo no tempo presente, as recomendações são feitas ocasionalmente para o estabelecimento de competições separadas para oficiais e soldados, mas essa mudança não foi feita”. Nesse sentido, essas afirmativas corroboram em parte a hipótese levantada de que a separação dos militares pelos círculos hierárquicos no âmbito da prática esportiva, elemento fundamental no processo de organização do esporte nas FA brasileiras, não se mostrou como fator determinante no cotidiano dessas atividades entre os estadunidenses. Esses debates serão aprofundados no Capítulo 2.

O estabelecimento de uma competição de futebol americano periódica entre os cadetes de West Point e Annapolis, com suas exigências de “força, coragem, rapidez e habilidade”, foi compreendido pelo autor como um primeiro passo, com a indicação de que em período próximo poderiam ser implementadas também competições de beisebol e atletismo. As características necessárias para a prática do esporte apontadas pelo autor nesse artigo de 1890 coincidem, em parte, com os atributos indicados como desejáveis de serem desenvolvidos nos militares com as atividades estabelecidas pelo “Manual of Physical Training” do *US Army*

⁶⁷ A indicação ao vermelho, azul e laranja e preto é uma referência direta às universidades citadas no texto e às cores de seus brasões: vermelho – Harvard, azul – Yale, laranja e preto – Princeton.

⁶⁸ The Sun, 29 de novembro de 1890, p. 6.

publicado em 1914, que eram “(a) de saúde geral e vigor físico; (b) a força muscular e resistência; (c) a autossuficiência; (d) esperteza, atividade e precisão”.⁶⁹

A previsão do autor com relação ao estabelecimento de competições em outras modalidades entre os militares estadunidenses efetivamente se confirmou ao longo da virada do século XIX e anos iniciais do XX. Em 1895, por exemplo, publicou-se no jornal “Evening star” no dia 03 de maio uma notícia informando o processo de organização e o calendário de competições da *Departmental Base Ball League* a ser realizado naquele ano. A liga era composta por times dos seguintes departamentos do governo estadunidense: Exército e Marinha, Departamento do Tesouro, Escritório de Pensões, Departamento de Correios, Escritório de Imprensa do Governo, Comissários Distritais, Escritórios de Imprensa e Gravuras, Correios da cidade e Infantaria Leve de Washington. Observa-se que, no caso dessa competição, o time era formado por um combinado de Exército e Marinha como representação das FA estadunidenses.⁷⁰

Assim como no Brasil, onde autoridades eram convidadas de honra para jogos entre as equipes das FA, nos EUA também registrou-se esse aspecto. Em 1901, o jornal “The San Francisco call.” publicou nota informando que o Presidente Roosevelt seria o convidado de honra no jogo de futebol americano realizado entre Exército e Marinha em Annapolis. A nota traz informes sobre como seria o cerimonial para a presença do presidente no evento, indicando que haveria um esquema de escolta especial e que:

Durante a primeira metade do jogo o Presidente vai estar do lado da Marinha e na segunda metade do lado do Exército. Após a entrada para o recinto as bandas vão tocar “Hail to the Chief” e quando o presidente mudar de lado os cadetes das duas academias vão dar três vivas, respectivamente.⁷¹

A participação da figura do presidente dos EUA nos eventos promovidos entre Exército e Marinha foi um procedimento que se estendeu ao longo dos anos iniciais do século XX. Como publicado no “Day Book” de 20 de novembro de 1915, o presidente Woodrow Wilson também estaria presente no jogo entre as duas forças, seguindo o mesmo processo de assistir a cada parte do jogo do lado de uma das equipes.⁷²

⁶⁹ Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff, p. 3.

⁷⁰ Evening star, 03 de maio de 1895, p. 11.

⁷¹ The San Francisco call., 30 de novembro de 1901, p. 4.

⁷² The Day book, 20 de novembro de 1915, p. 2.

As ocorrências mais frequentes nas notícias localizadas entre 1890 e 1917 ainda eram sobre as competições de futebol americano entre Exército e Marinha. Em matéria publicada no “Los Angeles Herald” em novembro de 1910, foi divulgado um histórico da competição entre as duas Forças desde sua primeira edição, em 1890, até aquele momento. Na análise das preparações dos dois times para o evento, destacou-se uma comparação entre a média de peso dos atletas da Marinha e do Exército. Além disso, afirmou-se que:

[...] pela primeira vez em vários anos, o encontro entre o Exército e a Marinha deve resultar em uma competição de futebol real. Até então as duas equipes das academias nacionais têm sido muito parecidas com os times de escolas preparatórias. A própria fama do futebol foi subordinado ao fim social. O verdadeiro show não eram os jogadores, mas a multidão de pessoas de destaque no exército e marinha, o serviço diplomático e do mundo social de Nova York, Filadélfia e Washington. Estes elementos serão representados em números fortes neste tempo, mas, além disso as duas academias estão preparadas para jogar um bom futebol . É difícil escolher entre os dois *elevens*. Provavelmente, nunca desde que estes jogos começaram, estiveram as duas equipes tão equilibradas.

[...]

Até o momento, o Exército e a Marinha realizaram quatorze jogos. Destes, o Exército ganhou sete, a Marinha seis e um jogo foi um empate. A série foi iniciada em 1890 e interrompida em 1893. Através dos escritórios da Universidade da Pensilvânia, os jogos foram retomados em 1899 no campo de Franklin. Eles tem sido jogados todos os anos desde então, com exceção da final do ano passado, quando o jogo foi cancelado por causa da morte de um membro da equipe do Exército e do acidente fatal de um jogador da Marinha.^{73,74}

Essas informações nos apontam como o esporte (mais especificamente o futebol americano) passou a fazer parte do cotidiano das escolas de formação das FA dos EUA desde 1890. Nas fontes analisadas, não foram localizados registros de competições em outros níveis das FA ou uma estruturação de ligas esportivas organizando a prática, como ocorreu no Brasil a partir de 1915. A organização dos jogos entre *US Army* e *US Navy* era responsabilidade das escolas de West Point e Annapolis com mediação da Universidade da Pensilvânia, conforme relatado no “Los Angeles herald” de 26 de novembro de 1910.⁷⁵

Até os dias atuais, os confrontos esportivos entre as duas forças são importantes eventos entre os estadunidenses. No perfil oficial do *US Army* na rede social Facebook, por exemplo, foi publicada em 04 de dezembro de 2013 uma nota de convocação aos seguidores para votar no pôster de divulgação do confronto de futebol americano entre os times “The Army Black Knights of West Point - The U.S. Military Academy” e “United States Naval Academy Midshipmen”, que seria realizado em 14 de dezembro de 2013. Entre os 10 cartazes

⁷³ Los Angeles herald, 26 de novembro de 1910, p. 8.

⁷⁴ Sobre o jogo não realizado no ano de 1909, justificou-se que “[...] o jogo não iria ser jogado este ano, por respeito à memória Cadete Byrne que morreu de ferimentos recebidos no jogo de West Point-Harvard”. The Daily Missoulian., 07 de novembro de 1909, morning, p. 10.

⁷⁵ Los Angeles herald, 26 de novembro de 1910, p. 8.

disponibilizados na página para voto, um fazia referência direta aos jogos realizados entre as forças ao longo do século XX:

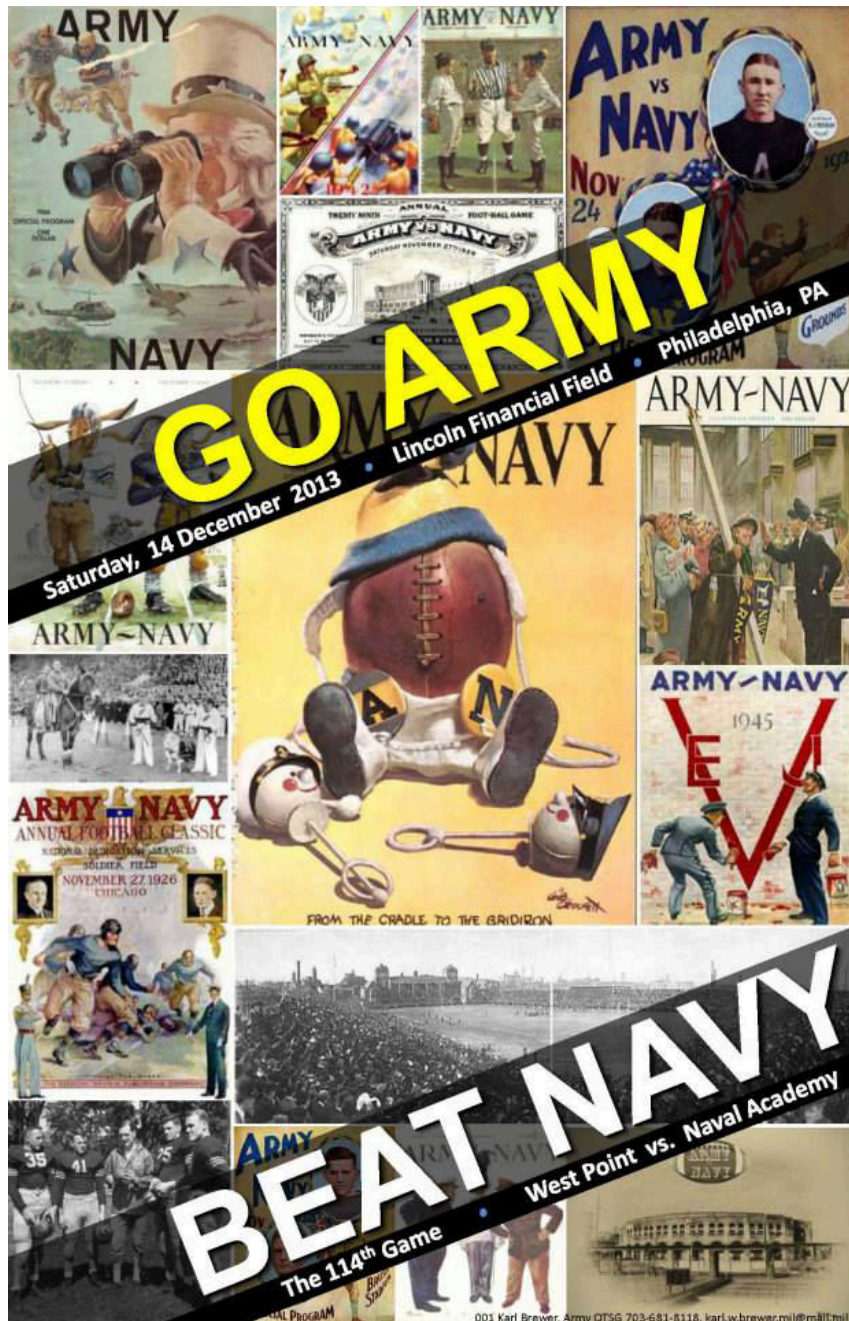


Ilustração 1. Montagem fotográfica publicada na página oficial do *US Army* no Facebook.⁷⁶

⁷⁶ Fonte: The U.S. Army – the official U.S. Army Facebook page. Disponível: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10151894051183558&set=a.10151894035343558.1073741841.44053938557&type=1&theater>. Acesso 04 dez. 2013.

Como pontuado anteriormente, no caso brasileiro também foi estabelecida uma competição sistemática entre EB e MB nos anos iniciais de atuação das ligas esportivas militares, aos moldes da competição de futebol americano estabelecido entre os militares estadunidenses: a Taça Flamengo. Ao longo do final da década de 1910 e anos iniciais da década de 1920, as ligas de EB e MB também organizaram competições atléticas entre suas escolas de formação e entre quartéis e navios, seguindo uma organização de competições intra-forças e inter-forças, assim como no caso estadunidense. (CANCELLEA, 2014).

No processo de preparação para a participação na Primeira Guerra, outras modalidades começaram a fazer parte do panorama esportivo das FA estadunidenses por diferentes meios, como será discutido a seguir. No entanto, o tradicional jogo de futebol americano realizado entre West Point e Annapolis foi alvo de polêmicas em 1917, com argumentos contrários à sua realização pelo tempo de preparação e gastos que seriam gerados. O jornal “Evening public ledger”, de 26 de junho de 1917, informou que:

O jogo de futebol do Exército e da Marinha não vai ser realizado este ano. Por despacho do Secretário de Guerra Baker hoje todos os jogos atléticos entre indivíduos e equipes representando West Point e outras faculdades estão abolidos para este ano civil. Haverá competições dentro da academia, mas o secretário defende que jogos fora tomariam muito tempo e atenção dos cadetes que devem se concentrar em preparar-se para o campo.⁷⁷

Em setembro daquele ano a polêmica ainda prosseguia. Newton Baker, o secretário da guerra estadunidense declarou que:

[...] foi oposição quanto a ser realizada a competição, mesmo com a finalidade de angariação de fundos para a guerra.
Sr. Baker explicou que o jogo Army-Navy tinha sido discutido por ele com o secretário Daniels e coronel Palmer Pierce, chefe da National Collegiate Athletic Association. A decisão tomada foi a de que, até agora, como West Point e Annapolis estavam preocupados, cada grama de energia deveria ser empregada para o prosseguimento da guerra, mesmo com o sacrifício temporário dos jogos atléticos.
O secretário Baker explicou que um sistema de treinamento militar muito intensivo foi iniciado em West Point, enquanto a organização está sendo levada às pressas para formar duas turmas com antecedência.
Baker também apontou que o sentimento entre West Point e Annapolis foi, naturalmente, [...] que o jogo de futebol envolveria muito treinamento e preparação. Ele não acha que esta energia deva ser dedicada a esta hora ainda que para a vantagem de criar um fundo de guerra.⁷⁸

⁷⁷ Evening public ledger, 26 de junho de 1917, p. 1.

⁷⁸ Chicago eagle, 29 de setembro de 1917, p. 9.

No entanto, apesar dos posicionamentos contrários de algumas autoridades, as discussões seguiram nos meses subsequentes e em outubro foi publicada uma notícia de que “[...] o jogo de futebol entre Exército e Marinha provavelmente será realizado este ano: altos funcionários são favoráveis ao combate. Times em serviço provavelmente vão jogar em Nova York em 24 de novembro, quando o secretário Baker der o seu consentimento [...]”.⁷⁹ Os argumentos utilizados indicavam que:

Grandes autoridades de ambos os ramos do serviço estão trabalhando duro para realizá-lo e nos últimos relatórios, os poderes estão se colocando favoravelmente para a batalha anual. Diz-se que o secretário de Guerra Baker quase está convencido de que seria uma coisa boa, e quando ele der o seu consentimento, o anúncio formal será feito. Isto é esperado dentro das próximas duas semanas.

[...]

Os vários campos e estações navais estão representados no campo de futebol e os jogos estão sendo jogados a cada semana. Os fuzileiros navais, com Eddie, Mahan e Gravy Williams, vão viajar para Allentown no próximo sábado para jogar com o Corpo de Ambulância que está estacionado lá, e vale a pena ver o combate. Estas equipes estão a serviço, e se eles estão autorizados a jogar juntos, por que discriminar os acadêmicos do exército e navais?⁸⁰

A permanência da proposta de realização do jogo com o envolvimento de autoridades em defesa do evento denota como essas atividades já eram compreendidas como um aspecto importante da vivência dos militares e do calendário esportivo estadunidense.

O esporte foi elemento importante no processo de preparação dos militares para a atuação no *front* da Primeira Guerra. Os campos de treinamento tanto do *US Army* como da *US Navy* utilizaram as práticas esportivas como instrumento de treinamento funcional de seus militares e também para ações de recreação e celebração. O *Camp Lewis*, primeiro quartel para formação de recrutas estabelecido pelo *US Army* e fundado em 1917 em Tacoma (Washington),⁸¹ realizou inúmeros eventos e atividades esportivas com os militares ali aquartelados. (DPTMS, 2013). Para a comemoração do Dia de Ação de Graças, por exemplo, divulgou-se na imprensa que:

O grande estádio Tacoma será colocado à disposição dos soldados acampados no American Lake sem custo.

Oficiais estão agora fazendo planos para uma corrida de revezamento Inter-regimento de Camp Lewis ao Estádio no dia de Ação de Graças.

Em 17 de novembro as equipes de futebol do Exército e da Marinha provavelmente irão jogar. Uma estação de ajuda médica deve ser estabelecida em Tacoma para os homens selecionados.⁸²

⁷⁹ Evening public ledger, 24 de outubro de 1917, p. 16.

⁸⁰ Evening public ledger, 24 de outubro de 1917, p. 16.

⁸¹ Segundo o site do *Directorate of Plans, Training, Mobilization and Security*, o *Camp Lewis* foi o maior posto militar nos EUA na época. (DPTMS, 2013).

⁸² The Evening herald, 26 de setembro de 1917, p. 1.

Outras modalidades passaram a fazer parte do cotidiano das FA estadunidenses naquele momento de mobilização, especialmente pelo ingresso de inúmeros atletas de importantes times das ligas esportivas dos EUA como reservistas tanto na Marinha como no Exército. Um dos exemplos é o golfe, que passou a ter representantes militares em competições como se vê na notícia transcrita a seguir:

Golfistas do Exército jogam hoje

A equipe de golfistas do Tacoma Country & Golf Club estará jogando com uma equipe de oficiais de Camp Lewis hoje no Country Club Course na primeira partida de golfe da temporada em que uma equipe do acampamento participou. Cerca de 20 jogadores serão representados em cada lado. O time perdedor vai pagar o jantar ao vencedor no clube no final da tarde.⁸³

A mobilização militar e o estabelecimento dos campos de treinamento, como o *Camp Lewis*, influenciaram na dinâmica social da vida dos estadunidenses. Foi realizada uma intensa propaganda de convocação para ingresso nas FA e muitos esportistas importantes atenderam ao apelo. Esse aspecto foi divulgado de forma ampla pela mídia e era comumente enfatizada de forma elogiosa a opção de atletas buscarem o alistamento na Marinha e no Exército. O jornal “The Tacoma Times” publicou em 29 de novembro de 1917 uma fotografia de um boxeador acompanhado da seguinte legenda “Frankie Sullivan, inteligente boxeador português-mexicano, se reunirá a Bert Forbes, novo soldado do acampamento Lewis, em um dos principais eventos do Eagles Smoker de hoje à noite”.⁸⁴ O mesmo jornal ainda deu destaque nessa edição aos eventos esportivos que seriam realizados em comemoração ao Dia de Ação de Graças:

Eventos esportivos do dia de Ação de Graças terão seu grande clímax esta noite, quando a loja Eagles encena um card com estrelas de boxe no salão Tahoma, na 13^a com avenida Fawcett.

Vendas antecipadas de ingressos indicam que o grande salão estará cheio até o teto. Porque esta é a primeira vez desde que Camp Lewis foi estabelecido que um espetáculo de boxe é encenado em Tacoma num dia em que os soldados estão de folga [...] soldados têm visto muitos boxeadores amadores em seus quartéis, eles estão ansiosos para ver alguns dos bons meninos da costa em um show de boxe real [...].⁸⁵

A proximidade com os atletas nos campos de treinamento destacado no trecho acima foi bastante enfatizada pela imprensa ao longo dos anos de 1917 e 1918. Nomes importantes do esporte estadunidense, tanto atletas como técnicos, passaram a integrar os quadros das FA naquele momento e esse fato foi utilizado para fazer campanhas de convocação por meio das notícias dos jornais:

⁸³ The Tacoma times, 29 de novembro de 1917, p. 6.

⁸⁴ The Tacoma times, 29 de novembro de 1917, p. 6.

⁸⁵ The Tacoma times, 29 de novembro de 1917, p. 6.

Muitos Atletas famosos nas escolas de treinamento

Annapolis. Maryland. 30 de março. Oficiais do Corpo de Reserva da Marinha, passam agora por um curso de treinamento intensivo na Academia Naval que irá prepará-los para o serviço ativo no mar ou ao longo das linhas. As classes, que serão aumentadas para mais de 1.000 dentro das próximas semanas, começaram o trabalho ativo nos principais ramos de beisebol, remo e atletismo.

Aliás, uma série de reservistas são ex-estrelas do universo atlético das diferentes universidades e faculdades. Os planos são colocar os jovens oficiais para competir com os aspirantes em todos estes esportes.⁸⁶

Até mesmo atletas estadunidenses que estavam fora do país solicitaram autorização para ingresso nas FA, como o caso de Jack Johnson, ex-campeão dos pesos pesados de boxe, que era considerado um fugitivo da justiça nos Estados Unidos e estava em Madrid.⁸⁷ O boxeador escreveu carta ao capitão E. H. La Guardia, congressista de Nova York, dizendo que estava disposto a lutar e morrer pela América e “[...] pediu ao capitão La Guardia para fazer o que puder para que ele possa se alistar no exército dos EUA, dizendo que nenhum trabalho será muito difícil para ele. A carta foi encaminhado para o ajudante geral [...]”.⁸⁸ O Jornal “The Kansas City sun” publicou na capa em 29 de junho de 1918 a seguinte notícia: “Jack Johnson é proibido de entrar no exército”. O texto da notícia explica a decisão:

O deputado La Guardia falou sobre o pugilista de cor e ex-campeão do mundo para o gabinete do ajudante geral aqui. O Ajudante Geral é um sulista, agradável às velhas ideias preconceituosas do Sul com respeito à raça e para o qual o casamento ou a associação de um homem de cor com uma mulher branca é um pecado imperdoável e o mais negro dos crimes. Afirma-se que, quando as autoridades daqui ouviram falar dele, prontamente declararam que uma solicitação de Jack para entrar no exército não seria aprovada, por isso o desejo patriótico de Jack para servir o seu país não deve se realizar. Se Jack fizer o caminho para a França e se alistar, desconhecido, sob um nome falso, como milhares fizeram na guerra civil e que, sem dúvida, centenas fizeram nesta guerra, e ganhar a Cruz de Guerra, como fizeram Johnson e Roberts, por algum arrojado feito heroico, é possível que suas “indiscrições da juventude” fossem esquecidas e os Estados Unidos poderiam estender o exílio a uma recepção de volta para casa.⁸⁹

⁸⁶ The Washington herald, 31 de março de 1918, p. 12.

⁸⁷ Jack Johnson foi o primeiro negro campeão mundial dos pesos pesados no boxe, título conquistado em 1908. “O lendário pugilista foi condenado em 1913 a um ano de prisão por tráfico interestadual de uma mulher branca, mas na verdade ele apenas viajava com a sua própria esposa. Agora, a família do boxeador recorreu a uma campanha no Youtube para mobilizar as autoridades e restaurar o orgulho. No vídeo divulgado pela internet, a sobrinha-neta de Johnson, Linda Haywood, aparece discursando para a comunidade de Galveston, no Texas, cidade natal do pugilista. ‘Por muitos anos, minha família se envergonhou com o fato de meu tio ter ido para a prisão por essas razões’, argumentou, lembrando que o pugilista foi condenado por um júri composto apenas por brancos. A família de Johnson também tentou convencer o ex-presidente George W. Bush a conceder o perdão póstumo, sem sucesso. Diante do primeiro presidente afro-americano da história, eles acharam que a missão seria cumprida. No entanto, nem a campanha feita no Senado pelo republicano John McCain sensibilizou Obama a atendê-los. O Departamento de Justiça dos Estados Unidos, órgão responsável por esse tipo de solicitação, alegou que há prioridade aos pedidos de clemência a pessoas vivas e que possam usufruir do perdão, já que o processo é demorado”. (UOL, 2013).

⁸⁸ New-York tribune, 13 de junho de 1918, p. 12.

⁸⁹ The Kansas City sun, 29 de junho de 1918, p. 1.

A questão racial não é um foco de análise desta pesquisa, mas destaca-se a persistência de decisões e posicionamentos políticos definidos com base na raça (ou nas relações inter-raciais) no século XX entre os estadunidenses.

O ingresso de outro boxeador no quadro das FA também recebeu destaque da imprensa. Johnny Kilbane, campeão mundial dos pesos pena, ingressou como tenente no *US Army* em outubro de 1917 e foi designado para o *Camp Sherman* como instrutor de boxe e baioneta. (JK, 2013). Em abril de 1918, foi publicada matéria sobre as pretensões de Kilbane de estabelecer um sistema de treinamento padronizado para todos os campos do Exército. Os objetivos do boxeador, apresentados em reunião em Washington com o Secretário da Guerra Baker, envolviam o desenvolvimento de um processo de treinamento baseado no aprendizado de três golpes principais “*jabs* de esquerda em linha reta, seguido de *uppercut* de direita sobre o estômago e gancho de esquerda no queixo”.⁹⁰ Kilbane buscava com as autoridades militares a autorização para a definição de assistentes em todos os campos para aplicarem seu sistema de treinamento. O esportista defendia que o boxe era “um agente vital na disciplina de um grande exército”.⁹¹ Na notícia, ainda foi dedicado espaço para enaltecer a virilidade do boxeador e seu patriotismo ao abrir mão de uma vida cercada pelo glamour para servir à nação, como nos trechos a seguir:

Cento e vinte e seis libras de perfeita masculinidade, cujo corte de roupa de saco da guarnição esconde o poder inquieto que comanda respeito e admiração de todos os oficiais e do pessoal que usa o cáqui militar no Camp Sherman, Chillicothe.

[...]

Aqueles que passaram a ver o seu sorriso simpático e sua verdadeira sagacidade reconheceram Johnny Kilbane, campeão mundial dos pesos pena. Mas todo o glamour que se passa com tal distinção não desempenha nenhum papel na vida diária presente do campeão. Sacrificando a ambição de uma vida com promessas de ainda maiores riquezas, ele está entre os soldados de Camp Sherman como John Patrick Kilbane, patriota. Quando a guerra estourou Kilbane era um campeão de boxe cujo toque parecia rivalizar com o de Midas e cuja vida limpa, bons costumes e personalidade vencedora sempre manteve o bom nome do esporte. Ele era dotado de inteligência [...] e instintos de luta de um verdadeiro filho da Irlanda que fizeram dele um favorito nacional. Com os Estados Unidos na guerra, tornou-se determinação de todos os americanos ganhar o mesmo impulso patriótico que moveu John Kilbane a abandonar seu modo de vida. E seja o primeiro entre os campeões de boxe para voluntariar seu serviço em direção à vitória.⁹²

⁹⁰ COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

⁹¹ COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

⁹² COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

A estruturação de um discurso em torno dos benefícios que a prática do boxe traria para a formação dos soldados foi algo bastante presente no *US Army*, conforme aponta Mennell (1989). Os relatos apresentados no periódico sobre a atuação de Kilbane no campo de treinamento e seus objetivos de generalizar e uniformizar o boxe para todos os campos corroboram as afirmativas do autor. Nesse sentido, o boxe era compreendido como um esporte utilitário para os militares, conforme expresso no trecho abaixo:

[...] Camp Sherman enviou milhares de jovens combatentes viris para bem defender as forças ao longo da frente francesa, alguns dos quais nunca souberam como usar suas mãos com inteligência, exceto para ganhar a vida. Mas, como um oficial do exército bem conhecido disse após examinar o soldado antes da sua partida, “Deus tenha piedade daqueles que encontrem a esses homens no *hand to head*” e a única razão disto é Johnny Kilbane.[...] ⁹³

O boxeador ainda apresentava preocupações com os diferentes tipos de treinamento estabelecidos nos campos, considerando uma das maiores fragilidades naquele momento. Seu plano era então padronizar as formas de preparação dos militares não somente nos campos do Exército mas também nos navais. O ex-campeão tinha visões ainda mais amplas sobre isso, defendendo um treinamento de boxe universal nas escolas públicas:

[...] **como forma de tornar os homens e as mulheres mais resistentes. Ele tem treinado seus próprios filhos para ser absolutamente autossuficientes, e acredita que cada menino e menina no país deve ser treinado desde cedo para cuidar de si mesmo.** ⁹⁴

O boxeador ainda teceu críticas aos seus colegas de esporte, afirmando que:

[Fala direta de Kilbane na reportagem] “A ideia de alguns instrutores de boxe em participar de lutas enquanto deveriam estar dando o seu serviço ao país é muito além de mim”, disse. “Eu tenho tudo e o que posso fazer é dar todo o meu tempo para os soldados. Eu mal tenho todo o tempo que o trabalho exige e quando o meu dia de trabalho está feito, acredite em mim, estou pronto para ir para a cama”. Johnny Kilbane é todo homem. Ele é um cidadão do qual a grande cidade de Cleveland está orgulhosa. Ele se faz por si mesmo, é limpo e o que o mundo do desporto classifica como cavalheiresco agressivo. [...] ⁹⁵

Sobre essa última colocação de Kilbane, seus registros de lutas apontam que, durante o período em que esteve servindo ao Exército, o esportista não se envolveu em disputas, havendo um intervalo de quase dois anos entre julho de 1917 quando lutou contra Benny Leonard e março de 1919, em seu retorno aos combates contra Frankie Brown. (BOXREC, 2013).

⁹³ COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

⁹⁴ COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11 (grifo da fonte).

⁹⁵ COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

Na mesma linha de defesa de prática de modalidades consideradas “utilitárias”, no caso da *US Navy*, no ambiente da mobilização para a guerra, o esporte que recebeu destaque foi a natação. Em 31 de março de 1918, o “The Washington herald” publicou matéria intitulada “Marinheiros sendo ensinados a nadar”. A notícia apontava uma necessidade militar imediata de que todos os marinheiros nas estações navais fossem ensinados a nadar, já que depois de pesquisa realizada por Walter Camp, Diretor-geral Atlético do Departamento da Marinha na Comissão de Atividades de Treinamento de Campo, identificou-se que metade dos marinheiros eram incapazes de nadar. Sobre isso, Camp afirmou que:

Essa condição, diz ele, embora alarmante, é facilmente explicada na medida em que a maioria dos homens tem tido pouca oportunidade no sentido que eles vieram de comunidades e cidades onde as instalações para desportos aquáticos não estão disponíveis.

Dois métodos estão sendo empregados nas estações navais para ensinar os marinheiros a nadar. Um deles é na água, o natural, e o outro em terra seca. Para um novato a ideia de um homem aprender a nadar em terra parece ridículo, mas ele provou ser um dos melhores meios de condicionamento dos homens para o curso de instrução de água que se segue e completa a sua formação.

“A natação é um dos poucos exercícios que tendem em direção a um excelente e mais uniforme desenvolvimento físico” declara o Diretor Camp. “Ela produz um nítido contorno de corpo flexível onde outros esportes só desenvolvem uma das partes. Além disso, a natação está quase sem um rival como um esporte lucrativo, para onde o homem vai que não prefere um mergulho na arrebentação do que qualquer outra forma de recreação em um dia quente de verão?” “Cada marinheiro deve ser ensinado a nadar”, diretor Camp conclui. “É imperativo. Um marinheiro que não sabe nadar é como um carpinteiro que não sabe como usar um martelo”.⁹⁶

Nesses aspectos de esportes “utilitários”, é importante observar que tanto as FA brasileiras como as estadunidenses elegeram práticas esportivas que consideravam com maiores benefícios para o exercício militar. No caso do Brasil, conforme já comentado, foram inicialmente adotados o futebol pelo EB e o remo pela MB como os esportes com maiores contribuições para o desenvolvimento das habilidades desejadas. Já no caso estadunidense, como discutido logo acima, essas práticas “utilitárias” foram o boxe no *US Army* e a natação na *US Navy*.

Outro ponto de distinção entre os dois casos comparados foi no que se refere ao enfoque de alguns veículos de imprensa sobre a relação “militarismo e esporte”. Enquanto no caso brasileiro as observações apontaram para um destaque maior do “militar” que apresentava bom rendimento esportivo, como o caso do Tenente Benjamin Sodré nos clubes de futebol no Rio de Janeiro, nos EUA o enfoque se dava no “esportista” que abria mão do glamour e das benesses garantidas pelo bom rendimento para o ingresso nas FA, exaltando a ação como um feito patriótico, como o caso de Johnny Kilbane.

⁹⁶ The Washington herald, 31 de março de 1918, p. 12.

Nos EUA, a defesa do esporte para os militares sob o argumento da moralidade foi presente desde fins do século XIX, como aponta Wakefield (1997). Nesse sentido, a implantação de um sistema de oferecimento de atividades esportivas para os militares não se fez presente somente nos campos de treinamento em território estadunidense. No *front* europeu da Primeira Guerra também foram preparadas atividades e opções “saudáveis” de divertimentos e treinamentos para os soldados, mobilizando inclusive o interesse de treinadores e esportistas para atuar naquela região:

Terceiro homem de base buscando posição como diretor atlético com nosso exército na França.

Larry Gardner, terceiro homem de base do Philadelphia Athletics e anteriormente do Boston Red Sox, solicitou à YMCA uma posição como diretor de esportes do exército na França. Ele espera ser aceito e se ele for vai estar pronto para ir para a França imediatamente.⁹⁷

Os aspectos da preservação da moralidade defendidos pelos militares eram ainda divulgados entre a sociedade estadunidense como forma de “tranquilizar” as mães que enviaram seus filhos para a guerra. O jornal “The Sun” de 1 de setembro de 1918 publicou uma matéria intitulada “Seu menino está totalmente seguro moralmente na Guerra”, em que apontava o empenho das FA em estabelecer condições para que os jovens tivessem suas concepções morais preservadas durante a atuação no conflito:

Seu menino está totalmente seguro moralmente na Guerra – A disciplina do Exército e o aumento do número de outras salvaguardas tornam sua vida melhor até do que quando está em casa

“Nenhuma mãe precisa ter medo secreto de seu filho ser moralmente contaminado na guerra de hoje. Não há lugar mais seguro para um menino do que o exército ou a marinha. Noventa e cinco por cento dos homens sairão da guerra maiores, melhores e mais limpos mental, moral, e fisicamente do que entraram, e dos 5 por cento, isso não, eu arrisco a dizer que 4 por cento levaram a deterioração da vida civil com eles para a guerra”.

O orador não era um pregador. Ele era um homem da medicina, e ele também era um diretor de esportes para a Divisão da YMCA no Exército⁹⁸, que tem desde o início da guerra vivido, comido, dormido, sonhado e trabalhado com os “meninos” da época em que foram registrados com roupas civis até que eles fossem para as trincheiras na linha de fogo. [...].⁹⁹

Novamente é possível perceber no trecho documental a mobilização de argumentos sobre a importância da manutenção da moralidade no ambiente militar estadunidense. Nesse cenário, como já colocado, o esporte serviu como um instrumento de grande utilidade para os comandos das FA.

⁹⁷ The Chicago Eagle, 12 de outubro de 1918, p. 7.

⁹⁸ A atuação de entidades religiosas, como a YMCA, dentro dos campos de treinamento militar estadunidenses será discutida ao longo dos próximos capítulos desta tese.

⁹⁹ LAUT, Agnes C. Your Boy Is Wholly Safe Morally in War. The Sun, 1 de setembro de 1918, p. 5.

Ao longo dos dois próximos capítulos desta tese serão detalhados os processos de organização esportiva implementados pelas FA de Brasil e EUA no período em análise nesta pesquisa, destacando como se estabeleceu a estruturação das atividades relacionadas ao esporte em momentos de paz e de guerra. Até este ponto, as discussões seguiram no sentido de compreender quais foram os aspectos específicos da realidade histórica de cada um dos casos que propiciaram a introdução do esporte como um elemento importante nas atividades das FA dos dois países, assim como quais foram os argumentos oficiais construídos para a defesa da prática e seus usos no cotidiano militar.

Nesse sentido, é possível ponderar que as análises evidenciaram uma atuação dos militares brasileiros no fomento das práticas esportivas tanto no meio militar como no civil, atuando como esportistas e dirigentes em entidades. No Brasil, a prática do esporte nas FA foi primariamente compreendida no aspecto da preparação do físico e como elemento de treinamento de habilidades funcionais vistas como necessárias ao exercício militar. Não havia a concepção da utilização do esporte em momentos de conflito, conforme ficou evidente no caso da participação brasileira com a Divisão Naval de Operações de Guerra e a interrupção de todo o calendário esportivo da Liga de *Sports* da Marinha.

É possível ponderar que o não-envolvimento direto das FA brasileiras em conflitos armados ao longo dos anos finais do século XIX e iniciais do século XX proporcionou uma organização interna das instituições mais voltadas ao processo de reestruturação, modernização das formas de treinamento e reaparelhamento militar com foco em se mostrar preparado e potente para o caso de ocorrência de conflito. Por não vivenciarem a experiência bélica efetivamente, não se estabeleceram critérios ou preocupações com as atividades de tempo livre dos militares em períodos de mobilização e confronto, por exemplo.

O esporte foi amplamente defendido como elemento importante para o desenvolvimento físico do pessoal militar, sendo também presentes justificativas que apontavam os benefícios morais da prática. No entanto, em análise comparativa entre Brasil e EUA, as ênfases argumentativas foram diferenciadas, apesar de serem identificados nos dois casos tanto o aspecto físico e técnico quanto o moral. O envolvimento das FA estadunidenses em conflitos internacionais e ocupações militares nas últimas décadas do XIX e primeiras décadas do século XX fomentou a criação de argumentos defendendo a organização de atividades esportivas entre os militares em combate como forma de manutenção do controle do tempo livre e estímulo de características competitivas vistas como úteis nas batalhas. As preocupações mais frequentes residiam em como desenvolver, por meio da prática esportiva,

aspectos ligados à moralidade e masculinidade nos militares, além dos usos do esporte para reforço e difusão do *american way of life* por onde esses grupos passassem.

O próximo capítulo deste trabalho procurará discutir como se desenvolveu o processo de organização e gestão das práticas esportivas nos dois países, em contextos de paz e guerra, e como as determinações hierárquicas específicas das FA foram ressignificadas no contexto das práticas e competições esportivas.

CAPÍTULO 2

**ORGANIZAÇÃO ESPORTIVA
MILITAR EM ESTADOS UNIDOS DA
AMÉRICA E BRASIL NO INÍCIO DO
SÉCULO XX: O ESPORTE NA
GUERRA E NA PAZ**

2.1 A estruturação do esporte militar em Brasil e Estados Unidos da América no início do século XX

Em caso de conflito, é preciso que o exército tenha em suas fileiras os melhores homens, bem preparados fisicamente e capazes de demonstrar, nas operações de guerra, as qualidades de um corpo treinado mediante muitos esforços. Talvez seja preciso suportar o frio, nadar por muitas horas, atravessar vales e desertos, subir cerros e montanhas, fazer escaladas e enfrentar toda a sorte de intempéries, à mercê do clima e do relevo, pois tudo depende da estação e da área estratégica, no desempenho das táticas treinadas. (BELLINTANI, 2009, p. 137).

O esporte foi defendido como uma ferramenta de treinamento militar tanto no Brasil como nos EUA. O preparo do físico dos membros das FA foi uma preocupação importante nos anos iniciais do século XX nos dois países.

No caso brasileiro, as estratégias para melhoria do processo de treinamento envolveram a criação de organizações esportivas para fomentar entre os militares a prática de diferentes modalidades, conforme já discutido neste trabalho. A fundação das ligas esportivas militares desempenharam papel fundamental no processo de desenvolvimento da atividade física sistematizada tanto na Marinha quanto no Exército.

A fundação da Liga Militar de *Football* em 1915¹⁰⁰ marcou o processo de institucionalização da prática esportiva no EB. Ao longo das coletas documentais para a elaboração desta tese, não foram localizados registros específicos sobre o funcionamento da Liga Militar de *Football* (entre 1915 e 1920) e da Liga de *Sports* do Exército (entre 1920 e 1922) nos arquivos e bibliotecas visitados. No entanto, um periódico carioca foi identificado como o meio de divulgação oficial das atividades da LMF, dentre outras entidades esportivas: o jornal “O Imparcial”.¹⁰¹

Por meio da análise de edições desse jornal, foi possível efetivar a coleta de informações sobre os processos de organização esportiva no EB. O periódico publicava de forma sistemática convocações de esportistas e da diretoria para reuniões, atas de conselho, resultados de partidas realizadas entres os regimentos do Exército e outras informações de interesse da entidade.

¹⁰⁰ BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1915, seção 1, p. 10.

¹⁰¹ O Imparcial, 01 de outubro de 1915, p. 9.

As definições sobre a organização interna das ligas esportivas militares, tanto do EB como da MB, foram estabelecidas ainda nos momentos iniciais de estruturação das entidades. Os modelos de gestão adotados envolviam a criação de diretorias com funções administrativas e de organização das modalidades esportivas. No caso do Exército, essas determinações foram formalizadas pelo estatuto, datado de 18 de dezembro de 1915, e assinado pela comissão de futebol composta pelo Segundo-Tenente Francisco Mendes da Silva Sobrinho, Segundo-Tenente José de Almeida Figueiredo, Aspirante Hugo Bezerra e Aspirante Raul Lima, todos integrantes do oficialato do EB. O estatuto foi publicado em 19 de março de 1916 no jornal “O Imparcial” e definia que a LMF:

Tem por objetivo dirigir e promover a realização do campeonato de futebol. Será gerida por uma diretoria composta por seis oficiais do Exército. Será eleita por votação secreta, entre os instrutores dos corpos concorrentes em reunião convocada e presidida pela diretoria já existente. Se não houver diretoria, dirigirá os trabalhos da eleição o instrutor mais graduado presente à sessão. A diretoria será composta de: um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros; cada um destes membros terá as seguintes atribuições: Presidente:

- a) Convocar e presidir as sessões de diretoria;
- b) Assinar todos os papéis de responsabilidade e o expediente;
- c) Ouvidar esforços junto às autoridades militares no sentido de facilitar a realização deste campeonato;
- d) Representar a Liga em todas as oportunidades e usar o voto de qualidade, quando preciso;

Vice-Presidente: Assumir, sempre que for preciso, a direção da Liga, nos impedimentos do presidente.

Secretário: Redigir as atas das reuniões de diretoria, assinando-as com o presidente e encarregar-se de toda a correspondência da Liga.

O primeiro substitui o vice-presidente e o segundo substitui o primeiro.

Tesoureiros: Arrecadar e guardar todo e qualquer valor da Liga, assinar com o presidente todo o papel de saída e entrada de valores, apresentando mensalmente um balancete do movimento financeiro da Liga a diretoria.

O segundo substituirá o primeiro.

A Diretoria terá mandato anual terminando este um mês antes do início do campeonato. Neste mesmo dia será empossada a nova diretoria, que receberá também todos os bens e haveres pertencentes à Liga. Cada diretoria ao deixar o mandato apresentará um balancete detalhado do seu movimento, o qual será lido na sessão de posse, a que deverão comparecer todos os instrutores dos corpos que apresentarão à nova diretoria suas credenciais oficiais, habilitando-os como tais.¹⁰²

¹⁰² O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

Conforme foi possível perceber na transcrição do documento, a principal atividade da LMF seria a realização de campeonato militar de futebol, modalidade que passaria a integrar a instrução de ginástica do EB. As competições seriam realizadas entre os corpos de cada guarnição e, quando possível, por mais de uma guarnição em conjunto, e se iniciariam no mês de maio de cada ano. As equipes deveriam ser constituídas por praças tendo como instrutor um oficial que seria o elemento de contato com a liga e responsável pela disciplina e guia para a aprendizagem.¹⁰³

Para que pudessem participar das competições, os corpos do EB deveriam inscrever suas equipes na liga com a indicação dos uniformes e as dimensões de seus campos, uma vez que cada corpo que tivesse interesse nas competições precisava de um campo oficial de futebol próprio para a realização dos jogos.¹⁰⁴

Além disso, seria composta uma comissão de futebol integrada por três oficiais indicados pela diretoria entre os instrutores que demonstrassem os melhores conhecimentos teóricos e práticos sobre o esporte. As premiações seriam troféus e medalhas simbólicas para a equipe vencedora do campeonato e o título de campeão do ano.¹⁰⁵

Para a manutenção financeira da LMF, cada um dos corpos inscritos deveria contribuir obrigatoriamente com uma “média quantia” (valor não definido no estatuto) para os fundos de reserva da liga.¹⁰⁶

Entre 1915 e 1920, o EB atuou com uma liga monoesportiva de futebol, conforme já pontuado. Com a chegada a Missão Militar Francesa no ano de 1919, além das questões de reforma estruturais no processo de formação e de renovação de materiais, aspectos relacionados à educação física e esporte também entraram em pauta. Soeiro (2003) afirma que novas propostas foram introduzidas seguindo o modelo que era adotado na escola francesa de *Joinville Le Pont*. O autor aponta que “[...] os conteúdos do método francês são os jogos [...], a ginástica, predominantemente utilizada na instrução física militar, que, por sua vez, compõem a lição de educação física [...], os esportes individuais e os esportes coletivos”. (SOEIRO, 2003, p. 37).

¹⁰³ O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

¹⁰⁴ O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

¹⁰⁵ O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

¹⁰⁶ O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

Sendo assim, já sob influência dessas novas propostas com relação ao processo de formação e divulgação do esporte, o Coronel Estellita Werner assumiu a presidência da LMF no início da década de 1920 e a entidade passou por reformulações, alterando sua nomenclatura para Liga de *Sports* do Exército (LSE) com vistas a ampliar o quadro de modalidades desenvolvidas. Seus novos estatutos foram aprovados por Aviso do Ministério da Guerra nº. 534 de 31 de julho de 1920.

Cerca de um ano após a mudança, o jornal “O Imparcial” noticiou que a LSE organizou competições em futebol, natação e corridas a pé.¹⁰⁷ Acompanhando os registros de competições da Liga de *Sports* da Marinha que faziam referência a eventos com equipes do EB, identifica-se também a participação nas seguintes provas: “Taça Flamengo” (disputa contra a Marinha com competições de futebol, cabo de guerra e corrida de estafetas entre 1917 e 1924); campeonato acadêmico de Escolas Superiores (Escola Naval e Escola Militar) nas modalidades de polo aquático e natação entre 1919 e 1924; disputa da “Taça Muniz Barreto” em torneio de futebol entre a Escola Naval e a Escola Militar no ano de 1921; participação em festa atlética organizada pela Confederação Brasileira de Desportos (competições entre as ligas afiliadas, a Liga de *Sports* do Exército e a Liga de *Sports* da Marinha) no mesmo ano de 1921; em “competições atléticas” em 1922 e 1923 disputadas entre *Fluminense Football Club*, Escola Naval e Escola Militar; torneios de tiro e esgrima nos anos de 1923 e 1926.¹⁰⁸

No caso da Marinha do Brasil, o objetivo principal de fundação de uma liga esportiva era o de promover o “[...] desenvolvimento físico do pessoal da Armada, por meio de jogos e exercícios”.¹⁰⁹ Para esse fim, a Liga de *Sports* da Marinha deveria organizar e divulgar as competições esportivas entre os militares da força a partir de 1915, ano de sua criação. Já em sua reunião de fundação, realizada no dia 25 de novembro de 1915 na sede do Clube Naval, foram estabelecidas questões relacionadas ao seu processo de organização administrativa. Definiu-se que seria comandada por diretorias, sendo três com funções de gestão e diretorias específicas para a organização das modalidades esportivas que compunham o quadro de atividades. Os cargos de Diretor-Presidente, Diretor-Secretário e Diretor-Tesoureiro foram definidos e ocupados ainda na primeira reunião dos oficiais. O Capitão-de-Corveta Adalberto Nunes foi nomeado Diretor-Presidente por indicação acompanhado pelo Capitão-Tenente

¹⁰⁷ O Imparcial, 24 de dezembro de 1921, p. 8.

¹⁰⁸ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920); Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922); Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924); Livro Registro de Competições (1923-1928).

¹⁰⁹ BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1916. Anexo A, p. 01.

Alberto de Lemos Basto como Diretor-Secretário e pelo Primeiro-Tenente Alfredo Sinay como Diretor-Tesoureiro.¹¹⁰

Além dessas diretorias, foram ainda designados os responsáveis pelos setores esportivos: para os “Serviços de Remo” convocou-se o Capitão-de-Corveta Amphilóquio Reis; para os “Serviços de Vela”, o Primeiro-Tenente Eleazar Tavares e para os “Serviços de *Football*”, o Segundo-Tenente Benjamin Sodré.^{111, 112}

A liga iniciou também estudos sobre a possibilidade de construção de um campo de futebol para receber suas competições. A ideia inicial era a preparação do espaço na Ilha das Cobras, próximo ao Novo Arsenal de Marinha que estava sendo construído. Em paralelo, solicitou-se ao Tenente Benjamin Sodré que buscasse por informações de campos particulares para utilização pela liga.¹¹³

Ainda em suas primeiras reuniões, a LSM definiu quais seriam os requisitos mínimos necessários para se tornar sócio da entidade. Após votações e deliberações em Assembleia, ficou acordado que oficiais honorários, dentistas e professores com honras e guardas-marinha alunos poderiam ser sócios oficialmente. A partir dessas determinações, fica evidente a prioridade ao oficialato e a seus assemelhados (caso dos professores civis e dentistas) nas ações decisórias da LSM, já que somente sócios teriam voz e voto nos assuntos de interesse da entidade. Todos os demais integrantes (marinheiros, cabos, sargentos e suboficiais) passavam a ter participação restrita somente às atividades esportivas e competições, desde que devidamente autorizados pelos seus comandos.¹¹⁴

¹¹⁰ “Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹¹¹ Benjamin Sodré, também conhecido como Mimi Sodré, foi jogador de futebol e representou, entre 1910 e 1916, os clubes cariocas do América e do Botafogo.

¹¹² “2ª. Sessão da Diretoria de 20 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹¹³ “2ª. Sessão da Diretoria de 20 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹¹⁴ “1ª. Assembleia de Representantes de 24 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

Desde seus anos iniciais, a LSM adotou o modelo de liga poliesportiva, conforme pontuado anteriormente. Entre os anos de 1915 e 1928, por exemplo, a entidade organizou competições internas e participou de eventos com o EB e com equipes civis nas seguintes modalidades: Vela, Natação, Polo Aquático, Remo, Futebol, Retinidas, *Cross Country*, Atletismo, Cabo de Guerra, Basquetebol, Esgrima e Tiro.¹¹⁵

Do ponto de vista financeiro, a manutenção da LSM era garantida por doações e contribuições dos associados e taxas de inscrições nas competições. Esses valores eram utilizados para cobrir despesas administrativas, com a compra de materiais esportivos e para a aquisição de troféus e medalhas distribuídos às equipes vencedoras dos campeonatos organizados pela liga.¹¹⁶

Todos os aspectos de gestão apresentados no caso das duas ligas brasileiras (LSM e LSE) apontam para uma organização muito semelhante àquela encontrada em meio civil naquele momento. Uma das justificativas para a adoção desse modelo era a grande proximidade dos fundadores das ligas militares com o meio esportivo brasileiro nos anos iniciais do século XX tanto atuando em cargos de gestão como na função de esportistas. O processo de organização das competições e de fomento das atividades apresentavam como prioridade a ampla divulgação dos benefícios das práticas esportivas como ferramenta de preparação do corpo. A estruturação de suas propostas trazia sempre esse argumento como base e apresentava como preocupação principal a formação de tropas mais condicionadas fisicamente para o caso do advento de conflitos internos ou externos. No período em análise nesta tese, como já debatido, houve pouca atuação bélica por parte das FA brasileiras e não foi localizado nas fontes nenhum registro de promoção de competições ou atividades esportivas em momentos de mobilização militar. Sendo assim, considera-se que, naquele momento, não havia uma concepção construída a respeito das relações entre esporte e campo de batalha para os militares brasileiros exatamente por conta das especificidades de suas ações.

¹¹⁵ Cf. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I (1915-1920); Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II (1920-1922); Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo III (1922-1924); Livro Registro de Competições (1923-1928).

¹¹⁶ “Sessão de Diretoria de 05 de janeiro de 1917”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.; “Sessão de Diretoria de 03 de fevereiro de 1917”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

No caso estadunidense, a organização esportiva se deu de maneira diversa. Contrastando novamente os contextos dos comparáveis, é possível perceber que o cenário histórico vivenciado pelos militares daquele país nas décadas iniciais do século XX foi fundamental para a definição dos discursos em torno da defesa da prática do esporte em suas corporações.

Antes de estabelecer o enfoque nas questões esportivas, mostra-se importante compreender como as concepções de organização militar nos EUA foram estabelecidas no período em análise. Richard Stewart (2009) afirma que o sistema militar estadunidense é profundamente influenciado pela história dos EUA, pelas tradições de seu povo e também pela posição em relação às demais potências. As instituições militares refletiriam, segundo o autor, a cultura e o estilo de vida do país e foram pensadas de forma a colocar um mínimo peso sobre a população e garantir a defesa nacional sem o sacrifício dos valores fundamentais dos EUA buscando, desde o início, a conciliação entre as liberdades individuais e a segurança nacional. A eclosão da Guerra Hispano-Americana foi importante para a “virada” nas experiências militares estadunidenses. Ainda segundo Stewart, foi esse conflito que marcou definitivamente a entrada dos EUA no cenário internacional como potência militar. Conforme já discutido no Capítulo 1 desta tese, esse conflito foi também importante para a introdução da prática esportiva no cotidiano das FA estadunidenses.

Assim como as problemáticas encontradas na experiência brasileira na Guerra do Paraguai foram mobilizadas pelos militares para pressionar o governo para maiores investimentos nas FA, as deficiências identificadas pelos militares estadunidenses durante os conflitos da Guerra Hispano-Americana serviram aos mesmos propósitos. Os problemas foram utilizados como argumentos para a efetiva realização de um processo de modernização de armas e equipamentos devido às rápidas mudanças tecnológicas que ocorriam na virada do século XIX para o XX. A guerra com a Espanha serviu também para mudanças importantes nos processos estratégicos de defesa de território. As ações “improvisadas” para proteger o Atlântico contra as frotas espanholas apontaram a necessidade de novas políticas para defesa de costa. (STEWART, 2009).

A entrada no século XX foi um período de grandes transições nos Estados Unidos. Internamente, durante a chamada “Era Progressista”, os governantes buscavam a resolução de problemas econômicos e sociais decorrentes do rápido crescimento industrial no país. Além disso, em âmbito internacional, encontravam um novo cenário ao final da guerra com a Espanha que os impedia de retornarem às suas políticas isolacionistas. No período entre a Guerra Hispano-Americana e a participação dos EUA na Primeira Guerra, Marinha e Exército passaram por processos de reforma em aspectos de organização e direção e mesmo não atuando diretamente em conflitos nesse período, os militares foram constantemente acionados para atuação nas possessões ultramarinas adquiridas pelo país na virada do século. O foco do trabalho era no processo de proteção dos investimentos e na contenção de insurreições e revoluções. (STEWART, 2009).

Graças a essas reformas empreendidas nas FA estadunidenses, os militares, no ingresso na Primeira Guerra, já apresentavam condições técnicas, processuais e intelectuais básicas, além de ferramentas novas e modernas para a atuação em diferentes operações. (STEWART, 2009).

Do ponto de vista da preparação e formação militar, Daniel J. Ferris, em matéria publicada no jornal “Sporting Life” de 11 de março de 1916 intitulada “Athletics an Arm of Military Preparedness”, tratava de questões relativas ao processo de formação dos militares estadunidenses e as funções das atividades atléticas nesse cenário. O autor afirmava que o estabelecimento de uma Liga Atlética Militar seria um instrumento importante de incentivo, promoção e regulamentação da prática de esportes amadores na Guarda Nacional, nas milícias navais nos estados, no Exército e na Marinha dos EUA:¹¹⁷

Uma organização deste tipo, conduzida ao longo de linhas adequadas, faria uma quantidade incalculável de benefícios para atividades atléticas em geral, e poderia, ao mesmo tempo, ajudar as diferentes unidades da Guarda Nacional a recrutar e desenvolver uma classe de homens que seria um crédito para a Guarda Nacional em tempo de guerra. Foi o tempo e o tempo provou mais uma vez que o recruta que assume um ativo INTERESSE EM BOAS, SAUDÁVEIS ATIVIDADES ATLÉTICAS faz o melhor soldado. Ele não só tem a resistência necessária, mas ele também possui uma mente treinada em um corpo sadio. A melhor maneira de induzir os homens jovens deste tipo de se tornarem membros dos diferentes regimentos ou batalhões navais é promovendo atividades atléticas nestas diferentes organizações; organizar competições inter-companhia e inter-regimento [...]¹¹⁸

¹¹⁷ FERRIS, Daniel J. Athletics an Arm of Military Preparedness. Sporting Life, v. 67, n. 2, 11 de março de 1916, p. 21. Grifo da fonte.

¹¹⁸ FERRIS, Daniel J. Athletics an Arm of Military Preparedness. Sporting Life, v. 67, n. 2, 11 de março de 1916, p. 21. Grifo da fonte.

Além disso, o próprio presidente dos EUA destacou, em discurso em 1917, os benefícios do esporte “[...] quando ele pediu a continuidade do esporte como o melhor método de dar à nação homens fisicamente aptos para todas as funções que podem ser chamados a desempenhar.”¹¹⁹

Assim como vimos no caso brasileiro, entre os estadunidenses também se delineou a concepção de que o esporte poderia ser um atrativo interessante para o ingresso da juventude nas FA. Daniel Ferris, em seu artigo, afirma que se os jovens estadunidenses soubessem que poderiam praticar seus esportes favoritos nas Forças Armadas, muitos buscariam o serviço militar.¹²⁰

Apesar de o argumento de preparação ter sido também presente no caso estadunidense, como foi possível verificar no trecho documental acima, o maior enfoque das FA foi na questão moral. O esporte foi amplamente defendido como um fator de manutenção do moral e da moral das tropas dos EUA em períodos de mobilização militar e durante a atuação em conflitos. No recorte em análise neste trabalho, a participação na Primeira Guerra teve grandes impactos nas ações de promoção do esporte entre os militares estadunidenses. As questões relativas à formação e ao treinamento foram pontos de preocupação desde os primeiros momentos da entrada dos EUA na guerra. O General Pershing, em memorando enviado ao Ajudante Geral do Exército, expressava a necessidade de se estabelecerem locais de instrução tanto na França como nos EUA. Os primeiros grupos deveriam ser instruídos na França, pela urgência do envio das tropas, mas o processo de preparação das demais turmas deveria ser iniciado ainda em território estadunidense.¹²¹

Pershing, após receber a designação para a missão de comandar a Força Expedicionária Americana (FEA), selecionou uma pequena equipe e seguiu para a Europa para se familiarizar com as condições do conflito. A equipe, segundo sua percepção, foi recebida de forma calorosa pelos militares ingleses e franceses. Foram, então, discutidas as ações de apoio que seriam oferecidas pelos EUA. Após os debates e análise da situação, foi definido que:¹²²

¹¹⁹ The Logan Republican. Keep Sports Alive, 30 de junho de 1917, p. 6.

¹²⁰ FERRIS, Daniel J. Athletics an Arm of Military Preparedness. *Sporting Life*, v. 67, n. 2, 11 de março de 1916, p. 21. Grifo da fonte.

¹²¹ United States Army in the World War 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services, Volume 14. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 311-312.

¹²² General Pershing's own story of the victorious American Army from the Report of the Secretary of War – 1918, p. 4-5.

[...] nossa divisão de combate deve ser composta de quatro regimentos de infantaria de 3.000 homens, com três batalhões para cada regimento e quatro companhias de treinamento com 250 homens cada para cada batalhão, e de uma brigada de artilharia de três regimentos, um batalhão de metralhadoras, um regimento de engenharia, uma bateria de morteiro de trincheira, um batalhão de sinal, trens de vagão, uma sede e polícia militar. Estes, com médicos e outras unidades, fizeram um total de mais de 28.000 homens, ou praticamente o dobro do tamanho de uma divisão francesa ou alemã.^{123,}

Pershing, em relatório apresentado ao Secretário de Guerra dos Estados Unidos, afirmou que o objetivo da FEA era a preparação de uma força capaz de tomar a ofensiva em todos os aspectos. O estabelecimento das escolas de treinamento na França possibilitou a preparação das divisões com um mês de aclimatação e instrução em pequenas unidades, um segundo mês com treinamentos em trincheiras e um terceiro mês de ações de guerra em movimento. As escolas também foram fundamentais na formação dos líderes, dos oficiais que teriam a responsabilidade de comandar os homens nas fileiras.¹²⁴ Um relatório do Exército dos EUA ainda aponta a recomendação de estabelecimento de escolas de formação tanto nos Estados Unidos como na França para artilharia leve, artilharia pesada, infantaria, sinais, equitação, artilharia antiaérea, morteiros e trincheiras, mecânica e exercícios físicos.¹²⁵

Além desses campos de treinamento na Europa, foram estabelecidos diversos centros nos EUA. No processo de organização das ações para a guerra, inúmeros aspectos foram ponderados: os materiais necessários, as verbas a serem despendidas, as técnicas militares a serem aprendidas e também questões com relação ao ânimo e moral das tropas. O General Pershing, em relatório ao Secretário de Guerra, ressaltou suas preocupações com o bem-estar de seus militares, homens que foram enviados para a França no auge de sua juventude. Para a manutenção do padrão de conduta e disciplina esperados pelas FA estadunidenses, algumas ações foram planejadas. Uma das principais foi a elaboração de atividades nos campos de treinamento militar nos Estados Unidos com o apoio de entidades civis como a Cruz Vermelha, a YMCA, os Cavaleiros de Columbus, o Exército da Salvação e o Conselho do Bem-Estar Judaico.^{126,127}

¹²³ General Pershing's own story of the victorious American Army from the Report of the Secretary of War – 1918, p. 5.

¹²⁴ General Pershing's own story of the victorious American Army from the Report of the Secretary of War – 1918, p. 5.

¹²⁵ United States Army in the World War 1917-1919 - Organization of the American Expeditionary Forces Volume 1. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1988, p. 69.

¹²⁶ PERSHING, John. General Pershing's story of the American Army in France: Report of General Pershing to the Secretary of War - November 20, 1918. New York: John H. Eggers Company, 1918, p. 14.

¹²⁷ United States Army in the World War 1917-1919 - American Occupation Of Germany, Volume 11 - Military Instruction. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 128.

Essas associações seriam responsáveis por fornecer atividades de entretenimento aos soldados e teriam prédios e instalações dentro dos campos para a realização de suas ações. O programa previsto contemplava atividades culturais, como grupos de canto, projeções de filmes, teatro amador e jornais.¹²⁸

A YMCA foi a entidade com maior atuação nesse sentido e apresentava a função de prover atividades que garantissem o bom humor e a boa saúde dos soldados, elementos essenciais para a coragem e a combatividade. Essas atividades eram predominantemente esportivas. Os esportes tradicionais nos EUA (futebol americano e beisebol) eram constantemente divulgados entre as tropas e era estimulada não somente a participação direta mas também a formação de uma plateia para os eventos.¹²⁹

O livro “The Practice of Friendship - Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps”¹³⁰, publicado em 1918, foi preparado com o objetivo de apresentar detalhes da atuação da YMCA no interior dos campos de treinamento dos militares estadunidenses e pontuou o seguinte:

No ambiente estimulante de um acampamento do exército ou de uma estação de treinamento naval, quando os homens estão cara a cara com o questões solenes da vida e da morte, não é uma tarefa difícil persuadir os indivíduos ou massas de homens para registrar a frente passos na vida pessoal. Decisões de renúncia a maus hábitos, tais como beber, narcóticos, a imoralidade em pensamento, de expressão ou ato, jogos de azar ou rancores pessoais, são, em geral, facilmente obtidas quer pela palavra da boca ou por escrito. Nem é difícil a obtenção de decisões para formar bons hábitos, tais como estudo diário da Bíblia, a oração diária, a frequência regular à igreja ou classe bíblica, a poupança sistemática e doação de dinheiro, regularidade na correspondência para casa, ou prática de serviços semelhantes. [...] Humanamente falando, a coisa impossível é fazer com que os homens se mantenham fiéis às suas decisões depois de terem feito a vez deles. Assim, não é difícil obter quase qualquer soldado e marinheiro para se juntar à Liga do testamento de bolso. A dificuldade é fazer com que ele leve sua Bíblia e leia.¹³¹

¹²⁸ United States Army in the World War 1917-1919 - American Occupation Of Germany, Volume 11 - Military Instruction. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 128.

¹²⁹ L'YMCA et les sports. L'Auto. 04 de setembro de 1918, p. 1.

¹³⁰ “Este livro baseia-se em experiências de trabalho da Associação Cristã de Moços em Plattsburg, de 10 de maio a 15 de agosto de 1917, com os oficiais da primeira reserva da Escola de Formação; e em Camp Devens, de 28 de agosto de 1917 a 15 de julho de 1918, com a Divisão 76 do Exército Nacional. O Professor Wright foi diretor de trabalho religioso em ambos os campos. Dos três homens que foram seus companheiros, dois - Elmore M. McKee e George Stewart Jr. - renunciaram para se alistarem no Exército, o primeiro em agosto de 1917, o último em novembro do mesmo ano. Rev. William D. Barnes se juntou à equipe em Devens em novembro de 1917, e ele e Professor Wright estão atualmente a cargo do trabalho lá. Os capítulos sobre o Hospital e os comboios de tropas foram escritos pelo tenente McKee e Secretário Barnes, respectivamente. O resto do livro é o produto conjunto de Professor Wright e do Tenente Stewart”. (STEWART Jr., George; WRIGHT, Henry B. The Practice of Friendship - Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps. Association Press: New York, 1918, s.p.).

¹³¹ STEWART Jr., George; WRIGHT, Henry B. The Practice of Friendship - Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps. Association Press: New York, 1918, p. 5.

O documento defendia que o estabelecimento de atividades esportivas para os militares nos campos seria uma grande oportunidade de desenvolver qualidades de sociabilidade, coragem e agressividade. Além disso, o objetivo seria de proporcionar diversão, companheirismo no cotidiano dos militares e desenvolver seus talentos e músculos.¹³²

O envolvimento na guerra foi considerado também um importante elemento impulsionador de certas práticas esportivas. O Secretário da Associação de Tênis, Edwin F. Torry, ao menos, acreditava nessa premissa. Torry declarou ao jornal “Evening public ledger” em junho de 1918 que o fato de muitos homens em serviço estarem praticando o jogo como meio de recreação e desenvolvimento físico seria um fator favorável na divulgação da prática nos Estados Unidos.¹³³

As preocupações com a melhoria do moral das tropas em meio aos conflitos eram constantemente ressaltadas pelas lideranças militares. As condições brutais enfrentadas impactaram psicologicamente os soldados e motivaram o estabelecimento de um programa de atenções e atividades não somente para os militares dos EUA mas também para as tropas aliadas. (TERRET, 2011).

O esporte foi, portanto, um elemento presente tanto no processo de preparação em território estadunidense como no cotidiano da Força Expedicionária Americana ao longo do conflito. Desde a chegada das tropas ao território europeu até o final da guerra, foram organizadas atividades esportivas entre os militares dos EUA e das forças aliadas como forma de entretenimento e manutenção do vigor físico. (WAKEFIELD, 1997).

Ao final do conflito, as atenções e preocupações com o período de desmobilização intensificaram as ações de promoção do esporte no cotidiano dos militares. Em 29 de dezembro de 1918, por exemplo, foi publicada a Ordem Geral nº 241 do Quartel General da FEA que versava sobre a organização de eventos esportivos:

O comandante-em-chefe dirige a atenção de todos os interessados para a importância de incentivar o desenvolvimento de atividades atléticas gerais e competitivas, com a finalidade de manter a moral, promover e desenvolver a organização, esprit de corps, e melhorar a aptidão física do exército.¹³⁴

¹³² STEWART Jr., George; WRIGHT, Henry B. The Practice of Friendship - Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps. Association Press: New York, 1918, p. 114.

¹³³ Evening public ledger, 24 de junho de 1918, p. 11.

¹³⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 30.

Sobre o programa de competições atléticas, a Ordem apontava que cada exército, corpo e divisão deveria definir oficiais com conhecimento nas práticas como responsáveis pela condução geral das atividades atléticas em suas unidades. Defendia ainda que os comandantes deveriam estar atentos à seleção de homens que tivessem demonstrado aptidão especial para o trabalho com esporte antes ou depois de suas entradas no serviço militar.¹³⁵

O documento também levantava a necessidade do estímulo, de forma coerente com os deveres militares, de competições atléticas de todos os tipos, especialmente aquelas que envolvessem o maior número de participantes possível. Seria o que o documento chamou de “jogos de massa”, que teriam os programas publicados pelo Quartel General e englobariam atividades como: “vôlei, beisebol indoor, cabo-de-guerra, cross-country, revezamento, obstáculo, resgate, equipamento, transporte, corrida de saco, pular carniça, e outros esportes”.¹³⁶

Além dos jogos citados acima, seriam também organizados campeonatos atléticos oficiais da FEA. Esses seriam compostos por competições de atletismo, beisebol, futebol americano, basquete, tênis, boxe e luta livre e seguiriam um sistema de eliminatórias, culminando com séries de finais que selecionariam os vencedores dos campeonatos de divisão. O documento defendia que fosse permitido a todos que representassem suas unidades com a finalidade de treinamento físico e desenvolvimento do jogo em equipe.¹³⁷ Essas competições internas serviriam também ao propósito de selecionar os melhores atletas para a composição da delegação dos EUA que participaria dos Jogos Interaliados, conforme fica claro no trecho a seguir:

Os oficiais de atletismo das divisões e unidades menores devem manter registros cuidadosos das performances atléticas de suas unidades e estes devem ser considerados juntamente com o seu registro militar e eficiência geral, nas determinações sobre a seleção das unidades para representar cada divisão chamada a participar em quaisquer cerimônias triunfais internacionais que possam ser realizadas após a conclusão da paz.¹³⁸

¹³⁵ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 30.

¹³⁶ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 30-31.

¹³⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 31.

¹³⁸ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 31.

As solicitações dos oficiais deveriam ser feitas somente pelo quartel general requerendo o estado de qualificação especial do oficial solicitado, seu número de registro e os serviços dos quais esse oficial deveria ser poupado. Já no caso de suboficiais e soldados, a solicitação poderia ser realizada nas divisões indicando as mesmas informações requeridas para os oficiais.¹³⁹ Sobre a participação das praças estadunidenses nos treinamentos e competições, definiu-se o seguinte:

Suboficiais e soldados destacados como anteriormente indicado não devem a qualquer momento ser superiores a quatro por batalhão e permanecerão no referido dever por tempo não superior a quatro meses, a não ser que esse tempo seja prorrogado, mediante pedido a esta sede.¹⁴⁰

Essa diferenciação nas condições de participação de acordo com os círculos hierárquicos foi algo também presente no caso brasileiro, como será discutido em item específico ainda neste capítulo.

Os homens em serviço, caso participassem ativamente dos esportes aprovados pelas divisões e unidades, poderiam ainda ser dispensados dos treinamentos militares excedentes de quatro horas por dia.¹⁴¹ Com a finalidade de manter os homens empregando suas energias de forma rentável e saudável e seguir os objetivos expressos no slogan “Every Man in the Game”, o programa atlético da FEA foi planejado em três etapas, progressivas e complementares: 1. Jogos Atléticos de Massa; 2. Competições Esportivas da FEA; 3. Jogos Interaliados.¹⁴²

Os argumentos oficiais das FA estadunidenses sempre enfatizavam os benefícios morais, mentais e físicos das práticas esportivas, associando o esporte a uma ideia de desenvolvimento global do indivíduo e extremamente vantajoso no contexto específico da atuação bélica. Além disso, as práticas e competições deveriam ser promovidas com vistas a seguir reforçando o espírito competitivo e de luta, que foram fundamentais para a vitória na guerra, conforme aponta este trecho do relatório sobre os Jogos Interaliados:

A finalidade das competições, portanto, não foi de destacar as estrelas esportivas individuais a partir das fileiras de combate, não para estabelecer comparações, não para fornecer material para histórias de jornal, mas para prover o elemento de competição que era necessário para fornecer um incentivo para jogar em grande escala. O Yankee, mais do que qualquer outro homem, gosta de ser o melhor em alguma coisa, e ele coloca em seu jogo o mesmo espírito de luta, o mesmo zelo invencível que ele exibiu na Belleau Woods, em St. Mihiel, no Argonne e ao longo do Meuse.¹⁴³

¹³⁹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 31-32.

¹⁴⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 32.

¹⁴¹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 32.

¹⁴² The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 32-36.

¹⁴³ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 35.

A promoção e divulgação das práticas esportivas entre os militares estadunidenses em atuação no *front* europeu receberam um importante auxílio: a criação de um jornal informativo para as tropas dos EUA chamado “The Star and Stripes”. O jornal foi publicado entre 08 de fevereiro de 1918 e 13 de junho de 1919 por ordem do General Pershing e era impresso na cidade de Paris. O jornal tinha em seu topo de página as seguintes identificações: “The official newspaper of the A.E.F.”¹⁴⁴ no canto esquerdo, o título ao centro e, no canto direito, a informação “By and For the soldiers of the A.E.F.”. Além dessas informações, o topo ainda trazia a data de publicação, volume e número e o preço unitário do jornal, que foi de 50 centavos de francos durante toda a sua existência.¹⁴⁵ O jornal publicava notícias de interesse dos soldados americanos, fotografias e anúncios, incluindo roupas e equipamentos esportivos desde a sua primeira edição.¹⁴⁶

O periódico informava que a publicação seria semanal, às sextas-feiras, e tinha como integrantes de sua equipe editorial oficiais subalternos e praças. Os interessados poderiam ainda fazer uma assinatura pelo valor de 4 francos por três meses para soldados e 5 francos para civis pelo mesmo período de três meses.¹⁴⁷

O jornal, como informado nas próprias edições, era elaborado pelos soldados para os soldados dos EUA em atuação na guerra e era constituído por 8 páginas com notícias e destaques semanais com reportagens sobre a guerra, esportes, saúde e bem-estar, além de poesias e ilustrações. No auge de sua produção, teria alcançado a circulação de 526.000 exemplares. (TSS, 2015).

Sobre o periódico, os relatórios do comandante-em-chefe da FEA afirmavam que:

[...] The Stars and Stripes foi um jornal semanal concebido com a ideia de aumentar o moral das tropas americanas, fornecendo um meio comum de expressar o pensamento inteiro da Força Expedicionária Americana. Editado e gerido por homens alistados que declinaram promoção, preferindo permanecer nas fileiras para melhor interpretar o espírito do Exército, foi uma grande força unificadora e materialmente ajudou no desenvolvimento de um espírito de corpo. Ele emprestou apoio leal e entusiasmado ao atletismo do Exército e ao programa de educação. Levando os homens do nosso Exército a rir de suas dificuldades, foi uma força distinta para o bem e ajudou a criar um ponto de vista saudável.¹⁴⁸

¹⁴⁴ A.E.F. é a sigla para American Expeditionary Force. (Força Expedicionária Americana em português).

¹⁴⁵ A partir da edição de 24 de maio de 1918, passaram também a ser divulgados os preços na Grã-Bretanha (6 pences) e nos Estados Unidos (10 centavos de dólar). The Star and Stripes, 24 de maio de 1918, p. 1.

¹⁴⁶ The Star and Stripes, 08 de fevereiro de 1918, p. 1-2.

¹⁴⁷ The Star and Stripes, 08 de fevereiro de 1918, p. 4.

¹⁴⁸ United States Army in the World War 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services, Volume 12. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 70.

O jornal contou com uma página exclusiva de esportes em grande parte de sua existência. Durante esse período, publicou notícias sobre a organização e resultados das competições internas da Força Expedicionária Americana; sobre os atletas que ingressaram nas FA durante a guerra; notas sobre os grandes quantitativos de equipamentos esportivos que estavam sendo enviados ao *front*, especialmente para a prática do boxe e do beisebol, e informes sobre o calendário esportivo dos EUA mais frequentemente sobre essas mesmas modalidades.¹⁴⁹ Dedicou também espaço para notícias sobre os benefícios que certos conhecimentos esportivos poderiam trazer aos militares. Na edição de 15 de fevereiro de 1918, foi publicada uma nota intitulada “A Fighter’s Game” no jornal. A nota iniciava da seguinte forma:

“Nossos soldados na França são os melhores atiradores de bombas entre os Aliados. Por quê? Por causa de seu treinamento de beisebol. Acho que devemos fazer de tudo para incentivar um jogo que faz de nossos jovens bons soldados.”

Esta é a introdução dada a um projeto de lei em Nova York pelo deputado Owen Kiernan. O projeto de lei prevê para o domingo jogos de beisebol, para amadores e profissionais, com as competições jogadas depois de 2:30 da tarde.

“Eu não acho que um homem que vai a um jogo de beisebol depois de 02:30 horas de uma tarde de domingo seja menos cristão”, diz Kiernan, “e acredito que os entusiastas de todo o estado vão dar seu mais forte apoio”.

Entre os homens proeminentes que compareceram perante o comitê legislativo a favor da medida de Kiernan estava John J. McGraw, dos Giants.¹⁵⁰

Outra notícia com teor parecido tratava sobre a ideia da utilização das máscaras de gás durante os treinamentos esportivos a fim de facilitar a familiaridade com o equipamento no campo de batalha. Os jogos de beisebol utilizando máscaras de gás, segundo o jornal “The Star and Stripes”, foram, na verdade, apenas tentativas com boas intenções, mas que não obtiveram muito sucesso. Relatando o episódio de um jogo organizado no *Army Corps School*, o jornal afirma que os jogadores não conseguiam ver nada através das máscaras e nem ao menos lançar as bolas na direção correta. Até a comunicação teria ficado prejudicada, já que as falas dos jogadores estariam incompreensíveis com as máscaras. Após tentativas frustradas, os jogadores se reuniram e decidiram abandonar as máscaras para um “jogo de verdade”.¹⁵¹

¹⁴⁹ The Star and Stripes, 01 de março de 1918, p. 1.; The Star and Stripes, 22 de março de 1918, p. 6; The Star and Stripes, 12 de abril de 1918, p. 6.

¹⁵⁰ The Star and Stripes, 15 de fevereiro de 1918, p. 6.

¹⁵¹ The Star and Stripes, 31 de maio de 1918, p. 6.

Apesar de bem aceita pelos leitores, depois de 24 edições a cobertura esportiva foi encerrada. O conselho editorial justificou o cancelamento com nota publicada em 26 de julho de 1918 alegando o seguinte:

Este jornal compreende a grande ajuda que o esporte deu no passado ao desenvolvimento da resistência física e da duradoura moral entre milhares daqueles que agora fazem o Exército do país.

Ele reconhece o valor dessa formação para o futuro. Foi o esporte que primeiro ensinou aos nossos homens a jogar o jogo, a jogá-lo para fora, a jogar duro. Foi o esporte que trouxe o valor do jogo de equipe, do treinamento duro e longo, e o dom de pensar rapidamente como um ponto vital do concurso.

Mas o esporte como um espetáculo, esporte como um entretenimento para os *sideliners*, passou para fora. Seu glamour da forma competitiva se desvaneceu. Suas estrelas principais estão no chicote de ferro da guerra - ou esquecidas - até que a Alemanha seja batida.

THE STARS AND STRIPES valoriza o esporte completo permanente e os incontáveis e milhares de homens bem treinados que enviaram para a linha. Mas estes homens tem aumentado sua glória com o impulso da página esportiva e as antigas ações instantâneas. Eles não estão sendo mencionados hoje, porque seu trabalho tem assumido outro matiz.

Há campeões de tênis e de golfe, jogadores de futebol em abundância, estrelas de atletismo sem número, pugilistas e jogadores da bola que trocaram a glória fácil que eles conheciam em casa pelo disco de moagem, sem glória no SOS ou a herança sangrenta da frente ocidental. E sua fama aqui faz parte com a massa, não com menção individual.¹⁵²

Buscando, então, voltar o foco para as ações militares coletivas e não mais para as glórias esportivas individuais, o jornal decidiu por encerrar sua página de esportes por considerar que, naquele momento, as energias e atenções dos soldados deveriam estar completamente focadas nas atividades da guerra. Sobre esse ponto, o jornal ainda destacou que não via sentido em dar destaque em suas manchetes aos esportistas que estavam atuando no *front* ou que haviam buscado o alistamento militar, afirmando que:

THE STAR AND STRIPES é impresso para a FEA, não para ajudar a perpetuar a notoriedade de estrelas robustas, que, com qualificações incomuns para a guerra ou trabalho útil, eleitos para ouvir apenas o “Business as usual”, slogan da chamada de seu país para obter ajuda na maior guerra de que se tem conhecimento.

[...] o glorificado, o comercializado, o esporte para espectadores do passado foi queimado pela arma de fogo. O único slogan deixado é “vencer a Alemanha”. Tudo o que diz respeito a esse slogan conta. O resto não. E é por isso que esta é a última página esportiva do THE STAR AND STRIPES que será impressa até que uma vitória aliada traga de volta a paz.¹⁵³

¹⁵² The Star and Stripes, 26 de julho de 1918, p. 6.

¹⁵³ The Star and Stripes, 26 de julho de 1918, p. 6.

Com esse posicionamento, a página seguiu de fato suspensa até a finalização da guerra. Uma nota na primeira página da edição do dia 20 de dezembro de 1918 informou o retorno da página de esportes na semana seguinte, após ter sido descontinuada em 26 de julho daquele ano. A página foi interrompida “até que uma vitória aliada trouxesse de volta a paz”. Sendo assim, o retorno da página de esportes tinha como principal política divulgar e encorajar toda a sorte de eventos esportivos legítimos no interior da FEA.^{154,155}

Para o desempenho dessas ações de promoção do esporte, as FA estadunidenses contaram com o auxílio de entidades civis e religiosas, conforme pontuado anteriormente. A YMCA foi a principal “parceira” dos militares nessa função. A instituição, sobre as relações dos EUA com o esporte, afirmou o seguinte:

A vida americana, todas as suas formas reunidas, é uma vida esportiva. Todas as atividades dos Yankees, físicas ou intelectuais são medidas em *records* ou *scores*, e suas quantidades com percentagem, assim como o desempenho dos campeões. É que o esporte é a base da educação americana e molda a alma e o corpo dos jovens com seus métodos precisos e inspirações energéticas emuladoras. Obedecendo ao serviço militar e engajados na grande guerra de forma inesperada há alguns meses, deixando a oficina, campo ou escritório para mudar do campo de treinamento para o campo de batalha, os americanos não renunciaram aos seus hábitos esportivos. Ao envolver-se de repente no mais violento de todos os esportes, a guerra, jovens soldados do novo exército norte-americano não poderiam renunciar aos exercícios e jogos que tão bem os prepararam para a luta. Questão de saúde física e formação moral e atávica. A YMCA a quem foi dada a tarefa de fazer às tropas serviços sob autoridade militar, não poderia deixar de fora de suas ocupações e perder o esporte de seu raio de ação. A organização, o ensino dos jogos, o agenciamento dos espaços e a distribuição de materiais necessários para estes jogos eram uma parte essencial das diversas ações da YMCA.[...] A Associação tem assegurado o arranjo de uma secção especial, “Casa do Soldado” [Foyer du Soldat], onde estejam em contato os soldados franceses com os soldados americanos, e se esforça para popularizar o beisebol entre os poilus. Os soldados franceses incentivados por seus líderes já demonstraram habilidades significativas para aprender o jogo nacional americano, e logo de suas fileiras sairão equipes que podem competir com as melhores equipes americanas. Este é o trabalho da YMCA que agora tem um triplo propósito, manter o vigor dos soldados, os distrair e fortalecer os laços de amizade entre franceses e americanos por emulação e camaradagem dos jogos atléticos. Depois de competir com coragem nos campos de batalha, yankees e poilus competiram nos jogos. Um dia é próximo quando o beisebol, jogo de energia e habilidade, será um traço de união a mais entre os dois povos. A YMCA tem trabalhado nisso com mais sucesso que talvez diplomatas e publicitários.¹⁵⁶

¹⁵⁴ The Star and Stripes, 20 de dezembro de 1918, p. 1.

¹⁵⁵ O jornal foi descontinuado a partir de 13 de junho de 1919, data escolhida pelo comandante-em-chefe da FEA de acordo com o periódico. (The Star and Stripes, 23 de maio de 1919, p. 1.)

¹⁵⁶ L’YMCA et les sports. L’Auto. 04 de setembro de 1918, p. 1.

Concebendo o esporte como uma parte importante da vida estadunidense, a entidade, com o aval dos militares, atuou no desenvolvimento de diversas atividades esportivas no *front* europeu tanto para os soldados da FEA como também para os aliados. Sua visão de uso do esporte como forma de integração dos povos e de “diplomacia”, levando hábitos culturais estadunidenses aos franceses, foi amplamente mobilizada pelos militares ao longo da experiência na Grande Guerra como ferramenta de política cultural externa, de acordo com as definições conceituais de Suppo e Lessa (2007).

Sendo assim, ao final dos conflitos, foram organizadas competições em diversas modalidades entre os militares pela *Union des Sociétés Françaises de Sports Athlétiques* (USFSA), pela YMCA e pelas Forças Aliadas.¹⁵⁷ Os equipamentos utilizados pelos estadunidenses não eram vendidos, mas sim distribuídos gratuitamente aos militares para a prática do esporte.¹⁵⁸

O Relatório do chefe da YMCA na FEA, E. C. Carter, sobre as atividades desempenhadas pela entidade durante a guerra apontava que seu objetivo principal era de auxiliar os homens a desenvolver o máximo de sua aptidão física assegurando modos saudáveis de promover diversão e espírito de competição. Quando o slogan “Keep Fit to Fight” perdeu sua potência com o final dos combates, um novo surgiu para manter a motivação do pessoal militar: “Keep Fit for Home”.¹⁵⁹ O relatório ainda trazia as seguintes informações sobre a atuação da YMCA na promoção de atividades esportivas para os militares estadunidenses:

De setembro de 1917 a 01 de março de 1918, uma média de quarenta dirigentes esportivos estavam no campo. Desde a última data em que o número aumentou até atualmente, a equipe é composta de 313 homens da seguinte forma: 7 funcionários da sede; 10 diretores regionais e exército; 290 diretores de corpo, divisões e brigada; 6 emprestados à YMCA britânica.¹⁶⁰

¹⁵⁷ Le Tournoi Militaire Interallié. L’Auto. 17 de dezembro de 1918, p. 1. ; Les Championnats Militaires. L’Auto. 15 de janeiro de 1919, p. 3.; Les Championnats Militaires d’athlétisme. L’Auto. 27 de janeiro de 1919, p. 1.

¹⁵⁸ United States Army in the World War - 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services - Volume 15, p. 441-473.

¹⁵⁹ United States Army in the World War - 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services - Volume 15, p. 441-473.

¹⁶⁰ United States Army in the World War - 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services - Volume 15, p. 447-448.

Os relatórios apresentam também o quantitativo de equipamentos esportivos distribuídos pela YMCA entre julho de 1918 e janeiro de 1919. Os materiais listados eram para as modalidades: beisebol, beisebol indoor, voleibol, basquetebol, rúgbi, futebol (*soccer*), *cage ball*, golfe, tênis e esgrima. Foram listados ainda os itens de uniforme distribuídos e uma categoria nomeada de “miscelânea”, que contemplava elementos como luvas de boxe, sacos de areia, *medicine balls*, fitas e regras de natação.¹⁶¹

Conforme aponta Terret (2004), a YMCA dos Estados Unidos assumiu o propósito de ser uma entidade preocupada em sustentar o moral (ânimo) e a moral (*bons costumes*) dos soldados estadunidenses durante os constantes conflitos nos quais o país se envolveu após a Guerra de Secessão (1861-1865). Para o autor, as ações da entidade passaram por três principais etapas: antes de 1914, promoviam inúmeros programas direcionados à população dos EUA em geral. Em um segundo momento, o proselitismo tornou-se radicalmente assimilacionista com uma nova leva de imigrantes chegando ao país no mesmo momento. A partir do ano de 1915, então, essa “americanização” entrou em uma terceira etapa, na qual a YMCA defendia uma unidade do país integrando as minorias, inclusive fora do território dos EUA. Nesse sentido, o envio de pessoal para a Europa tinha como objetivo reforçar laços de comunidade, exprimindo e afirmando a identidade estadunidense, além de divulgar sua luta pela liberdade. A atuação da YMCA durante a Primeira Guerra e na organização dos Jogos Interaliados não deve ser compreendida fora desse contexto, segundo Thierry Terret. As ações da entidade visavam a divulgação de um modelo de homem baseado na ideia de cristianismo muscular, conjugando o proselitismo religioso com a política cultural estadunidense para tal. (TERRET, 2004, p. 33-34).

O trabalho da YMCA foi considerado pelas lideranças da FEA como de vital importância para seu desempenho na guerra, especialmente no campo da recreação dos militares, tendo proporcionado uma variada gama de atividades: clubes; classes educacionais; suprimentos e equipamentos esportivos; filmes; entretenimento dramático e musical; instrumentos musicais e partituras; palestras religiosas; revistas, papéis, livros e folhetos de literatura; artigos de papelaria e envelopes; bebidas quentes e suprimentos de cantina.¹⁶²

¹⁶¹ United States Army in the World War 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services, Volume 15. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 472-473.

¹⁶² United States Army in the World War 1917-1919 - Reports of the Commander-in-Chief, Staff Sections and Services, Volume 15. Center of Military History. United States Army. Washington, D.C., 1991, p. 470-471.

Um aspecto também importante nas discussões que têm sido desenvolvidas por especialistas na relação “esporte-guerra” é a questão da masculinidade e suas diversas formas de manifestação no contexto bélico. Waquet (2012) aponta que as guerras têm um papel importante na história da masculinidade no mundo, uma vez que é um espaço para virilização dos homens principalmente pela mobilização do mito tradicional do guerreiro. No caso dos EUA, o esporte foi uma das ferramentas utilizadas pelos comandantes nesse processo de reforço dos conceitos de masculinidade. Esse aspecto é apontado também por Wakefield (1997) em suas análises sobre a experiência dos militares estadunidenses no contexto da guerra.

Apesar de os ideais de masculinidade serem bastante complexos e da necessidade de se considerar variações sociais e individuais, além da “ausência de um estereótipo monolítico”, Mangan (2006) afirma que há uma “imagem cultural” da masculinidade que, de uma maneira mais generalista ao longo da história, associa o masculino às características de agressividade, competitividade, confrontação e dominância. Ao homem, de forma quase imperativa, teria sido constantemente atribuída a função de defensor da sociedade e de seus valores.

Sobre esse aspecto, Thierry Terret (2011) afirma que a longa duração e a violência dos combates na Primeira Guerra trouxeram aos envolvidos nas batalhas um forte sentimento de vulnerabilidade. A questão da masculinidade foi colocada em foco e a entrada dos soldados estadunidenses na guerra, segundo o autor, foi um fator importante para o resgate da sensação de confiança pelos soldados franceses, que viam na firmeza dos novos companheiros de batalha um motivador.

O autor ainda defende que, nesse novo contexto de relações, o esporte e as atividades físicas desempenharam um papel fundamental no processo de construção e reforço da masculinidade, tanto para os soldados dos EUA como para os franceses. Como espaço privilegiado de interações culturais entre os dois grupos de militares, os *Foyers du Soldat*¹⁶³, teriam desempenhado a importante função de divulgar os esportes e hábitos culturais estadunidenses entre os franceses. Para eles, na verdade, o contato com os soldados da FEA trouxe mais do que o conhecimento de aspectos militares e culturais do outro lado do

¹⁶³ Instituição criada na França durante a Primeira Guerra Mundial que era comandada pela YMCA dos Estados Unidos. Esses espaços foram ferramentas importantes para espalhar os estilos de vida estadunidenses por meio da divulgação de seus valores religiosos, educacionais e culturais. Diversas atividades eram oferecidas para essa finalidade, entre elas as práticas esportivas. (TERRET, 2011).

Atlântico. Foi, para Thierry Terret, a “descoberta de um novo modelo de masculinidade”. (TERRET, 2011, p. 360).

O esporte foi também utilizado como forma de criação de conceitos hierárquicos de masculinidade no interior das FA estadunidenses. Quanto maior fosse o nível de agressividade e necessidade de vigor físico da modalidade escolhida, maior seria o reconhecimento daquele indivíduo entre seus companheiros de farda, de acordo com Wanda Wakefield (1997).

Como foi possível perceber, o esporte desempenhou diversas funções entre os militares no contexto da guerra. Apesar de sua multiplicidade de sentidos, as práticas esportivas foram sempre defendidas como um fator positivo para as tropas, não tendo sido localizados em toda a análise documental materiais que apontassem prejuízos ou malefícios dessas atividades.

Ao final da guerra, os militares estadunidenses avaliaram a participação do país nos conflitos como “decisiva”. No período em que esteve envolvida nos combates, a FEA capturou cerca de 49.000 alemães e 1.400 armas com seus soldados em solo europeu. Apesar de as contribuições efetivas dos EUA no desfecho da guerra serem um debate constante, a experiência serviu como um elemento motivador do processo de modernização e mecanização do Exército, de implementação de novas táticas e organizações internas e de preparação dos grandes líderes militares que atuariam nos anos seguintes. Muitos dos generais da Segunda Guerra, por exemplo, foram oficiais integrantes da Força Expedicionária Americana na Primeira Guerra. (STEWART, 2010).

As reformas e renovações após o conflito alcançaram também a questão do preparo físico dos militares. Foi publicado em 1920 o manual “Education, vocational training and recreation in the Western Department of the United States Army”, que mais uma vez apresentava preocupações com o tempo livre dos militares com o fornecimento de entretenimentos, eventos sociais e atléticos como formas agradáveis de ocupação do tempo. No Departamento Ocidental, seriam promovidos campeonatos e torneios dos esportes mais populares. Os atletas vencedores nas competições de luta livre, boxe, natação e atletismo em 1920 seriam enviados para St. Louis para seletivas contra outros departamentos e com os integrantes da FEA, na Alemanha, para a definição dos representantes da equipe estadunidense nos Jogos Olímpicos da Antuérpia em 1920.¹⁶⁴

¹⁶⁴ United States Army. Education, vocational training and recreation in the Western Department of the United States Army. San Francisco: Headquarters Western Department United States Army, June, 1920, p. 5-6.

Os postos militares, fortes e quartéis nos Estados Unidos mantinham espaços para a prática de esportes e de outros tipos de jogos, como xadrez, damas, bilhar, danças e boliche. Após a guerra, espaços construídos pela YMCA com a função de clubes foram incorporados pelas Forças Armadas como parte de suas instalações para recreação e divertimentos.¹⁶⁵

Ao longo deste item, foi possível perceber como se deu o processo de organização e promoção das práticas esportivas em Brasil e EUA em meados da década de 1910. Com contextos de atuação distintos, percebe-se a adoção de modelos de estruturação diversificados. No Brasil, os militares estiveram fortemente envolvidos no processo de divulgação dos benefícios do esporte por meio de suas ligas com enfoque em competições e realização de atividades físicas periódicas nos quartéis e navios. O esporte foi pautado e defendido como uma ferramenta útil e valiosa na preparação para um eventual conflito futuro, como forma de manutenção do condicionamento do corpo dos soldados.

Entre os estadunidenses, o cenário de participação bélica efetiva trouxe outras significações para a prática esportiva. O uso dessas atividades no cotidiano do conflito como um elemento fundamental de estabilização física, psicológica e emocional dos soldados, além de instrumento de aproximação e “diplomacia” com os militares aliados, foram os grandes focos das Forças Armadas dos EUA. A organização de competições esportivas em meio aos conflitos e, especialmente, ao final deles serviu aos propósitos supracitados e foi também um ponto mobilizado em território estadunidense para reforçar as concepções de masculinidade, força e poderio, tanto militar quanto físico.

As análises, portanto, apontam que os diferentes contextos de atuação das FA foram os principais definidores sobre as concepções desenvolvidas a respeito das práticas esportivas e as formulações dos argumentos oficiais de defesa por parte dos militares nos dois países.

No próximo item, os conceitos basilares de hierarquia e disciplina serão observados no panorama esportivo militar em Brasil e Estados Unidos buscando identificar se as diferentes estruturações e organizações, ao lado das experiências diversas, fomentaram olhares distintos sobre a aplicação desses conceitos no âmbito da prática esportiva entre membros das Forças Armadas.

¹⁶⁵ United States Army. Education, vocational training and recreation in the Western Department of the United States Army. San Francisco: Headquarters Western Department United States Army, June, 1920, p. 5-6.

2.2 Hierarquia militar e esporte nas Forças Armadas de Brasil e Estados Unidos da América

Os princípios de hierarquia e disciplina fazem parte da estruturação das Forças Armadas em diversas partes do mundo. No Brasil, esses elementos já estavam presentes nos processos de organização do EB e da MB desde o século XIX e foram mais recentemente regulamentados por meio do Estatuto dos Militares, que define a hierarquia militar como “[...] a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas” e a disciplina como a “[...] rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar”.¹⁶⁶

Os impactos das definições de hierarquia e disciplina no interior das instituições militares já são temáticas de interesse dos pesquisadores há algumas décadas. Piero Leirner, em sua obra “Meia Volta Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar”, publicada em 1997, apresenta as seguintes considerações sobre esse conceito:

Longe de ser apenas um princípio legal, a hierarquia é a base sobre a qual se exteriorizam cotidianamente sinais de respeito, honras, cerimonial, continências, ordens e comandos; tudo isso executado pelos membros da Força, cada qual em uma posição no interior da instituição, sem que ao menos precisem ter consciência de que, tomadas em seu conjunto, as diferentes condutas são manifestações particulares que necessariamente transitam por esse princípio regulador coletivo que é a hierarquia. Pode-se dizer, portanto, que a partir dela se espelham as relações sociais e a visão de mundo militares. (LEIRNER, 1997, p. 53).

A estruturação definida pela hierarquia e a formação dos círculos hierárquicos não é algo restrito somente ao cotidiano dos quartéis. Como o próprio autor afirma, esses aspectos são também transportados para o meio civil e fazem parte das mais diversas dimensões da vida dos militares, inclusive no âmbito da prática esportiva como veremos neste item.

No Brasil, a organização hierárquica básica das Forças Armadas atualmente envolve dois níveis principais: oficiais (oficiais gerais, oficiais superiores, oficiais intermediários e oficiais subalternos) e praças (suboficiais/subtenentes, sargentos, cabos, marinheiros e soldados). Conforme pontuado, o convívio profissional e social dos militares é definido de acordo com os círculos hierárquicos e os subordinados estão sempre em obrigação disciplinar com relação a seus superiores. A não observância dessas determinações ou o descumprimento de ordens acarretam sanções, que podem ser desde uma advertência até a prisão, dependendo da circunstância e do posto ou graduação do militar. (CANCELLETA, 2013).

¹⁶⁶ BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm>. Acesso 12 jun. 2011.

No caso dos Estados Unidos, conforme apontado no site do Ministério da Defesa, as patentes militares não são somente definições de “quem saúda quem”. São emblemas de liderança e quanto maior sua posição no “rank”, maiores serão suas responsabilidades com pessoal, equipamentos e missões. (DEFENSE, 2016). O site ainda deixa claro que não há necessariamente ligação entre a posição hierárquica e os níveis de remuneração, sendo o segundo uma questão de classificação administrativa.

A organização hierárquica nos EUA segue uma separação em dois grandes grupos: oficiais, envolvendo deste tenentes até generais e almirantes com uma organização bastante similar à brasileira, e alistados, o grupo equivalente às nossas praças, com integrantes de recrutas e soldados até o *sergeant major*.¹⁶⁷

Nos dois países, esse escalonamento entre os militares foi o responsável por definir, desde seus primeiros momentos de constituição de Forças Armadas, os postos de comando e de serviço. Ao lado das definições hierárquicas, um outro elemento se mostra fundamental ainda nos dias de hoje para o bom funcionamento das FA: a disciplina. Segundo Adriana Bellintani:

A disciplina é um dos aspectos doutrinários que mantém a força coesa, permitindo que o poder hierárquico não seja quebrado. Está diretamente relacionada à obediência e à servidão militar; ela é o élan de sustentação da estrutura militar. Segundo De Gaulle: “Em virtude da disciplina, uma espécie de contrato é firmado entre o chefe e os subordinados. Fica entendido que a obediência é devida por estes àqueles, e que cada um se esforce para realizar o que lhe é hierarquicamente prescrito”.

Não há disciplina sem submissão, independentemente de ser tempo de paz ou de guerra; em qualquer circunstância, as ordens são acatadas pelos subordinados de acordo com o grau da cadeia hierárquica. (BELLINTANI, 2009, p. 137).

Como foi possível perceber nas considerações dos autores citados, os preceitos de hierarquia e disciplina são fundamentais para a estrutura das FA. Sendo assim, esses elementos se mostraram também presentes nos processos de promoção, organização e prática esportiva nos dois países em análise nesta tese.

No caso brasileiro, desde os processos de concepção das ligas esportivas militares, ocorreu um movimento que respeitava os critérios hierárquicos. No momento de fundação tanto da LSM como da LMF, por exemplo, somente se fizeram presentes membros do oficialato das respectivas forças. De igual forma, analisando a composição dos primeiros

¹⁶⁷ Para mais informações sobre a hierarquia militar estadunidense, ver: <http://www.defense.gov/About-DoD/Insignias>.

corpos diretivos das entidades, somente oficiais integravam as diretorias administrativas e comissões esportivas.^{168,169}

As LEM receberam o apoio e o reconhecimento para funcionamento por parte do Ministério da Guerra e do Ministério da Marinha, conforme pontuado anteriormente. Isso somente ocorreu, possivelmente, por suas formações terem sido propostas oriundas do oficialato, grupo de maior prestígio e com maiores condições de acesso e pleito perante as autoridades militares do período. Na esfera administrativa, portanto, o espaço era reservado somente aos grupos mais altos da cadeia hierárquica.

Já no âmbito da prática esportiva especificamente, o cenário se mostrava um pouco diferente. Não havia uma proibição de participação para nenhum dos membros das FA. Pelo contrário, o esporte era uma atividade bem vista pelos comandos e largamente divulgada como algo bom e produtivo. Todavia, algumas delimitações para a atuação dos grupos foram estabelecidas. As praças, tanto no EB como na MB, somente poderiam participar das competições se fossem autorizadas por seus respectivos comandantes.

Outro ponto identificado nas fontes era a separação dos círculos hierárquicos durante a participação nas competições esportivas. Tanto na LSM como na LSE, foram identificadas declarações diretas afirmando a necessidade de que as distinções hierárquicas fossem mantidas no âmbito dessas práticas. Um exemplo dessas determinações foi verificado na ata da 2ª. Assembleia de Representantes da Liga de *Sports* da Marinha, datada de 27 de dezembro de 1915, quando foram estabelecidos os critérios de organização das primeiras competições da liga esportiva da MB. Naquele momento, optou-se pela estruturação das provas de natação, remo e vela com categorias distintas para oficiais, suboficiais e praças. Já para o polo aquático e o futebol, cogitou-se a possibilidade de composição mista das equipes, com a participação de membros dos diferentes círculos hierárquicos. A assembleia manifestou votos a favor e contra e, inicialmente, a própria diretoria da LSM defendeu a ideia de equipes mistas. No entanto, o documento informa que:

[...] a intenção da Diretoria é estabelecer logo que possa os campeonatos de futebol e polo aquático e que, para permitir que todos os navios tomem parte nestes jogos, se estabelecer campeonatos separados para oficiais, suboficiais e praças o que, ao menos a princípio, não é possível, pensa propor que o campeonato de futebol seja desde já estabelecido para as praças [...].¹⁷⁰

¹⁶⁸ “Reunião de oficiais para fundação da Liga de Sports da Marinha”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹⁶⁹ O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

¹⁷⁰ “2ª. Assembleia de Representantes, de 27 de dezembro de 1915”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

A LSM, oficialmente, não estabeleceu proibições de participação mista nas competições, mas promoveu desde suas primeiras ações uma distinção em suas categorias. Além disso, a proposta inicial de composição de equipes com oficiais e praças enfrentou muitas resistências de comandantes da Marinha. Na ata da reunião de diretoria do dia 15 de janeiro de 1916, ao serem debatidas as determinações dos campeonatos de natação e polo aquático, declarou-se que:

[...] os senhores comandantes da 3ª Divisão Naval e N.E. Benjamin Constant proibiram aos seus subordinados a organização de partidas mistas, isto é, compostas de pessoal de várias categorias militares, e sendo intenção da Diretoria, já manifestada, que os times de polo aquático para o campeonato possam ser mistos, a semelhança do que foi anunciado para o torneio de fevereiro, resolveu-se adiar a discussão e organização de tais bases, assunto principal da reunião de hoje, e bem assim que o mesmo Sr. Presidente tomará a incumbência de procurar conciliar as tendências das duas referidas autoridades com as ideias da Diretoria.¹⁷¹

Esse ponto retornou ao debate em fevereiro por conta de uma baixa procura de inscrições: “[...] devido à dificuldade de organização de times mistos devido às proibições de vários comandantes”. Esse cenário fez com que a diretoria da LSM alterasse a data do torneio e decidisse pela realização da competição somente com uma categoria de oficiais pela grande dificuldade em conseguir a formação de times mistos.¹⁷² Ao final dos debates, a diretoria decidiu pela preparação de times de polo aquático de praças, suboficiais e oficiais, separadamente, para que jogassem e elegessem um vencedor em cada categoria. Para as provas de natação, as mesmas categorias foram estabelecidas. No caso dessa modalidade, um segundo aspecto foi alvo de discussões: o quantitativo de participantes de cada nível hierárquico que seria autorizado para cada navio, corpo ou estabelecimento. Após as análises das propostas, aprovou-se o número de duas praças no máximo para cada organização militar participante.¹⁷³

¹⁷¹ “4ª. Sessão de Diretoria de 15 de janeiro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹⁷² “Sessão de Diretoria de 13 de fevereiro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

¹⁷³ “3ª. Assembleia de Representantes de 19 de fevereiro de 1916”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

Após essas discussões iniciais, analisando o processo de organização de competições na LSM, foi possível perceber a adoção do modelo de provas distintas para cada um dos grupos, evitando-se que oficiais e praças competissem uns contra os outros e também que atuassem lado a lado em equipes esportivas. Formalmente, no entanto, a LSM não emitiu qualquer comunicado proibindo essa integração entre os grupos. Em 1917, após uma consulta do representante da entidade no Contratorpedeiro Mato Grosso, a diretoria informou que:

[...] não é, pela Liga, permitido nem proibido os oficiais jogarem junto com as praças em exercício em jogo público; que, por várias autoridades navais tendo sido proibido o jogo em comum, a Liga nunca os fez; que vários comandantes os permitem, ao menos com caráter de instrução em ensino; e que, de qualquer modo, os Representantes devem sujeitar sua ação de diretores de esportes às ordens e orientação de seus comandantes [...]¹⁷⁴

Apesar dessa alegação oficial de que nunca promoveu de fato a separação hierárquica nas competições, de acordo com as documentações localizadas sobre a LSM, foi mantida a distinção entre esses grupos na organização das competições esportivas. Os atritos e a insatisfação de grande parte das autoridades navais com essa relação mais próxima entre superiores e subordinados no âmbito esportivo foram os motivos mais identificáveis como justificativas para a adoção desse posicionamento por parte da liga. O rigor na manutenção da separação e no estabelecimento efetivo dos lugares de atuação dos membros da força era um ponto importante nas décadas iniciais do século XX, especialmente após a ocorrência dos conflitos internos na MB nos anos finais do século XIX e na primeira década do Novecentos, conforme já mencionado no Capítulo 1.

No Exército Brasileiro, as primeiras medidas identificadas que tratavam especificamente sobre a definição das relações hierárquicas no esporte datam do ano de 1922. O Aviso do Ministério da Guerra nº. 23 de 14 de outubro de 1922 foi assinado pelo então Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras e respondia a uma consulta do Comandante da 9ª Companhia de Metralhadoras Pesadas, que buscava informações sobre a legalidade ou não da participação de uma equipe mista de oficiais e praças em uma competição de remo. Como resposta, o ministro informou:

¹⁷⁴ “Sessão de Diretoria de 31 de março de 1917”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

- a) Que o regulamento interno dos serviços gerais, sem cogitar propriamente de casos relativos aos jogos esportivos, manda que “o superior deve tratar seu subordinado com estima, consideração e bondade, **sem nunca descer à familiaridade**”;
- b) Que a observância de círculos, fora do serviço onde estejam separados os oficiais graduados e as simples praças, mostra a inconveniência de qualquer promiscuidade;
- c) Que não devem ser usados entre indivíduos que fazem parte dos círculos diferentes os jogos de dependem sobretudo de agilidade e do emprego de força física, tais como futebol, o boxe, a luta romana e outros;
- d) Que será de inteira vantagem que os homens, uma vez incorporados ao exército, se tornem ágeis e fortes, pelo cultivo dos jogos esportivos mais aconselhados; entretanto, a prática deles, em promiscuidade completa, traz sério prejuízo à disciplina, não podendo guardar compostura que devem ter oficiais e praças em quaisquer situações em que se encontrem; e,
- e) Que, em tais condições, não é permitido aos oficiais tomar parte em torneios esportivos, ao lado de praças, a fim de disputarem em comum quaisquer provas. Saúde e Fraternidade – Calógeras.¹⁷⁵

Em nova consulta ministerial sobre a questão da hierarquia no esporte, o Primeiro-Tenente da Companhia de Carros de Assalto Antonio Carlos Bittencourt fez a solicitação de um posicionamento do Ministério sobre como deveria ser organizada a relação hierárquica no processo de treinamento e prática esportiva. Sobre esse ponto, o Ministério da Guerra respondeu que:

Em solução à mesma consulta, vos declaro, para conhecimento do consulente que a disposição do aviso n. 23, de 14 de outubro de 1922 ao comandante da 2ª Circunscrição Militar não restringe a atuação dos oficiais nos jogos e exercícios de treinamento das praças, desde que não sejam feitos em público; que convém, entretanto, que nas competições esportivas oficiais nas unidades ou estabelecimentos militares, na Liga de Sports do Exército, consignadas no capítulo X dos seus estatutos, aprovados pelo [aviso] de n. 376 de 2 de junho do dito ano, e nas suas congêneres militares ou civis, os oficiais e praças disputem provas distintas para uns e outros a fim de evitar a concorrência entre mestres e discípulos, estimulando assim, estes últimos, o que já está sendo observado na mencionada Liga. Saúde e fraternidade. - Setembrino de Carvalho.¹⁷⁶

Os dois trechos documentais transcritos evidenciam os posicionamentos do Ministério da Guerra sobre a interação social de praças e oficiais na prática esportiva. Ao contrário do que foi identificado no caso da MB, no Exército havia uma proibição clara, partindo do Ministério, de uma maior aproximação entre os círculos hierárquicos. O uso de termos como “promiscuidade” e “inconveniente” demonstram o olhar das autoridades militares sobre essas relações.

¹⁷⁵ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1922, Anexo AB, p. 136-137.

¹⁷⁶ BRASIL. Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1926, seção 1, p. 7.

Como foi possível verificar no caso de Marinha e Exército brasileiros, a manutenção da hierarquia e das definições disciplinares eram fatores fundamentais no processo de organização e promoção do esporte. Conforme foi considerado em pesquisa anterior:

Sendo as FFAA essencialmente disciplinadoras em suas ações, seguindo a concepção ampla de relações de poder, o transporte desta configuração para as interações travadas no momento da prática esportiva não nos apresenta surpresa. No entanto, as rigorosas distinções e distanciamentos oficialmente normatizados para atividades que, a princípio, não se enquadram entre as ações institucionais destas Forças e, portanto, podem ser identificadas como atividades paralelas ou recreativas, reforçam as questões relacionadas à organização política destas instituições e sua estrita relação com as bases da hierarquia e da disciplina. Estes fatores seriam, portanto, definidores não somente das atribuições e subordinações no interior do organismo institucional, mas também dos locais políticos e sociais por onde poderiam transitar os indivíduos e as interações permitidas ou “promíscuas”, como o então Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras definiu a prática de esporte entre oficiais e praças do Exército Brasileiro (CANCELLEA, 2013, p. 139).

Para o caso estadunidense, as considerações da autora Wanda Wakefield, (1997) apontam que no âmbito esportivo, quando grupos de militares dos EUA se reuniam para a prática ou competição das diversas modalidades, as habilidades no esporte acabavam por criar uma nova forma de ordenação no interior da hierarquia militar, sugerindo-se uma não exigência formal de segmentação entre as diversas camadas no momento de realização das atividades.

No entanto, analisando as documentações emitidas pelos ministérios militares dos EUA e pela Força Expedicionária Americana no período em tela nesta tese, foi possível identificar certo grau de separação entre as camadas hierárquicas no processo de gestão e organização das atividades esportivas no cenário competitivo, como ver-se-á a seguir.

Conforme já discutido ao longo do Capítulo 1, durante todo o processo de treinamento para a atuação na guerra, o esporte foi compreendido como um elemento moralizante e de grandes acréscimos do ponto de vista de manutenção da ordem, do foco e do equilíbrio físico e mental dos soldados em preparação para o conflito. As competições e apresentações esportivas reafirmavam esse caráter e reforçavam os argumentos oficiais dos comandos das FA a respeito do esporte. Durante a efetiva participação no cenário de operações de guerra, as práticas esportivas seguiram servindo ao papel de instrumento disciplinador de tempos livres, ao lado das atividades educativas e religiosas. As competições em si, segundo as fontes analisadas, não tinham o enfoque de acirramento das disputas mas sim o de instruir, por meio do esporte, sobre a importância das ações em equipe e do companheirismo tanto no campo de jogo quanto no campo de batalha.

Ao final dos conflitos, o esporte foi novamente colocado no cenário como protagonista. A realização de diversas competições como forma de celebração por parte das FA aliadas pontuou mais uma vez o local de privilégio que foi atribuído a essas atividades naquele momento. No processo de organização das competições internas da FEA e dos Jogos Interaliados, a questão da hierarquia se fez presente nos debates. No Boletim de Treinamento nº 1 emitido pela FEA que tratava sobre a preparação de seus campeonatos internos nas modalidades boxe, luta livre, futebol americano, basquete, beisebol, tênis e atletismo, um item apontava os parâmetros de elegibilidade para participação, conforme o trecho a seguir:

IV. Elegibilidade: Todos os oficiais que são verdadeiros membros das unidades que representam são elegíveis para participar em todos os eventos de equipe, tênis e atletismo.

Todos os homens [soldados] que são verdadeiros membros das unidades que representam são elegíveis para participar em todos os eventos.¹⁷⁷

De acordo com essa determinação, a participação dos oficiais estava vetada nas competições de boxe e luta livre. O documento não apresenta as razões que motivaram a adoção dessa normativa. Somente apresenta a exigência.

O mesmo tipo de abordagem pode ser verificado também na organização de provas em outras modalidades. Nas competições de tiro, foi realizada a menção ao quantitativo de oficiais e praças por unidade que poderiam competir nas provas. Além disso, havia a seguinte indicação:

Soldados serão premiados com medalhas de acordo com a regra do Department Competition of the Small Arms Firing Manual. Listas separadas de oficiais e de soldados serão feitas de acordo com suas posições no jogo. Os oficiais, então, serão premiados com medalhas de acordo com a sua posição nesta lista. Assim, soldados estão competindo por medalhas apenas com outros soldados. mas os oficiais estão competindo com os dois, oficiais e soldados.¹⁷⁸

Nesse caso, a organização previa a separação para o processo de premiação dos militares, mas não faz menção específica a uma segmentação no momento da competição.

Ainda tratando sobre a organização das provas da FEA, o Boletim nº 31 do Quartel General, publicado em 14 de abril de 1919, apresentava as especificações das competições de beisebol, futebol (*soccer*) e natação. O documento informava que a inserção da competição de futebol no calendário de eventos da FEA foi com vistas a incentivar a prática da modalidade e para a seleção de uma equipe representativa para os Jogos Interaliados. Além do futebol, provas de natação também passaram a integrar o quadro dos campeonatos da FEA.¹⁷⁹ No caso das regras para essas competições, não foi inserida qualquer determinação a respeito da

¹⁷⁷ United States Army in the World War - 1917-1919 - Bulletins, GHQ, AEF, Volume 17, p. 164.

¹⁷⁸ United States Army in the World War - 1917-1919 - Bulletins, GHQ, AEF, Volume 17, p. 172.

¹⁷⁹ United States Army in the World War - 1917-1919 - Bulletins, GHQ, AEF, Volume 17, p. 249-252.

elegibilidade pautada na hierarquia. No caso da natação, a entrada de participantes seguiria os seguintes aspectos:

(B) é desejada a participação do maior número de nadadores possíveis. Competições da equipe dentro do Exército ou das seções serão realizadas sob a direção dos respectivos oficiais de atletismo para o campeonato do exército ou seção, mas a equipe final escolhida para representar o exército ou seção na final da FEA será escolhida de acordo com o desempenho e tempo individual, de modo que as equipes representativas que entrarem nas finais FEA serão compostas pelos melhores desempenhos individuais no exército ou seção da qual eles vêm.¹⁸⁰

A normativa previa, portanto, a ampla participação dos militares, sem uma separação hierárquica interna no processo da competição em si, conforme a tendência já identificada nas transcrições documentais anteriormente apresentadas. Seguindo nesse mesmo sentido, foi emitido um boletim pontuando os procedimentos sobre a permanência de militares estadunidenses após o fim da guerra para participação nas competições esportivas:

1. Oficiais e praças qualificados de acordo com as disposições da O.G. nº 241 deste quartel general, série 1918, para a entrada no Campeonato da FEA em qualquer esporte mencionado na referida ordem e cujas unidades serão enviados para os Estados Unidos antes da realização dos referidos jogos, pode, a seu próprio pedido, permanecer na França para a participação nestes jogos e será inscrito como representando a unidade à qual eles permanentemente pertenciam.
2. Os oficiais e praças que em virtude de lugares vencedores nos campeonatos da FEA ou quem, em razão de suas performances anteriores, foram selecionados como membros da equipe para representar o Exército dos Estados Unidos nos Jogos Interaliados podem, em caso de suas unidades serem enviadas para os Estados Unidos antes da celebração dos referidos jogos, em sua própria opção, ser retido na França para a participação nestes jogos.
3. Todos os oficiais e praças que foram selecionados para permanecer na França, ao abrigo das disposições dos parágrafos 1 e 2 do presente Boletim, serão montados no Acampamento de Treinamento Atlético a ser estabelecida perto do Estádio Colombes, Paris.
4. Pedidos de autorização para permanecer na França como indicado nos parágrafos 1 e 2 serão encaminhados para essa sede.
5. Todos os oficiais e praças que foram selecionados para permanecer na França sob as disposições da presente ordem para a participação nos Campeonatos da FEA e nos Jogos Interaliados serão enviados aos Estados Unidos imediatamente após a conclusão destes últimos jogos.¹⁸¹

Novamente, a questão da incorporação dos parâmetros definidos pela hierarquia foram levados em conta nos aspectos burocráticos, mas não como um limitador no processo de interação entre os diferentes grupos. A partir desses exemplos apresentados, é possível considerar que havia sim uma preocupação com relação aos aspectos da hierarquia no processo de organização das competições entre os estadunidenses, mas com uma flexibilidade maior no gerenciamento dos níveis hierárquicos ao compararmos com o cenário brasileiro.

¹⁸⁰ United States Army in the World War - 1917-1919 - Bulletins, GHQ, AEF, Volume 17, p. 250.

¹⁸¹ United States Army in the World War - 1917-1919 - Bulletins, GHQ, AEF, Volume 17, p. 169-170.

Essa diferenciação se deu, em parte, pelas características da própria estruturação interna das Forças Armadas dos EUA. Seus processos de organização, juntamente com heranças europeias, foram baseados na nova ambiência surgida após as revoluções industriais e nos parâmetros democráticos. Os EUA, desde as guerras de independência, têm participado intensamente de conflitos locais e internacionais, em diferentes modelos e formatos¹⁸², tornando as FA peças fundamentais em seus projetos de governo. Sua formação envolvendo tradições europeias, ambiente nativo, valores e ideais democráticos e as profundas experiências em guerra e paz acabaram por construir uma instituição que mistura de forma única questões militares com elementos da vida social estadunidense. (STEWART, 2009, p. 1-5).

Esse perfil de grande proximidade da população com as questões militares é um marco na história das FA nos EUA. Essas instituições refletem a cultura e o modo de vida dos estadunidenses e foram elaboradas com vistas a não sobrecarregar seus cidadãos a ponto de sacrificar seus direitos fundamentais, mas ainda assim garantir uma condição razoável de defesa. Para isso, a premissa defendida pelas FA e pelos governos tem sido a de aliar as liberdades individuais com a segurança nacional. Além disso, o grande apoio da sociedade estadunidense às FA e a atuação do país em guerras tem suas raízes na ideologia amplamente difundida de que eles precisam levar os ideais democráticos e de liberdade àqueles locais onde há “perturbadores da paz”, sendo quase como uma “cruzada moral” para o país. (STEWART, 2009, p. 14-15).

¹⁸² “Nascido em uma revolução, uma violenta luta muitas vezes considerada um prelúdio das lutas ideológicas modernas, os Estados Unidos têm, então, desde uma amarga Guerra Civil, participado em numerosas guerras internacionais e foi recentemente lançado em uma guerra global contra o terrorismo. Em sua experiência nacional, a própria guerra sofreu mudanças consideráveis e oscilou de um modo para outro. A Revolução Americana foi uma guerra limitada da variedade do século XVIII, embora uma luta com o pano de fundo de uma ‘guerra popular’ entre Tories e Patriotas sobre a lealdade de cada pequena aldeia e cidade. A Guerra de 1812, o conflito coreano de 1950-1953 e a Guerra do Golfo em 1991 foram modelos posteriores de conflitos limitados que lutavam por objetivos específicos e limitados, pequena destruição total e ocupação das terras dos inimigos. A guerra civil americana introduziu a idade da guerra total a qual as guerras mundiais I e II acrescentaram seus capítulos sangrentos. A Guerra Fria envolveu a mobilização e militarização de segmentos enormes da sociedade nunca antes afetados pela guerra. A atual guerra ao terrorismo, com seu potencial de ataques diretos sobre o território americano e os penetrantes (e invasivos) requisitos de segurança para a defesa contra tais ataques, afeta todos os aspectos da sociedade americana. Ao longo dos séculos, a guerra cortou mais e mais fundo na vida da nação”. (STEWART, 2009, p. 2).

Todas essas características e visões a respeito do papel das FA nos EUA fizeram com que a população se mostrasse bastante próxima ao longo da história, sendo relativamente fácil para as FA estadunidenses garantir grandes adesões de cidadãos em momentos de mobilização para conflitos armados. Além disso, sua estrutura tinha como base principal um pequeno núcleo militar profissional que poderia ser expandido com seus muitos “soldados-cidadãos” em caso de necessidade. (STEWART, 2009).

Com uma sociedade mais baseada em preceitos democráticos desde sua formação, não é difícil de se imaginar que esses ideais se fizessem presentes também no processo de organização das FA. Mesmo mantendo as raízes europeias e os conceitos basilares de hierarquia e disciplina entre seus militares, é possível perceber, no âmbito das relações entre os grupos, uma flexibilidade maior nos contatos ao compararmos com o caso brasileiro. Os graus de separação entre os militares de círculos distintos são menos rígidos, possibilitando uma aproximação maior em atividades que não fossem consideradas ações fim das FA, como o caso do esporte. A atuação de praças e oficiais lado a lado nas competições esportivas não foi declarada, ao menos nos documentos analisados para o desenvolvimento deste trabalho, como algo problemático do ponto de vista de manutenção das relações de disciplina entre superiores e subordinados. Ao lado disso, pode-se também considerar que a atuação direta em conflitos armados, vivenciando situações de vida e morte, pode ser um fator atenuante da rigidez da separação hierárquica, uma vez que se estabelece uma relação de companheirismo e dependência das habilidades do outro, independentemente de seu posto ou graduação, para a manutenção da tropa em cenários bélicos como o experimentado na Primeira Guerra.

Outro aspecto que pode ser levado em conta nesse cenário foi o processo de engajamento de esportistas profissionais de renome nas FA estadunidenses nos mais diferentes postos e graduações, o que pode ter ocasionado certa fluidez nas relações hierárquicas nos momentos da prática esportiva e de convocação para representações em competições.

Conforme as discussões apresentadas nesse capítulo, foi possível perceber o impacto direto dos modelos de organização interna das Forças Armadas de Brasil e Estados Unidos da América e de suas trajetórias bélicas nas percepções com relação aos usos do esporte no cotidiano militar e nos processos de regulamentação e promoção de tais práticas.

No próximo capítulo, serão analisadas as utilizações do esporte como ferramentas de celebração e de diplomacia cultural a partir das observações sobre dois eventos multiesportivos internacionais promovidos por Brasil e EUA no recorte temporal desta tese.

CAPÍTULO 3

**A COMPETIÇÃO ESPORTIVA
COMO ESPETÁCULO E REFORÇO
DE IMAGENS DAS FORÇAS
ARMADAS: OS CASOS DOS JOGOS
INTERALIADOS E JOGOS DO
CENTENÁRIO**

O esporte, como foi possível perceber até este ponto, já era um elemento constante e presente no cotidiano militar em diversas nações do mundo nas décadas iniciais do século XX. Nem mesmo durante a guerra as ações de promoção das práticas esportivas foram abandonadas. Com a finalização dos conflitos e assinatura da paz, o esporte sairia, então, do cenário? As pesquisas evidenciaram que não. Ao contrário, suas funções de ocupação do tempo livre e de disciplinarização física e moral foram, na verdade, intensificadas. Até mesmo no Brasil, país com participação pouca expressiva ao longo dos conflitos, os impactos da guerra puderam ser sentidos ao serem estabelecidos processos de renovação material e técnica nas FA após a observação dos inúmeros problemas enfrentados pelas nações.

Ao longo deste capítulo, discutir-se-á a atuação dos militares estadunidenses e brasileiros na organização de dois eventos esportivos internacionais destacando seus objetivos de atuação nos processos de organização, de que forma os eventos e o esporte foram utilizados como ferramentas de reforço de suas imagens internacionais e os desdobramentos das ações para a organização do esporte militar nos dois países.

Para compreender o esporte pelo ponto de vista das relações internacionais, conforme aponta Malaia (2011), é preciso ampliar a concepção para além de questões específicas de política externa e diplomacia. Tomando como base as ideias de Amado Luiz Cervo, o autor defende um conceito de relações internacionais como “[...] um fenômeno em que se imbricam três agentes: a diplomacia, o governo e sua política, e a sociedade com suas forças, que se relacionam entre si e se influenciam reciprocamente.” (MALAIA, 2011, p. 47). Nesse sentido, conforme será discutido ao longo deste capítulo, o esporte adquiriu traços de elemento diplomático nos dois países na medida em que seus governos mobilizaram os Jogos Interaliados de 1919 e os Jogos do Centenário em 1922 como projeção de suas imagens internacionais.

João Malaia (2011) ainda afirma que, comumente, os países sedes de grandes eventos esportivos os mobilizam como instrumentos de propaganda, seja ela interna ou externa, valendo-se dessa visibilidade internacional para a dinamização das relações com outros países, rompendo os limites do esporte e ampliando o espectro de comunicação.

Esse “esporte” que se torna um “espetáculo” e instrumento de diplomacia está acompanhando os preceitos da modernidade da transição do século XIX para o século XX, quando o espetáculo passou a fazer parte do cotidiano das sociedades. Sobre essas relações, Guy Debord afirma que:

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação.

[...]

O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida social dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna. (DEBORD, 2003, p. 13-15, grifos do autor).

Essas novas percepções sobre o real passaram, então, a integrar a vida das cidades, ocupando importantes espaços no tempo livre das sociedades com a espetacularização tomando conta de diferentes esferas. O esporte não ficaria de fora desse movimento.

Então, no novo cenário que se construía após a finalização da guerra, o esporte ganhou nova “roupagem”. Não seria mais somente uma atividade a ser ofertada aos soldados na estratégia do comando em controlar o tempo livre. Ele ganharia traços de espetáculo, de celebração da vitória, de algo a ser contemplado e experimentado de forma intensa tanto por quem praticava quanto por quem assistia. O esporte-espetáculo entrou em cena entre as ruínas da guerra trazendo uma perspectiva de reconstrução não somente de estruturas físicas mas também do ponto de vista cultural. Os Estados Unidos assumiram a função de levar o espetáculo esportivo ao panorama do pós-guerra europeu, como será discutido neste capítulo.

A atuação dos militares estadunidenses nas duas guerras mundiais, afirma Daniel Bloyce (2008), serviram para espriar pelo mundo raízes culturais e esportivas dos EUA por meio dos milhões de soldados enviados para as diversas regiões do globo. Os impactos diretos da atuação das Forças Armadas estadunidenses nos dois conflitos em questões especificamente militares foram evidentes, mas não se pode deixar de considerar a importância das tropas no processo de difusão das mercadorias culturais dos EUA em escala global. Um dos exemplos disso seria a presença marcante de jogos de beisebol em países como Grã-Bretanha e França após o contato com a FEA na Primeira Guerra. (BLOYCE, 2008). Essa função de divulgar os padrões culturais dos EUA assumida pelos militares era concebida como uma de suas verdadeiras “missões”, segundo Steven Pope (1997).

Dentre as ações de promoção das práticas esportivas pelo mundo, um dos elementos utilizados amplamente ao longo do século XX foi a realização de grandes eventos com a mobilização de públicos expressivos. Na década final do século XIX, por exemplo, foi iniciado o ciclo de organização dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, com primeira edição em 1896 na Grécia, e seguindo até os dias atuais com realização periódica a cada quatro anos. Os únicos episódios da história ao longo do Novecentos que interromperam esse ciclo de realização dos Jogos Olímpicos foram as ocorrências das duas grandes guerras. Os jogos planejados para ocorrerem em 1916, 1940 e 1944 não se efetivaram. (TOMECS, 2013).

A disseminação do papel dos eventos esportivos como instrumento de celebração e como espetáculo já havia alcançado, naquele momento, uma abrangência importante. (PRONI, 1998). Sendo assim, ao final dos conflitos da Primeira Grande Guerra, uma das ações para a comemoração da vitória foi justamente a realização de um grande evento esportivo com participação das Forças Armadas aliadas que foi nomeado, por fim, de “Jogos Interaliados”. (TERRET, 1999).

Esse evento foi idealizado, organizado e executado, quase que exclusivamente, pela Força Expedicionária Americana em parceria com a YMCA. A realização de um grande espetáculo esportivo no cenário parisiense devastado pela guerra foi concebida como um grande elemento de reforço da imagem dos aliados e, especialmente, dos EUA. Desde os processos de preparação para entrada na guerra, os militares estadunidenses tiveram a presença constante dos missionários da YMCA em seus batalhões. Um desses missionários, Elwood Stanley Brown, teve papel importante no processo de organização dos dois eventos em análise neste capítulo. Como será possível perceber por meio das discussões, Brown atuou tanto na idealização e organização dos Jogos Interaliados em 1919 em Paris como nos Jogos do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro.

Elwood Brown foi integrante do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da YMCA nas primeiras décadas do século XX. Nascido nos Estados Unidos, atuou como treinador de basquete na Universidade de Illinois, diretor da YMCA nas Filipinas e foi fundamental para a implementação de eventos esportivos no extremo oriente atuando contra a resistência dos povos asiáticos em aceitar os modelos esportivos ocidentais. Brown estava na Ásia quando os EUA decidiram pela atuação nos conflitos da Primeira Guerra e se candidatou para o serviço militar em julho de 1917. No mesmo ano, recebeu da YMCA um comunicado indicando que deveria seguir para a sede da entidade na Rússia como encarregado de educação física. No entanto, a ocorrência da Revolução Bolchevique impediu a concretização do plano naquele

momento. Em abril de 1918, Brown deixou finalmente Manila e seguiu para a França como um dos diretores atléticos da YMCA. Essa ida para a Europa foi a responsável por projetar sua imagem de dirigente esportivo no panorama internacional e possibilitou o estreitamento das relações com o Comitê Olímpico Internacional. (BUCHANAN, 1998).

Com o fim dos conflitos em 1919, Brown apresentou ao General Pershing a proposta de realização de um evento que envolveria todas as Forças Armadas aliadas durante o conflito para a celebração da vitória por meio de competições esportivas. (BUCHANAN, 1998).

A ideia de realização do evento surgiu, segundo seu relatório oficial, das experiências realizadas anos antes por Elwood Brown nas Filipinas, onde foram divulgadas as práticas de beisebol e voleibol entre os nativos. As conversações sobre a organização do evento iniciaram-se em 1918, quando Brown estabeleceu contato com o Coronel Bruce Palmer por carta datada do dia 15 de outubro daquele ano para tratar sobre como seriam organizadas as ações para o período de desmobilização militar. As preocupações principais eram com relação aos aspectos morais, como é possível verificar no trecho a seguir:

De: Elwood S. Brown, do Departamento Atlético, YMCA, Paris.

Para: Coronel Bruce Palmer.

ASSUNTO: Programa Atlético para o período de desmobilização.

Condições.

Paz, se for estabelecida amanhã ou muitos meses a partir de agora, deve nos encontrar num estado de preparação contra o inevitável período de relaxamento que deve ser estabelecido quando as hostilidades cessarem. Este período vai trazer um perigoso aumento das tentações morais, será um tempo de espera ansiosa para o dia de partida para a América e exigirá atividades corporais muito construtivas e interessantes se os perigos da expressão física desordenada devem ser evitados.¹⁸³

A carta seguiu apontando as sugestões de atividades de Brown para os soldados dos EUA. A lista envolvia jogos de massa para todos os homens com possibilidade (“Jogos Atléticos para todos”); campeonatos oficiais da Força Expedicionária Americana para uma ampla variedade de esportes competitivos; manifestações esportivas em diferentes regiões para apresentar o melhor do esporte e da masculinidade física dos EUA aos militares aliados e concursos atléticos abertos aos soldados dos exércitos aliados, fechando com uma grande “Olimpíada Militar”. Logo após essas primeiras sugestões, Brown seguiu detalhando o programa atlético que tinha em mente para o período de desmobilização. Reforçava a necessidade de atividades recreativas para os homens, o estabelecimento de comissões de oficiais para conduzir os eventos esportivos militares, assim como a preparação de manuais de instrução para disseminar os ideais e programas de treinamento.¹⁸⁴

¹⁸³ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 17.

¹⁸⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 17-18.

O envolvimento da YMCA nessas atividades seria trazendo especialistas em eventos esportivos desse porte, introduzindo grandes grupos de homens nas várias competições e fornecendo os trajes necessários para as competições atléticas. A associação também ficaria com a atribuição de buscar um estádio adequado, seria responsável pelos detalhes técnicos gerais e pelo fornecimento de prêmios simbólicos e artísticos. Já as FA dos EUA teriam como atribuições criar um comitê com autoridade para tratar com os oficiais franceses e autoridades locais sobre o uso de prédios ou campos; solicitar permissão para paradas ou outros itens requeridos pela organização; efetivar o treinamento dos homens que competiriam pelos EUA; estabelecer convites formais às Forças Armadas para a participação nos eventos e a formação de um comitê geral para trabalhar em conjunto com o comitê da YMCA.¹⁸⁵

A organização de uma “Olimpíada Militar” reunindo os melhores atletas dos exércitos seria, sem dúvida, um grande “cimento” nos laços de amizade entre os militares aliados por meio do esporte, segundo a visão de Elwood Brown. Para ele: “Esportes internacionais desse tipo sempre desenvolvem respeito mútuo e compreensão.”¹⁸⁶

Como no momento de envio da carta ao Coronel Palmer ainda não havia uma real possibilidade de assinatura do armistício, o documento foi arquivado para futuras utilizações. Assim que a guerra foi oficialmente encerrada, as conversações sobre a organização dos eventos esportivos foram retomadas. Por meio do envio da carta datada de 27 de novembro de 1918, comunicou-se que a YMCA estava pronta para “assumir a responsabilidade em promover, dirigir e financiar um dos itens sugeridos, que foi um grande conjunto de competições atléticas competitivas interaliadas que poderia ser chamado de ‘Olimpíadas Militares’”.¹⁸⁷ O documento sugeria que os convites fossem formalmente realizados pelo comandante-em-chefe da Força Expedicionária Americana aos comandantes-em-chefe dos exércitos aliados. Sobre a organização e os objetivos a serem alcançados com a realização do evento, a carta apontava que:

¹⁸⁵ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 19-20.

¹⁸⁶ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 20.

¹⁸⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 23.

- b. Na medida em que a FEA estaria preparada para ser responsável pela YMCA para a promoção, direção e financiamento do projeto, não impondo nenhuma obrigação financeira aos outros exércitos aliados a não ser os envolvidos no envio de seus atletas, é perfeitamente lógico para a FEA tomar a iniciativa em estender o convite.
- c. Esses jogos seriam inestimáveis para ainda estreitar o entendimento mútuo e a amizade entre os soldados dos exércitos aliados. Informações em mãos indicam que esses jogos seriam bem acolhidos por muitos oficiais ingleses, franceses, australianos e canadenses responsáveis pelo treinamento físico.
- d. Esses jogos poderiam focar os interesses do mundo atlético em ambos, Europa e América; poderia dar uma impressionante ilustração do lugar das atividades atléticas no treinamento militar dos exércitos aliados e poderia absorver o interesse de grande número de tropas durante o período um pouco inquieto esperando seu retorno para casa.¹⁸⁸

Conforme foi possível perceber no documento transcrito acima, as questões relacionadas à estrutura dos jogos e ao seu financiamento ficariam a cargo da FEA e da YMCA, não onerando as FA aliadas a serem convidadas para a participação no evento. Era, portanto, um evento dos Estados Unidos realizado em território francês. Além disso, outro ponto destacado no documento era a visibilidade que um evento desse porte traria para a Europa e “América”, em referência não ao continente como um todo mas aos Estados Unidos especificamente. Esse ponto é importante uma vez que os Jogos Interaliados foram, posteriormente, divulgados na imprensa francesa como um grande exemplo de força e de poder dos estadunidenses em relação aos demais militares envolvidos nos Jogos. Suas formas de treinamento e preparação foram apresentados como as mais eficazes do mundo e passaram a ser defendidos pelos franceses como o modelo a ser adotado caso a França almejasse ser de fato uma potência esportiva. O esporte foi, portanto, um instrumento de política cultural externa dos EUA e de divulgação do *american way of life*, como já realizado em outras ocasiões ao longo das campanhas militares na América Latina e na Ásia desde fins do século XIX. (GEMS, 2001; 2006). O conceito de “política cultural externa” adotado neste estudo é o definido por Hugo Suppo e Mônica Lessa como:

[...] um conjunto de ações planejado para amparar e/ou fomentar os laços entre as nações. Ela contribui com a difusão e venda dos produtos culturais – da língua nacional ao produto de luxo; do produto cultural por excelência, o livro, às obras artísticas alçadas a patrimônio cultural nacional de exportação (teatro, ópera, dança, música, artes plásticas, cinema). Visa também estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos universitários, difundir autores e ideias por meio de conferências, seminários ou cursos, e organizar comemorações internacionais [...] e eventos em caráter transnacional: exposições, feiras de livros, festivais de cinema e exposições itinerantes [...] (SUPPO; LESSA, 2007, p. 244-245).

¹⁸⁸ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 23.

No estudo citado, os autores não consideraram a prática esportiva entre os elementos culturais mobilizados politicamente pelos Estados. No entanto, em decorrência da importância alcançada pelo fenômeno no cenário mundial ao longo do século XX e por exemplos do uso político do esporte, considera-se aplicável o conceito de “política cultural externa” neste estudo. Ademais, se ao lado dos termos “teatro” e “dança”, por exemplo, constasse também “esporte” ou se na sequência de “exposições” e “festivais de cinema” fossem inseridos “campeonatos esportivos internacionais” e “Jogos Olímpicos”, as considerações dos autores em nada se mostrariam inadequadas.

As negociações para a organização dos Jogos foram estabelecidas entre a FEA e a YMCA por meio de correspondências oficiais entre as instituições já nos meses finais de 1918, como vimos até este ponto. Nesses documentos, foram debatidas as bases para a definição das atribuições de responsabilidades com relação aos eventos e também os programas e calendários de atividades. Foi estabelecido que de fato a participação das delegações seria efetivada por meio de convites diretos do comandante-em-chefe da FEA aos comandantes-em-chefe dos exércitos aliados. Do ponto de vista organizacional, seria estabelecido um comitê geral da FEA para os Jogos que atuaria em conjunto com os Diretores Atlético da YMCA. Esse comitê seria a entidade decisória e a autoridade final em todos os assuntos relativos ao evento. Para compor tal comissão, seriam ainda convidados dois delegados de cada exército participante para a formação de um Conselho Consultivo com função de apresentar as propostas ao Comitê organizador e dar toda a assistência geral possível visando ao sucesso das competições.¹⁸⁹ Sobre o financiamento e o local de provas, foi definido que:

Finanças

Como sugerido anteriormente, os vários exércitos devem esperar para assumir todas as despesas relacionadas com a formação, equipamento, transporte, habitação e racionamento de seus próprios atletas concorrentes; isto, acredita-se, cada exército prefere fazer. O custo de um local adequado para os Jogos, a necessidade de prêmios (exceto os troféus que podem ser doados), impressos, e todas as despesas diversas seriam garantidas pela Y.M.C.A. Espera-se que o Exército americano possa se juntar com a Associação no fornecimento dos serviços taquigráficos necessários, algumas ajudas de escritório e imprevistos.

Local.

O grande Estádio Colombes, perto de Paris, o local da Olimpíada de 1900, está disponível. É equipado com uma excelente pista de corrida, um número de campos de jogos adequado para beisebol, futebol e outros jogos, tem arquibancadas com lugares para mais de 20.000 pessoas, vestiários e outros acessórios. Alguns outros locais podem estar disponíveis, nomeadamente o campo de Longchamps. ¹⁹⁰

¹⁸⁹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 24-25.

¹⁹⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 25.

Uma problemática, no entanto, foi identificada quanto à liderança dos EUA na organização dos Jogos em Paris, conforme podemos verificar no trecho transcrito a seguir:

O comandante-em-chefe estava em forte simpatia com as propostas dos Jogos a partir do dia em que a ideia foi apresentada pela primeira vez. Mas ele foi confrontado com uma dificuldade. Se ele aceitar as sugestões da YMCA e convidar as nações aliadas a entrar com seus atletas militares nos Jogos como comandante-em-chefe de um exército americano na França, ele estaria na posição de uma pessoa que convida seus amigos a uma festa na casa de outro homem sem primeiro garantir que esse recebimento seria aceitável para o proprietário. Antes que qualquer um desses convites possa ser estendido, [...] tornou-se necessário verificar se tal procedimento seria aceitável para o exército francês e para o Governo [...]¹⁹¹

O documento ainda afirma que existiam poucas dúvidas quanto ao aceite e apoio do governo e das FA francesas, mas ainda assim foram estabelecidos contatos com entidades e autoridades sobre o caso. A YMCA entrou em contato com o *Comite Nationale d'Education Physique, Sportive et de l'Higiene Social* solicitando que verificasse com o Marechal Pétain seu parecer sobre a realização do evento. Em carta enviada ao militar, a entidade defendeu que via com bons olhos a proposta uma vez que auxiliaria na “difusão da prática saudável da educação e da higiene física, que é a base do seu programa para a regeneração da raça francesa”. Destacaram, ainda, que favoreceria o desenvolvimento de “irmandade pelo desporto” com os demais países e uma rivalidade saudável entre as unidades militares, com atividades que manteriam a forma física e seriam “uma excelente influência moral para os soldados, a quem a cessação das hostilidades transferiu de repente da vida intensa da batalha para o período de espera da desmobilização”.¹⁹² A entidade francesa ainda pontuou que seria vantajoso, já que todos os custos seriam cobertos pelos EUA e o estádio construído e utilizado durante os Jogos “ficaria sem custo à disposição da juventude francesa, como um testemunho permanente da amizade indelével unindo as duas democracias”.¹⁹³ Sobre essa questão, foi enviado ofício datado de 07 de janeiro do *Comite Nationale* ao Diretor do Departamento Atlético da YMCA informando o aceite por parte do governo francês e do comandante-em-chefe das tropas francesas, Marechal Pétain, para a organização do evento nos termos propostos pela YMCA e pela FEA.¹⁹⁴

¹⁹¹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 25-26.

¹⁹² The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 26.

¹⁹³ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 26.

¹⁹⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 29.

Todo o processo de organização e realização do evento foi documentado e publicado em forma de relatório, composto por 554 páginas, com informes detalhados sobre os Jogos Interaliados.¹⁹⁵ No documento, foram apresentadas as participações dos países aliados convidados nas provas e ações administrativas. O General Pershing, conforme os acordos, enviou convite às 29 nações, colônias e territórios integrantes das Forças Aliadas na Primeira Guerra para participação no evento.¹⁹⁶ O convite apresentava o seguinte teor:

Força Expedicionária Americana
Gabinete do Comandante-em-Chefe.
10 de janeiro de 1919.

Senhor :

Os oficiais e soldados da Força Expedicionária Americana, sendo profundamente gratos pelas relações esplêndidas que existem entre aqueles que têm suportado os braços em uma grande causa comum, e que, no presente caso, têm a felicidade de desenvolver sentimentos profundos de mútuo respeito e admiração, estão muito ansiosos para preservar e fortalecer essa relação em todos os sentidos possíveis.

Agora que as operações militares ativas cessaram, eles acreditam que nada poderia ser mais propício para este fim do que reunirem-se em competição amigável no domínio do desporto representantes dos Exércitos de cada uma das nações que têm por todo esse tempo lutado juntas.

Assim, eles decidiram organizar um Encontro Atlético Interaliado, a ser realizado no Estádio Colombes, Paris, durante o mês de maio ou junho de 1919, em que os oficiais e homens de todos esses exércitos serão elegíveis para tomar parte.

Como Comandante-em-Chefe da Força Expedicionária Americana, tenho a honra, portanto, de convidar, através de você como seu comandante-em-chefe, os oficiais e os homens dos exércitos na França para participarem nestes concursos e para expressar a sincera esperança de que muitos deles possam fazê-lo, de modo que os laços de espírito muito acalentado de camaradagem que surgiram a partir do esforço conjunto galante de nossas forças no campo de batalha possa assim ser ainda mais estreitamente cimentado.

Respeitosamente,
John J. Pershing.¹⁹⁷

Após o envio do convite, o General Pershing nomeou uma comissão organizadora dos Jogos que ficaria responsável por todas as decisões referentes ao mesmo. Essa comissão realizou sua primeira reunião oficial em 04 de fevereiro de 1919, apesar de terem sido promovidos encontros informais em momentos anteriores para discussões sobre o evento. A Comissão era formada pelo Coronel Wait C. Johnson, Tenente-Coronel David M. Goodrich e Tenente-Coronel T. C. Lonergan, representando o Exército dos EUA, e por Elwood S. Brown e W. A. Reynolds, representando o Departamento Atlético da YMCA. Associada à comissão organizadora, foi também formado um comitê consultivo composto por dois representantes de cada país participante no evento. Esse comitê teria atribuições de aconselhamento e

¹⁹⁵ O relatório está disponível em versão digitalizada no seguinte endereço: <https://archive.org/details/cu31924014114353>

¹⁹⁶ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 49.

¹⁹⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 48.

assistência no processo de organização do evento. Foram criadas comissões especializadas na parte de gestão do evento¹⁹⁸ e também para cada uma das modalidades disputadas^{199,200}

O Comitê dos Jogos Interaliados se reuniu em 19 de abril de 1919 na Avenida de Montaigne em Paris para a organização e divisão dos trabalhos sob a condução da Força Expedicionária Americana. Participaram da reunião os organizadores e os membros do comitê consultivo e foram estabelecidos os responsáveis por cada modalidade e setores das competições. Englobaram-se áreas técnicas (atribuições de prover espaços para os eventos, equipamentos e suprimentos; setor médico) e área geral (responsável por lazer e entretenimento; cerimônias e paradas; prêmios; imprensa e publicidade; distribuição de tíquetes).²⁰¹

Os critérios para participação no evento definiam que somente seriam elegíveis aqueles homens, integrantes das Forças Armadas Aliadas, que tivessem participado em qualquer momento da guerra entre 04 de agosto de 1914 e 11 de novembro de 1918. Não foi levada em consideração a discussão sobre esportistas amadores e profissionais.²⁰²

Segundo Thierry Terret (2006), a opção por limitar a participação nos Jogos somente aos militares que serviram em qualquer momento durante a guerra nas Forças Aliadas tinha como ponto principal evitar um embate ou o descontentamento por parte de Pierre de Coubertin e outras autoridades esportivas. Em carta enviada por Pierre de Coubertin a Elwood Brown em fevereiro de 1919, o Barão questionou sobre o uso do termo “Olympic” pela YMCA em seus eventos, sendo considerada uma atitude “rival” ao COI. Essa reação pode ser interpretada como uma tentativa de marcar a posição do Comitê em panorama internacional com o monopólio do uso do termo “olímpico”. A posição da associação, no entanto, foi de esclarecer que não havia qualquer intenção de confronto por espaço político no cenário esportivo naquele momento e que sua proposta era somente de disseminar os esportes pelo mundo. Passado o momento de tensão inicial, Coubertin visualizou na YMCA uma possível grande parceira para a divulgação do movimento olímpico nas diferentes regiões do planeta onde já possuía sedes. (MULLER; TUTTAS, 2000). Esse debate e preocupações com relação

¹⁹⁸ As comissões eram as seguintes: Comitê Geral dos Jogos, Escritório Executivo, Seção Técnica, Equipamentos e Suprimentos, Competições, Árbitros, Gestores de Áreas de Competição, Programas e Estatísticas, Campos, Área Médica, Seção de Ligação, Seção Geral, Recepção e Entretenimento, Cerimônias e Paradas, Prêmios, Imprensa e Publicidade, Histórica, Ingressos, Comitê Consultivo. (The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 64-73).

¹⁹⁹ As comissões eram as seguintes: Beisebol, Basquetebol, Boxe e Luta Livre, Esgrima, Golfe, Lançamento de Granada, Hipismo, Remo, Rúgbi, Futebol, Natação e Polo Aquático, Atletismo. (The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 65-66).

²⁰⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 61.

²⁰¹ WALDO, Richard H. The Games Committee – Inter-Allied Games.

²⁰² The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 47.

à reação do Barão de Coubertin também foram um aspecto presente no contexto de organização dos Jogos do Centenário no Rio de Janeiro, como será possível verificar ainda neste capítulo.

Das nações convidadas, 16 delegações de países compareceram, além de indivíduos provenientes da Polônia e da Grã-Bretanha, uma vez que as autoridades militares não teriam atendido formalmente aos convites para participação. As recusas vieram, em grande parte, de países da América Central, da Ásia e da África, possivelmente pela distância geográfica e pela pouca presença de soldados na Europa no período de realização dos Jogos. (TERRET, 2006).

Os seguintes países aceitaram formalmente a participação nos Jogos Inter Aliados: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, França, Grécia, Guatemala, Hedjaz, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Romênia, Sérvia e Tchecoslováquia.²⁰³ A China aceitou primeiramente, mas depois rejeitou. Em correspondência de 05 de maio de 1919, o chefe da delegação chinesa informou que infelizmente não seria possível enviar equipes para as competições, mas que o país estava doando três taças para servirem de premiação no evento: uma taça de ouro em nome do General Chin Yun Pen, Ministro da Guerra; uma taça de prata em nome de H.E. Lou Lseng Tsiang, chefe da delegação de paz chinesa e um vaso chinês em nome de H. E. Hoo Wei Teh, Ministro chinês para a França.²⁰⁴

No caso brasileiro, não foi claramente apresentado na resposta do General Napoleão Felipe Aché a possibilidade do envio de atletas para a participação nas competições. O General apenas colocou-se pessoalmente à disposição para auxiliar na realização dos Jogos. Como desdobramento desse ponto, é possível verificar ao longo do relatório que somente são mencionados integrantes das FA brasileiras em funções de administração e organização e não como esportistas nas competições. No que seria uma “seção de ligação”, é referenciada a participação do militar brasileiro Capitão George A. Gordon e no comitê consultivo dos Jogos, o Major Breant. É ainda mencionada a presença do General Aché durante o evento, tendo inclusive fotografia publicada no relatório ao lado do General Pilot (França).²⁰⁵ Sobre esse processo de aceite e recusa dos países, Thierry Terret afirmou o seguinte:

²⁰³ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 48.

²⁰⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 54.

²⁰⁵ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 50; 73; 79; 129.

Aqueles que responderam positivamente à carta de PERSHING podem ser divididos entre aqueles que, como Brasil, consideraram os Jogos Interaliados uma oportunidade para desenvolver para os homens o moral e força física que seriam necessárias no futuro e aqueles que, seguindo mais ou menos estritamente os termos do convite, viram a participação como uma continuação de suas relações de guerra amigáveis (Bélgica, França), por forma de comemoração (Austrália) ou prolongamento da sensação de vitória (Grécia). Também haviam todos aqueles, nomeadamente da Europa Oriental (Roménia, Tchecoslováquia), cuja existência política ainda era incerta e viram os jogos como uma oportunidade de dar à sua identidade alta visibilidade. (TERRET, 2006, p. 24).

Como afirma o pesquisador, o Brasil associou a participação no evento, mesmo que somente no processo de organização, a uma ideia de promoção de práticas que seriam eficazes no desenvolvimento moral e físico de seus militares. Esse discurso sobre os benefícios do esporte era recorrente nas Forças Armadas desde fins do século XIX, permanecendo e sendo intensificado no contexto pós-guerra em decorrência das observações das formas de treinamento e preparo das FA presentes no conflito.

Para esta pesquisa, além dos documentos oficiais publicados sobre os eventos, foram analisadas fontes da categoria impressa. Para debater as repercussões da realização dos Jogos Interaliados em cenário francês, foram selecionados dois periódicos especializados em esporte publicados entre 1918 e 1919 e disponíveis na *Bibliothèque Nationale de France*: o jornal “L’Auto”²⁰⁶ e a revista ilustrada “La Vie au Grand Air”²⁰⁷.

Todo o processo de organização e realização do evento foi amplamente noticiado nos dois periódicos. Inicialmente, foi nomeado pela imprensa de *L’Olympiade Pershing*, denotando a representatividade do comandante da Força Expedicionária Americana naquele panorama. O uso dessa nomenclatura, tanto para o evento como para o estádio que seria posteriormente construído para receber os jogos, pode ser compreendida como mais uma ação de política cultural externa dos EUA para reforçar sua imagem em panorama europeu naquele momento bastante conturbado, projetando sua presença frente às nações envolvidas no evento. Foi também identificada a nomenclatura “Olimpíadas Militares” antes da formalização do nome oficial de “Jogos Interaliados”.²⁰⁸

²⁰⁶ Principal jornal esportivo francês entre 1900 e 1944, foi fundado inicialmente com o nome de “L’Auto-Vélo (1900-1902)” tendo como editor Henri Desgrange. Apresentava como subtítulo: “L’Auto: Automobile, aéronautique, cyclisme-athlétisme-alpinisme-boxe-escrime-gymnastique-hippisme-poids et haltères-yachting”. Como englobava notícias de modalidades diversas, teve o nome posteriormente alterado para “L’Auto”. (VELOARCHIVE, 2016). Para esta pesquisa, foram analisadas as edições publicadas entre junho de 1918 e dezembro de 1919. O periódico foi consultado na sede da *Bibliothèque Nationale de France* no ano de 2014 durante o período de realização do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

²⁰⁷ Revista ilustrada trimestral de Paris especializada em esportes publicada no período entre 1898 e 1922. Foram analisadas todas as edições entre 1916 e 1919. Nos anos de 1916, 1917 e 1918, a publicação foi trimestral. A partir de março de 1919, passaram a ser publicadas edições mensais. O periódico foi consultado via Gallica, a base de dados de periódicos digitalizados da *Bibliothèque Nationale de France*. (GALLICA, 2016).

²⁰⁸ La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919.

Em abril de 1919, o jornal “L’Auto” publicou uma gravura de como seria o estádio Pershing acompanhado da seguinte legenda:

A França será dotada de um magnífico terreno de esportes graças à generosidade de nossos aliados, os americanos. Ao centro do estádio Pershing, que tem 229 metros de comprimento e largura de 152 metros, há um campo de grama para o futebol e os esportes atléticos. Esse terreno está cercado por diversas pistas de corrida, uma com 5 metros de largura, e por uma pista de ciclismo. À direita e atrás dessas pistas, diversos pórticos de cimento armado foram planejadas para os exercícios de combate. O estádio tem 21.150 lugares, sendo 5.400 cobertos, 2.275 de frente e 15.465 populares.²⁰⁹

Nas propostas iniciais, os Jogos deveriam ocorrer no mês de abril ou maio, mas só se realizaram de fato entre junho e julho de 1919 devido ao tempo necessário para o preparo de toda a estrutura do evento. Foi também considerada a possibilidade de utilizar o estádio Colombes, palco principal dos Jogos Olímpicos de 1900 em Paris, como sede. No entanto, foi decidido pela construção de um novo estádio para os Jogos Interaliados. O espaço de Colombes foi utilizado como campo de treinamento e realização de competições internas da FEA e somente para as partidas de rúgbi durante os Jogos Interaliados. A desistência pela utilização do antigo estádio e decisão pela construção de um novo espaço foi justificada pelos organizadores da seguinte forma:

Após a eclosão da guerra, em 1914, o terreno agora ocupado pelo estádio foi convertido em uma área de treinamento e sua superfície foi coberta com trincheiras e rolos de arame que tiveram de ser removidos, quando o trabalho de construir um campo de atletismo foi iniciado em fevereiro de 1919.

[...]

Parece estranhamente apropriado que um local tão intimamente associado com a história marcial da França fosse escolhido para o encontro atlético entre os soldados dos exércitos aliados, marcando de perto a maior guerra em que a França ou qualquer um dos países associados com ela nunca haviam se envolvido. Ele se tornou o local desta memorável celebração, no entanto, somente após uma consideração cuidadosa preliminar de outros lugares possíveis.

O primeiro lugar considerado foi o estádio de Colombes, cerca de quatro quilômetros a noroeste de Paris, onde os Jogos Olímpicos de 1900 foram realizados. Foi bem adaptado ao objeto proposto de muitas formas e a YMCA garantiu um contrato de arrendamento sobre ele com a finalidade de usá-lo tanto para as finais da FEA e para os Jogos Interaliados.

Logo se tornou evidente, no entanto, que não seria justo utilizar um campo para os eventos internacionais que era familiar somente aos americanos concorrentes. Colombes foi preservada, por conseguinte, apenas para as finais da FEA e um outro local, igualmente desconhecido para todos os competidores foi procurado. Não foi localizado nenhum lugar existente disponível e foi decidido que a única solução seria construir um anfiteatro inteiramente novo.²¹⁰

²⁰⁹ La Vie Au Grand Air, abril de 1919, p. 24-25.

²¹⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 110.

A questão posta, então, não era a efetiva capacidade de recebimento do evento, mas o respeito a um princípio de equidade esportiva para os atletas concorrentes. Todo o processo de construção do novo estádio foi acompanhado de perto pela imprensa francesa. Logo no início das obras, registrou-se uma problemática com relação aos trabalhadores, que entraram em greve quando a construção ainda estava sob responsabilidade dos franceses M. M. Buisson e Giffard. Para resolver a questão, a YMCA assumiu a função e substituiu os trabalhadores iniciais por 4.000 soldados americanos e 300 soldados franceses. O orçamento aprovado inicialmente para as obras era de 450.000 francos, valor que foi largamente ultrapassado com um custo previsto de 2 milhões de francos às vésperas da conclusão da construção.²¹¹ A extrapolação de orçamento é um aspecto que também se fez presente no processo de organização dos Jogos no Rio de Janeiro três anos depois, como será debatido mais adiante.

Os trabalhos seguiram sendo realizados dia e noite com três equipes se revezando de oito em oito horas. O estádio deveria estar completamente pronto no dia 22 de junho, dia de abertura do evento, e seu tempo total de construção levaria menos de 3 meses.²¹² A inauguração foi de fato realizada no dia 22 contando com a presença de autoridades civis e militares.²¹³ Aguardava-se a participação de cerca de 1.500 esportistas militares nos eventos²¹⁴ e a capacidade do estádio era de receber 27.500 pessoas que poderiam participar gratuitamente dos Jogos retirando ingressos em locais pré-definidos. Os militares tinham livre acesso caso estivessem fardados.²¹⁵

²¹¹ Une visite au Stade Pershing. L'Auto, 15 de junho de 1919, p. 3.

²¹² Les Jeux Interalliés. L'Auto, 13 de junho de 1919, p. 3.

²¹³ L'Amérique offre aujourd'hui à la France le Stade Pershing. L'Auto, 22 de junho de 1919, p. 1.

²¹⁴ Les Jeux Interalliés. L'Auto, 19 de junho de 1919, p. 3.

²¹⁵ Une visite au Stade Pershing. L'Auto, 15 de junho de 1919, p. 3.

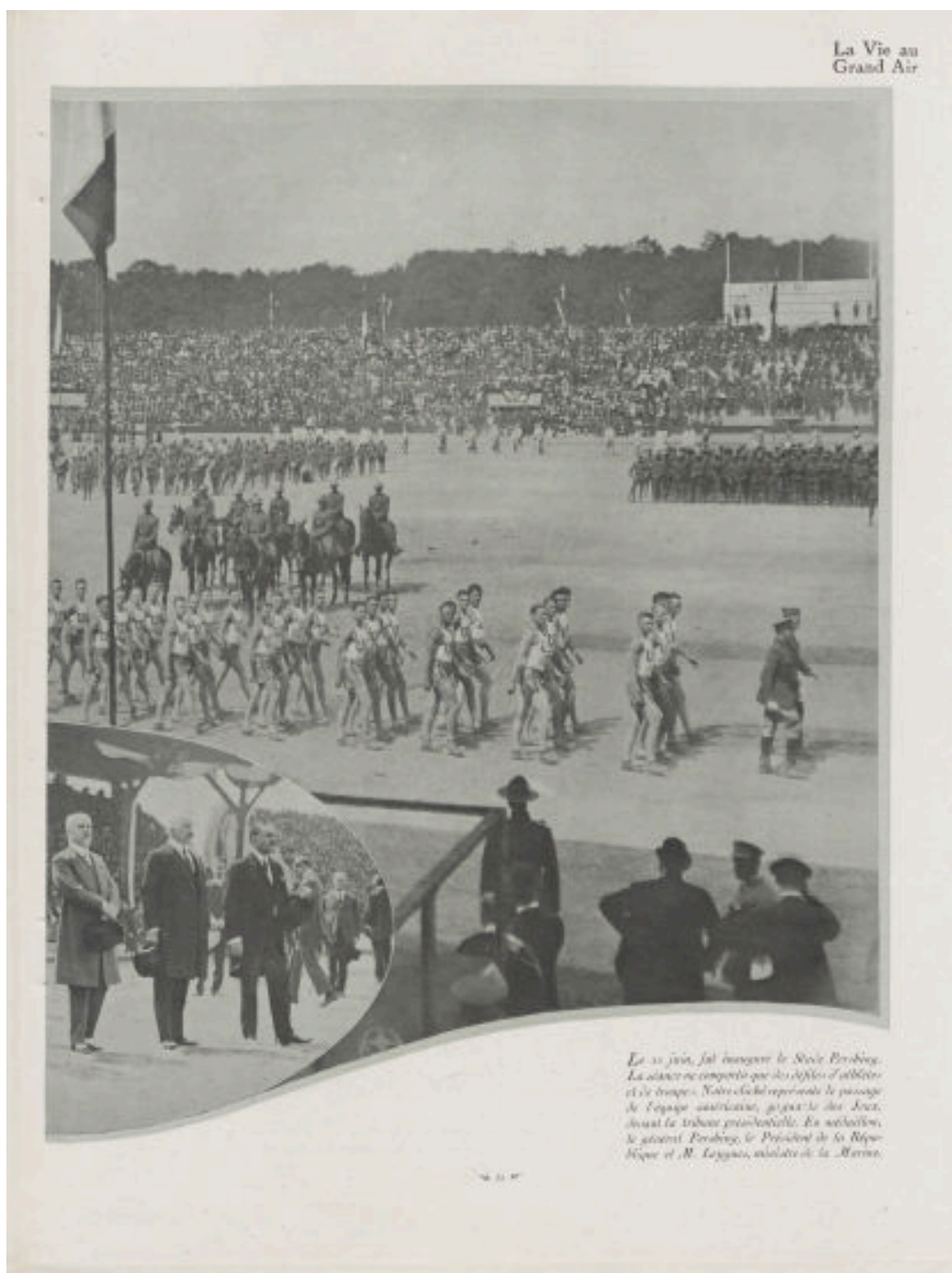


Ilustração 2. Imagem publicada na revista “La vie Au Grand Air” em 15 de julho de 1919. Na imagem, no canto inferior direito, é possível ver o seguinte texto: “Em 22 de junho, foi inaugurado o Estádio Pershing. A sessão inclui apenas os desfiles dos atletas e tropas. Nossa foto representa a passagem da equipe americana, ganhadora dos Jogos, em frente à tribuna presidencial. No medalhão, o General Pershing, o Presidente da República e M. Leygues, Ministro da Marinha”.²¹⁶

²¹⁶ La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919, p. 35.

Houve certa preocupação com o processo de escolha das modalidades a serem disputadas. No relatório sobre os Jogos, registrou-se que, sendo uma competição promovida pela FEA, seria sua prerrogativa, segundo os costumes estadunidenses, selecionar o programa para o evento. No entanto, havia o pensamento de que, por haver um conjunto de esportes muito bem conhecidos nos Estados Unidos e talvez não tanto em outros países, pudesse ocorrer certa injustiça. Novamente, verifica-se a preocupação com a questão do princípio da igualdade de condições. Levando esse aspecto em consideração, iniciaram-se as discussões sobre o programa para o evento. Chegou-se a levantar o ponto de que, se este era o primeiro encontro esportivo exclusivamente para militares, seria interessante organizar um programa somente com “esportes militares”. Sobre essa colocação, considerou-se o seguinte:

Mas o que são os esportes militares? Todo esporte conhecido pode ser facilmente rastreado de volta a um tempo em que era um exercício em que um guerreiro deveria primar e a excelência na maioria deles é tão útil a um soldado na guerra moderna como foi em qualquer momento no passado. Parecia não haver maneira de fazer do torneio um torneio militar distintamente.²¹⁷

A compreensão, naquele momento, era de que todo esporte poderia ser benéfico para o desenvolvimento de habilidades militares, logo todos poderiam ser “esportes militares”. Posteriormente, Forças Armadas em diferentes partes do mundo foram responsáveis por criar modalidades específicas que envolvem técnicas exclusivas dos exércitos, marinhas e forças aéreas como pentatlo naval, pentatlo militar e pentatlo aeronáutico. Já nos Jogos de 1919, foi inserida no quadro de modalidades a competição de lançamento de granada, prática exclusivamente militar. Esse “evento esportivo mais jovem”, como foi categorizado pelos organizadores, garantiu seu espaço no programa, segundo os autores do relatório, pela grande importância atribuída pelos militares às granadas de mão no desenrolar da Primeira Guerra. Sobre esse ponto, argumentaram que:

Quando o lançamento de granada de mão começou a desempenhar um importante papel na Grande Guerra, as bombas eram arremessadas normalmente a partir dos limites estreitos de uma trincheira profunda. A forma ideal para tal lançamento foi pensada para ser um longo movimento de braço varrendo, com o cotovelo quase rígido, tanto para proteger o braço como para evitar o perigo de a granada não sair da trincheira. Quando os Estados Unidos entraram na guerra, os soldados americanos foram ensinados a jogar a granada desta forma, mas eles tinham suas próprias fortes opiniões sobre a matéria e, eventualmente, provaram que eles poderiam jogar com precisão de longa distância das profundezas de uma trincheira com o movimento do braço tão comumente associado com o beisebol.

Tendo em conta esta controvérsia por parte dos soldados americanos, as regras que regiam o evento de lançamento de granada de mão permitiam a utilização do braço e qualquer forma preferida pelo concorrente. A granada utilizada foi a francesa F-1, pesando 600 grs. carregada. Os concorrentes foram autorizados a correr para a linha

²¹⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 77.

de lançamento se eles preferissem. O arremesso foi feito a partir do campo e a granada não foi lançada sobre qualquer obstáculo.²¹⁸

Diante desses enunciados, pode-se afirmar que a competição de lançamento de granada nos Jogos Interaliados de 1919 seria a primeira prova de esporte exclusivamente militar registrada.

As intenções de organização do evento não eram de somente efetivar provas de habilidades físicas mas sim como um instrumento de divulgação universal dos benefícios do esporte.²¹⁹

Entre 22 de junho e 06 de julho, os Jogos Interaliados foram oficialmente realizados em Paris. O Estádio Pershing recebeu as cerimônias de abertura e de encerramento, exhibições especiais e as provas de diversas modalidades, havendo ainda outros locais de prova, como o estádio de Colombes recebendo o rúgbi e a Lagoa de Saint James com as provas de natação e polo aquático.²²⁰

No programa, foram reunidas modalidades tradicionalmente praticadas nos Jogos Olímpicos e, por isso, já conhecidas em países de diferentes partes do mundo, modalidades de exibição e novas, como a já mencionada “lançamento de granada”.²²¹ Sobre a seleção das modalidades, o relatório da comissão organizadora ainda afirma que:

Das vinte e seis formas de desporto originalmente concebidas para preencher a maior parte do programa, foi necessário abandonar duas. Cricket, incluído como uma cortesia pela expectativa de entrada dos ingleses, foi descartado quando os três domínios decidiram não inscrever equipes uns contra os outros; e por uma razão semelhante o futebol intercolegial americano não conseguiu tomar o seu lugar com o futebol e o rúgbi.²²²

²¹⁸ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 83.

²¹⁹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 155.

²²⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, Program June 22 - July 6, 1919.

²²¹ Provas realizadas no Estádio Pershing: Atletismo (provas de pista e campo), Basquete, Beisebol, Boxe, Cabo de Guerra, Cross Country, Esgrima, Futebol, Lançamento de granada, Luta, Maratona modificada e Pentatlo. Ainda no interior do estádio Pershing, foram realizados alguns eventos categorizados como “especiais”: exibição de hipismo árabe, jogos de massa, revista do Regimento de Infantaria Americano, fogos de artifício, exibição de ginástica pelos iugoslavos e exibição de pelota pelos belgas. Algumas modalidades foram realizadas fora do estádio, mas sem especificação do local nos relatórios. Foram elas: Concurso Hípico Militar, Competição de Hipismo individual e Tênis. Além dessas, outras provas esportivas tomaram lugar em espaços distintos: Rúgbi (Colombes), Natação e Pólo Aquático (Lagoa de Saint James – Bois de Boulogne), Golfe (La Boulie) e Rifle e Pistola (Le Mans). As competições de Remo e Golfe tiveram calendário expandido para além do dia 06 de julho, encerramento oficial do evento.

²²² The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 176b-176c.

Os objetivos de muitos países ao inscrever seus competidores, segundo os relatores, era de divulgar determinadas modalidades entre seus militares e sua população posteriormente. Por exemplo, países onde nunca se havia jogado uma partida sequer de basquetebol se inscreveram para disputar contra os Estados Unidos, inventor da prática e, portanto, especialista na mesma.²²³ O relatório dos Jogos apresenta, entre as páginas 84 e 105, os métodos e processos de seleção das equipes representativas empreendidos por cada uma das forças armadas convidadas para os eventos.²²⁴

Nesse processo de preparação das equipes para participação nas competições, outro ponto precisou ser considerado: o efeito da guerra sobre os militares. O relatório, analisando esse aspecto, pontuou que:

Os efeitos da guerra e seus quatro anos de tragédia foram manifestados quando a lista de atletas de cada país foi estudada nos dias em que as equipes estavam sendo formadas. Acompanhando os nomes de dezenas de artistas brilhantes no mundo anterior, apareciam as palavras “Killed in action” [morto em ação] ou “Died for Country” [morreu pelo país]. Onde a resposta “aqui” vinha para a chamada, demasiadas vezes foi seguida pela descoberta de cicatrizes de batalha que tinham feito da ex-estrela apenas um espectador neste e nos próximos grandes eventos. E, finalmente, mesmo para aqueles em última instância selecionados para as equipes, descobriu-se que os anos passados em trincheiras e nos acampamentos tinham minado sua força e seus músculos rígidos, que anteriormente responderiam eletricamente às exigências de competições extenuantes.²²⁵

Muitos países enfrentaram dificuldades para a composição de suas equipes, até mesmo os Estados Unidos, que sofreram perdas menores em comparação às demais nações aliadas como França e Grã-Bretanha. Países como Sérvia, envolvida em quase uma década de conflito nos Bálcãs e em sequência a participação na guerra, e a Tchecoslováquia se viram diante de uma tarefa praticamente impossível no momento de selecionar homens para representação no evento.²²⁶ Os efeitos da guerra, portanto, não foram sentidos somente nas destruições de território ou perdas de vidas. O impacto no esporte foi fortemente sentido não somente no evento em si mas também na vida esportiva dos países de uma maneira geral. Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha registraram expressivo número de esportistas integrando as Forças Armadas durante a guerra e, ao final da mesma, as baixas entre os atletas (por morte ou debilidade permanente) foram impactantes no sistema esportivo nacional de cada país. (TERRET; MANGAN, 2012; WAKEFIELD, 1997; WAQUET, 2010).

²²³ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 82-83.

²²⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 84-105.

²²⁵ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 84.

²²⁶ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 84.

Nas descrições detalhadas dos eventos, não há menção sobre competições distintas para praças e oficiais. Nas listagens de resultados, é possível verificar a participação de diferentes círculos hierárquicos nas provas, reforçando os princípios estadunidenses com relação à não separação sistemática entre praças e oficiais já discutidos no Capítulo 2 desta tese.

A Grã-Bretanha não enviou uma delegação formal ao evento e sua ausência foi justificada pelo pouco tempo para preparação e pelo grande desequilíbrio esportivo em que se encontrava, por conta da participação de muitos de seus esportistas no *front* de batalha. No entanto, Terret (2003) levanta uma hipótese que aponta para divergências de ponto de vista com relação aos benefícios das competições esportivas por parte das YMCA britânica e estadunidenses. Enquanto os britânicos não viam como foco de suas ações a questão do esporte e dos divertimentos, as YMCA's dos EUA promoviam com grande força, desde o século XIX, a prática de esporte e a construção de ginásios, associando a entidade ao desenvolvimento físico desde os anos iniciais de atuação na América. (BAKER, 1994). Sobre esse aspecto, o relatório sobre o evento justificou da seguinte forma:

Lamentou-se universalmente que a Grã-Bretanha tenha decidido enviar apenas tripulações de remo e uma equipe de golfe [...] [Sendo] antepassado do mundo do esporte, o inglês é um concorrente bem-vindo e cujas chances de vencer devem ser minuciosamente calculadas por seus adversários. O velho inglês, no entanto, se ausente quanto ao corpo, estava presente no espírito e, de fato, no sangue, já que Austrália, Canadá e Nova Zelândia desempenharam uma importante participação nas competições.²²⁷

Muitas das equipes utilizaram as acomodações, alimentação e equipamentos estadunidenses no processo de treinamento e participação no evento. Alguns países, como Tchecoslováquia e Romênia estavam enfrentando problemas internos de manutenção e sofrendo com a escassez de alimentos para a população e também questões de reorganização no processo de desmobilização de suas FA.²²⁸ No entanto, apesar destes e outros problemas apontados pelos organizadores, como a necessidade de manutenção de soldados e oficiais nas atividades militares no processo de desmobilização, o engajamento das nações nos Jogos foi significativo.²²⁹

²²⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 176a-176b.

²²⁸ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 126.

²²⁹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 59-60.



Group of Inter-Allied athletes, Stadium.

Ilustração 3. Atletas dos Jogos Interaliados.²³⁰

Na edição de 07 de julho de 1919, o jornal “L’Auto” publicou a matéria “Le Stade Pershing aux Français – la journée de clôture” informando sobre a cerimônia de encerramento dos Jogos. Foi realizada a entrega de prêmios aos vencedores das provas e, após, com a presença das tropas enfileiradas e sob um “silêncio religioso”, foram executados os hinos dos EUA e da França. O General Pershing e o General Sée se reuniram no centro da pista para o hasteamento da bandeira francesa. Com esse gesto, o estádio foi oficialmente entregue ao povo francês pelos estadunidenses. Os espectadores presentes saudaram com aplausos e gritos de “Viva a América” e “Viva a França”.²³¹ Ainda sobre a entrega do estádio e os “benefícios” deixados pelas FA dos EUA, o mesmo jornal publicou matéria em 15 de julho com o seguinte teor:

²³⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 141.

²³¹ Le Stade Pershing aux Français – la journée de clôture. L’Auto, 07 de julho de 1919, p. 3.

Os Americanos merecem o nosso reconhecimento, menos talvez por causa do valor material do presente do que pela excepcional contribuição para a popularização do desporto na França. O número de espectadores, que veio curioso para assistir como a um circo as exposições americanas, voltou para casa surpreso e encantado; eles voltaram; eles estão agora conquistados pela causa desportiva.

[...]

Na classificação geral de atletismo, EUA tirou o primeiro lugar: o seu total de pontos é igual a duas vezes a de todos os seus concorrentes juntos. Foi a França que se classificou atrás deles, e podemos dizer que nossos representantes não estão longe de ter fornecido o melhor resultado que poderia ser esperado deles.

[...]

Graças aos americanos, os organizadores dos Jogos Interaliados, foi feito na França este ano para o atletismo mais do que nós nunca tínhamos feito; uma multidão de atletas e neófitos está interessada; o caminho está agora mapeado; precisamos perseverar e para isso os Jogos Olímpicos de 1920 são uma oportunidade de afirmação mais clara do valor do desporto e músculo francês.²³²

As Forças Armadas dos EUA foram as grandes vencedoras dos torneios esportivos. Os processos constantes de treinamento especializado, a prática de diferentes esportes e a disciplina dos militares foram os pontos apresentados pela imprensa como grandes responsáveis pelo sucesso alcançado nos eventos esportivos. Diversos artigos publicados na imprensa francesa ao longo dos anos de 1918 e 1919 defendiam que a França adotasse os modelos de treinamento dos militares dos Estados Unidos como forma de melhoria de seus resultados esportivos. Os EUA tornaram-se, definitivamente, a potência a ser batida após a finalização do evento.^{233, 234}

Os prêmios e troféus foram doados por grandes personalidades, como o presidente Wilson, presidente Poincaré, o rei Alberto da Bélgica, Marechal Pétain, M. Clemenceau, Ministro da Guerra da Itália e Ministro da Guerra da China.²³⁵ Além dos troféus e das medalhas, os vencedores das provas individuais e equipes receberam também um diploma assinado pelo General Pershing e pelo Coronel Wait C. Johnson, presidente do Comitê dos Jogos.²³⁶

O evento, sob a ótica de seus organizadores, foi um sucesso no objetivo de conagraçamento das nações envolvidas na guerra por meio do esporte:

O espírito com que os Jogos Interaliados foram realizados refletiu o crédito no momento desportivo das nações envolvidas. Não somente se ele demonstrar como de todo o coração as nações que tinham se esforçado ombro a ombro no campo de batalha poderiam transformar em rivalidade amigável no estádio, mas mostrou o espírito indomável sobrevivendo mais de quatro anos de guerra, que tinham drenado o sangue vital de quase cada nação envolvida.

²³² GLARNER, Andre. Les raisons du triomphe américain. La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919, p. 13-17.

²³³ MORTANE, Jacques. La leçon des jeux interalliés. La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919, p. 10.

²³⁴ MEREDITH, Ted; LENNON, Thomas F. Entraînement et spécialisation. La Vie Au Grand Air, setembro de 1918, p. 14.

²³⁵ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 144.

²³⁶ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 151.

[...]

Os Jogos Interaliados eram únicos, pois é dificilmente concebível que será realizada uma competição desportiva com o idêntico requisito de elegibilidade que todo homem competindo deveria ter ganho o direito de usar as cores de seu país no estádio por ter primeiro as sustentado em seu serviço como um soldado. Não houve conversa sobre amadores ou profissionais; sem regatear o status dos concorrentes.

²³⁷

Segundo o jornal “L’Auto”, as “Olimpíadas Pershing” tiveram também um grande sucesso popular, sendo considerada a maior manifestação esportiva já vista na França. Durante 15 dias, centenas de milhares de espectadores acompanharam e se emocionaram com os eventos esportivos. Os Jogos teriam rendido um grande favor ao esporte francês. Os milhares de espectadores, que antes ignoravam o atletismo, por exemplo, passaram a conhecer a prática por meio das competições. O jornal também ressalta as contribuições dos atletas dos EUA por conta dos seus compromissos com o treinamento e os resultados alcançados, sendo considerado um importante aprendizado para os franceses.²³⁸

Corroborando a afirmativa do jornal, o relatório do comitê organizador afirma que:

[...] o interesse durante as duas semanas no Estádio Pershing e outros locais onde os esportes interaliados foram realizados, foi centrado, como é sempre o caso, nas próprias multidões. É um fator psicológico de imensa importância no mundo dos esportes que os espectadores constituem por si mesmos uma grande parte do espetáculo. Em vista do fato de que a admissão foi inteiramente livre para todas as competições, a presença real nos Jogos não poderia ser com precisão verificada. Apenas estimativas poderiam ser feitas, mas a média diária de 20.000 pessoas no Estádio Pershing foi de fácil manutenção para os quinze dias desde a abertura até o encerramento. Entre 300.000 e 320.000 pessoas assistiram às competições no estádio. Como havia vários outros lugares onde os eventos foram encenados, talvez seja uma estimativa muito conservadora para dizer que os Jogos Interaliados levaram para uma galeria de meio milhão pessoas.²³⁹

Além dos benefícios esportivos de uma maneira geral, um aspecto técnico chamou a atenção dos organizadores do evento: a ausência de registro de recordes mundiais. Como justificativa, apontaram a estrutura física criada especialmente para os Jogos, que apresentava uma pista de concreto “[...] bastante rápida, mas não excepcionalmente, e os campos de jogo, feitos de areia, tornaram difícil a velocidade nas competições. Era impossível fornecer um terreno ideal no curto espaço de tempo necessário empregado em erigir o Estádio”.²⁴⁰

²³⁷ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 176a-176b.

²³⁸ Après les Jeux Interalliés – quelques enseignements. L’Auto. 13 de julho de 1919, p. 3.

²³⁹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 176e.

²⁴⁰ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 176c.

Os Jogos Interaliados foram considerados pelos organizadores como um evento sem precedentes nos anais do esporte mundial. O evento marcaria o fim da guerra e o “início, nesta festa única de amor de diversas raças e nacionalidades, da maior e mais esperançosa paz que o mundo ainda não conheceu”.²⁴¹

Para Thierry Terret, no entanto, os interesses estadunidenses na organização dos Jogos não podem ser interpretados somente pelo viés da celebração da paz e da amizade. O evento foi, na verdade, a última etapa de um plano de canalização das energias de milhões de soldados que ficaram inativos após o encerramento dos conflitos. A experiência ocorrida dois anos antes ao final dos conflitos com o México, quando foi relatada uma epidemia de doenças venéreas, foi utilizada como argumento para o reforço da oferta de atividades recreativas saudáveis ao final da Primeira Guerra. Ocupar o tempo livre dos soldados de forma controlada era um ponto fundamental. (TERRET, 2006).

Para a YMCA, os Jogos foram também um importante elemento de divulgação dos seus ideais de cristianismo muscular, das noções de masculinidade cristã com objetivos de reprodução e de sublimação dos desejos carnis. Os Jogos, exclusivamente masculinos, favoreceram modalidades ligadas ao desenvolvimento do caráter desejado de masculinidade, como boxe, rúgbi e tiro. O boxe, de acordo com Wakefield (1997), seria um grande teste para a excelência da masculinidade. Até as regras das práticas entraram em debate nesse aspecto. As normas inglesas para o boxe foram consideradas muito “afeminadas” e foram substituídas pelas regras estadunidenses. (TERRET, 2006). Sobre esse aspecto, Thierry Terret ainda lembra que:

[...] a definição dada de masculinidade não era universal; ao contrário, ela correspondeu ao ideal americano em um momento em que foi precisamente desafiado e entrou em conflito com outras definições que estavam simultaneamente presentes na Europa. (TERRET, 2006, p. 25).

A noção de masculinidade adotada pelos organizadores e promovida por meio de suas atividades era, definitivamente, a estadunidense.

Após o sucesso do evento, o Barão Pierre de Coubertin reconheceu os talentos de Elwood Brown para a organização e considerou seu valor para o movimento olímpico. Brown retornou aos EUA em 1919 e assumiu a seção de Educação Física do Departamento Estrangeiro da YMCA. No ano seguinte, 1920, atuou pela primeira vez como membro do COI viajando pela América do Sul para divulgação do movimento olímpico e para promover a ideia de realização de jogos olímpicos continentais. (BUCHANAN, 1998)

²⁴¹ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 11.

As ideias de Brown sobre o estabelecimento de jogos continentais, seguindo as experiências que já havia realizado no Oriente, receberam destaque na reunião do COI de 1920. Na sessão realizada na Antuérpia naquele ano, foi assinado um acordo de cooperação entre o COI e a YMCA para a disseminação do movimento olímpico por todos os continentes por meio dos jogos regionais. Para atuar em conjunto com Brown, foi designado o membro do COI Conde de Baillet-Latour. Os dois estiveram presentes no Brasil no processo de preparação e na realização dos Jogos de 1922. Nas sessões do COI dos anos de 1921 e 1922, Elwood Brown descreveu detalhes da organização dos eventos. Em 1924, o Conde de Baillet-Latour foi responsável por dirigir conferências sobre a organização dos Jogos do Extremo Oriente, dos Jogos Sul-Americanos e dos Jogos Centro-Americanos. Os Jogos de 1922 foram reconhecidos pelo COI como os primeiros Jogos Sul-americanos.²⁴²

Elwood Brown sofreu um ataque cardíaco após participar de um jogo de handebol e morreu devido às complicações em 24 de março de 1924, poucos meses antes dos Jogos Olímpicos de Paris. A maior parte de suas ideias e propostas ao movimento olímpico morreram com ele, segundo Thierry Terret (2006). O autor ainda afirma que:

No entanto, a análise das ações de Brown após os Jogos Interaliados de 1919 indica que estes jogos precisam ser entendidos dentro de um quadro que não é só militar, diplomático ou esportivo: na verdade, eles eram parte de um plano maior, complementar ao movimento Olímpico, com o objetivo de estimular e, simultaneamente, controlar o desenvolvimento de atividades físicas e seus valores em escala mundial. (TERRET, 2006, p. 29).

As experiências de Elwood Brown pessoalmente e da YMCA enquanto instituição de promoção esportiva na organização dos Jogos de 1919 foram de fundamental importância para a realização dos Jogos do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro.

O evento, como será debatido mais adiante, teve um forte caráter nacionalista e de reforço da imagem de país moderno que o Brasil tinha por meta projetar internacionalmente naquele momento. No ano de 1922, seria comemorado o centenário de sua independência política de Portugal. Inúmeras festividades foram planejadas para as comemorações e, entre elas, foram realizados os “Jogos Olímpicos Latino-Americanos” ou “Jogos Atlético Sul-Americanos” ou “Jogos do Centenário” (as três nomenclaturas foram utilizadas para designar o evento). O esporte-espetáculo, mais uma vez, se fez presente como elemento de celebração, tal como no caso de 1919.

²⁴² Creation and development of regional games in Central and Latin America. Reference: CH IOC-AH H-FC03-AMLATINE Dates: 1922-1928. International Olympic Committee.

O início da década de 1920 foi para o Brasil, conforme aponta Marly Motta (1992), um período de grande fertilidade para a realização de análises sobre seus 100 anos como país independente. Essas observações identificaram que, apesar de já ter um largo território constituído, o Brasil não era ainda de fato uma nação. Nesse sentido, a autora afirma que “[...] frente ao desafio do momento histórico - a comemoração do Centenário da Independência - formou-se a geração intelectual dos 20, comprometida com a tarefa de criar a nação, forjar a identidade nacional e construir o Brasil moderno.” (MOTTA, 1992, p. 18).

Corroborando as ideias de Motta, Hugo Moraes (2009) afirma que aquela década foi também marcada pela emergência de um movimento que defendia um processo de modernização para o país, mas com cores nacionais, afastando-se gradativamente do velho modernismo pautado no cosmopolitismo europeu:

Intelectuais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Vianna, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Prudente de Moraes, Villa-Lobos, dentre outros, seriam os responsáveis por pensarem um Brasil mais autêntico, resgatando e valorizando símbolos tipicamente nacionais, provocando uma revolução cultural principalmente nos grandes centros do país como, por exemplo, em São Paulo, com a Semana da Arte Moderna de 1922.

Todavia, o modernismo já havia conquistado campo muito antes que 1922, ano considerado por muitos pesquisadores como “[...] um evento fundador para toda uma geração ‘modernista’[...]”. Para Motta, “[...] o ideal cosmopolita da Belle Époque fora abalado na Primeira Guerra [...]” apesar de ainda possuir “[...] um grau elevado de sedução” em alguns países. (MORAES, 2009, p. 14).

Com toda essa movimentação interna, o Brasil, no início da década de 1920, buscava também por uma ampliação da abrangência de sua imagem internacional. E essa imagem deveria ser, obviamente, de um país rico, desenvolvido e moderno. Para isso, mobilizou os eventos de comemoração do centenário da independência (exposição internacional e jogos esportivos), dentre suas ações nesse sentido. João Malaia (2011) aponta que a realização desses eventos em um cenário crítico na política internacional do pós-guerra foi de grande importância para o reconhecimento da preponderância do Brasil na América do Sul. O autor parte da hipótese de que “[...] os eventos esportivos internacionais são poderosos instrumentos de alcance social e de projeção internacional [...]” e entende “[...] as competições esportivas internacionais como expressão das relações internacionais entre os países.” (MALAIA, 2011, p. 46).

A partir das análises dos pesquisadores supracitados, é possível perceber mais uma vez o esporte adquirindo traços de política cultural externa e ocupando um importante papel no processo de construção da imagem internacional das nações em análise nesta tese.

Na esfera da política internacional, o início da década de 1920 foi também marcante para o Brasil, especialmente após a formação da Liga das Nações onde o país conseguiu um assento temporário. Naquele momento, percebeu-se uma maior aproximação entre o Brasil e os EUA, ao menos no discurso. Destacava-se um alinhamento sobre os ideais de paz como a “tônica do comportamento mais geral dos dois países” (MALAIA, 2011, p. 64). Sobre esse aspecto, João Malaia aponta que:

Assim, o governo brasileiro estreitava seu alinhamento com o novo eixo de poder constituído no mundo pós-guerra, e deslocava a dependência da Europa (exceto algumas dependências econômicas com Londres) para os Estados Unidos, um dos pontos fundamentais das relações internacionais do país durante a Primeira República. (MALAIA, 2011, p. 64).

Essa alteração nas relações de dependência internacional do Brasil foi uma das grandes mudanças no contexto do pós-guerra, inclusive nos aspectos de influência militar. Até aquele momento, por exemplo, as tendências de formação e treinamento germânicas eram altamente difundidas no Exército Brasileiro. Em decorrência dos desdobramentos da guerra, a França passou a receber maior destaque nesse sentido e garantiu o envio de uma Missão Militar para atuar no EB em ações de reforma e modernização a partir de 1919, como já discutido no Capítulo 1 desta tese.

Nesse contexto de remodelação de potências políticas e militares no cenário internacional, o Brasil buscava também por sua fatia de representatividade. As celebrações por seu centenário de independência seriam um importante instrumento nesses “jogos de poder” como seu principal cartão de visitas, promovendo uma imagem moderna e desenvolvida do Brasil para o restante do mundo. Ao menos assim esperavam os organizadores dos eventos e o governo brasileiro. As reformas urbanas, as belas construções, as práticas esportivas: tudo era mobilizado como elementos modernos. O país buscava deixar de lado a imagem de atraso e priorizava a construção de uma imagem de nação forte em seu aniversário de 100 anos.

Para as comemorações, além dos eventos esportivos já citados, foi também organizada uma “Exposição Internacional do Centenário da Independência” com a presença de autoridades nacionais e internacionais e pavilhões monumentais para receber as 14 nações estrangeiras que aceitaram os convites. As exposições dessa natureza, naquele momento, eram espaços de grande circulação de pessoas e ideias, sendo muito comuns em todo o mundo no início do século XX. Para receber o evento, a cidade do Rio de Janeiro passou por diversas modificações urbanas, incluindo a construção da Avenida das Nações, que recebeu os pavilhões dos países convidados:

Bélgica, Holanda, Dinamarca, Argentina, Reino Unido, México, Japão, Suécia, Tchecoslováquia, Noruega, Itália, Portugal, Estados Unidos e França montaram seus pavilhões na nova avenida das Nações. O pavilhão francês, réplica do Petit Trianon, residência de campo de Maria Antonieta em Versalhes, foi posteriormente doado ao Brasil e hoje abriga a Academia Brasileira de Letras. O consulado dos Estados Unidos no Rio de Janeiro fica hoje onde fora construído o pavilhão norte-americano. (ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Sobre a Exposição, Marly Motta ainda afirma que:

Para cumprir o objetivo de “ser a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”, a Exposição Nacional se comporia de 25 seções representativas das principais atividades do país: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura e arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuários; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; ensino prático, instituições econômicas e trabalho manual da mulher; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e esportes. A seleção dos expositores seria feita por comissões julgadoras encarregadas de dar parecer sobre a escolha conveniente dos produtos expostos e avaliar a qualidade e a quantidade dos que deveriam ser admitidos na Exposição. Estavam ainda previstas atividades paralelas, como a exibição de filmes sobre assuntos que se relacionassem com a produção nacional e as riquezas naturais do país, e a realização de conferências sobre temas econômicos. (MOTTA, 1992, p. 67-68).

Como foi possível perceber na descrição da autora, a exposição era efetivamente de grande magnitude e ocupou intensamente a vida do Rio de Janeiro não somente durante sua realização mas desde o início das grandes mudanças urbanas para a construção de seus espaços. O país passava por problemas econômicos com um grande déficit público por conta de uma crise financeira e também pelo volume de gastos com os processos de reforma urbana e modernização da cidade do Rio de Janeiro. (DRUMOND, 2012). Esse ponto foi um grande obstáculo a ser transposto pelos organizadores da exposição e dos jogos esportivos, como será discutido logo adiante.

A Exposição Internacional estava prevista para ficar aberta ao público de setembro de 1922 a março de 1923, mas esse prazo foi ampliado até o mês de julho porque alguns dos palácios e pavilhões não ficaram prontos a tempo da inauguração. Não há um consenso sobre o número exato de visitantes, mas estima-se que mais de três milhões de pessoas teriam passado pelos espaços ao longo dos quase 10 meses em que esteve aberta. (ARQUIVO NACIONAL, 2016).

Trazendo o foco para as análises sobre os eventos esportivos, tema de maior interesse para este trabalho, as negociações em torno da realização dos Jogos do Centenário iniciaram-se com cerca de dois anos de antecedência, em 1920, antes mesmo da primeira participação do Brasil em Jogos Olímpicos, que ocorreria na edição daquele ano na Antuérpia.

Como já pontuado neste capítulo, o Comitê Olímpico Internacional, naquele momento, tinha como uma de suas metas a ampliação da abrangência do movimento olímpico por todas as regiões do mundo. Para auxiliar nesse processo de divulgação, a entidade fez um convênio com a YMCA e já como resultado dessa aproximação, foram organizados os Jogos de 1922 tendo como base estruturas definidas pelo COI.

Em maio de 1920, o jornal carioca “O Imparcial” publicou nota sobre a chegada ao Brasil de Elwood Brown, enviado extraordinário do COI e Diretor Atlético da YMCA, que seguia em viagem de divulgação do movimento olímpico pela América do Sul. Em sua passagem pelo Brasil, Brown realizaria visitas e teria reuniões com membros da Confederação Brasileira de Desportos e do Comitê Olímpico Nacional. Além desses compromissos, foi divulgada a realização de uma palestra, na sede da Associação Cristã de Moços (ACM), intitulada: “O que o Brasil poderá fazer nos jogos olímpicos?”²⁴³

Nessa visita, Brown tinha como objetivo a divulgação dos Jogos Olímpicos que se realizariam naquele ano na Bélgica e a ampliação das relações das entidades esportivas sul-americanas com o movimento olímpico. Além disso, observar também a possibilidade de criação de um comitê no continente para a organização dos “Jogos Atléticos Sul-Americanos”. Esse comitê deveria ser composto por um representante de cada país e teria como meta a realização de jogos continentais a cada dois anos. A proposta era de que o primeiro evento nesse formato fossem os Jogos que o Brasil estava idealizando para as comemorações do centenário em 1922.²⁴⁴ Às vésperas da participação do país nos Jogos da Antuérpia, a delegação brasileira recebeu a aprovação olímpica para a realização dos “Jogos Latino-Americanos de 1922”: “a comissão dos Jogos Olímpicos em reunião desta noite aprovou uma moção reconhecendo os Jogos Latino-americanos de 1922 como parte integrante do movimento olímpico... (Jornal do Brasil, 24 ago. 1920, p. 6)”. (NETO-WACKER; WACKER, 2010, p. 153).

Sobre a realização do evento, o jornal “O Imparcial” afirmou que:

O Sr. Brown, reconhecendo o direito do Brasil de ver o primeiro desses jogos ser realizado no Rio de Janeiro em 1922 por ocasião do Centenário da nossa independência, compromete-se a vir dirigir o mesmo no caráter de representante do Comitê Olímpico Internacional. [...] O programa dos jogos atléticos sul-americanos, embora obedecendo as condições dos Jogos Olímpicos, não terão absolutamente o caráter oficial de olimpíada. Esses jogos continentais efetuados de dois em dois anos, tomarão o caráter de preparatórios para as olimpíadas internacionais, levadas a efeito de quatro em quatro anos.²⁴⁵

²⁴³ O Imparcial, 12 de maio de 1920, p. 8.

²⁴⁴ O Imparcial, 26 de maio de 1920, p. 7.

²⁴⁵ O Imparcial, 26 de maio de 1920, p. 7.

Observa-se, mais uma vez, a preocupação do COI em manter uma separação entre os Jogos Olímpicos, evento de promoção exclusiva do Comitê, e os demais jogos realizados nos mesmos moldes ao redor do mundo. Havia a perspectiva de ampliação do movimento olímpico sim, mas com o respeito aos parâmetros e critérios estabelecidos pelo COI, inclusive com relação ao uso do termo “olímpico”.

Após as definições, então, no mês de fevereiro de 1921 iniciaram-se atividades efetivas de preparação do evento. A organização dos jogos esportivos ficaria sob responsabilidade da Confederação Brasileira de Desportos, conforme os termos publicados no Diário Oficial da União de 03 de março de 1921:

Ministério da Justiça e Negócios Interiores - Diretoria do Interior - 2ª. seção - Rio de Janeiro, 25 de fevereiro do 1921.

Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Desportos – Do programa oficial da comemoração do Centenário da Independência, consta a celebração dos jogos olímpicos nesta capital, devendo ser promovida a representação, nos mesmos, de todas as formas e de todos os núcleos principais do esporte nacional. Relativamente a esse número do programa, a Comissão Executiva em sessão de 21 de fevereiro corrente resolveu cometer a essa Confederação o encargo de organizar o plano e dirigir a realização dos jogos atléticos e esportivos devendo a respectiva diretoria agir em acordo com a dita Comissão e entender-se com esta sobre as providências que se tornarem necessárias para o bom êxito dos projetados festejos. Apresento-vos os meus protestos de alta estima e consideração. – Alfredo Pinto.²⁴⁶

Conforme os acordos estabelecidos, a CBD receberia do governo federal um crédito de 300 contos de réis, em duas parcelas, para custear o processo de organização dos jogos. (SARMENTO, 2006). Para a realização das provas das competições previstas, era necessária a preparação de um espaço apropriado, um estádio com padrões internacionais. Sobre essa necessidade, o jornal “O Imparcial” informou, em abril de 1921, que seria concedido um terreno na Praia Vermelha ao Clube de Regatas Flamengo para construção de um espaço esportivo completamente novo para o recebimento das competições do centenário.²⁴⁷ Dois meses depois, o mesmo periódico noticiou que, além do terreno, seria também concedido um empréstimo de mil contos de réis para as obras.²⁴⁸

Ainda no mês de março daquele ano, além da designação da CBD como responsável pela organização do evento, a Comissão Executiva notificou o Ministério da Marinha e o Ministério da Guerra sobre a realização dos “jogos olímpicos atléticos e esportivos de toda natureza, nos quais devem tomar parte os mais importantes núcleos do esporte nacional” e que, por sua grande relevância, teriam por certo que membros da Marinha e do Exército iriam

²⁴⁶ BRASIL. Diário Oficial da União de 03 de março de 1921, seção 1, p. 2.

²⁴⁷ O Imparcial, 06 de abril de 1921, p. 12.

²⁴⁸ O Imparcial, 30 de junho de 1921, p. 8.

“tomar parte em algumas das projetadas pugnas”, devendo informar à Comissão Executiva do Centenário todas as providências que fossem necessárias para tal participação.^{249, 250}

Também em março de 1921, o Ministério da Guerra foi comunicado sobre o evento e emitiu o Aviso nº. 177, direcionado ao Chefe do Departamento de Pessoal da Guerra comunicando que o Exército deveria participar nos jogos esportivos do Centenário nas modalidades esgrima, tiro, natação, corrida a pé, ginástica e equitação. Para a preparação dos representantes, estava nomeando uma Comissão com responsabilidade de “organizar os diferentes programas de treinamento dos jogos acima e, bem assim, das provas preparatórias a se realizarem este ano”. Esse grupo teria responsabilidade de congregar elementos de pessoal e materiais para a realização das atividades, verificar com ministério informações e providências necessárias e buscar entendimento com as confederações esportivas e o Clube Militar para realizar ações conjuntas em todos os esportes. Foram nomeados para integrar a comissão.²⁵¹

Diretor geral, coronel Antenor Santa Cruz Pereira de Abreu;
 Secretário geral, capitão Antonio da Silva Rocha;
 Primeira subcomissão – Esgrima
 Major Augusto Cesar Rodrigues e 1º. Tenente Oswaldo da Rocha
 Segunda subcomissão – Tiro
 Capitão João Freire Jucá e 1º. Tenente Dermeval Peixoto;
 Terceira subcomissão – Natação e corrida a pé
 Capitão Francisco Pereira da Silva Fonseca e 1º. Tenente Benjamin Constant Moutinho da Costa;
 Quarta subcomissão – Equitação
 Major Benedicto Olympio da Silveira, capitães de Mareuil, de Paul, Dieulouard e Euclides de Oliveira Figueiredo e 1º. Tenente veterinário Severo Barbosa;
 Quinta subcomissão – Ginástica
 Tenente-coronel Manoel Bourgard de Castro e Silva e 1º. Tenentes Antonio José Ozorio e Arnaldo Bittencourt.

A participação da Liga de *Sports* da Marinha foi definida em maio de 1921, por meio de um acordo entre o Chefe do Estado-Maior da Armada e o Ministro da Justiça, indicando que a LSM deveria resolver diretamente com a CBD as questões relacionadas à participação nas festividades esportivas do Centenário.²⁵² Ao longo do ano de 1921, tanto o EB quanto a MB realizaram competições e treinamentos preparatórios entre seus militares, como os

²⁴⁹ BRASIL. Diário Oficial da União de 03 de março de 1921, seção 1, p. 2.

²⁵⁰ BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de março de 1921, seção 1, p. 3.

²⁵¹ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1921, Anexo B, p. 30.

²⁵² “Sessão da Diretoria de 14 de maio de 1921”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II.

“trabalhos preparatórios para as festas hípcas do centenário”²⁵³, o “campeonato militar de natação e corridas a pé”²⁵⁴, o “torneio preparatório de tiro de guerra nacional”²⁵⁵.

Ao longo do ano de 1921, a imprensa carioca cobriu todo o processo de preparação do evento, e especificamente o jornal “O Imparcial” publicou diversas notícias sobre os “Jogos Atléticos Sul-Americanos de 1922”, destacando as formas de aquisição de materiais, as discussões sobre a construção dos novos espaços para realização das competições, ações realizadas pelos clubes esportivos em todo o país e seletivas para escolha dos representantes brasileiros no evento.²⁵⁶

No entanto, do ponto de vista dos observadores do COI e da YMCA, as ações efetivas para a organização estavam demorando mais do que eles esperavam. Por conta desse cenário, o COI enviou um representante ao Brasil para verificar a real viabilidade de realização dos Jogos em 1922. Após analisar a situação em que se encontrava o país, o Sr. Hopkins telegrafou à entidade informando ao Barão Pierre de Coubertin que o Brasil havia nada feito até aquele momento. Após o relato, foi dado um mês de prazo para que as ações de organização fossem efetivamente iniciadas ou o evento poderia ser transferido ou até mesmo cancelado. (TORRES, 2012). Segundo Hugo Moraes:

Destacada pelos jornais, a incapacidade do Brasil em realizar os jogos se justificava primeiramente pelo fato de que o país atravessava uma grave crise econômica provocada por uma “crise do café, uma inflação em alta e, especialmente, uma crise fiscal” iniciada “na segunda metade de 1920” ainda durante o governo de Epitácio Pessoa, chegando “ao auge em 1922”. Apesar desse cenário econômico, o governo federal já direcionava parte de suas verbas para a Exposição do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro. (MORAES, 2009, p. 27).

²⁵³ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1921, Anexo B, p. 79.

²⁵⁴ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1921, Anexo B, p. 125.

²⁵⁵ BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1921, Anexo B, p. 126.

²⁵⁶ O Imparcial, 30 de março de 1921, p. 9; O Imparcial, 31 de março de 1921, p. 9-11; O Imparcial, 06 de abril de 1921, p. 9, 12; O Imparcial, 07 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 09 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 12 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 15 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 20 de abril de 1921, p. 8; O Imparcial, 22 de abril de 1921, p. 8; O Imparcial, 23 de abril de 1921, p. 11; O Imparcial, 24 de abril de 1921, p. 10; O Imparcial, 26 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 27 de abril de 1921, p. 9; O Imparcial, 30 de abril de 1921, p. 7; O Imparcial, 01 de maio de 1921, p. 8; O Imparcial, 05 de maio de 1921, p. 9; O Imparcial, 07 de maio de 1921, p. 11; O Imparcial, 14 de maio de 1921, p. 9; O Imparcial, 20 de maio de 1921, p. 9; O Imparcial, 22 de maio de 1921, p. 11; O Imparcial, 02 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 03 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 06 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 11 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 13 de junho de 1921, p. 10; O Imparcial, 16 de junho de 1921, p. 10; O Imparcial, 17 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 18 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 25 de junho de 1921, p. 9; O Imparcial, 30 de junho de 1921, p. 8; O Imparcial, 05 de julho de 1921, p. 10; O Imparcial, 06 de julho de 1921, p. 9; O Imparcial, 08 de julho de 1921, p. 9; O Imparcial, 20 de julho de 1921, p. 9; O Imparcial, 11 de setembro de 1921, p. 8-9.

Além da problemática da crise financeira, um ponto em específico fez com que as ações não avançassem conforme os planejamentos iniciais. O empréstimo de 300 contos de réis feito pelo Governo Federal à CBD para cobrir as despesas do evento não estavam mais disponíveis no caixa da entidade, que estava sob administração de Macedo Soares (deputado federal e dono do jornal “O Imparcial”) no momento do empréstimo. No início de 1922, uma nova diretoria assumiu a Confederação e identificou a ausência do valor para dar seguimento aos procedimentos de organização dos Jogos. Segundo Moraes, o ônus da culpa acabou recaindo sobre o novo presidente, Oswaldo Gomes, e a sua diretoria que afirmaram não terem condições:

[...] de um lado restituir o dinheiro recebido pela que lhe antecedeu [...]” justificando que a gestão anterior já havia gasto todo o dinheiro, “[...] inclusive no desperdício dos 113:000\$000 furtados por Luiz Meirelles [...]”. No mesmo relato, o presidente da CBD também se isenta da culpa pela falta de planejamento para a organização dos Jogos Olímpicos afirmando ter encontrado “[...] a entidade brasileira completamente anarchizada [...]”. Em sua conclusão, ele desabafa não ser “[...] justo que queira o governo negar-lhe o auxílio [...]”. (MORAES, 2009, p. 28).

Essas polêmicas e problemas no processo de organização fizeram com que o COI considerasse a retirada do reconhecimento ao evento. Por intervenção de Elwood Brown, que via o fracasso desse projeto como um possível problema nas relações com o COI, o Comitê reconsiderou e decidiu dar mais tempo ao Brasil para que as questões fossem resolvidas. A YMCA no país acompanhou de perto todo o processo de organização e chegou a elaborar um plano de contingência que previa a realização dos Jogos Latino-Americanos em Montevídeu, Uruguai, em 1923, caso o Brasil não conseguisse cumprir os prazos. (TORRES, 2012).

Para a resolução dessa complexa situação, conforme aponta Moraes (2009), algumas sugestões foram apresentadas para que não se perdesse a oportunidade de realização do evento com chancela do COI. Levantou-se inicialmente a possibilidade de transferência do evento para a cidade de São Paulo. Como segunda opção, foi considerado entregar a organização nas mãos do Fluminense *Football Club*, que assumiria a responsabilidade de gerir as verbas públicas destinadas à organização dos Jogos. Como terceira opção, um empréstimo poderia ser contraído pela CBD no Banco do Brasil para ampliação das arquibancadas da Rua da Guanabara e modificações no campo do Flamengo a fim de receber as provas de atletismo e futebol. Sobre as propostas, Hugo Moraes ainda afirma que:

Por último, apesar das demais ações para se tentar levar o projeto do centenário adiante, a solução seria a união de todos os importantes “sportsmen” da cidade, que financiariam os jogos por uma doação feita à CBD, que a restituiria “[...] com a renda das bilheterias”, enquanto uma outra parte seria custeada pela prefeitura do Rio de Janeiro que ainda se responsabilizaria pela “[...] realização das provas de water-polo e natação na Quinta da Boa Vista, o que aliás, não nos parece possível, e as de remo, ou em Botafogo ou no Sacco de São Francisco[...]”. Além disso, pôde-se contar com o apoio do Exército para a realização de provas como o hipismo e de tiro.

Após uma longa série de acusações entre CBD e o governo federal, os jornais noticiavam o resultado das conversações que se seguiram durante todo o primeiro trimestre de 1922. O governo abriria um crédito de 1.3000:000\$ para serem aplicados nos jogos, transporte e hospedagem dos atletas, sendo essa quantia restituída com as rendas provenientes dos jogos e “[...] o saldo que porventura for apurado, pertencerá a Confederação, a qual também ficará de posse dos materiais adquiridos para a execução dos festejos sportivos”. O governo se responsabilizaria também pela impressão dos programas e regulamentos, e pela cunhagem das medalhas. Com as verbas, o projeto do Centenário foi posto em prática. (MORAES, 2009, p. 28-29).

Com o novo empréstimo contraído, finalmente a organização do evento seria iniciada. Para evitar novos problemas dessa natureza, os representantes da YMCA no país passaram a dialogar diretamente com o governo da cidade por considerar a nova direção da CBD inexperiente e desorganizada. O então prefeito do Rio de Janeiro, Carlos Sampaio, garantiu o apoio do governo federal e assegurou aos membros da YMCA e do COI que todos os esforços seriam empreendidos para que os Jogos fossem realizados com sucesso e também para garantir o reconhecimento do COI ao evento. Para isso, foi então designada uma nova comissão organizadora, sob presidência do Coronel do Exército Estellita Werner, e dando ao Fluminense maiores poderes na organização das competições. (TORRES, 2012).

A ideia de construção de um novo estádio foi então abandonada e optou-se pela realização de melhorias no estádio que já havia na cidade, o do Fluminense *Football Club*, que recebeu os jogos do Campeonato Sul-Americano de Futebol em 1919. (CANCELLE, 2014).

Nessas novas circunstâncias, as ligas esportivas militares foram acionadas a convite da CBD para auxiliar na organização, passando a Comissão Militar das Provas Esportivas do Centenário a participar efetivamente no processo de preparação dos jogos.

Já em janeiro de 1922, as reuniões da Comissão Central Executiva dos Jogos do Centenário da Confederação Brasileira de Desportos definiram as formas de atuação das ligas militares na organização do evento. Ficou a cargo da LSM a aquisição dos “Materiais flutuantes” necessários, devendo a compra realizada pelo Ministério da Marinha com a liberação de 200 contos de réis para as despesas relacionadas à participação da força nos Jogos. A partir dessas determinações, resolveu-se, conforme ata da LSM de 08 de janeiro de

1922, buscar informações sobre treinadores de atletismo, natação e esgrima para preparação dos esportistas para os Jogos e ativar a construção de pistas para a prática de atletismo na Ilha das Enxadas.²⁵⁷

Para a preparação dos militares da MB, conforme previsto, foram contratados técnicos estrangeiros para as modalidades de esgrima, atletismo, natação e saltos d'água. Para a esgrima, foi escolhido o italiano Giovanni Abita; para natação e saltos, o estadunidense Hebden Corsam e para atletismo, o também estadunidense Robert Fowler. A contratação dos técnicos dos EUA foi feita por mediação das unidades da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro e de Nova York. Já o italiano teve seu contrato intermediado pelo adido naval em Roma.²⁵⁸

O Exército Brasileiro também teve sua participação nos Jogos por meio de sua liga esportiva. A Liga de *Sports* do Exército recebeu a atribuição de “dirigir os esportes hípicas, o atletismo, o tiro, a esgrima, o futebol e o pentatlo moderno, pela primeira vez disputado na América do Sul” (SOEIRO, 2003, p. 35). Para a preparação de seus representantes, também buscou profissionais especializados no exterior, como o professor de esgrima da Escola de *Joinville Le Pont*, Andre Gautier, que teria como função treinar os oficiais que já eram praticantes da modalidade pela escassez de tempo para preparação de novos esportistas. (AZEVEDO, 1936).

Segundo Moraes (2009), as ações dos militares, além do campo da preparação dos esportistas e contratação de treinadores especializados, também se efetivaram na concessão de locais para realização das provas dos Jogos do Centenário. Os espaços para treinamento de natação no Arsenal de Marinha e atletismo na Ilha das Enxadas e as dependências da Vila Militar, recebendo competições de tiro e pentatlo moderno, destacaram-se como contribuições dos militares à organização do evento.

Como desdobramento da atuação das ligas esportivas militares no processo de organização dos Jogos, foi assinado um acordo em 03 de julho de 1922 que reconhecia a Liga de *Sports* da Marinha e a Liga de *Sports* do Exército como entidades federadas à CBD com possibilidade de participação em igualdade de condições frente às demais. Até aquele momento, apesar da representatividade esportiva desde 1915 tanto no meio militar quanto no civil, as ligas militares não tinham filiação à CBD. Seus esportistas somente participavam das

²⁵⁷ “Sessão da Diretoria de 08 de janeiro de 1922”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II.

²⁵⁸ “Sessão da Diretoria de 03 de fevereiro de 1922”, “Sessão de Diretoria de 13 de fevereiro de 1922” e “Sessão de Diretoria de 30 de março de 1922” - Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II.

competições na condição de convidados e não podiam tomar parte nas provas nacionais organizadas pela Confederação. Como contrapartida pelo auxílio na organização dos eventos em 1922, as ligas pleitearam em conjunto pelo reconhecimento efetivo como entidades esportivas e conquistaram tal direito após a assinatura do acordo supracitado.²⁵⁹

As bases de organização dos Jogos do Centenário foram definidas pela CBD e publicadas na revista “Ilustração Brasileira” em março de 1922.²⁶⁰ Os critérios para participação nos jogos determinavam que os esportistas deveriam ser “súditos” de países da América Latina e destacava a obrigatoriedade de serem considerados amadores de acordo com os regulamentos internacionais de cada esporte. A condição deveria ser reconhecida pela federação nacional do Brasil e pelas federações de cada país que enviasse concorrentes e os participantes poderiam ser latino-americanos por nascimento ou naturalizados.

Sobre o programa de atividades dos Jogos, definiu-se que as decisões seriam tomadas em comum acordo com todos os países participantes, após a apresentação do esboço do programa pela CBD.²⁶¹ As inscrições seriam gratuitas e deveriam chegar à CBD até 30 de junho de 1922 e a listagem nominal dos atletas até 31 de julho do mesmo ano. As premiações seriam medalhas e diplomas para os três primeiros colocados de cada prova e eventuais troféus ou taças que fossem oferecidas teriam as provas para disputa definidas pela CBD. As delegações deveriam custear as despesas de viagem, não tendo a organizadora quaisquer responsabilidades quanto a este ponto.

A organização dos eventos em comemoração ao centenário da independência, que primavam pela divulgação de um país moderno e no mesmo nível das grandes potências internacionais daquele momento, enfrentaram gravíssimos problemas internos de ordem política e econômica. A crise financeira já havia afetado fortemente o processo de organização, quase levando à perda de reconhecimento do COI ou até mesmo o cancelamento do evento. No aspecto político, a grande polêmica nas eleições presidenciais daquele ano, envolvendo inclusive membros das Forças Armadas, colocou em pauta uma instabilidade que não era a imagem desejada naquele momento.

²⁵⁹ “Sessão da Diretoria de 16 de maio de 1922” e “Sessão da Diretoria de 12 de julho de 1922”. Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II.

²⁶⁰ Ilustração Brasileira, março de 1922, p. 72-74.

²⁶¹ Ilustração Brasileira, março de 1922, p. 72-74.

O panorama político brasileiro estava dividido, havendo forte resistência com relação à candidatura de Artur Bernardes para a presidência, com grupos contestatórios principalmente no interior do Exército Brasileiro em decorrência do episódio das “cartas falsas”.²⁶² Em associação a isso, havia ainda grande insatisfação dos militares com o governo de Epitácio Pessoa por posicionamentos interpretados como contrários ao interesse das FA (como a colocação de um civil na pasta do Ministério da Guerra). Toda essa problemática fomentou dentro do baixo oficialato do Exército um movimento de resistência quanto aos rumos que a sucessão presidencial daquele ano estava tomando. (CANCELLEA, 2012a).

Apesar de toda a resistência, Artur Bernardes foi eleito em março de 1922 para a Presidência da República e sua posse estava marcada para novembro do mesmo ano. Em junho, o ainda Presidente Epitácio Pessoa estabeleceu intervenção na sucessão estadual em Pernambuco e foi duramente criticado pelo Marechal Hermes da Fonseca. Como resposta, o presidente ordenou a prisão do marechal e também o imediato fechamento do Clube Militar, instituição da qual era presidente, em 02 de julho. Após essa ação, o que até aquele momento era apenas um movimento interno de resistência do Exército ao governo, converteu-se em levante militar em diferentes regiões do país na madrugada de 05 de julho de 1922:

[...] na capital federal, levantaram-se o forte de Copacabana, guarnições da Vila Militar, o forte do Vigia, a Escola Militar do Realengo e o 1º Batalhão de Engenharia; em Niterói, membros da Marinha e do Exército; em Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar, comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. No Rio de Janeiro, o movimento foi comandado pelos “tenentes”, uma vez que a maioria da alta oficialidade se recusou a participar do levante. (CPDOC, 2011).

O local que apresentou resistência mais intensa foi o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Foi realizado um bombardeio entre os rebeldes e as forças legalistas com a participação dos Encouraçados Minas Gerais e São Paulo da Marinha do Brasil que tentaram, sem sucesso, efetivar a rendição dos militares rebelados do Forte. Em 06 de julho, mantendo-se firmemente na resistência mesmo após a desistência de quartéis em outras regiões, revoltosos deixaram o Forte de Copacabana e seguiram pela Avenida Atlântica rumo ao confronto direto com as tropas do governo. Os chamados “18 do Forte”, apesar das controvérsias quanto ao real número de participantes dessa marcha, foram debelados e gravemente atingidos, restando sobreviventes apenas os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Como consequência desses episódios, o Congresso Nacional se reuniu e decretou estado de sítio no país. (AQUINO et al, 2007).

²⁶² Supostas cartas escritas por Artur Bernardes publicadas na imprensa em outubro de 1921, onde o ex-presidente Marechal Hermes da Fonseca foi chamado de “sargento sem compostura”, com acusações ao Exército e ofensas ao militar, então presidente do Clube Militar, gerando grande desconforto no EB.

Mesmo com o grande impacto desses eventos no Rio de Janeiro, a imprensa já não mais dava destaque ao assunto em suas páginas cerca de duas semanas após o ocorrido. O maior destaque nos periódicos era destinado às belas construções da Exposição Internacional e ao início da chegada das delegações estrangeiras para os Jogos Esportivos. Sobre esse aspecto e as comemorações do centenário, comentou Lima Barreto, importante cronista da época.²⁶³

[...] de forma que nós não festejamos os cem anos de nossa independência política. O que nós fazemos é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de lutas de boxe e corridas de cavalos. Disse no começo destas breves linhas que o povo não se associava às festas do Centenário. Enganei-me. Às esportivas, ele se associa de bom grado. A elas, às de luminárias e às paradas militares. [...]

Então, com o foco da imprensa voltado às festas, foi iniciado em setembro o processo de divulgação da programação oficial dos eventos. O “Programa Definitivo Geral das Festas Comemorativas” foi publicado no Diário Oficial da União de 05 de setembro de 1922 e a divulgação dos programas oficiais pode também ser verificada na imprensa em dois periódicos: a revista “Ilustração Brasileira” do mês de setembro de 1922 e em edições do jornal “O Imparcial” do mesmo mês. De acordo com as informações desses documentos, o programa foi composto por um amplo quadro de modalidades atléticas e aquáticas, com locais de competição em diferentes regiões da cidade, envolvendo espaços públicos, privados (clubes) e das Forças Armadas.²⁶⁵

²⁶³ O artigo referenciado foi uma das últimas contribuições do autor para a revista “Caretta”, já que faleceu em 01 de novembro de 1922.

²⁶⁴ Revista Careta, 30 de setembro de 1922, p. 24.

²⁶⁵ Provas realizadas no *Stadium* (designação na imprensa para o campo do Fluminense que foi reformado para o evento): Atletismo, Atletismo Naval, Boxe, Cabo de Guerra, Futebol, Futebol Militar (Taça Flamengo), Maratona, Pentatlo e Voleibol.

Provas realizadas nas instalações do Fluminense: Basquetebol, Esgrima (latino-americano), Esgrima Militar, Tênis, Tiro armas livres pistola 9 mm e Tiro de carabina (latino-americano).

Provas realizadas na Piscina do *Stadium*: Natação (latino-americano).

Provas realizadas na Piscina da Urca: Natação Naval, Saltos – Jogos Internacionais Navais, Polo Aquático (latino-americano) e Polo Aquático Naval.

Provas realizadas no Estádio do Exército: Atletismo Militar, Hipismo (latino-americano), Tiro ao Voador (latino-americano), Tiro ao voo – armas livres (latino-americano), Tiro de fuzil de guerra (latino-americano), Tiro Fuzil, Pistola Internacional Militar, Tiro Naval, Tiro Revolver de Guerra (latino-americano) e Tiro Revolver de Guerra Militar.

Provas realizadas no campo do Botafogo: Futebol – Jogos Internacionais Navais.

Provas realizadas no campo do Flamengo: Hipismo – Provas militares e Hipismo – Provas senhoras e senhoritas.

Provas na Baía de Guanabara: Regatas a Vela Naval.

Provas na Praia de Botafogo: Remo Naval. (O Imparcial, 03 de setembro de 1922, p. 3; O Imparcial, 10 de setembro de 1922, p. 3; O Imparcial, 12 de setembro de 1922, p. 3; Ilustração Brasileira, setembro de 1922; BRASIL. Diário Oficial da União de 05 de setembro de 1922).

Os Jogos foram abertos em 13 de setembro de 1922, com uma grande “parada desportiva”, aos moldes da parada militar realizada no dia 07 de setembro.²⁶⁶ No evento de abertura, esportistas civis e militares desfilaram lado a lado nas delegações dos países participantes: Argentina, Chile, México, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Japão, Portugal e Brasil. (TORRES, 2012). Estiveram também presentes nos Jogos três representantes do COI: Sr. Elwood Brown, Sr. Jess Hopkins e o Conde de Baillet-Latour, representando o Barão de Coubertin que não pode comparecer.²⁶⁷

A presença de países de fora da América Latina desfilando na abertura do evento pode causar certa estranheza. No entanto, esse episódio ocorreu porque, após o engajamento das Forças Armadas no processo de organização do evento por meio de suas ligas esportivas e representantes em cargos de gestão na comissão organizadora, foram idealizadas competições especificamente para as delegações militares que estariam presentes nas comemorações para serem realizadas em paralelo aos eventos esportivos principais. Na divulgação das competições na imprensa e nos programas oficiais, é possível perceber a diferenciação entre provas “latino-americanas”, “militares” e “navais”. Sendo assim, a programação esportiva dos Jogos do Centenário compreendia não somente os “Jogos Latino-Americanos” mas também as provas para os integrantes das FA.

Os “Jogos Internacionais Militares” tiveram participação de Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela em competições de esportes terrestres. Além desses eventos, a LSE organizou competições internas entre seus quartéis que tiveram resultados publicados no Diário Oficial da União de 17 de outubro de 1922. De acordo com o relatório, as seguintes provas foram disputadas: corridas rasas de 5.000 metros, 3.000 metros, 1.500 metros, 800 metros e 200 metros; corrida de escalada de 200 metros; corrida de postas de 400 metros, 1.600 metros; lançamento de granada de mão em alcance; corrida de grupos em 400 metros seguida de lançamento de granada; lançamento de granada em precisão, alcance e velocidade; lançamento de granada de mão em precisão; salto em altura com impulso; salto em distância com impulso; salto em vara e passagem em cabo área.²⁶⁸

²⁶⁶ Revista Fon Fon, 23 de setembro de 1922; Revista da Semana, 23 de setembro de 1922.

²⁶⁷ O Imparcial, 03 de setembro de 1922, p. 8.

²⁶⁸ BRASIL. Diário Oficial da União em 17 de outubro de 1922, seção 1, p. 15-16.

Os Jogos Internacionais Navais, organizados pela LSM, registraram a participação de delegações dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, México, Japão, Portugal e Bélgica (TORRES, 2005). O programa do evento foi divulgado no jornal “O Imparcial” de 10 de agosto de 1922 e em relatório do Departamento de Esportes da Marinha e contou com provas de Vela, Remo, Natação, Saltos, Polo Aquático, Cabo de Guerra para praças, Tiro, Atletismo em provas de pista e campo e Futebol.^{269, 270}

A entrada dos militares das Forças Armadas estrangeiras nos eventos seriam gratuitas e os sócios da LSM teriam ingressos para si e suas famílias que deveriam ser retirados na sede da liga.²⁷¹ Os registros oficiais da Marinha do Brasil sobre o evento relatam a seguinte listagem de vencedores por modalidade disputada:

Vela – Brasil
 Remo – Brasil
 Futebol – Brasil
 Aquática – Brasil
 Tiro – Brasil
 Cabo de Guerra – Inglaterra
 Atlética – Inglaterra
 Resultado Final: Inglaterra – 87 pontos
 Brasil – 86 pontos.²⁷²

Além das competições militares, vale destacar que também fazia parte do programa dos Jogos do Centenário o VI Campeonato Sul-Americano de Futebol, com participação de Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil. A competição enfrentou graves problemas com relação à organização e arbitragem, o que levou o Uruguai a abandonar a competição. Ao final, o Brasil sagrou-se campeão, vencendo o Paraguai. (MALAIA, 2011; MORAES, 2009).²⁷³

Como foi possível perceber até este ponto, o processo de organização dos Jogos de uma maneira geral foi bastante conturbado. A realização das competições também enfrentou alguns problemas sérios, especialmente com relação à organização e arbitragem não somente no futebol, como já pontuado, mas em diversas modalidades, como remo, atletismo e esgrima. Delegações inteiras e atletas individualmente se recusaram a competir ou se retiraram das provas por conta desses problemas. (TORRES, 2012).

²⁶⁹ O Imparcial, 10 de agosto de 1922, p. 8.

²⁷⁰ Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha – Histórico Liga a C.E.M., Vol. II, Cap. 1, p. 01.

²⁷¹ O Imparcial, 09 de setembro de 1922, p. 8.

²⁷² Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha, Vol. II, Histórico Liga a C.E.M., p. 1.

²⁷³ Para maiores informações sobre o VI Sul-Americano de futebol, ver Malaia (2011) e Moraes (2009).

Segundo os resultados das competições dos Jogos Latino-Americanos publicados por Cesar Torres, os brasileiros alcançaram alguns bons resultados no atletismo, como os ouros de Willy Seewald no lançamento de dardo e de Luiz Bianchi no Pentatlo e alguns segundos e terceiros lugares nas provas de pista. No entanto, todos os resultados dessa modalidade não obtiveram reconhecimento oficial da Confederação Sul-Americana de Atletismo por conta de problemas na realização das provas e erros de arbitragem. A decisão foi tomada na reunião de 1924 da entidade e os resultados e recordes não foram homologados. (TORRES, 2012). Essa decisão resultou na desfiliação da CBD, que somente voltaria a fazer parte da Confederação Sul-Americana na década de 30. Os resultados foram revalidados pela confederação apenas no ano de 2012. (IG ESPORTE, 2012).

O evento, pelos relatos recolhidos na imprensa da época, conseguiu uma importante mobilização da população carioca. Além das competições esportivas, os pavilhões da Exposição Internacional também apresentavam grande atrativo, com público expressivo durante toda a sua realização. No “Atlas do Esporte no Brasil”, há o seguinte dado sobre o evento:

O número de espectadores dos Jogos, ainda segundo a ACM, chegou a 162.000 pessoas, quantitativo expressivo para a época, pois a assistência representou cerca de 15% da população da cidade, montante jamais atingido posteriormente. Em suma, os Jogos de 1922 no Rio de Janeiro consistiram num megaevento esportivo considerando os meios mobilizados e a participação da população local, embora não tenham sido reconhecidos até recentemente como tal. (SILVA, 2006, p. 17).

Cerca de um ano após a realização dos Jogos de 1922, o Conde de Baillet-Latour relatou o seguinte:

Os Jogos do Rio, como um todo, não foram perfeitos, mas as críticas das quais têm sido objeto foram muito exageradas... Eles foram um espelho que reflete exatamente a situação dos esportes dos países que participaram, e as causas de sua imperfeição são originárias de defeitos que afligiram as autoridades e atletas em geral na América Latina... (NETO-WACKER; WACKER, 2010, p. 158-159).

O esporte, então, pode ser entendido como um fator mobilizador da população em torno das celebrações do centenário da independência. A tentativa de afirmar uma imagem de país organizado e moderno, no entanto, não teve pleno sucesso, conforme apontado no relatório do membro do COI. Os grandes problemas envolvendo desvios de verbas, atrasos nas obras, arbitragens parciais e falta de organização foram impeditivos ao projeto inicial de projeção de uma imagem internacional positiva. Há de se considerar, apesar de todas essas questões, que a ideia de reunir a população do Brasil em torno de um sentimento nacional teve seu relativo sucesso. A grande participação de espectadores na Exposição Nacional e nos Jogos Esportivos é um dado a ser observado. A formação de uma ideia de nação é

componente de um universo simbólico:

A questão nacional está relacionada à seguinte indagação: o que transforma um aglomerado de indivíduos em uma coletividade? Qual é o “ato pelo qual um povo é um povo”? Esta questão recebeu e recebe diferentes encaminhamentos. Para uns, tem a ver, basicamente, com a construção da soberania. Para outros, está relacionada aos hábitos, costumes e tradições dos agrupamentos humanos. As doutrinas sobre a constituição da nação podem ser agrupadas em tomo de dois enfoques principais: de um lado, estão aquelas que privilegiam a cultura como fator primordial na construção da nação e, de outro, aquelas que priorizam o elemento político. (OLIVEIRA, 1990, p. 29).

No caso brasileiro, durante longo tempo foram mobilizados fatores políticos na tentativa de um projeto de nação. Os destaques para os grandes feitos, grandes heróis e eventos políticos tidos como marcantes foram largamente utilizados ao longo de seus 100 primeiros anos de existência para auxiliar na construção do sentimento de “ser brasileiro”. No episódio analisado neste capítulo, no entanto, é possível identificar o deslocamento do enfoque para fatores culturais, como o caso do esporte, na busca da construção de uma identidade nacional.

Ao longo deste capítulo, seguindo a abordagem de Contraste de Contextos (SKOCPOL; SOMERS, 1980), foram apresentados os contextos específicos de organização e realização de dois jogos esportivos que serviram a objetivos muito mais complexos do que somente a promoção de divertimentos. Nos dois eventos analisados (Jogos Interaliados de 1919 e Jogos do Centenário de 1922), identifica-se a atuação direta e conjunta das Forças Armadas, dos governos, de entidades esportivas e da YMCA (com especial destaque para a figura de Elwood Brown, que atuou na promoção dos dois eventos) na elaboração de projetos esportivos que tinham como meta a promoção das práticas como elementos saudáveis e também como instrumento potencial para a projeção de uma imagem positiva dos países no contexto internacional que se configurava no pós-guerra.

Os Jogos Interaliados, de acordo com as análises do pesquisador francês Thierry Terret, foram uma importante ferramenta que permitiu, simultaneamente, a preparação física e moral dos soldados na última etapa da guerra e o desenvolvimento de laços de amizade entre as nações aliadas. Auxiliou também no controle das energias, especialmente as sexuais, das tropas em desmobilização. Já do ponto de vista cultural e simbólico, possibilitou, particularmente pela atuação da YMCA, a promoção de práticas esportivas e a difusão de modelos de masculinidade, de educação e de cristianismo. No aspecto político, o evento favoreceu a imposição de uma supremacia dos EUA ante os demais países aliados e, por fim, na esfera esportiva, contribuiu de forma direta para a mudança de status do esporte perante as

autoridades militares e políticas francesas favorecendo o processo de modernização dos métodos de treinamento naquele país. (TERRET, 2003, p. 137-138).

Sobre essa influência das práticas estadunidenses sobre os franceses após os Jogos de 1919, Elwood Brown afirmou o seguinte:

Os soldados franceses, bem como a população civil estão muito interessados nos esportes norte-americanos e o espírito de jogo fino que os permeia. Há também um não usual interesse nos treinos calistênicos americanos e um número de nossas outras mais bem conhecidas atividades. Há um interesse particular no beisebol e no atletismo. Através do “Foyer du Soldat”, o beisebol tem sido genericamente introduzido no Exército francês. O Exército Americano poderia fazer uma duradoura impressão nos esportes franceses como a mais definitiva contribuição para eles demonstrando em vários centros na França o nosso jogo nacional e colocando em grandes concursos como são frequentemente utilizados em nossas municipalidades em casa para tipificar o espírito e tradições da comunidade. Se concertos militares ou competições em conjunto com coros de homens cantando puderem ser adicionados, o resultado líquido seria ao mesmo tempo estimulante fisicamente e fortemente artístico.²⁷⁴

Corroborando a ideia de Brown, Terret (2003) também defende que os Jogos Interaliados foram os grandes responsáveis por difundir diversas práticas esportivas até então desconhecidas, como o basquete e o voleibol, por exemplo, entre franceses e britânicos.

As análises empreendidas sobre o papel das FA estadunidenses na organização dos Jogos Interaliados de 1919 evidenciaram que eles foram os principais responsáveis por todas as etapas, em parceria com a entidade civil YMCA. A realização de um evento esportivo internacional em território francês naquele momento servia a diferentes objetivos dos EUA. Além das preocupações com questões de moralidade e ocupação do tempo livre, largamente mencionadas nas fontes, pode-se considerar que havia também uma tentativa de estabelecer a construção de uma imagem de potência no novo cenário político que emergia no pós-guerra e a realização dos Jogos Interaliados e os bons resultados alcançados serviram como instrumento de projeção internacional da imagem do país. Tanto nas correspondências e relatórios oficiais a respeito do evento como nas matérias publicadas pela imprensa francesa, foi possível identificar menções aos benefícios que a realização do evento trariam para a interação entre os países e no desenvolvimento de “amizade”, em uma ênfase na dinâmica das relações internacionais entre os envolvidos. Esses exemplos confirmam a abordagem apresentada anteriormente que compreende essa utilização do esporte e dos eventos como um elemento de política cultural externa por parte dos EUA, buscando o estabelecimento de suas práticas como modelos a serem seguidos naquele novo cenário internacional que se delineava

²⁷⁴ The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee, p. 19.

por meio de ações de penetração cultural e da “clientelização” dos países sob sua influência, como ocorreu no caso francês. (SUPPO; LESSA, 2007).

Esse aspecto, no caso brasileiro, apresentou desdobramentos distintos. Conforme discutido, os problemas na organização e realização do evento não possibilitaram que o projeto inicial de utilizar um pressuposto sucesso dos Jogos como um fator de projeção de uma imagem internacional “forte e moderna”. No entanto, como afirmado pelo enviado do COI ao Rio, Conde de Baillet-Latour, os resultados serviram apenas como um “espelho” da condição problemática da organização esportiva latino-americana.

Os problemas, no entanto, não foram exclusividade dos Jogos de 1922. Nos dois eventos, foi possível identificar questões relativas à extrapolação do orçamento previsto para a construção ou reforma de instalações (na França, como apresentado, optou-se pela construção de um espaço inteiramente novo para as provas, diferentemente do Brasil onde foi necessário reformar um estádio já construído por dificuldades no cumprimento do cronograma de construção inicial). No caso brasileiro, os problemas se apresentaram também no momento de realização das provas, com os questionamentos sobre arbitragem e organização das competições, fator não verificado nos Jogos Interaliados. Nos dois eventos, o programa evidenciou a distribuição das modalidades em mais de um espaço, considerando-se as necessidades específicas de cada uma delas, mas com a concentração maior dos eventos no Estádio Pershing (1919) e no Estádio do Fluminense *Football Club* (1922). O “estádio” adquiriu um importante espaço no cenário de eventos esportivos desse porte ao longo do século XX e nos dois casos em análise não se mostrou diferente.

Alguns aspectos do ponto de vista da preparação dos eventos foram similares, como o custeio das despesas das delegações ser responsabilidade exclusiva de cada país. Isso se deu, por hipótese, por terem ambos os eventos adotado os parâmetros delineados pelo Comitê Olímpico Internacional. Um fator determinante para o COI, no entanto, foi somente inserido como obrigatoriedade nos Jogos do Rio: a questão do amadorismo. Nos Jogos do Centenário, foi explicitamente definido que os participantes deveriam ser considerados amadores pelas federações esportivas de seus países para que fossem elegíveis para as competições, até mesmo para os militares, uma vez que no caso dos Jogos de 1922 registrou-se a participação dos membros das FA tanto nas competições específicas organizadas por suas ligas como nas provas latino-americanas ao lado de atletas civis. Já no caso dos Jogos Interaliados, esse ponto simplesmente não foi discutido. Não houve qualquer menção quanto à proibição de

participação de atletas profissionais, possivelmente pela presença marcante de indivíduos dessa categoria entre os militares estadunidenses que atuaram nos Jogos.

Como desdobramentos da realização desses eventos, tanto Brasil como Estados Unidos apresentaram certas mudanças importantes. Para os estadunidenses, conforme já discutido, o principal aspecto relevante foi a confirmação do país como grande potência econômica, militar e esportiva no novo mundo que se construía no pós-guerra. Sua força e habilidade foram provadas desde o processo de gestão, execução e implementação de suas ideias e percepções a respeito do esporte entre as nações participantes do evento.

O aspecto cultural passou a garantir um destaque significativo na política externa estadunidense no decorrer do século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, passando a ser percebida como uma quarta dimensão nas relações internacionais, ao lado das já tradicionais dimensões política, econômica e militar. (COOMBS, 1964). A experiência com o uso do esporte como elemento de política cultural externa foi posteriormente aplicada a cinema, música, televisão, indústria e tantos outros elementos da cultura de massa dos EUA ao longo de todo aquele século.

No caso brasileiro, o envolvimento da população nas comemorações do centenário da independência, adotando as “cores nacionais” foi um grande contribuinte no projeto de construção de identidade que estava em pauta naquele momento. Especificamente para as Forças Armadas, o conhecimento adquirido pelas ligas esportivas na preparação dos Jogos introduziu um novo cenário de preocupações com relação aos processos de treinamento. Esse contexto fomentou a fundação de suas primeiras Escolas de Educação Física com responsabilidade de formação de monitores para divulgação da prática de atividade física e esportiva em todos os estabelecimentos do Exército e da Marinha. O “Centro Militar de Educação Física” do EB foi fundado em 1922, mas só entrou de fato em atuação em 1929 e formou sua primeira turma de monitores em 1930. Na “Escola de Educação Física da Liga de *Sports* da Marinha”, fundada em 1925, os primeiros instrutores foram os técnicos estrangeiros contratados para atuar nos Jogos de 1922, denotando uma influência direta do evento nas formulações sobre esporte e educação física na força. (CANCELLE, 2014).

Conforme discutido ao longo deste capítulo, o esporte e o espetáculo esportivo adquiriram, nos dois países, significados que atendiam às necessidades de suas FA e seus governos naqueles contextos históricos específicos. Seja como distração saudável e marcação de posição no cenário internacional, seja como elemento construtor de identidade nacional, o esporte garantiu seu espaço no Brasil e nos Estados Unidos como uma importante ferramenta de política cultural.

CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Esta tese teve como objetivo principal compreender como as características específicas de estruturação das Forças Armadas e as experiências bélicas de Brasil e EUA no período em análise foram fatores determinantes para a formulação de distintos argumentos de legitimação das práticas esportivas. Ao longo das páginas até este ponto, foi possível perceber que o fomento dessas atividades entre os militares adquiriu delineamentos muito característicos que se conectavam com seus contextos históricos específicos.

O corpo passou a ser um elemento de preocupação em ambos os países ainda no século XIX. No Brasil, o fator motivador desse novo olhar para as questões físicas foi a verificação de importantes defasagens do ponto de vista de treinamento e também material em comparação com as potências militares internacionais. Essas observações foram feitas por meio de dois caminhos: a experiência nos conflitos da Guerra do Paraguai e acompanhamentos dos processos de modernização e melhorias militares empreendidos pelas demais nações na virada do século XIX para o XX e anos iniciais do Novecentos. Analisando esses dois aspectos, as Forças Armadas brasileiras perceberam que necessitavam de maiores investimentos tanto do ponto de vista material quanto nos processos de treinamento prático. O preparo do corpo, ao lado dos armamentos, do maquinário e das estratégias, passou a ser também alvo de constantes preocupações por parte dos militares brasileiros no período em análise neste trabalho.

Já no caso dos EUA, as atenções com relação ao corpo foram motivadas por questões com um viés mais moral. As diversas fontes documentais e bibliográficas analisadas apontaram que o esporte foi defendido pelas Forças Armadas estadunidenses principalmente como uma oportunidade de distração saudável para os militares em campanha. Isso não quer dizer que os benefícios para o desenvolvimento físico tenham sido perdidos de vista pelos militares dos EUA, mas observações atentas de algumas problemáticas ocorridas em atuações das FA desse país nos anos finais do Oitocentos e iniciais do Novecentos alertaram as autoridades para a necessidade de maiores atenções com relação à ocupação do tempo livre dos soldados. O envolvimento desses jovens com práticas consideradas “ilícitas”, como prostituição, alcoolismo e jogos de azar, mostrou-se alarmante, uma vez que poderiam debilitar o corpo do combatente e deixá-lo vulnerável em momentos de necessidade. Para sanar esse problema, viu-se como imprescindível a oferta de atividades recreativas controladas pelos comandos e foi sob essa premissa que as práticas esportivas passaram a fazer parte do cotidiano militar estadunidense.

O corpo, portanto, tornou-se uma preocupação importante entre os militares do Brasil e dos EUA no período da virada do século XIX para o XX, mas por questões consideravelmente distintas.

As experiências bélicas dos países, como foi possível perceber, foram bastante diferentes no período em discussão neste trabalho. Enquanto EUA estiveram envolvidos em conflitos armados dentro e fora de seus territórios em praticamente toda a sua história como país independente, o Brasil apresentou poucos momentos de mobilização militar efetiva, sendo a maior delas nos conflitos da Guerra do Paraguai entre 1865 e 1870. Essas vivências bélicas tão diversas tiveram impacto fundamental no processo de formulação de argumentos de legitimação em defesa das práticas esportivas no cotidiano militar. Entre os brasileiros, as maiores preocupações nos anos iniciais do Novecentos residiam nos processos de reestruturação e com as dinâmicas para a composição de suas fileiras. O olhar era mais voltado para as questões internas, mesmo não perdendo de vista totalmente o cenário militar internacional. No entanto, as observações sobre esse panorama eram muito mais mobilizadas como argumentos para o fortalecimento das medidas de preparação e não tanto como ameaças imediatas à soberania nacional que justificassem movimentações militares de grande impacto.

Por conta dessa característica de não atuação direta das FA brasileiras em conflitos naquele momento, muitos militares tiveram a oportunidade de participar em diversas áreas da sociedade civil, entre elas o meio esportivo no qual atuaram em funções como praticantes e dirigentes em clubes e entidades gestoras. O esporte, nesse contexto, foi compreendido como uma ferramenta exclusiva de preparação do corpo em períodos de treinamento militar, como uma atividade para “tempos de paz” e para o desenvolvimento físico, não sendo identificada nenhuma defesa pela aplicação direta dessas práticas no cenário de guerra no caso brasileiro. Isso se deu, principalmente, por essa pouca experiência do país em conflitos armados nas décadas iniciais do século XX, momento em que o esporte passou a se firmar como atividade efetiva no cotidiano das forças. A atuação das ligas militares na organização e promoção de tais práticas foi defendida pelas autoridades e legitimadas sob o argumento da necessidade de desenvolvimento e manutenção do físico do pessoal militar brasileiro em tempos de paz para que, em caso de algum conflito, o preparo já estivesse garantido.

Já entre os estadunidenses, a constante mobilização militar para intervenções internas e externas foi um fator definidor dos argumentos em defesa da prática esportiva. Essas atividades foram concebidas e defendidas pelos comandos das FA dos EUA como instrumentos moralizantes e de manutenção do vigor das tropas em conflito. A introdução do esporte nos campos de treinamento estadunidenses e também no *front* de guerra europeu, quando da ocorrência da Primeira Grande Guerra, evidenciam a concepção de que o esporte seria um importante facilitador no processo de controle do tempo livre dos soldados, afastando-os de tudo aquilo que as autoridades militares consideravam como impróprio.

Sendo assim, é possível perceber uma clara distinção nas ênfases argumentativas para a legitimação das práticas esportivas nos dois casos em análise nesta tese. Esses argumentos foram formulados tendo como base a experiência bélica prévia desses países demonstrando que essa vivência de conflito e não-conflito foram fundamentais para a conformação das propostas com relação ao esporte.

Para a aplicação dessas atividades no cotidiano das FA, no entanto, foram necessárias algumas considerações específicas do ponto de vista organizacional. No Brasil, foram estruturadas as ações de promoção do esporte por meio da fundação de ligas com responsabilidade de organizar as competições e de divulgar os benefícios de tais práticas entre os militares. Inicialmente, a gestão do esporte militar no Brasil contou com duas ligas: uma monoesportiva voltada ao desenvolvimento do futebol no Exército Brasileiro e uma ligas poliesportiva na Marinha do Brasil, que além do futebol promovia também diferentes esportes aquáticos. Essas modalidades foram escolhidas tomando como base o critério da utilidade para o desenvolvimento de habilidades funcionais fundamentais ao exercício militar no período. O futebol foi identificado pelo EB como o “esporte do soldado” por suas capacidades de desenvolvimento de atuação em equipe, condicionamento físico e disciplina. Já a MB elencou os esportes aquáticos (vela, remo, natação e polo aquático) como aqueles com maiores possibilidades de desenvolver noções de “trato” com as coisas do mar.

Entre os estadunidenses, o cenário de participação bélica efetiva trouxe outras significações para a prática esportiva. O uso dessas atividades no cotidiano do conflito como um elemento fundamental de estabilização física, psicológica e emocional dos soldados, além de instrumento de aproximação e “diplomacia” com outros povos em locais com ocupação militar, foram os grandes focos das Forças Armadas dos EUA. A organização de competições esportivas em meio aos conflitos tinha como principal objetivo a manutenção da moral e do moral das tropas e contou com a atuação direta de entidades sociais e religiosas, reforçando a

concepção moralizante com relação ao esporte. Associações como a YMCA possuíam departamentos dentro das FA com vistas a organizar a promoção das atividades recreativas em momentos de mobilização militar e fora deles. Além disso, as competições esportivas organizadas tanto nos campos de treinamento nos EUA quanto em solo europeu no episódio da Primeira Guerra serviram aos propósitos de reforço das concepções de masculinidade, força e poderio militar e físico.

Foram também selecionadas pelos estadunidenses algumas práticas consideradas “utilitárias”, assim como no caso brasileiro. Entre os militares do Exército, o boxe serviu a esse propósito por ter sido percebido como o esporte com maiores possibilidades de desenvolvimento de habilidades de combate e virilidade necessárias à atuação em guerras. Já na *US Navy*, foi também selecionada uma prática aquática, seguindo pelo mesmo caminho que a MB. Entre os estadunidenses, a natação ganhou força com traços de utilidade no desenvolvimento de habilidades funcionais, uma vez que “um marinheiro que não sabe nadar é como um carpinteiro que não sabe como usar um martelo”.²⁷⁵

Os conceitos basilares de hierarquia e disciplina, como vimos, foram também ressignificados no contexto da prática esportiva nos dois países. No Brasil, as diversas revoltas que ocorreram nas FA entre fins do século XIX e início do século XX fizeram com que fossem acirradas as separações entre os círculos hierárquicos no âmbito da prática esportiva, ocasionando a formulação de argumentos que proibiam declaradamente a interação entre indivíduos de graus distintos ou, quando não explicitamente proibidos, não eram também estimulados tais contatos. Nos Estados Unidos, o cenário se configurou de forma diversa nesse aspecto. Com uma sociedade mais baseada em preceitos democráticos desde sua formação e grandes proximidades da população com as FA, foi identificada maior flexibilidade no que se refere aos contatos entre oficiais e praças ao compararmos com o caso brasileiro. Os graus de separação entre os militares de círculos distintos mostraram-se menos rígidos, possibilitando uma aproximação maior em atividades que não fossem consideradas ações fim das FA, como o caso do esporte. A hierarquia e a disciplina estavam sim presentes nos processos de organização e em questões burocráticas, mas na esfera da prática evidenciaram-se maiores possibilidades de interação não sendo explicitamente negada a atuação de praças e oficiais lado a lado nas competições esportivas.

²⁷⁵ The Washington herald, 31 de março de 1918, p. 12.

Como também discutido ao longo das análises, o esporte foi mobilizado pelas Forças Armadas dos dois países como elementos de reforço de suas identidades institucionais e nacionais. Tanto por meio da criação e promoção de práticas esportivas específicas (como no caso dos EUA com a formação do beisebol e do futebol americano) quanto na organização de grandes eventos para a reafirmação de poderio militar e esportivo, o fenômeno serviu aos objetivos de construção e reforço do caráter nacional. A experiência na organização de eventos de grande porte, como os Jogos Interaliados e os Jogos do Centenário, foram fundamentais para a constituição de novos olhares sobre o esporte e na criação de estruturas específicas para fomento dessas práticas entre os militares tanto no Brasil quanto nos EUA. Suas funções organizativas nesses eventos fizeram com que as FA de ambos os países adquirissem novas percepções internamente e no cenário internacional também. Novos elementos surgiram no panorama de jogos de poder do pós-guerra e o sucesso dos Jogos Interaliados auxiliou os estadunidenses a garantir sua fatia de representatividade naquele momento por meio de suas políticas culturais externas. No Brasil, os Jogos do Centenário podem não ter alcançado o objetivo de projeção de uma imagem internacional de país moderno e organizado, como inicialmente almejado, mas foram importantes no ponto de vista político como um instrumento de coesão da sociedade e reforço dos ideais de identidade nacional. Além disso, a experiência adquirida pelos militares na organização do evento foi elemento significativo para o processo de fundação das primeiras escolas de educação física nas FA brasileiras.

O esporte assumiu, portanto, diferentes papéis entre os militares dos dois países de acordo com as necessidades de cada uma das instituições em seus contextos específicos de atuação. Seja como ferramenta utilitária de preparação do corpo e desenvolvimento de habilidades funcionais, seja como elemento de fortalecimento da moral e da masculinidade, é inegável a já constante presença das práticas esportivas no cotidiano das Forças Armadas de Brasil e Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX. Essa relação já se mostrava consolidada décadas antes da criação do *Conseil International du Sport Militaire*, entidade responsável por divulgar o esporte e organizar competições entre Forças Armadas de todo o mundo criada em 1948 ao final da Segunda Guerra Mundial. As aproximações entre militares e esporte se ampliaram em todo o século XX, chegando ao patamar de realização de megaeventos esportivos exclusivos, caso dos Jogos Mundiais Militares organizados desde 1995 pelo CISM.

Importante ainda ponderar que a adoção da abordagem comparada se mostrou fundamental para a viabilidade deste estudo, uma vez que analisando os casos de maneira isolada não seria possível a identificação das especificidades que suscitaram a construção de argumentos de defesa distintos com relação às práticas esportivas.

Esse trabalho teve como pretensão, além de responder às indagações norteadoras da pesquisa, abrir caminhos para o aprofundamento das análises a respeito da História do Esporte Militar no mundo e suas diferentes formas de expressão nas nações. Por meio das comparações estabelecidas, foi possível verificar as diversas facetas que as práticas esportivas assumiram em contextos distintos de atuação militar e esse aspecto aponta para a possibilidade de que outras conformações teriam sido adotadas em tempos e locais não contemplados nas discussões. Ao longo das pesquisas, inúmeros outros temas de interesse relacionados ao esporte militar foram identificados, como a questão racial, debates sobre gênero, sobre classes sociais ou o papel das entidades religiosas no cenário esportivo. Pelas limitações de um trabalho de pesquisa dessa natureza, não foi possível incorporar todas as temáticas que se apresentaram no processo de coleta documental ou bibliográfica. No entanto, há ainda um longo caminho a ser percorrido nos debates sobre as relações estabelecidas entre os militares e a prática esportiva em todo o mundo e esses são alguns dos tópicos que podem ser perscrutados por pesquisadores interessados no tema.

REFERÊNCIAS

Fontes

Documentais

BRASIL. Decreto nº 2.116, de 01 de março de 1858. Aprova o Regulamento reformando os da Escola de aplicação do Exército e do curso de infantaria e cavalaria da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, e os estatutos da Escola Militar da Corte. Coleção de Leis do Império de 1858.

BRASIL. Decreto nº 2.163, de 01 de maio de 1858. Reorganiza a Academia de Marinha em virtude da autorização concedida no parágrafo 3º. do artigo 5º. da Lei n. 862 de 30 de julho de 1856. Coleção de Leis do Império de 1858.

BRASIL. Decreto nº 3.361, de 26 de outubro de 1917. Reconhece e proclama o estado de guerra iniciado pelo império alemão contra o Brasil.

BRASIL. Diário Oficial da União de 29 de junho de 1915, seção 1, p. 5.

BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de agosto de 1915, seção 1, p. 10.

BRASIL. Diário Oficial da União de 03 de março de 1921, seção 1, p. 2.

BRASIL. Diário Oficial da União de 06 de março de 1921, seção 1, p. 3.

BRASIL. Diário Oficial da União de 26 de julho de 1922, seção 1, p. 1-4.

BRASIL. Diário Oficial da União de 05 de setembro de 1922.

BRASIL. Diário Oficial da União em 17 de outubro de 1922, seção 1, p. 15-16.

BRASIL. Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1926, seção 1, p. 7.

BRASIL. Lei nº 1.860, de 4 de Janeiro de 1908. Regula o alistamento e sorteio militar e reorganiza o Exército.

BRASIL. Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16880.htm>. Acesso 12 jun. 2011.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra, 1890.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1914.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1915.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1916.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1921.

BRASIL. Relatório do Ministério da Guerra de 1922.

BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1916.

BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1917.

BRASIL. Relatório do Ministério da Marinha de 1921.

Creation and development of regional games in Central and Latin America. Reference: CH IOC-AH H-FC03-AMLATINE Dates: 1922-1928. International Olympic Committee.

General Pershing's own story of the victorious American Army from the Report of the Secretary of War – 1918.

Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo I.

Livro Histórico Departamento de Esportes da Marinha - Volume I - Anexo II.

Livro Histórico do Departamento de Esportes da Marinha - Volume II - Histórico Liga a C.E.M.

Livro Registro de Competições (1923-1928).

Manual of Physical Training - United States Army – 1914 - War Department, Document No. 436. Office of the Chief of Staff.

PERSHING, John. General Pershing's story of the American Army in France: Report of General Pershing to the Secretary of War - November 20, 1918. New York: John H. Eggers Company, 1918.

STEWART Jr., George; WRIGHT, Henry B. The Practice of Friendship - Studies in Personal Evangelism with Men of the United States Army and Navy in American Training Camps. Association Press: New York, 1918.

The Inter-Allied Games - Paris 22nd June to 6th July 1919 – Published by the Games Committee.

United States Army. Education, vocational training and recreation in the Western Department of the United States Army. San Francisco: Headquarters Western Department United States Army, June, 1920.

United States Army in the World War 1917-1919 – Volume 1 - Organization of the American Expeditionary Forces.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 2 - Policy-forming Documents of the American Expeditionary Forces.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 3 - Training and Use of American Units With the British and French.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 4-9 - Military Operations of the American Expeditionary Forces.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 10 - The Armistice Agreement and Related Documents.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 11 - American Occupation of Germany.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 12-15 - Reports of the Commander-in-Chief. AEF. Staff Sections and Services.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 16 - General Orders. GHQ. AEF.

United States Army in the World War 1917-1919 - Volume 17 - Bulletins. GHQ. AEF.

WALDO, Richard H. The Games Committee – Inter-Allied Games.

Imprensa

Après les Jeux Interalliés – quelques enseignements. L'Auto. 13 de julho de 1919, p. 3.

BITTENCOURT, Liberato. Princípios gerais de organização dos exércitos. Revista Militar, ano VIII, p. 341-348.

Chicago eagle, 29 de setembro de 1917, p. 9.

COPELAND, B. Kilbane Has Plan to Standardize System of Boxing in Army Camps. The evening world, 22 de abril de 1918, p. 11.

Evening public ledger, 26 de junho de 1917, p. 1.

Evening public ledger, 24 de outubro de 1917, p. 16.

Evening public ledger, 24 de junho de 1918, p. 11.

Evening star, 03 de maio de 1895, p. 11.

FERRIS, Daniel J. Athletics an Arm of Military Preparedness. Sporting Life, v. 67, n. 2, 11 de março de 1916, p. 21.

GLARNER, Andre. Les raisons du triomphe américain. La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919, p. 13-17.

HAMILTON, W. R. (lieut). The Military Schools of The United States and their influence on the nation. *Outing*. n° 4, v. XX, July, 1892, p. 330-336.

Ilustração Brasileira, março de 1922, p. 72-74.

Ilustração Brasileira, setembro de 1922.

L'Amérique offre aujourd'hui a la France le Stade Pershing. *L'Auto*, 22 de junho de 1919, p. 1.

La Vie Au Grand Air, 15 de julho de 1919.

La Vie Au Grand Air, abril de 1919, p. 24-25.

LAUT, Agnes C. Your Boy Is Wholly Safe Morally in War. *The Sun*, 1 de setembro de 1918, p. 5.

Le Stade Pershing aux Français – la journée de clôture. *L'Auto*, 07 de julho de 1919, p. 3.

Les Jeux Interalliés. *L'Auto*, 13 de junho de 1919, p. 3.

Les Jeux Interalliés. *L'Auto*, 19 de junho de 1919, p. 3.

Los Angeles herald, 26 de novembro de 1910, p. 8.

Le Tournoi Militaire Interallié. *L'Auto*. 17 de dezembro de 1918, p. 1.

Les Championnats Militaires. *L'Auto*. 15 de janeiro de 1919, p. 3.

Les Championnats Militaires d'athlétisme. *L'Auto*. 27 de janeiro de 1919, p. 1.

L'YMCA et les sports. *L'Auto*. 04 de setembro de 1918, p. 1.

MEREDITH, Ted; LENNON, Thomas F. Entrainement et spécialisation. *La Vie Au Grand Air*, setembro de 1918, p. 14.

MORTANE, Jacques. La leçon des jeux interalliés. *La Vie Au Grand Air*, 15 de julho de 1919, p. 10.

New-York tribune, 13 de junho de 1918, p. 12.

O Imparcial, 01 de outubro de 1915, p. 9.

O Imparcial, 20 de novembro de 1915, p. 9.

O Imparcial, 19 de março de 1916, p. 10.

- O Imparcial, 22 de janeiro de 1920, p. 8.
- O Imparcial, 12 de maio de 1920, p. 8.
- O Imparcial, 26 de maio de 1920, p. 7.
- O Imparcial, 30 de março de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 31 de março de 1921, p. 9-11.
- O Imparcial, 06 de abril de 1921, p. 9, 12.
- O Imparcial, 07 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 09 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 12 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 15 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 20 de abril de 1921, p. 8.
- O Imparcial, 22 de abril de 1921, p. 8.
- O Imparcial, 23 de abril de 1921, p. 11.
- O Imparcial, 24 de abril de 1921, p. 10.
- O Imparcial, 26 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 27 de abril de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 30 de abril de 1921, p. 7.
- O Imparcial, 01 de maio de 1921, p. 8.
- O Imparcial, 05 de maio de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 07 de maio de 1921, p. 11.
- O Imparcial, 14 de maio de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 20 de maio de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 22 de maio de 1921, p. 11.

- O Imparcial, 02 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 03 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 06 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 11 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 13 de junho de 1921, p. 10.
- O Imparcial, 16 de junho de 1921, p. 10.
- O Imparcial, 17 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 18 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 25 de junho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 30 de junho de 1921, p. 8.
- O Imparcial, 05 de julho de 1921, p. 10.
- O Imparcial, 06 de julho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 08 de julho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 20 de julho de 1921, p. 9.
- O Imparcial, 11 de setembro de 1921, p. 8-9.
- O Imparcial, 24 de dezembro de 1921, p. 8.
- O Imparcial, 27 de julho de 1922, p. 9.
- O Imparcial, 30 de julho de 1922, p. 9.
- O Imparcial, 10 de agosto de 1922, p. 8.
- O Imparcial, 03 de setembro de 1922, p. 8.
- O Imparcial, 08 de setembro de 1922, p. 8.
- O Imparcial, 09 de setembro de 1922, p. 8.
- O Imparcial, 10 de setembro de 1922, p. 3.
- O Imparcial, 12 de setembro de 1922, p. 3.

OLIVEIRA, Dias de. O Exercito Alemão. Revista Militar, ano III, 1901, p. 188-189.

PORTO, Santos. O sport náutico no Brazil. Revista Marítima Brasileira. 2º. Semestre de 1901, p. 6-19.

Revista Careta, 30 de setembro de 1922, p. 24.

Revista da Semana, 23 de setembro de 1922.

Revista Fon Fon, 23 de setembro de 1922.

The Chicago Eagle, 12 de outubro de 1918, p. 7.

The Daily Missoulia., 07 de novembro de 1909, morning, p. 10.

The Day book, 20 de novembro de 1915, p. 2.

The Evening herald, 26 de setembro de 1917, p. 1.

The Kansas City sun, 29 de junho de 1918, p. 1.

The Logan Republican. Keep Sports Alive, 30 de junho de 1917, p. 6.

The San Francisco call., 30 de novembro de 1901, p. 4.

The Star and Stripes, 08 de fevereiro de 1918, p. 1-2.

The Star and Stripes, 08 de fevereiro de 1918, p. 4.

The Star and Stripes, 15 de fevereiro de 1918, p. 6.

The Star and Stripes, 01 de março de 1918, p. 1.

The Star and Stripes, 22 de março de 1918, p. 6.

The Star and Stripes, 12 de abril de 1918, p. 6.

The Star and Stripes, 24 de maio de 1918, p. 1.

The Star and Stripes, 31 de maio de 1918, p. 6.

The Star and Stripes, 26 de julho de 1918, p. 6.

The Star and Stripes, 20 de dezembro de 1918, p. 1.

The Star and Stripes, 23 de maio de 1919, p. 1.

The Sun, 29 de novembro de 1890, p. 6.

The Tacoma times, 29 de novembro de 1917, p. 6.

The Washington herald, 31 de março de 1918, p. 12.

Une visite au Stade Pershing. L'Auto, 15 de junho de 1919, p. 3.

Bibliografia

ALMEIDA, F. Uma pequena esquadra brasileira recebe a missão de patrulhar submarinos alemães, mas é quase dizimada pela gripe espanhola. **Revista de História**. Publicado em out. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/desventuras-em-serie>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

ALMEIDA, S. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. **Estudos Históricos**, v. 23, n. 45, p. 147-169, jan. – jun. 2010.

AQUINO, R. et al. **Sociedade Brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARAÚJO, T. **A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. 2012. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Os Presidentes e a República**: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva. 4^a. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2009.

_____. A Exposição de 1922: Memória e Civilização. **Exposições Virtuais do Arquivo Nacional**. Disponível em: <<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

AZEVEDO, W. A Esgrima no Rio de Janeiro. **Revista de Educação Física**, mai. 1936.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 23-79.

BARROS, J. **História Comparada**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

_____. História Comparada – Um novo modo de ver e fazer a História. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, p. 1-30, jun. 2007.

BAUMANN, R. The Central Army Sports Club (TsSKA) Forging a Military Tradition in Soviet Ice Hockey. **Journal of Sport History**, v. 1.5, n. 2, p. 151-166, 1988.

BAKER, W. J. To pray or to play? the YMCA question in the United Kingdom and the United States, 1850–1900. **The International Journal of the History of Sport**, v. 11, n. 1, p. 42-62, 1994.

BELLINTANI, A. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 689 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENTO, C. **O Exército e Marinha na 1ª Guerra Mundial (1914-18)**. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/ahimtb/EBMB1GM.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Hemeroteca Digital Brasileira: O Diário Carioca**. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/diário-carioca>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

BLOYCE, D. ‘Glorious Rounders’: The American Baseball Invasion of England in Two World Wars – Unappealing American Exceptionalism. **The International Journal of the History of Sport**, v. 25, n. 4, p. 387-405, 2008.

BOUÇAS, R.; RABELO, A.; LACERDA, R. Polícias Militares do Brasil – Atividades físicas e esportivas. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 136-137.

BOXREC. **Johnny Kilbane**. Disponível em: <http://boxrec.com/list_bouts.php?human_id=011865&cat=boxer>. Acesso em: 10 dez. 2013.

BRAGA, C. **1910 – O fim da chibata: vítimas ou algozes**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010.

BUCHANAN, I. Elwood S. Brown: Missionary extraordinary. **Journal of Olympic History**, v. 6, n. 3, p. 12-13, 1998.

CABO, A.; HELAL, R. A cobertura das Copas do Mundo de futebol de 1930 e 1950 no jornal Diário Carioca. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, Caxias do Sul. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Caxias do Sul: INTERCOM, 2010.

CALADO, C.; FERREIRA, C. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005.

CANCELLA, K. A defesa da prática esportiva como elemento de preparação dos militares por meio das publicações institucionais “Revista Marítima Brasileira” e “Revista Militar”. In: Encontro Regional de História da ANPUH-Rio, 2012, São Gonçalo. **Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio**. São Gonçalo: ANPUH-Rio, 2012b.

_____. As Forças Armadas e os Jogos Esportivos do Centenário de 1922. In: MALAIA, J.; MELO, V. (Org.). **1922 Celebrações Esportivas do Centenário**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012a, p. 118-141.

_____. A Fundação da primeira sede da Associação Cristã de Moços na América Latina e sua atuação como fomentadora da prática esportiva no Rio de Janeiro pós-republicano. **Recordes**: Revista de História do Esporte, v. 3, n. 2, p. 1-38, 2010.

_____. A prática de esporte entre “oficiais graduados” e “as simples praças”: instrumento para “desenvolvimento physico do pessoal” ou prática “em promiscuidade completa”? **Revista Brasileira de História Militar**, ano III, n. 9, p. 50-62, dez. 2012c.

_____. O esporte e a Marinha do Brasil: primeiras aproximações e a institucionalização da prática esportiva através da criação da Liga de Sports da Marinha. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

_____. **O esporte e as Forças Armadas na Primeira República**: das atividades *gymnasticas* às participações em eventos esportivos internacionais (1890-1922). 2013. 219 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

_____. **O esporte e as Forças Armadas na Primeira República**: das atividades *gymnasticas* às participações em eventos esportivos internacionais. Rio de Janeiro: BibliEx, 2014.

CANCELLA, K.; MATARUNA, L. As Forças Armadas e o esporte: introdução de novas ferramentas para “concorrer para o desenvolvimento physico do pessoal” e incorporar “as melhores e mais salutaes distracções”. In: Encontro de Historiadores Militares, 2012, Rezende. **Anais do Encontro de Historiadores Militares**. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, 2012.

_____. Liga Militar de Football e Liga de Sports da Marinha: uma análise comparativa do processo de fundação das primeiras entidades de organização esportiva militar do Brasil. In: HOFMANN, A.; VOTRE, S. (Org.). **Esporte e educação física ao redor do mundo: passado, presente e futuro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2013, p. 119-132.

CARVALHO, J. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

CASTRO, C. In corpore sano - os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, n. 2, p. 61-78, 1997.

CISM - **Conseil International du Sport Militaire**. Disponível em: <<http://www.cismmilspport.org>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

COOMBS, P. **The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs**. Harper & Row: New York, 1964.

CORREIA, R. Comissão Desportiva Militar do Brasil – CDMB. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 142-144.

COSTA, E. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9ª. Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

CPDOC. **Dossiê Era Vargas: Anos 20, Crise Política, 18 do Forte**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/18Forte>>. Acesso 25 fev. 2011.

CUNHA, B. O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919). In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

DACOSTA, L. **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. S.l.: eBookBrasil.com, 2003.

DEFENSE. **The United States Military Rank Insignia**. Disponível em: <<http://www.defense.gov/About-DoD/Insignias>>. Acesso em: 09 out. 2016.

DE LUCA, T. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 111-153.

DOMINGOS, M. A disputa pela missão que mudou o Exército. **Revista Estudos de História**, v. 8, p. 197-215, 2001.

DPTMS - Directorate of Plans, Training, Mobilization and Security. **Camp Lewis, 1917-1919**. Disponível em: <<http://www.lewis-mechord.army.mil/dptms/museum/camp.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

DRUMOND, M. Vargas, Perón e o esporte: propaganda política e a imagem da nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 22, n. 44, p. 398-421, jul. - dez. 2009.

_____. Os Jogos Esportivos do Centenário: o ponto de vista da política. In: MALAIA, J.; MELO, V. (Org.). **1922 Celebrações Esportivas do Centenário**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 15-36.

FRANZINI, F. A futura paixão nacional: chega o futebol. In: DEL PRIORE, M.; MELO, V. (Org.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009, p. 107-132.

GALLICA. **La Vie Au Grand Air**. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/cb32888685g/date.item>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

GARCIA, E. A diplomacia dos armamentos em Santiago: O Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 173-200, 2003.

GARRIDO, F.; LAGE, Â. O Esporte na Marinha do Brasil. In: DACOSTA, L. P. **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 131-133.

GEMS, G. Sport, Colonialism, and the Reconstruction of Nature. In: Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport, 2001, Montpellier, France. **Proceedings of Congress of the International Society for the History of Physical Education and Sport**. Montpellier, ago. 2001, p. 28-31.

_____. Sport, Colonialism, and United States Imperialism. **Journal of Sport History**, v. 33, n. 1, p. 3-25, 2006.

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

IG ESPORTE. **Confederação revalida Jogos Olímpicos Latino-americanos de 1922**. Publicada em 22 set. 2012. Disponível em: <<http://esporte.ig.com.br/maisesportes/2012-09-22/confederacao-revalida-jogos-olimpicos-latino-americanos-de-1922.html>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **Histórico**. Disponível em: <<https://ihgb.org.br/ihgb/historico/fundacao-instituto.html>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

JK - Johnny Kilbane. **Biography**. Disponível em: <<http://johnnykilbane.com/page2.html>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

KARNAL, L. et al. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

KOCKA, J. Comparison and beyond. **History and Theory**, v. 42, p. 39-44, 2003.

LEIRNER, P. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEMOS, R. A questão da defesa nacional no parlamento brasileiro (1891-1921). In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2007, São Carlos. **Anais do I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Carlos: UFSCar, 2007, p. 1-8.

LUNA, C. Os “jovens turcos” na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. In: I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2007, São Carlos. **Anais do I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**. São Carlos: UFSCar, 2007.

MALAIÁ, J. A Diplomacia do pé: o Brasil e as competições esportivas sul-americanas de 1919 e 1922. **Tempo e Argumento**, v. 3, n. 2, p. 43-76, jul. – dez. 2011.

_____. **Revolução Vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. 490 f. Tese (Doutorado em História Econômica) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MANGAN, J. A. **Sport and War**: Combative Societies and Combative Sports. SGI Quarterly, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.sgiquarterly.org/feature2006Jly-2.html>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

MARKOVITS, A. The Other “American Exceptionalism”: Why is there no Soccer in the United States? **The International Journal of the History of Sport**, v. 7, n. 2, p. 230-264, 1990.

MASON, T.; RIEDI, E. **Sport and the military**: the British Armed Forces 1880-1960. Cambridge: University Press, 2010.

McCANN, F. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MELO, V. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 24, n. 1, mar. 2010.

_____. **Dicionário do Esporte no Brasil no final do século XIX e início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2007b.

_____. Por uma história comparada do esporte: possibilidades, potencialidades e limites. **Revista Movimento**, v. 13, n. 3, p. 11-41, set. - dez. 2007a.

MELO, V.; NASCIMENTO, R. O papel dos militares no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação - Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000, Rio de Janeiro. **Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação - Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MELO, V; PERES, F. O corpo da nação: posicionamentos governamentais sobre a educação física no Brasil monárquico. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, v. 21, n. 4, p. 1131-1150, out. - dez. 2014.

MENNEL, J. The Service Football Program of World War I: Its Impact on the Popularity of the Game. **Journal of Sport History**, v. 16, n. 3, p. 248-260, 1989.

MILLER, P. The Manly, the Moral, and the Proficient: College Sport in the New South. **Journal of Sport History**, v. 24, n. 3, p. 285-316, 1997.

MORAES, H. **Jogadas Insólitas**: Amadorismo e Processo de Profissionalização no Futebol Carioca (1922-1924). 2009. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, S. Aeronáutica – esporte, Educação Física e aptidão física. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 134-135.

MOTTA, M. **A nação faz cem anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MULLER, N.; TUTTAS, R. The Role of the YMCA: Especially that of Elwood S. Brown, Secretary of Physical Education of the YMCA, in the world-wide expansion of the Olympic Movement during Pierre de Coubertin's presidency. In: Fifth International Symposium for Olympic Research, 2000, Sydney. **Proceedings of Fifth International Symposium for Olympic Research**. London, Ontario: International Centre for Olympic Studies, 2000, p. 127 – 134.

NASCIMENTO, F. Militarização e Nação: o serviço militar obrigatório na Argentina e no Brasil em uma perspectiva comparada (1900-1916). **Revista Brasileira de História Militar**, ano I, n. 1, p. 1-18, abr. 2010.

NETO-WACKER, M.; WACKER, C. **Brazil goes Olympic**: Historical Fragments from Brazil and the Olympic Movement until 1936. Kassel: Agon-Sportverlag, 2010.

NEVES, F. Os militares e a modernização brasileira na Primeira República: perspectivas teóricas. In: III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa. 2010, Rio de Janeiro. **Anais do III Seminário de Estudos: Poder Aeroespacial e Estudos de Defesa**. Rio de Janeiro: UNIFA, 2010, p. 469-479.

OLIVEIRA, L. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PARENTE, P. A construção de uma nova História Militar. **Revista Brasileira de História Militar**. Edição especial de lançamento, p. 1-13, dez. 2009.

PINHEIRO, P. et al. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano – Sociedade e Instituições (1889-1930)**. Tomo III, vol. 9, 8ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

PINSKY, C. **Fontes Históricas**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

POPE, S. **Patriotic Games: Sporting Traditions in the American Imagination, 1876–1926**. New York: Oxford University Press, 1997.

PRONI, M. W. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. 1998. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

PUBLIO, N.; CATALANO, I. Escola de Educação Física da Polícia Militar do estado de São Paulo. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 138-139.

REEBERG, W. **História da FRERJ**. 2007. Disponível em: <http://www.remolivre.com/historia_frerj.html>. Acesso em: 22 nov. 2009.

REYNOLDS, S. The Influence of Sport Upon National Character. **Bulletin - Australian Society for Sports History**, n. 16, p. 1-16, 1992.

RIBEIRO, A. Contribuições da Missão Militar Francesa para o desenvolvimento do desporto no Exército Brasileiro: Comemoração aos 100 anos do início da orientação daquela Missão. **Revista de Educação Física**, p. 9-15, 2009.

ROBÈNE, L. **Le sport et la guerre: XIXe et XXe siècles**. Rennes: PUR, 2013.

RODRIGUES, R. A guerra como política ou a política na guerra. **Revista Brasileira de História Militar**, ano II, n. 4, p. 1-14, abr. 2011.

RÚBIO, K. Da Europa para América: A trajetória do movimento olímpico brasileiro. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. v. IX, n. 200. Barcelona, 1 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-200.htm>>. Acesso em: 01 jun. 2008.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A regra do jogo: uma história institucional da CBF**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SEVCENKO, N. A Capital Irradiante: técnicas ritos e ritmos do Rio. In: _____. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil - República: Da Belle Epóque a Era do Rádio**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 513-620.

SILVA, C.; MELO, V. Fabricando o soldado, forjando o cidadão: o doutor Eduardo Augusto Pereira de Abreu, a Guerra do Paraguai e a educação física no Brasil. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 18, n. 2, p. 337-353, jun. 2011.

SILVA, E. **Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / HIPPOLITO, L.; FARIAS, I. (Org.)**. Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

SILVA, F.; SANTOS, R. **Memória Social dos Esportes: futebol e política – A construção de uma identidade nacional**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, FAPERJ, 2006.

SILVA, J. Corpo de Bombeiros no Brasil – esporte e Educação Física. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte do Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 140-141.

SILVA, J. Gestão da Segurança em Megaeventos Esportivos. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: CONFEEF, 2006, p. 17-20.

SKOCPOL, T.; SOMERS, M. The uses of comparative history in macrosocial inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, v. 22, n. 2, p. 174-197, 1980.

SODRÉ, N. **História Militar do Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOEIRO, R. **A Contribuição Da EsEFEx para o Esporte Nacional (1933-2000)**. 2003. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Motricidade Humana) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Motricidade Humana, Universidade Castelo Branco, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Exército Brasileiro – Atividades físicas e esportivas. In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 127-128.

SOEIRO, R.; PINHEIRO, R. Escola de Educação Física do Exército – EsEFEx. . In: DACOSTA, L. P. (Org.) **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005, p. 129-130.

STEWART, R. W. **American Military History: The United States Army and the Forging of a Nation, 1775–1917**, v. 1, 2^a ed. Center of Military History - United States Army: Washington, D.C., 2009.

STEWART, R. W. **American Military History: The United States Army in a Global Era, 1917–2008**, v. 2, 2^a ed. Center of Military History - United States Army: Washington, D.C., 2010.

STRIPES. **About Stars and Stripes**. Publicado em 27 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.stripes.com/customer-service/about-us>>. Acesso em: 31 ago. 2012.

SUPPO, H. R.; LESSA, M. L. O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: contribuições teóricas e metodológicas. In: LESSA, M. L.; GONÇALVES, W. S. (Org.) **História das Relações Internacionais: teorias e processos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 223-250.

TERRET, T. American Sammys and French Poilus in the Great War: Sport, Masculinities and Vulnerability. **The International Journal of the History of Sport**, v. 28, n. 3-4, p. 351-371, 2011.

_____. Le Comité International Olympique et les “olympiades militaires” de 1919. **Olympika The International Journal of Olympic Studies**, v. VIII, p. 69-80, 1999.

_____. Le rôle des Young Men's Christian Associations (YMCA) dans la diffusion du sport en France pendant la première Guerre mondiale. In: LEBECQ, Pierre-Alban. **Sports, éducation physique et mouvements affinitaires au XXe siècle**. Les pratiques affinitaires. Tome 1. Paris: L'Harmattan, 2004, p. 27-56.

_____. **Les Jeux Interalliés de 1919: sport, guerre et relations internationales**. Paris: L'Harmattan, 2003.

_____. The Military “Olympics” of 1919: sport, diplomacy and sport politics in the aftermath of World War One. **Journal of Olympic History**, v. 14, n. 2, p. 22-31, ago. 2006.

TERRET, T.; MANGAN, J.A. **Sport, Militarism and the Great War: Martial Manliness and Armageddon**. New York: Routledge, 2012.

TOMECS - The Olympic Museum Educational and Cultural Services. **The Modern Olympic Games**. 3a. ed. Lausanne: Graphic Design, 2013.

TORRES, Cesar. Jogos Olímpicos Latino-Americanos de 1922 – Rio de Janeiro. In: DACOSTA, Lamartine (Org.). **Atlas do Esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Shape, 2005. p. 812-813.

_____. **Jogos Olímpicos Latino-Americanos - Rio de Janeiro 1922**. Manaus: CBAAt, 2012.

TSS - The Stars and Stripes. **American Treasures of the Library of Congress**. Disponível em: <http://www.loc.gov/exhibits/treasures/trm201.html>. Acesso em: 12 jun. 2015.

UOL. **Sem perdão de Obama, família de boxeador condenado recorre ao Youtube**. Publicado em 03 de abril de 2013. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/boxe/ultimas-noticias/2013/04/03/sem-perdao-de-obama-familia-de-boxeador-condenado-recorre-ao-youtube.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

VELOARCHIVE. **Henri Desgrange**. Disponível em: <<http://www.veloarchive.com/races/tour/origins.php>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

VIDIGAL, A. A campanha naval na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. **Navigator**, v. 5, n. 9, p. 9-13, 2009.

WADDINGTON, I; RODERICK, M. American Exceptionalism: Soccer and American Football. **The Sports Historian**, n. 16, p. 28-49, mai. 1996.

WAKEFIELD, W. **Playing to win**: sports and the American Military, 1898-1945. Albany: State University of New York Press, 1997.

WAQUET, A. **Football en guerre**: l'acculturation sportive de la population française pendant la Grande Guerre (1914-1919). 2010. 487 f. Thèse (Doctorat) - Ecole Doctorale Interdisciplinaire Sciences-Santé, Mention Sciences Et Techniques Des Activités Physiques Et Sportives, Université Claude Bernard - Lyon 1, Lyon, 2010.

_____. Wartime Football, a Remedy for the Masculine Vulnerability of Poilus (1914–1919). **The International Journal of the History of Sport**, v. 29, n. 8, p. 1195-1214, 2012.

WCCF – Walter Camp Football Foundation. **The History of Walter Camp**: 1859-1925. Disponível em: <<http://waltercamp.org/history/>>. Acesso em: 23 jan. 2015.